

MARÍA BELÉN ZAMBRANO PONTÓN

**ANÁLISE DO CICLO POLÍTICO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO
TURÍSTICO REGIONAL DO BRASIL (2008-2015): O CASO DOS DESTINOS
INDUTORES DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA
MINAS GERAIS- BRASIL
2018

Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa - Câmpus Viçosa

T

Zambrano Pontón, María Belén, 1979-
Z24a Análise do ciclo político do projeto de desenvolvimento
2018 turístico regional do Brasil (2008-2015) : o caso dos destinos
indutores de Minas Gerais. / María Belén Zambrano Pontón.
– Viçosa, MG, 2018.
xv,182f. : il. ; 29 cm.

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Inclui bibliografia.

1. Políticas Públicas. 2. Turismo - Planejamento.
3. Administração pública. 4. . I. Universidade Federal de
Viçosa. Departamento de Administração e
Contabilidade. Mestrado em Administração. II. Título.

CDD 22. ed. 338.4

MARÍA BELÉN ZAMBRANO PONTÓN

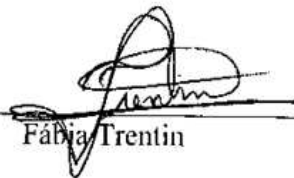
**ANÁLISE DO CICLO POLÍTICO DO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO
TURÍSTICO REGIONAL DO BRASIL (2008-2015): O CASO DOS DESTINOS
INDUTORES DE MINAS GERAIS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Administração, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 27 de fevereiro de 2018.



Sucly de Fátima Ramos Silveira



Fábja Trentin



Luiz Antônio Abrantes



Thiago Duarte Pimentel



Magnus Luiz Emmendoerfer
(Orientador)

Dedico esta dissertação aos meus familiares e amigos do meu país Equador que me acompanharam e apoiaram durante o mestrado, embora à distância; especialmente ao meu amado esposo, Pablo, meu companheiro quem sempre me incentiva a lutar pelos meus sonhos, aos meus adorados pais, Aníbal e María Dolores, aos meus irmãos Pablo e Guillermo e a meus amados sobrinhos Mateito e Carito.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado tudo e por sentir sua presença sempre na minha vida.

Ao meu amado esposo Pablo, por ser um verdadeiro companheiro, nas alegrias e dificuldades da vida, que com amor me incentiva e apoia sempre. Esta conquista também é sua!

Aos meus adorados pais Aníbal e María Dolores, por serem minha força e porto seguro, pelo amor, apoio, por torcerem por mim de forma incondicional na consecução desta e todas as vitórias da minha vida e estarem sempre comigo, embora hoje seja a quilômetros de distância.

Aos meus irmãos Pablo e Guillermo pelo carinho e apoio na vida toda.

Aos meus adorados sobrinhos, Mateito e Carito, por existirem e serem para mim o amor mais puro.

Em memória de meus avós, que mesmo não estando presentes em corpo moram nas lembranças do meu coração e tenho certeza que eles também torcem por mim: vô Alfonso, vô Eduardo, vó Fanny e vó Enma.

Ao meu tio Fernando, por estar sempre presente na minha vida.

Ao todos os meus amigos, no Equador e no Brasil, tios, primos, sogros, cunhado, cunhadas e afilhados que torcem sempre por mim.

Ao meu orientador Prof. Magnus Luiz Emmendoerfer, pela paciência, disponibilidade e todos os ensinamentos, sempre me motivando com seu entusiasmo.

Aos Prof. Luiz Antônio Abrantes, do DAD, por compartilhar seus conhecimentos dentro e fora da sala de aula e Prof. Thiago Duarte Pimentel, da Universidade Federal de Juiz de Fora, por terem aceitado colaborar nesta pesquisa contribuindo na melhoria do meu projeto de pesquisa e por todas as contribuições nesta dissertação.

À Professora Suely de F. Ramos Silveira, que desde o início se interessou pelo estudo e por suas importantes contribuições na Qualificação da Dissertação e, por ter contribuído com seus conhecimentos dentro e fora da sala de aula, em procura da melhoria nessa dissertação.

Ao Professor Rodrigo Gava, pelas considerações em procura na melhoria do trabalho, principalmente, na Pre-Qualificação da Dissertação.

À Professora Fábria Trentin, da Universidade Federal Fluminense, por aceitar participar da banca de defesa.

Aos meus colegas do Grupo de Pesquisa (GDTeC): Brendow, Mateus, Thais, Waléria, Cecília, Cynthia, Alcielis, Zé Ricardo e Elias, pela amizade sincera.

À Cynthia, por me acompanhar nas pesquisas em campo, estando sempre disposta a colaborar.

Aos meus queridos colegas da turma 2016-2018 pelo carinho e as conversas que fizeram mais fácil minha estadia no Brasil.

Aos professores do departamento de Administração e Contabilidade (DAD), por compartilhar seus conhecimentos na sala de aula.

À Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro nas pesquisas em campo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudo que contribuiu e incentivou na minha dedicação exclusiva ao mestrado.

À Universidade Federal de Viçosa, representada pelo programa de Pós-Graduação em Administração, por confiar em mim e por ter me dado esta grande oportunidade de fazer o mestrado numa área tão importante das ciências sociais, contribuindo assim no meu crescimento pessoal e profissional.

Aos funcionários do Departamento de Administração (DAD), em especial a Luiza Amélia Arruda pelo apoio desde que ingresse no mestrado.

À todas as pessoas do poder público e da iniciativa privada envolvidos no turismo que aceitaram colaborar na coleta de dados nos quatro destinos indutores de Minas Gerais: Belo Horizonte, Diamantina, Ouro Preto e Tiradentes e aos funcionários do Ministério do Turismo, em Brasília, pelas importantes contribuições nessa pesquisa.

Sem o apoio de todos vocês, nada disto seria possível. Muito obrigada!

BIOGRAFIA

María Belén Zambrano Pontón, filha de Raúl Aníbal Zambrano Zúñiga e María Dolores Pontón Merino, nasceu no dia 04 de novembro de 1979 em Riobamba, no Equador.

Em 2006 formou-se na Escola Superior Politécnica de Chimborazo, em Engenharia de Marketing.

Em fevereiro de 2016, foi aceita como aluna no Programa de Pós-graduação em Administração no nível de Mestrado, da Universidade Federal de Viçosa, submetendo-se a defesa da dissertação em 27 de fevereiro de 2018.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS.....	ix
LISTA DE TABELAS.....	x
LISTA DE FIGURAS.....	xi
LISTA DE SIGLAS.....	xii
RESUMO.....	xiv
ABSTRACT.....	xv
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 Problema de pesquisa.....	3
1.2 Objetivo geral	4
1.3 Objetivos específicos	4
1.4 Justificativa da pesquisa.....	4
2 REFERENCIALTEÓRICO.....	7
2.1 Federalismo e Política Pública de Turismo:	7
2.2 Desenvolvimento Socioeconômico e Regionalização:	14
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	19
3.1 Abordagem, tipo e estratégia de pesquisa.....	19
3.2 Unidade de Análise	20
3.3 Sujeitos da pesquisa	24
3.4 Coleta de dados	25
3.5 Procedimento de Análises dos dados	27
3.6 Limitações da Pesquisa.....	29
4 O CICLO POLÍTICO DO PROJETO DIDTR.....	31
4.1 Identificação do Problema	31
4.2 Agenda e Formulação da Política	34
4.3 Implementação	40
4.4 Monitoramento e Avaliação.....	44
4.5 Extinção	52

5 EFEITOS DOS DESTINOS INDUTORES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E REFLEXÕES SOBRE AS CIDADES VIZINHAS.....	53
5.1 Implicações do projeto para os municípios considerados destinos indutores.....	53
5.1.1 Aspectos organizacionais nos DIDTR de Minas Gerais.....	53
5.1.1.1 Aspectos organizacionais no município de Belo Horizonte	53
5.1.1.2 Aspectos organizacionais no município de Diamantina	56
5.1.1.3 Aspectos organizacionais no município de Ouro Preto	59
5.1.1.4 Aspectos organizacionais no município de Tiradentes.....	62
5.1.2 Aspectos econômicos nos DIDTR de Minas Gerais.....	66
5.1.2.1 Aspectos econômicos no município de Belo Horizonte	67
5.1.2.2 Aspectos econômicos no município de Diamantina	69
5.1.2.3 Aspectos econômicos no município de Ouro Preto	71
5.1.2.4 Aspectos econômicos no município de Tiradentes.....	74
5.1.3 Aspectos culturais nos DIDTR de Minas Gerais	78
5.1.3.1 Aspectos culturais no município de Belo Horizonte	78
5.1.3.2 Aspectos culturaiss no município de Diamantina.....	80
5.1.3.3 Aspectos culturais no municipio de Ouro Preto	81
5.1.3.4 Aspectos culturais no município de Tiradentes	82
5.2 Efeitos dos destinos indutores para o desenvolvimento: Reflexões sobre as cidades vizinhas	85
5.2.1 Desenvolvimento nas cidades limítrofes de Belo Horizonte	86
5.2.2 Desenvolvimento nas cidades limítrofes de Ouro Preto.....	87
5.2.3 Desenvolviemnto nas cidades limítrofes de Tiradentes.....	89
5.2.4 Desenvolviemnto nas cidades limítrofes de Diamantina	91
6 EXTINÇÃO DOS DESTINOS INDUTORES	94
6.1 Extinção para fins Internos	95
6.2 Extinção para fins Externos	97

6.3 Percepções da extinção do projeto dos destinos indutores	99
7 CONCLUSÕES	107
REFERÊNCIAS	109
ANEXOS	117
APÊNDICES	179

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Objetivos das Políticas Públicas de Turismo.....	10
Quadro 2 Elementos para a análise de Políticas Públicas no Brasil.....	11
Quadro 3 Razões e percepções para a extinção de uma política pública.....	14
Quadro 4 Entidades e sujeitos alvo da coleta de dados.....	24
Quadro 5 Procedimentos metodológicos.....	29
Quadro 6 Autores sociais-chave do nível municipal.....	42
Quadro 7 Implementação do Projeto dos Destinos Indutores.....	43
Quadro 8 Fases do Ciclo Político do projeto DIDTR.....	52
Quadro 9 Dimensão organizacional dos DIDTR de Minas Gerais.....	65
Quadro 10 Histórico do Projeto DIDTR	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Principais características dos destinos indutores de Minas Gerais.....	21
Tabela 2 Dimensão organizacional analisada nos índices de Competitividade.....	66
Tabela 3 Índice FIRJAN e áreas de desenvolvimento-Belo Horizonte.....	68
Tabela 4 Índice FIRJAN e áreas de desenvolvimento-Diamantina.....	70
Tabela 5 Índice FIRJAN e áreas de desenvolvimento-Ouro Preto.....	72
Tabela 6 Índice FIRJAN e áreas de desenvolvimento-Tiradentes.....	74
Tabela 7 Indicadores socioeconômicos dos destinos indutores de Minas Gerais.....	77
Tabela 8 Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal nos DIDTR de Minas Gerais.....	77
Tabela 9 Dimensão Econômica analisada nos índices de Competitividade.....	78
Tabela 10 Resumo aspectos culturais dos destinos indutores de Minas Gerais.....	84
Tabela 11 Aspectos Culturais analisados nos índices de competitividade.....	85
Tabela 12 Índice FIRJAN de Belo Horizonte e cidades vizinhas.....	86
Tabela 13 Índice FIRJAN de Ouro Preto e cidades vizinhas.....	88
Tabela 14 Índice FIRJAN de Tiradentes e cidades vizinhas.....	89
Tabela 15 Índice FIRJAN de Diamantina e cidades vizinhas.....	91
Tabela 16 Razões e percepções para a extinção da política dos DIDTR.....	103

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Unidades de Análise.....	20
Figura 2 Fases do Ciclo Político do Projeto DIDTR.....	31
Figura 3 65 Destinos Indutores para o desenvolvimento do turismo regional.....	36
Figura 4 Índice FIRJAN Belo Horizonte e cidades vizinhas.....	87
Figura 5 Índice FIRJAN Ouro Preto e cidades vizinhas.....	89
Figura 6 Índice FIRJAN Tiradentes e cidades vizinhas.....	90
Figura 7 Índice FIRJAN Diamantina e cidades vizinhas.....	92

LISTA DE SIGLAS

- ABIH – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
- ACEOP – Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto
- ACO - Associação do Circuito do Ouro
- AGTOP – Associação de Guias de Turismo de Ouro Preto
- ASSET - Associação Empresarial de Tiradentes
- BELOTUR – Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S.A
- CRER - Caminho Religioso da Estrada Real
- COMTUR- Conselho Municipal de Turismo
- CD – Circuito dos Diamantes
- CVB – Convention & Visitors Bureau
- CTI – Circuito Trilha dos Inconfidentes
- DIDTR – Destinos Indutores para o Desenvolvimento do Turismo Regional
- FAMOP – Federação das Associações de Moradores de Ouro Preto
- FGV- Fundação Getúlio Vargas
- FUMTUR - Fundo Municipal de Turismo
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IDHM – Índice de desenvolvimento Humano Municipal
- ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
- IHGT - Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes
- MG – Minas Gerais
- MTur - Ministério do Turismo
- OMT- Organização Mundial do Turismo
- PMOP - Prefeitura Municipal de Ouro Preto
- PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo
- PMT – Prefeitura Municipal de Tiradentes
- PNT- Política Nacional de Turismo
- PPT – Políticas Públicas de Turismo
- SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SMTD – Secretaria Municipal de Turismo de Diamantina
- SETUR – Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais
- SETIC – Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio de Ouro Preto

STCT – Secretaria de Turismo e Cultura de Tiradentes

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

ZAMBRANO PONTÓN, María Belén, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2018. **Análise do ciclo político do projeto de desenvolvimento turístico regional do Brasil (2008-2015): O caso dos destinos indutores de Minas Gerais.** Orientador: Magnus Luiz Emmendoerfer.

Esta pesquisa buscou analisar as razões para a extinção do projeto dos destinos indutores do desenvolvimento turístico regional no Brasil, para o qual foi utilizado o modelo do ciclo político identificando cinco fases da política pública. O marco teórico foi baseado nos conceitos do Federalismo e das Políticas Públicas de Turismo e suas relações com o ciclo político. Trabalhou-se também conceitos sobre o Desenvolvimento Socioeconômico e a Regionalização. Além disso, desenvolveu-se uma pesquisa empírica, de cunho qualitativo, cujas unidades de análise abrangeram os destinos indutores para o desenvolvimento do turismo regional do governo federal em Minas Gerais, considerados no ano 2008: Belo Horizonte, Ouro Preto, Diamantina e Tiradentes. O universo da pesquisa compreendeu as pessoas atuantes no turismo nesses destinos e no governo federal. Como estratégia de pesquisa adotou-se o estudo de caso. Os dados primários foram coletados através de entrevistas com roteiros semiestruturados e, os secundários por meio das informações disponíveis em endereços oficiais na internet. Com isso, para a análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo. Assim, nessa pesquisa evidenciou-se que uma política pública pode ser extinta por diversos fatores. No presente caso, em dois momentos, o primeiro em decorrência de um término interno, em 2011, que teve como a principal causa cortes orçamentários em decorrência de investigações que apontavam corrupção, especificamente, desvio de dinheiro proveniente de emendas parlamentares, que envolveram o Ministério do Turismo (MTur), e, para fins externos, no segundo momento, em 2015, com o fim da ação mais emblemática que o projeto tinha, a emissão dos Relatórios dos índices de competitividade. Em nenhum dos dois momentos foram devidamente esclarecidas e comunicadas as ações do MTur aos 65 destinos envolvidos ou à sociedade em geral. Por fim, foi identificado através da utilização do método do ciclo político, no que toca a análise de uma política pública, que o projeto Destinos Indutores para o desenvolvimento turístico regional (DIDTR) teve falhas em todas as fases do processo político, situação que poderia ter contribuído para a extinção da política abordada.

ABSTRACT

ZAMBRANO PONTÓN, María Belén, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2018. **Analysis of the policy cycle of the regional tourist development project in Brazil (2008-2015): The case of the inductor destinations of Minas Gerais.** Advisor: Magnus Luiz Emmendoerfer.

The aim of this research was to analyze the reasons for the extinction of the project of the inductor destinations of the regional tourist development (DIDTR) in Brazil, for which the police cycle approach was used, identifying five phases of the police. The concepts of Federalism and Public Tourism Policies supported the theoretical framework, as well as their relationship with the political cycle, also the concepts of Socioeconomic Development and Regionalization was used. The empirical research was based on a qualitative approach, Belo Horizonte, Ouro Preto, Diamantina and Tiradentes were the analysis units that were studied and choosed as inductive destinations according the federal development policy of regional government tourism in Minas Gerais of 2008, the people that worked in tourism in these destinations and the people from the federal government were used as research universe, the case study was employed as research strategy. For the other hand, the primary data were collected using interviews with semistructured guide, and the secondary data were picked using information available on official websites, the content analysis technique was used for the data analysis. The main finding of the study showed that a public policy can finalize in several ways, as was observed in this study, it occurred for internal purposes in 2011, being the main reason , the suspension of the budget as a result of researches of corruption, specifically money evasion from the parliamentary amendments, which involved the MTur, and for external purpose ended in 2015, with the most emblematic action that had the project, the reports of the competitiveness indexes, but that in neither of the two moments were duly transparent the actions of the MTur and announcements of this closure, mainly the 65 destinations involved nor the Society, they never knew the policy closure. Furthermore, it was identified through the use of the political cycle method, that the DIDTR project had flaws in all phases of the political process, this situation that could have contributed to the policy being extinguished.

1 INTRODUÇÃO

O turismo se constitui como uma das alternativas que os países têm para aumentar a sua renda, uma vez que é considerado um setor incrementador de divisas, geração de empregos e novos negócios, mediante ao efeito multiplicador que detém sobre a economia. Assim, atualmente, o turismo constitui-se como um dos mais relevantes setores da economia mundial¹, o que o faz ser considerado pelos governos como uma estratégia para o desenvolvimento regional a partir do local (TOMAZZONI; PATRUCO; BUHLER, 2014).

De acordo com Bessa e Teixeira (2007), o turismo constitui uma das atividades que crescem mais rapidamente no mundo e, para as cidades, representa uma ótima oportunidade de receber investimentos, desencadeando efeitos significativos na economia.

Nesse sentido, diferentes fatores são responsáveis pelo aumento do número de visitantes. Dentre eles destacam-se uma maior facilidade de deslocamento, bem como uma evolução dos meios de transporte e o aumento da renda salarial e das facilidades existentes para a tramitação em diversos países como a unificação de documentos, melhores estratégias de marketing que estimulam e incentivam as viagens, tanto nacionais, quanto internacionais (TOMAZZONI et al., 2014).

Assim, o desenvolvimento turístico pode ser considerado como um processo de crescimento e mudança das estruturas através do aproveitamento das economias externas introduzindo inovações em busca de melhorar as condições e o nível de vida dos habitantes de uma cidade ou região (BARQUERO, 2001).

Para Beni (2008) o desenvolvimento turístico de um território requer a participação ativa do Estado, e para Cooper et al. (2007) a intervenção do Estado está muito relacionada com a importância do turismo dentro da economia de um território. Neste sentido, a participação do Estado pode ocorrer por meio de Políticas Públicas que constituem um instrumento importante para compreender o turismo por meio da contribuição para o Balanço de Pagamentos, da criação de empregos diretos e indiretos, do fortalecimento das economias, do melhoramento do bem-estar local, dos impactos sociais, ambientais e culturais que o turismo demanda (SCHENKEL; ALMEIDA, 2015).

¹ Segundo a Organização Mundial do Turismo - OMT (2016) o turismo corresponde a 10% do PIB mundial, as receitas dos destinos internacionais de turismo ao redor do mundo cresceram 3,6% em 2015, experimentando um crescimento pelo quarto ano consecutivo ainda mais rápido do que o comércio de outras mercadorias, com um percentual de até 7% do total das exportações, tornando-se uma das atividades econômicas de maior crescimento no mundo.

É nesse sentido que existem políticas públicas que focalizam a regionalização como diretriz para alcançar o desenvolvimento turístico, sendo a região o principal foco para alcançar esse desenvolvimento. Uma forma de se aplicar essa diretriz é a partir da noção de destinos indutores, que para fins desta pesquisa, são considerados como tais, os municípios que possuem atrativos turísticos e infraestruturas turísticas que induzem à recepção de fluxos de visitantes para sua região, estimulando, tanto a economia local, quanto a regional.

Todavia, a análise de resultados de políticas públicas de turismo, inclusive focalizadas na diretriz da regionalização é algo que tem sido ainda pouco explorado pela comunidade científica internacional. Pressupõe-se que a incipiência de estudos sobre este foco esteja associada ao fato das políticas públicas de turismo serem, por tradição, predominantemente direcionadas para a promoção do país ou de determinados municípios enquanto destinos turísticos. Observa-se que a escala territorial para fins de desenvolvimento turístico tem sido centrada em níveis macro (país) ou micro (municípios).

A regionalização seria uma escala territorial intermediária (meso) que está sendo considerada como um foco de intervenção do Estado nas últimas décadas, para buscar com mais efetividade, o desenvolvimento socioeconômico para além do local, no caso, dos territórios que circunscrevem os municípios, visando distribuir riquezas oriundas da atividade turística em nível regional, a partir de municípios indutores do turismo.

Uma das formas de intervenção do Estado é por meio de Políticas Públicas as quais podem ser observadas e analisadas fazendo uso do modelo do ciclo político. O ciclo ou processo político é um dos modelos mais utilizados, sendo inicialmente proposto por Lasswell (1956), o autor apresenta um modelo de ciclo político com sete estágios: inteligência, promoção, prescrição, invocação, aplicação, conclusão, exame (avaliação). A partir daí, Jones (1984 apud Araújo; Rodrigues, 2017) fez uma classificação incluindo dez fases: percepção do problema; agregação; organização; representação do público-alvo; agendamento; formulação; orçamentação; concretização; avaliação; ajustamento ou conclusão.

A partir de então, diversos autores propuseram tipologias com número de fases diferentes da proposta inicial. Para Secchi (2013), por exemplo, o ciclo se apresenta em sete etapas, a saber: **1.** Identificação do Problema, **2.** Formação da Agenda, **3.** Formulação das alternativas, **4.** Tomada de Decisão, **5.** Implementação, **6.** Avaliação e **7.** Extinção, encerrando o ciclo com esta etapa.

No Brasil, Secchi (2013) chama a atenção a etapa final do ciclo político e, nessa pesquisa ressaltamos que para o setor do turismo não há evidências² produzidas pela comunidade científica e técnica sobre os motivos da extinção de uma política pública, sendo muito importante analisar e compreender as razões que levam a um governo ao encerramento das políticas públicas, especificamente políticas voltadas para o turismo.

De acordo com Souza e Secchi (2015) dentre os principais motivos que podem influenciar na decisão dos governos para chegar à extinção de uma política pública estão razões referentes ao problema, à solução da política e ao ambiente político.

1.1 Problema de Pesquisa

Diante do exposto, esta pesquisa pretende responder à seguinte questão:

Quais as razões para a extinção de políticas públicas, programas ou projetos de desenvolvimento turístico regional em municípios considerados destinos indutores do turismo?

Nesse sentido, os países desenvolvem políticas e estratégias próprias ou adaptáveis a sua realidade com a intenção de promover o turismo nas perspectivas econômicas, sociais e até mesmo políticas e daí a importância da intervenção do Estado, através de políticas públicas que ajudem a coordenar e dirigir a atividade turística.

Autores como Furtado (2003 apud Emmendoerfer; Soares, 2014) consideram o desenvolvimento como um procedimento com diversas etapas, sendo uma delas a social, mas a maior parte de teorias que tratam o desenvolvimento estão mais voltadas para a área econômica, conseqüentemente pode-se dizer que existem duas principais vertentes no desenvolvimento turístico, sendo elas a econômica e a social.

No Brasil, dentro da Política Nacional proposta pelo Governo Federal ao turismo, encontra-se o objeto de estudo que é tratado nesse trabalho como uma política pública, o projeto “Destinos Indutores do Desenvolvimento do Turismo Regional”, DIDTR, elaborado pelo Ministério do Turismo – MTur, em 2008, e que aparentemente, para a sociedade e os destinos, foi extinto em 2015. Segundo o MTur, para serem escolhidos como destinos indutores para o desenvolvimento turístico regional, foram considerados os municípios que tinham pelo menos infraestrutura turística básica e seus atrativos qualificados, tendo como uma de suas principais características a capacidade de receber e gerar turistas para outros destinos.

² Após pesquisa nas bases científicas da Spell (Scientific Periodicals Electronic Library) e da Scielo (Scientific Electronic Library Online) que são repositórios de artigos científicos, não foi encontrando nenhum artigo científico que aborde o tema dos possíveis motivos para a extinção das políticas públicas.

Após pesquisa em campo, foi evidenciado que em 2011, o projeto dos destinos indutores foi encerrado de forma interna, quando foram suspensas todas as ações³ que faziam parte do projeto⁴ e, para alguns gestores dos destinos e para a sociedade em geral, aparentemente, as pesquisas dos destinos indutores continuava, já que esse fato não foi comunicado e, no ano 2013, continuou-se novamente com o levantamento dos dados para elaborar o índice de competitividade, sob amostra dos mesmos 65 destinos. Pelo qual, aparentemente o projeto continuava.

E foi assim, que em 2015, a principal ação, a atividade mais visível gerada por esse projeto, o Estudo de Competitividade, não foi mais elaborado, pelo MTur, dando-se a partir de então, uma extinção para fins externos. Sendo assim, os dados e os fatos que justificam essas ações do Governo não foram esclarecidos para a sociedade. Não há evidências de análises de resultados dentro do Mtur que permitam compreender os possíveis motivos da sua extinção. Dessa forma, o *focus* desta pesquisa será observado no *locus* brasileiro por meio da análise de resultados do projeto DIDTR.

1.2 Objetivo Geral

Analisar as razões da extinção do projeto de destinos indutores para o desenvolvimento turístico regional no Brasil.

1.3 Objetivos Específicos

- Identificar as fases do ciclo político no projeto em estudo;
- Descrever as implicações que esse projeto trouxe para os municípios considerados destinos indutores para o desenvolvimento turístico regional;
- Identificar os motivos do encerramento do projeto em estudo nos municípios considerados destinos indutores do desenvolvimento turístico regional e analisar essas razões.

1.4 Justificativa

É relevante analisar as políticas públicas, programas ou projetos de um governo, assim como analisar as razões que levam ao encerramento dessas ações governamentais, de abrangência nacional e dessa maneira, conhecer quais os resultados que, tanto as políticas

³ As ações suspensas foram: Levantamento das pesquisas para elaborar os Estudos de Competitividade, terminou o contrato com a Empresa Modulo de Tecnologia encarregada do Sistema SG65 (que permitia o monitoramento das ações dos 65 destinos indutores) e finalizou também o contrato com o Instituto Marca Brasil, encarregado da capacitação dos órgãos gestores dos destinos.

⁴ Um projeto compõe-se de um conjunto de ações e um Programa está formado por um conjunto de projetos e as políticas por um conjunto de programas.

públicas, quanto os programas e projetos deixam após a extinção para se ter uma maior e melhor compreensão do processo e de sua efetividade, tal como sobre a importância de a sociedade ter acesso a informações sobre os resultados das intervenções estatais em setores produtivos da economia, tais como o turismo, para saber os benefícios gerados por esses setores a partir de recursos que são pagos pela própria sociedade de diversas formas.

Acredita-se que o turismo seja um meio de devolver à sociedade recursos que a interessem e propiciem uma melhor qualidade de vida e assim apresentar novos olhares e perspectivas teóricas orientadas para um desenvolvimento regional no setor turístico, contribuindo para a ampliação do conhecimento existente nesse setor, considerado de crescente importância para a economia de uma localidade, região ou país, mas, sem esquecer o bem estar das populações, habitantes e regiões que estão inseridas no turismo.

A escolha do Projeto DIDTR foi levada em consideração pelo fato de que não foi encontrado, após pesquisa⁵ nenhum trabalho que analise a extinção do projeto dos destinos indutores. Dessa maneira, esse trabalho pode servir para subsidiar as avaliações e as análises das políticas públicas do Ministério do Turismo.

Minas Gerais foi escolhida para o estudo pelo fato de que esse estado foi o pioneiro na redistribuição do repasse por conceito do Imposto a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) turístico no Brasil, outorgando a importância que a atividade turística representa, tanto para o crescimento, quanto para o desenvolvimento de não só desse território, mas do Brasil em geral.

Além disso, permite conhecer se os objetivos pelos quais são criadas as políticas públicas são cumpridos, assim como analisar se o projeto em estudo identificou outros tipos de resultados não esperados, tentando fazer uma análise dos possíveis acertos, assim como dos erros e, principalmente, dos aprendizados deixados pelas políticas públicas de turismo no Brasil.

Nessa dissertação, pretende-se dar continuidade a trabalhos anteriores desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa (GDTeC)⁶, do qual faço parte, procurando também dar continuidade aos resultados e desafios observados no Projeto "PLANEJAMENTO PÚBLICO & DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO: Uma Análise do Projeto Estruturador Destinos Turísticos Estratégicos da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais - SETUR (2007-

⁵ Nas bases científicas da Spell (Scientific Periodicals Electronic Library) e da Scielo (Scientific Electronic Library Online) que são repositórios de artigos científicos, não encontrando nenhuma publicação analisando a extinção do projeto dos 65 destinos indutores para o desenvolvimento do turismo regional.

⁶ Grupo de pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos - Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil

2010)", processo CNPq 401223/2010-8, bem como um avanço contributivo para alcançar os novos objetivos propostos no fomento CNPq, processo 471136/2014-0 e no projeto financiado pela FAPEMIG sobre "Políticas Públicas e Desenvolvimento Turístico: Análise dos Destinos Nacionais em Minas Gerais (2007-2016)", processo APQ-01870-15, Edital Nº 01/2015 - Demanda Universal.

A presente dissertação está organizada em seis capítulos. O primeiro compreende a Introdução, que contextualiza o tema. O segundo, o Referencial Teórico, no qual são apresentados o Federalismo, as Políticas Públicas de Turismo, o Desenvolvimento Socioeconômico e a Regionalização. No terceiro capítulo, são apresentados os Procedimentos Metodológicos que guiaram a pesquisa para execução dos objetivos propostos. Os capítulos seguintes correspondem aos Resultados. No capítulo quatro é identificado o Ciclo Político do projeto dos 65 destinos indutores nacionais. No quinto, apresenta-se algumas reflexões sobre os destinos indutores e as cidades circunvizinhas desses destinos. No capítulo seis, apresenta-se a Extinção do projeto em estudo e em seguida são apresentadas as conclusões da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nessa fundamentação teórica são abordados, principalmente, dois temas, sendo o primeiro tópico o Federalismo e as Políticas Públicas de Turismo, o federalismo relacionando a União, os Entes Federados e a intergovernabilidade, abordando as principais definições e objetivos das Políticas Públicas e sua relação com o ciclo político e como segundo tópico abordado o Desenvolvimento Socioeconômico e a Regionalização.

2.1 Federalismo e Políticas Públicas de Turismo (PPT)

Atualmente, existem basicamente dois modelos de Nação, um chamado Estado Unitário, o qual é adotado pela maioria dos países do mundo, no qual o Governo Central que segundo Abrucio e Franzese (2014) é considerado superior aos outros níveis do governo, onde o poder é exercido de cima para abaixo e o modelo Federalista que para os autores é um modelo no qual o governo é organizado política e territorialmente baseado na legitimidade e nas decisões coletivas entre alguns níveis desse governo. Na visão de Lima (2008), os modelos unitários têm um poder de governo central e o poder é exercido sobre todo o país, e no modelo federalista, o poder é dividido entre os diferentes níveis federais do governo.

De acordo com a definição de Arretche (2001), o conceito clássico de Estado federativo estudado desde os anos de 1960, o Federalismo foi definido como uma maneira particular de governo com autoridade sobre a população e o território, o qual encontra-se dividido verticalmente entre vários níveis de governo.

A importância da definição de federalismo aparece no próprio significado da palavra, derivada do latim *foedus*, que segundo com Elazar (1987, apud Abrucio; Franzese, 2014), quer dizer “pacto”. Sendo um acordo no qual os diversos níveis do governo compartilham a soberania do território de um país e as relações entre esses níveis de governo são contratuais, nem tanto hierárquicas, tendo como objetivo a autonomia com interdependência das partes, sendo uma divisão de poderes e funções entre os vários níveis que compõem essa federação (ABRUCIO; FRANZESE, 2014).

Ainda para os autores Abrucio e Franzese (2014), os países que optam pelo modelo federalista, apresentam duas características ou condições comuns entre eles: a primeira está relacionada à heterogeneidade de um país, relativa, principalmente, a questões de grande extensão de território ou muita diversidade física, diferenças étnicas, linguísticas, desigualdades socioeconômicas, diversidades culturais e políticas entre as regiões de uma Nação. A segunda característica é a ação política que busca a unidade na diversidade e, por sua vez, manter os diversos níveis do governo de maneira unida e autônoma.

No caso do Brasil, que tem optado por essa forma de Nação, a federação está constituída pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, onde a União constitui o núcleo do Estado Federal, atribuindo ao federalismo uma descentralização, sendo que a descentralização pode ser entendida como uma repartição de poderes, constituída da esfera federal pelo governo central e as unidades autônomas, sendo os estados-membros, os quais têm certo grau de independência, autonomia política, organizacional e financeira (LIMA, 2008).

Nessa dissertação é dada especial atenção a intergovernabilidade, sendo que está dentro do federalismo e está diretamente relacionada a cooperação entre os tipos de governo, o nível federal tendo uma soberania sobre os outros entes federados, sendo assim, a constituição federal considerada maior que a constituição de um estado ou dos municípios.

Diversos estudos abordam temas referentes as relações intergovernamentais no federalismo (ARRETCHE, 2004; ABRUCIO, 2005; ANDERSON, 2009; SCHAKEL, 2015) e mais especificamente relacionados a problemas da intergovernabilidade que afetam o turismo (VELASCO-GONZALEZ, 2006; SOARES; EMMENDOERFER E MONTEIRO, 2013; FAYOS-SOLA; ALVAREZ, 2014; TRENTIN, 2016; EMMENDOERFER et al., 2016). Entendendo-se como intergovernabilidade no federalismo quando dois ou mais tipos de governo se envolvem para desenvolver uma política pública, programa ou projeto, por exemplo: governo federal e municipal, podendo ser esse envolvimento de maneira vertical ou horizontal (EMMENDOERFER et al., 2016).

Assim, para Da Rocha (2017) a coordenação federativa constitui-se uma fermenta que auxilia na consecução dos objetivos propostos a partir das relações intergovernamentais desenvolvidas e, especificamente, no setor do turismo, essas relações intergovernamentais poderiam beneficiar para o desenvolvimento das ações turísticas. Um outro ponto importante está relacionado com a coordenação que na perspectiva da autora está diretamente relacionada com as parcerias desenvolvidas, a maneira como são resolvidos os confrontos e a comunicação entre os níveis de governo envolvidos.

Sendo preciso analisar e compreender, a maneira como acontece essa coordenação intergovernamental nos diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal), sendo para Radin (2010 apud Emmendoerfer et.al., 2016) essa coordenação entendida como uma maneira de integrar os entes federados assim, também a forma como a comunicação e tomada de decisão acontecem e, se essas decisões são tomadas em conjunto ou não, entre os níveis de governo, possibilitando a melhoria das relações intergovernamentais, para além das formas de integração: a centralização e a descentralização . Sendo interessante estudar o federalismo do Brasil por ter uma estrutura que contempla três níveis de governo, sendo que cada nível tem o

poder para a elaboração e implementação de políticas públicas em procura da melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas (EMMENDOERFER, et al., 2016).

Para alcançar o bem-estar da população de um país, a federação depende das políticas públicas, que nesse tipo de governo devem dar-se através de uma coordenação adequada entre os distintos níveis do governo que compõem a federação (ABRUCIO; FRANZESE, 2014). E é por meio das políticas públicas que o Governo Federal pode intervir em procura de melhorar as condições de vida da população em geral, seja através dessas políticas públicas, o governo federal pode participar como criador da política e os demais entes federais, como são os estados e os municípios, poderiam participar na implementação dos planos, programas e projetos que compõem as políticas públicas dos governos.

Segundo Secchi (2013), as políticas públicas são diretrizes criadas com a finalidade de resolver um problema público, entendendo-se por problema público que aquilo que se busca resolver seja de interesse público e, principalmente, que beneficie a sociedade. Para Rua (1998, p.1), “a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos”, resolvendo problemas de caráter público.

Nesse sentido, de acordo com Lynn (1980 apud Souza, 2006), as políticas públicas são todas as ações específicas do governo que buscam que os efeitos produzidos sejam específicos também. Além disso, Dye (1984 apud Souza, 2006) apresenta uma definição um pouco mais polêmica, considerando que as políticas públicas constituem não só as ações que o governo decide fazer, ou o que o governo não faz, ou seja, houve a percepção de um problema público, pois entrou na agenda do governo, mas que por alguma razão, não avançou para a formulação como política, não existindo uma decisão positiva para dar continuidade com a formulação como política pública. Existindo controvérsia na academia com esse conceito, já que, sendo assim, tudo o que entrasse na agenda seria considerado política pública.

As políticas públicas de turismo podem ser definidas como a soma de ações de organismos governamentais, muitas das vezes, em conjunto com outras organizações, com a ideia de melhorar na área social e econômica de seus habitantes (LOPEZ et al., 2011).

A política pública de turismo na visão de Beni (1998, p.103)

[...] pode ser entendida como o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o turismo no país, determinam as prioridades de ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado, facilitam o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e as atividades mais suscetíveis de receber apoio estatal.

Nesse sentido, para Scott (2011), as políticas públicas do turismo influenciam em alguns aspectos, como a criação de empregos. Além disso, os efeitos do turismo, também sobre outros setores, que é o conhecido efeito multiplicador da economia, podem sentir-se no aumento de maiores e melhores oportunidades de emprego e na abertura de novos negócios locais, ou seja, na melhoria da qualidade de vida geral da população.

Scott (2011) desenvolveu quinze objetivos que as políticas públicas de turismo, podem perseguir, podendo-se resumi-los na busca pelo bem-estar, tanto para a população, como para os turistas. O bem-estar, através da geração de empregos e divisas, na preservação e conservação dos lugares turísticos, políticas públicas voltadas à proteção e seguridade das pessoas, tudo isso resultando em um desenvolvimento econômico, tanto para as comunidades locais, quanto para os países (Quadro 1).

Quadro 1. Objetivos de Políticas Públicas de Turismo

OBJETIVOS	ENFASE
Desenvolvimento Econômico	Melhoria na área econômica
Competitividade	Viabilidade e Competitividade dos destinos turísticos
Prosperidade local	Incentivando o consumo local
Qualidade do emprego	Incrementando o número e a qualidade dos empregos locais
Equidade Social para que o turismo beneficie aos pobres	Aumentando a distribuição de benefícios econômicos e sociais do turismo em toda a comunidade
Cumprir as expectativas dos visitantes:	Fornecendo uma experiência segura, satisfatória e gratificante para todos os visitantes
Controle local	Envolver e capacitar as comunidades locais no planejamento e na tomada de decisão
Bem-estar da comunidade	Manter e fortalecer a qualidade de vida nas comunidades locais
Riqueza cultural	Respeitar e valorizar o patrimônio histórico, tradições e as características típicas das comunidades locais
Integridade Física	Manter e melhorar a qualidade das paisagens, mantendo a qualidade física e aparência do ambiente
Diversidade Biológica	Apoiar a conservação de áreas naturais, habitats e vida selvagem
Eficiência de Recursos	Minimizar o uso de recursos escassos e não renováveis na operação de instalações serviços turísticos
Pureza ambiental	Minimizar a poluição do ar, água e terra e a geração dos resíduos
Sustentabilidade	Proteção dos sistemas sociais, culturais e médio ambiente
Política Internacional e Boa Vontade	Referente às qualidades humanas essenciais para a convivência pacífica.

Fonte: Adaptado de Scott (2011, p. 14, tradução nossa).

Mir (2000), descreve a existência de um acordo com relação aos principais objetivos que visam, no qual o autor considera que é possível resumir esses objetivos em **a)** incentivar o aumento da renda nacional, **b)** gerar emprego, **c)** aumentar os ingressos em divisas e **d)** o desenvolvimento e equilíbrio na região. Todos estes objetivos perseguiriam um objetivo maior

que é o fim econômico com a intenção de melhorar a qualidade de vida dos habitantes no destino turístico através da geração do emprego.

Às vezes, a política de turismo é considerada como uma derivação da política econômica, embora os objetivos da política turística sejam muitos e diferentes para cada lugar, eles vão depender de cada cidade, região ou país, além de que vão depender de alguns aspectos, tais como nem sempre são os mesmos produtos turísticos que são oferecidos em cada destino, assim como das motivações próprias e das diretrizes das autoridades responsáveis por criar a política turística (MIR, 2000).

Nesse sentido, acredita-se que o papel das Políticas Públicas de Turismo é incentivar o desenvolvimento da atividade turística de um território ou região com a orientação e proteção do Estado. Demonstra-se importante analisar as políticas públicas, que na visão de Pimentel (2014), para fazer uma análise correta de políticas públicas de turismo, deve-se relacionar três níveis de análise: institucional, processual e material, como apresentado no Quadro 2, no qual o primeiro nível refere-se ao Institucional, já que a política pública depende dos arranjos institucionais, tanto formais, quanto informais, assim como dos recursos econômicos que o governo disponibiliza para o setor; um outro nível é o Processual que se refere à investigação dos principais propositores das políticas públicas, já que elas constituem opções políticas e um terceiro nível de análise, é o nível Material, analisando os objetivos e os efeitos que se esperam com as políticas.

Quadro 2. Elementos para a análise das políticas de turismo no Brasil

Níveis de análise	Elementos para Análise de Políticas Públicas de Turismo	Justificativa
Institucional	Arranjo institucional Recursos	Padrões de interação dos participantes do jogo político. O deslocamento dos recursos.
Processual	Proponentes	A propositividade do Executivo tem implicações na longevidade das ações do setor.
Material	Objetivos Efeitos Esperados	Compreender o objetivo, as intencionalidades e os resultados. Permite investigar os motivos e significativos da política.

Fonte: Adaptado de Pimentel (2014, p. 329).

Dye (1992) propõe a utilização de modelos para analisar as políticas públicas. Para o autor, eles constituem “representações simplificadas de alguns aspectos do mundo real” Dye (1992, p. 20), para ele, essas políticas podem ser analisadas baseadas em vários modelos, o modelo institucional; o modelo de processos (ou do ciclo político); o modelo da teoria dos

grupos; o modelo de elites; o modelo racional; o modelo incremental; o modelo da teoria dos jogos; o modelo da escolha pública; e o modelo sistêmico.

Torna-se relevante conhecer as etapas que compõem uma política pública, sendo que as políticas públicas podem ter um determinado tempo de vida, estando compostas por algumas fases, o modelo do ciclo político, sob a perspectiva de Frey (2000, p. 226), supõe que “ao subdividir o agir público em fases parciais do processo político-administrativo de resolução de problemas, o *policy cycle* acaba-se revelando um modelo heurístico bastante interessante para a análise da vida de uma política pública”. Conforme Secchi (2013, p. 43), “o ciclo de políticas públicas é um esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política pública em fases sequenciais e interdependentes”

O modelo do ciclo político, utilizado nesta pesquisa para a análise do projeto DIDTR, visa identificar como tais processos se dão a partir do comportamento dos atores envolvidos: políticos, burocratas, grupos de interesse etc. Para Dye (1992) com este modelo é possível entender como são formuladas as políticas públicas.

O ciclo de vida de uma política pública encontra-se dividido em fases que autores como (FREY, 2000; SARAVIA, 2006; SOUZA, 2006) identificam várias fases. Secchi (2013) propõe que as políticas públicas podem incluir sete fases, sendo elas: **1.** Identificação do problema; **2.** Formação da agenda; **3.** Formulação de alternativas; **4.** Tomada de Decisão; **5.** Implementação; **6.** Avaliação; e **7.** Extinção, embora nem sempre todas as políticas públicas seguem essa ordem específica, nem necessariamente seguem todas as fases e algumas inclusive não cheguem a concluir o *policy cycle*. Observa-se que existem autores que diferem uma ou mais etapas, mas a maior parte deles coincidem com as fases da Agenda, Implementação e com a Avaliação, do ciclo político.

A identificação do problema na visão de Sijoblom (1984 apud Secchi, 2013) está relacionada ao problema público sob a percepção dos atores envolvidos. A Formação da Agenda, segundo Frey (2000), ocorre quando se decide se o problema realmente vai ser inserido dentro da política atual, já que também pode ser adiado ou excluído. Por sua vez, a formulação de alternativas corresponde a elaboração dos diferentes métodos, estratégias e ações para levar os objetivos planteados, onde vai se escolher a alternativa mais apropriada (SECCHI, 2013). Já a Tomada de decisão, segundo Secchi (2013) é quando vai se escolher dentre as várias alternativas a possibilidade mais viável, para tomar a melhor decisão possível. Depois, a Implementação está relacionada com a forma em que se vai pôr em prática todos os planos, programas e projetos elaborados (SARAVIA, 2006). Por sua vez, na Avaliação são analisados os efeitos dos programas implementados na fase anterior, com a finalidade de conhecer os

impactos adversos e, se os objetivos já foram alcançados poderia finalizar o ciclo (FREY, 2000). Finalmente, na Extinção se constitui o fim da política pública, de acordo com Giuliani (2005 apud Secchi, 2013) as causas mais comuns para que exista a extinção de uma política pública, são: **1.** Que se perceba que o problema público, pelo qual foi criada a política pública foi resolvido; **2.** Que sejam percebidos como ineficazes os programas e ações da formulação de alternativas; **3.** Em casos em que, embora o problema não tenha sido resolvido, perdeu importância para continuar sob a proteção do Estado.

O estudo das políticas públicas focalizadas no ciclo político e, particularmente, a fase da extinção desse ciclo político, é um tema que tem sido analisado desde a década de 1970, principalmente, nos trabalhos feitos pela academia internacional, mas nos estudos feitos no Brasil se evidencia de alguma maneira um “esquecimento” da fase da extinção no ciclo político, sendo que ela poderia constituir uma etapa essencial para a tomada das futuras decisões e, considerando que da mesma forma como acontece com qualquer tipo de organização, as políticas públicas também chegam ao fim, sendo necessário compreender os motivos que levam a esse encerramento (SOUZA; SECCHI, 2015).

Daí a importância de conhecer as razões da extinção das políticas públicas, sendo os motivos muito diversos. Na visão de DeLeon (1977), são duas possibilidades para essa extinção de políticas públicas, a primeira quando o problema público, pelo qual foi criada a política é percebido como resolvido, a segunda acontece quando o problema cresceu fazendo que a continuidade da política não seja mais possível. Existindo, da mesma forma, políticas públicas que já foram criadas com uma data de validade determinada, sendo a extinção prevista, onde para Secchi (2013, p. 67) são “políticas criadas para resolver um problema específico ou contextual e têm vigência determinada em lei ou de acordo com a discricionariedade do *policy maker*”.

Segundo DeLeon (1977, p. 5), “a etapa da extinção pode ser tratada como um fim e um início – um fim para um programa que cumpriu o seu propósito e um começo para corrigir uma política ou um conjunto de programas”. De acordo como apresentado por Souza e Secchi (2015), dentre as principais razões que podem exercer influência na decisão dos governos para chegar à extinção de uma política pública estão as relativas à solução da política e ao ambiente político, como apresentado no Quadro 3.

Quadro 3. Razões e percepções para a extinção de uma política pública

RAZÕES PARA EXTINÇÃO	PERCEPÇÕES
Razões relativas ao problema	Problema resolvido Problema agravado Atenção ao problema diminuído Mudança na atenção da natureza do problema
Razões relativas à solução	Política Pública Ineficaz Política Pública Eficaz Política Pública com prazo expirado Política Pública substituída Política pública incorporada
Razões relativas ao ambiente político	Pressão da mídia e da opinião pública Mudança na administração e no Governo Ideologia Política Imperativos financeiros Eficiência organizacional

Fonte: Adaptado de Souza e Secchi (2015, p. 89).

Não obstante, as vezes extinguir uma política pública não é fácil, já que existem alguns obstáculos que podem chegar até a proibir a extinção das mesmas. Dentre eles, destacam-se a relutância intelectual, a permanência institucional, as coalizões antiextinção, a complexidade e os custos iniciais elevados (DELEON, 1977). E toda política pública busca a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas, assim como o desenvolvimento local, regional e nacional.

2.2 Desenvolvimento Socioeconômico e Regionalização

É preciso fazer uma distinção entre os termos Crescimento e Desenvolvimento, pois frequentemente eles são utilizados como sinônimos. Desse modo, deve-se destacar que o crescimento econômico para autores como Souza (1999) constitui o incremento do poder meramente financeiro, sem olhar o bem-estar das pessoas em acordo com Sachs (2004, p. 13), que o define como o aumentar da “riqueza material”, no entanto, o desenvolvimento procura ir além, ele busca a melhoria da qualidade de vida.

A palavra desenvolvimento era utilizada, antigamente, como sendo um sinônimo do crescimento econômico, mas com o decorrer do tempo e pelo seu significado e sua abrangência, não só na área econômica, de certa maneira, essa concepção mudou para uma maneira complementar com outras disciplinas das ciências como na Sociologia, na Administração, na Geografia, na História, entre outras (RUGARD, 2003).

Mas, foi possível perceber e identificar que na atualidade, ainda persiste a tendência de

confundir os termos crescimento e desenvolvimento em alguns trabalhos dentro da academia nacional e internacional. Wight (2002 apud Scott, 2011) considera que não são o mesmo crescimento e desenvolvimento, para o autor o crescimento econômico pode ser entendido como o incremento em relação à quantidade, enquanto que o desenvolvimento econômico pode ser entendido como uma melhoria na qualidade de vida das pessoas sem necessariamente implicar em um incremento na quantidade.

Diante disso, para Sen (2000), o desenvolvimento constitui um processo que envolve o acesso a fatores básicos como os serviços de saúde, educação, renda, etc. Dessa forma, o desenvolvimento local é para Coelho (1997, p. 48) “um plano de ação coordenado, descentralizado e focalizado”, que tem como objetivo melhorar as condições de vida da população. Sendo o desenvolvimento mensurado na visão dos autores Sachs (2004) e Coelho (1997) como a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O desenvolvimento turístico influencia o ambiente dos destinos que são turisticamente atrativos; e tem relação com o desenvolvimento econômico, num sentido do aumento do bem-estar, através da renda *per capita*, com o acesso a serviços sociais. A intervenção do Estado é fundamental na coordenação do desenvolvimento turístico local e regional, processo que se inicia com o planejamento da atividade (TOMAZZONI et al., 2014).

Na visão de Vignati (2008), o turismo pode ser considerado como uma atividade que abrange vários setores e seu desenvolvimento pode estar condicionado à coordenação existente, entre as políticas públicas e o envolvimento que tem a comunidade local. Já que é muito importante a participação ativa da população e como salienta Hall (2004), todos os setores envolvidos na atividade turística devem prestar atenção aos requerimentos que a população local tem com relação a seu agir nessa localidade e, bem como devem ser aceitos por eles. Tosun (2001a, p. 290 apud Scott, 2011 p. 13) considera que, "o desenvolvimento implica um processo que faz um esforço para melhorar as condições de vida das pessoas". E esse esforço é levado a cabo trabalhando em conjunto todos os envolvidos na atividade turística.

Atualmente, para os países menos desenvolvidos o setor turístico é considerado, como uma oportunidade de que suas economias consigam melhorar. Nesse caso, falamos, geralmente, de lugares onde existe uma exclusão social arraigada e uma concentração de renda e riqueza nas mãos de poucos (PIMENTEL et al., 2014).

Por outro lado, Aguiar (2007), considera que a política pública de desenvolvimento turístico deve esquecer os padrões internacionais e ter como referência, principalmente, o patrimônio cultural nacional e regional que são considerados como um valor de incalculável

potencial turístico, ou seja, concentrar seus esforços na conservação, tanto dos recursos naturais, quanto da preservação cultural dos povos, voltando-se a sua própria realidade.

Segundo Beni (2006), o desenvolvimento sustentável implica que o desenvolvimento além de satisfazer as necessidades atuais, não coloque em risco as populações futuras e, que elas também possam cumprir suas necessidades. Atualmente, as pessoas e algumas organizações acreditam que o desenvolvimento só é possível através do respeito aos recursos naturais do meio ambiente, tratando que os diversos enfoques tanto econômicos, sociais e ambientais sejam abordados de maneira conjunta, seja através de políticas, planos, programas ou projetos.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, o desenvolvimento turístico de um modo geral está se voltando ao desenvolvimento sustentável e o Brasil, não é uma exceção nessa tendência mundial (EMMENDOERFER; SOARES, 2014).

De acordo com isso, Tomazzoni (2009) desenvolveu o modelo de Arranjo Produtivo Local no Turismo, no qual, o desenvolvimento do turismo pode acontecer em três dimensões: econômica, cultural e organizacional, e dentro delas subcategorias, sendo utilizadas de acordo com a necessidade, a natureza e o tipo da pesquisa. Para o autor, a categoria econômica tem relação com o desenvolvimento regional e o turismo, sendo os elementos do desenvolvimento regional: delimitação espacial; disparidades intrarregionais; externalidades; sustentabilidade ambiental e inclusão social. Relativamente à categoria turismo, os elementos são: oferta e demanda; desempenho; priorização; exportação; circuito produtivo; interatividade extrarregional; equalização intrarregional e acessibilidade.

Na categoria cultural, os elementos relacionam-se com a história, acervos e incentivos, estética, produtos e atrativos, motivação e satisfação da comunidade. A dimensão organizacional está relacionada aos elementos de poder e capital social, gestão sistêmica, divulgação e imagem, mercadologia e comercialização, planejamento, empreendedorismo, inovação e conhecimento (TOMAZZONI, 2009).

Para Barbosa (2005), o desenvolvimento local acontece pela visita do turista na comunidade, enquanto o regional acontece pelo fato de que não só se beneficia a comunidade local com a atividade turística, mas também seu entorno, ou seja, a região, inclusive se esse entorno nem recebe a visita física dos turistas nos próprios municípios, mas pode-se beneficiar pelo fato de que seja o fornecedor de alguns bens e serviços que vão ser consumidos por esses visitantes, sejam artesanatos, produtos agrícolas, mão de obra, produtos industrializados, então pode dizer que alcançaria se desenvolver graças a seu entorno.

Nos trabalhos feitos no Brasil e no exterior predomina o enfoque econômico para o

desenvolvimento, acompanhado por um crescente interesse pelo desenvolvimento sustentável, analisando, inclusive, o desenvolvimento do turismo nas áreas que historicamente têm sido excluídas, como por exemplo: os territórios indígenas e as favelas, sendo consideradas de crescente interesse, os atrativos para os turistas que gostam de experimentar um novo turismo.

Na visão de Rugard (2003), a concepção do desenvolvimento está relacionada como um processo de mudanças socioeconômicas, sendo preciso identificar como medir o desenvolvimento. Considerando que o PIB (Produto Interno Bruto) é um indicador econômico e não contemplava as outras disciplinas, além da economia, porque para o autor nem sempre que uma nação, região ou cidade que apresenta um crescimento econômico, implica necessariamente em um desenvolvimento, mas o PIB constitui um “parâmetro potencial” sendo que os objetivos da melhoria da qualidade de vida implica, necessariamente, em um crescimento, podendo fazer com que exista crescimento sem desenvolvimento, sendo pouco provável que ocorra o contrário, desenvolvimento sem crescimento.

Ainda para o autor, os indicadores de desenvolvimento econômicos podem ser facilmente mensuráveis, como o PIB da região ou país, a renda per capita, enquanto os indicadores do desenvolvimento social como saúde, educação, bem-estar, etc. nem sempre são tão fáceis de medir. Além disso, outro fator importante é o Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado inicialmente para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir dos indicadores de educação, longevidade e renda (PIB percapita) proposto pela ONU e que alguns países, como o caso do Brasil, já elaboraram para seus municípios, estados e regiões, sendo o Instituto de Pesquisa Economia Aplicada (Ipea) o encarregado de calcular este indicador para o país (RUGARD, 2003).

Sendo assim, é possível medir esse desenvolvimento, seja por meio de uma perspectiva local ou por meio de uma perspectiva regional, sendo a regionalização uma estratégia que alguns países têm adotado. De acordo com Ministério do Turismo (2007 p. 8 apud Massukado-Nakatani e Gonçalves, 2013 p. 777), “a regionalização não é somente agrupar municípios próximos e parecidos, mas é construir um ambiente democrático, equilibrado e participativo entre o poder público, a iniciativa privada, o terceiro setor e a comunidade local”, ou seja, uma participação ativa dos envolvidos no setor turístico.

Fernandes e Coriolano (2015) também consideram a participação como eixo central e dizem que na regionalização do turismo, o Estado está permanentemente presente, pois existe um sistema nacional que estrutura a proposta de governança e o Estado está representado nessa instância, mas essa atuação do governo, do mesmo modo, é feita com a participação da sociedade.

Ainda para os autores, Fernandes e Coriolano (2015), as políticas que visam a regionalização da atividade turística estão relacionadas com a descentralização da atividade turística e a intervenção da sociedade através dos órgãos de poder local e regional para que a regionalização seja desenvolvida.

A regionalização do turismo, tem como foco principal o ambiente regional e não só o tratamento dos municípios isoladamente, para que a atividade turística sob a perspectiva da regionalização possa se desenvolver (VIRGINIO; FERREIRA, 2013). Segundo salienta Davies (2011 apud Fernandes e Coriolano, 2015), a regionalização turística tem uma maneira de agir coordenadamente de cima para abaixo, mas exige que o funcionamento seja de baixo para cima, existindo uma coordenação entre o poder público, o setor privado, o terceiro setor e a sociedade.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção apresenta-se o percurso metodológico realizado para a execução dos objetivos propostos, dividido em tópicos como: abordagem, tipo e estratégia de pesquisa, as Unidades de Análise onde são apresentados os quatro destinos indutores nacionais de Minas Gerais, o universo e os sujeitos alvo da pesquisa, a coleta e análise dos dados.

3.1 Abordagem, tipo e estratégia de pesquisa

Esta pesquisa teve uma abordagem qualitativa do tipo descritiva, pois buscou fazer uma descrição e, assim, analisar o encerramento do projeto dos destinos indutores do desenvolvimento do turismo regional, embora algumas mensurações tenham sido utilizadas para a análise dos dados obtidos, com o intuito de cumprir com os objetivos propostos.

A pesquisa, embora não seja de caráter longitudinal, tem características dos estudos longitudinais⁷. Para Godoy (1995), a pesquisa qualitativa tem ganhado um lugar entre as diversas opções para o estudo que envolve as pessoas e suas relações sociais que acontecem em vários ambientes.

No entanto, na visão de Flick (2009), as pesquisas qualitativas buscam conhecer o mundo “lá fora”, assim como compreender, descrever e explicar os contextos sociais “de dentro”, seja através da análise das vivências das pessoas ou grupos sociais, mediante à análise da interação ou comunicação que estejam desenvolvendo-se num ambiente específico ou através da pesquisa de documentos.

A estratégia adotada foi o estudo de caso, que na visão de Stake (1999) tem como finalidade fazer compreensível o caso, mediante a particularização. Neste sentido, a política pública em análise nesta pesquisa foi observada em municípios indutores do estado de Minas Gerais. Foram escolhidos os municípios desse estado pelo fato de ele ser um reflexo do contexto brasileiro, sendo um estado muito diverso no que se refere ao processo de desenvolvimento socioeconômico do país e sendo também marcado por diferenças econômicas e sociais muito importantes (COSTA et al., 2012). E justamente pelo tamanho, a posição geográfica e pelo que este estado representa para a história e a consequente construção social, política e econômica do Brasil, Minas Gerais foi o estado escolhido para este estudo.

Tornando-se fundamental estudar o desenvolvimento turístico através de quatro municípios, os chamados destinos indutores, tanto no nível local, quanto regional, levando em

⁷ Embora, eu como pesquisadora não tenha acompanhado o projeto dos destinos indutores, ele foi acompanhado nos trabalhos realizados por membros do Grupo de Pesquisa em Gestão e Desenvolvimento de Territórios Criativos (GDTeC), no qual eu faço parte, esse acompanhamento aconteceu desde o início do mesmo.

conta que este projeto foi promovido no nível Federal, mas foi, igualmente, adotado por alguns estados brasileiros, como foi o caso do estado de Minas Gerais com a finalidade de aumentar a proposta e assim promover a atividade turística e abranger mais municípios. Existem fatos nos quais o estudo de um caso permite fazer uma generalização para algum outro caso. Stake (1999) faz uma distinção entre “pequenas generalizações” e “grandes generalizações”, onde as primeiras referem-se a inferências internas que o pesquisador faz sobre um caso em particular e as segundas podem ser importantes para outros casos que não têm sido estudados ou para a modificação de generalizações que já foram feitas.

3.2 Unidades de Análise

As unidades de análise abrangeram os municípios considerados destinos indutores para o desenvolvimento turístico regional, promovidos pelo governo federal a partir da criação do projeto DIDTR em 2008. Os destinos indutores nacionais de Minas Gerais são: Belo Horizonte, Diamantina, Tiradentes e Ouro Preto, como apresentado na Figura 1.

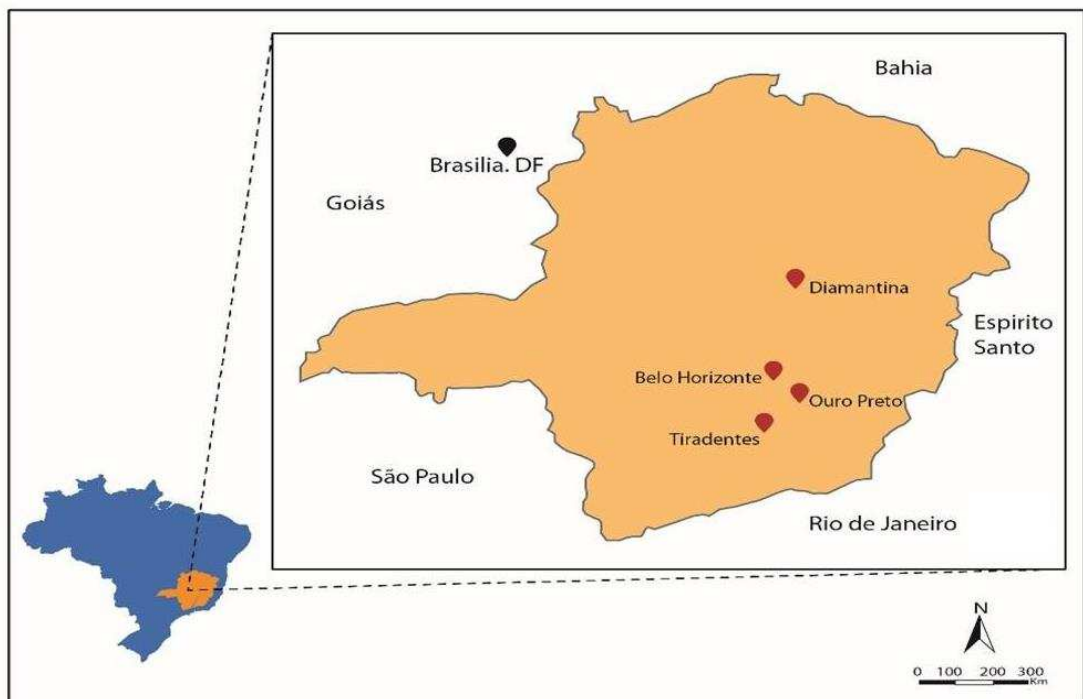


Figura 1. Unidades de Análise no Estado de Minas Gerais
Fonte: Elaboração própria

Por tratar-se de um estudo de caso, segue uma descrição com as principais características de cada um dos destinos indutores nacionais do estado de Minas Gerais (TABELA 1).

Tabela 1. Principais características dos Destinos Indutores Nacionais de Minas Gerais

	Belo Horizonte	Diamantina	Tiradentes	Ouro Preto
Localização	Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte	Mesorregião de Jequitinhonha	Mesorregião das Vertentes	Mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte
População 2016	2.513.451	48.095	7.726	74.356
Área	330 km ²	3.870 km ²	83.209 km ²	1245 km ²
Data de fundação	12 de dezembro de 1897	6 de março de 1831	19 de janeiro de 1718	8 de julho de 1711
Cidades limítrofes	Vespasiano Ribeirão das Neves Contagem Nova Lima Ibirité Sabará Santa Luzia	Bocaiuva Buenópolis Augusto de Lima Carbonita Couto de Magalhães de Minas Datas Olhos d' Água Monjolos Gouveia Serro Senador Modestino Gonçalves São Gonçalo de Rio Preto	Coronel Xavier Chaves Prados Santa Cruz de Minas São João del Rei	Catas Altas de Noruega Itaverava Ouro Branco Congonhas Belo Vale Moeda Mariana Itabirito Santa Barbara

Fonte: IBGE (2017).

a. Belo Horizonte

Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, a sexta cidade mais populosa do Brasil e a mais populosa do estado de Minas Gerais. As principais atividades econômicas de Belo Horizonte são o processamento de minérios, a indústria, a agricultura, os serviços, a informática, a biotecnologia e a medicina. Na área turística, os visitantes que chegam na cidade vêm, principalmente, em função de negócios.

Este município foi construído de maneira planejada, para ser a capital do estado de Minas Gerais, em substituição ao município de Ouro Preto. O referido município deixou de ser a capital mineira, pelo fato de que na época foi considerado que não tinha o potencial de crescimento desejado.

De acordo com dados da ONU, a cidade é considerada com a melhor qualidade de vida na América Latina, ficando na posição quarenta e cinco dentre as cem melhores cidades a nível mundial. A cidade é reconhecida e tem importante influência, tanto dentro, como fora do Brasil no referente à cultura, economia e política (ENCONTRA MINAS, 2016). Belo Horizonte é uma das quatorze cidades brasileiras que tem o título de Patrimônio Mundial Cultural outorgado pela UNESCO, obtido no ano 2016 pelo Conjunto Moderno da Pampulha (IPHAN, 2017).

b. Diamantina

Diamantina, cidade histórica, situada no nordeste de Minas Gerais. Seu nome se deve a grande quantidade de diamantes que foram encontrados no lugar, a exploração das pedras preciosas promoveu a riqueza arquitetônica e cultural que Diamantina conserva até hoje, sendo uma das primeiras cidades brasileiras tombadas como monumento histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2017). A cidade é uma das mais visitadas do estado de Minas Gerais.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2016), Diamantina é considerada uma cidade com muita história e tradição, é um município rico em patrimônio natural, cultural e arquitetônico, ressaltando-se o interesse pela conservação do patrimônio. Atualmente, é reconhecida como uma cidade histórica, sendo uma das cidades mineiras que tem o título de Patrimônio Cultural Mundial da UNESCO, tem um grande fluxo de turistas, principalmente nos finais de semana e feriados (PREFEITURA DE DIAMANTINA, 2016).

Para a Prefeitura de Diamantina (2016), a cidade possui lugares turísticos culturais como igrejas, casas antigas, e belas paisagens naturais, é uma cidade com uma marcada tradição, tanto religiosa, quanto folclórica e musical. Um fato curioso sobre a cidade é que cada rua da cidade tem uma igreja que dá o nome a suas ruas.

c. Tiradentes

Tiradentes, outra cidade histórica e turística de Minas Gerais, considerada uma das cidades mais charmosas do estado, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), tem muitas atrações para os turistas como a Maria Fumaça, um trem a vapor que leva e traz turistas entre Tiradentes e São João del Rei, com duração aproximada de 40 minutos de viagem, sendo a paisagem emoldurada pela serra de São José, paisagem que também pode ser observada desde a cidade. No centro histórico de Tiradentes encontram-se charretes a cavalo que remontam a ideia dos moradores do século XVIII.

A geografia da cidade é considerada um planalto com montanhas, seu clima é tropical de altitude. Tiradentes é reconhecida como uma cidade com atrativo histórico, cultural e principalmente pelas suas riquezas naturais, porém a única cidade dos destinos indutores nacionais de Minas Gerais que não possui o título de Patrimônio Cultural da UNESCO.

Tiradentes possui ruas de pedra, atrativos como o chafariz, igrejas de estilo barroco como a Matriz de Santo Antônio, o Museu do Padre Toledo, onde foi realizada a primeira reunião dos Inconfidentes Mineiros e o Museu da Liturgia, único desse tipo na América Latina.

Um outro atrativo de Tiradentes é, sem dúvida, a gastronomia e a variedade de possibilidades para atender todo tipo de turistas, sendo o maior atrativo a comida da roça e a grande quantidade de eventos que são organizados durante o ano inteiro, à exceção do mês de dezembro, todos esses eventos realizados pela iniciativa privada com o apoio da prefeitura.

d. Ouro Preto

Segundo dados do IBGE (2017), a atividade econômica mais importante deste município é a mineração. O turismo constitui a segunda atividade econômica mais importante, porém, é a atividade turística que gera mais empregos na cidade, embora não seja a atividade que mais arrecada.

Ouro Preto foi capital do estado mineiro até o ano 1897, ano no qual é substituída por Belo Horizonte, por não ter as características viáveis requeridas para o desenvolvimento urbano. A cidade de Ouro Preto, em 1980, foi a primeira cidade brasileira a ser declarada como Patrimônio Cultural Mundial pela UNESCO. Outro dado importante na história do município e do Brasil em geral é que a cidade é a única a ter tantos fatos relevantes na construção da história brasileira.

A cidade possui igrejas e museus, os turistas que chegam na cidade têm que subir e descer ladeiras, passear por ruas estreitas e ficam encantados com a história, a cultura e a arquitetura que Ouro Preto tem para ofertar a seus visitantes.

Dentre os atrativos que a cidade oferece para os turistas estão a Praça Tiradentes que pode ser considerada o ponto de maior atrativo para os turistas, fica bem na chegada do Centro da cidade, onde se encontra o monumento onde foi exposta a cabeça de um dos líderes da Inconfidência mineira, Tiradentes. O museu da Inconfidência, lugar rico em história com objetos que foram utilizados pelos escravos, índios e pelos portugueses, assim com objetos pessoais dos inconfidentes e uma cadeia no interior do museu, igualmente localizada na referida praça. O trânsito é um dos maiores problemas que a cidade apresenta nas épocas de feriados ou férias quando os turistas chegam para curtir a cidade.

Os casarões antigos chamam muito a atenção pela sua beleza e conservação da arquitetura colonial daquela época e as igrejas de mais de dois séculos, como a Igreja de São Francisco de Assis que conta a história das obras do Aleijadinho. Além disso, outro atrativo é a feira de artesanato em pedra sabão e as minas de ouro que esta cidade mineira tem para oferecer aos turistas.

3.3 Sujeitos da pesquisa

O universo de pesquisa compreendeu os atores sociais do turismo dos quatro DIDTR do estado de Minas Gerais e do governo federal, especificamente do Ministério do Turismo, que como salienta Secchi (2013) são as pessoas, grupos ou organismos que têm uma influência no ciclo político e que são possuidores de atitudes relacionadas com sua atuação social. Então os sujeitos da pesquisa nesse trabalho são os representantes dos organismos atuantes no turismo dos municípios considerados destinos indutores, para fins dessa pesquisa optou-se em nomear burocratas líderes e burocratas técnicos, para manter o anonimato dos entrevistados que foi garantido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE⁸ (ANEXO 1), do setor público seja federal ou municipal e para nomear aos participantes pertencentes à iniciativa privada que participaram da pesquisa, utilizou-se os termos Gestor e Técnico, conforme apresentado no Quadro 4.

Quadro 4. Entidades e sujeitos alvo da coleta de dados

Nível Federal		
União	Entidades	Códigos
Ministério do Turismo	Burocrata Líder	E13
	Burocrata Líder	E14
	Burocrata Técnico	E15
	Burocrata Técnico	E16
	Burocrata Técnico	E17
	Burocrata Líder	E18
Nível municipal		
Municípios	Entidades	Códigos
Belo Horizonte	Gestor Burocrata Técnico - Belotur	E1
	Técnico do Setor Privado - Belo Horizonte Convention & Visitors Bureau.	E11
Diamantina	Gestor do Setor Privado - Circuito dos Diamantes	E2
	Burocrata Técnico - Secretaria Municipal de Turismo	E3
Ouro Preto	Burocrata Técnico - Secretaria Municipal de Turismo	E4
	Gestor do Setor Privado - Ouro Preto e Circuito do Ouro Convention & Visitors Bureau	E5
	Burocrata Técnico - Associação do Circuito do Ouro	E10
	Político Parlamentar	E12
Tiradentes	Gestor do Setor Privado - Associação Empresarial de Tiradentes (ASSET)	E6
	Gestor do Setor Privado - Circuito Turístico Trilhas dos Inconfidentes	E7
	Gesto do Setor Privado - Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes	E8
	Gestor Burocrata Líder - Secretária de Turismo e Cultura de Tiradentes	E9

Fonte: Elaboração própria.

Essas entidades foram selecionadas por tipicidade, que é uma forma de amostragem não probabilística⁹. Assim, cabe mencionar, que tanto quanto os atores do nível federal e municipal,

⁸ Requisito submetido e aprovado pelo Comitê de Ética que envolve pesquisa com seres humanos.

⁹ A amostra é considerada não probabilística por não utilizar procedimentos estatísticos e por tipicidade, pois ela é conformada pela escolha de elementos representativos da população-alvo (VERGARA, 2005).

uma vez contatados, eles por sua vez, indicaram outras pessoas que poderiam colaborar nas entrevistas, ou seja, eles sugeriram outras pessoas ou instituições que podiam ajudar com outras informações necessárias para a pesquisa, utilizando-se a técnica conhecida como *snow ball*¹⁰.

Do perfil dos entrevistados no nível municipal, começou-se analisando de maneira geral, que nos quatro destinos indutores nacionais de Minas Gerais, a maior parte dos entrevistados possuem algum tipo de formação acadêmica, entre graduação, mestrado e doutorado, sendo 8 dos Gestores entrevistados pertencentes as áreas de Turismo e Cultura, 2 da área administrativa, 1 possui formação em outras áreas e só um entrevistado não possui nenhum tipo de formação.

Na sequência, foi possível identificar 10 dos gestores entrevistados, no nível municipal, estiveram envolvidos na área em algum momento do período de 2008 a 2015, sem necessariamente estar desde o início, mas que conheciam da implementação do projeto em seus respectivos municípios, assim, foi possível perceber que de 12 atores entrevistados 8 deles encontravam-se na área o setor turístico pelo menos desde o ano 2008, ou antes do início do projeto em estudo, inferindo que as pessoas contatadas e entrevistadas conheciam da política e aportaram positivamente na coleta de dados.

Do perfil dos entrevistados no nível federal, especificamente, os funcionários do Ministério de Turismo, foi possível entrevistar as pessoas que de alguma maneira tiveram um envolvimento com o Projeto dos Destinos Indutores, em qualquer das fases, no período de tempo analisado, ou seja, foram procurados funcionários que ainda estivessem vinculados ao Ministério do Turismo, procurando também, ter diversas percepções desde os diferentes níveis de hierarquia dentro do Ministério.

3.4 Coleta de Dados

A coleta de dados secundários, foi realizada através de documentos disponíveis nos sites, tanto do Ministério de Turismo, quanto dos destinos indutores, artigos científicos, teses e dissertações referentes ao foco da pesquisa. Para a escolha desses documentos, foi seguido os padrões de Cellard (2008), realizando uma “análise preliminar” com a finalidade de analisar de uma maneira crítica e previamente os documentos que iam ser utilizados na pesquisa. E, esta fase foi composta por cinco etapas que são: o contexto, o autor ou os autores, a autenticidade e a confiabilidade do texto, a natureza do texto, os conceitos-chave e a lógica interna do texto.

¹⁰ A *snow ball* é técnica de amostragem não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam outros até alcançar o ponto de saturação, quando já não se acrescenta nada novo (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Assim, também, foram utilizados dados primários, coletados a partir das entrevistas com roteiro semiestruturado e observação direta, tanto no MTur, quanto nos quatro destinos indutores de Minas Gerais.

Já para a primeira parte da pesquisa em campo, foi realizada nos quatro destinos indutores nacionais de Minas Gerais, a coleta de dados primários, por meio de entrevistas com roteiros semiestruturados (APÊNDICE A). As mesmas aconteceram nos meses de julho, agosto e setembro; já a coleta de dados no MTur aconteceu no mês de novembro de 2017 (APÊNDICE B). A ordem dos destinos a partir do início da coleta dos dados foi em função da disponibilidade que os entrevistados tinham para atender a pesquisadora.

A segunda parte da coleta de dados no Ministério de Turismo ocorreu através de dados primários, por meio de entrevistas com roteiros semiestruturados aos atores do nível federal (APÊNDICE C), onde foi possível obter as percepções dos funcionários que participaram de alguma maneira nas diferentes fases do projeto dos destinos indutores e que tiveram algum tipo de envolvimento, bem como, que ainda, encontravam-se trabalhando nas diversas áreas dentro do Ministério do Turismo.

Assim, para todas as entrevistas os participantes foram contatados através de ligações pelo telefone ou por e-mail, nos quais se explicava o objetivo da pesquisa e o tempo previsto de duração da mesma, solicitando, para mais, a opção de recomendar alguma pessoa (quando não havia disponibilidade) que pudesse contribuir para a pesquisa. Alguns deles responderam positivamente para as entrevistas.

Procurando que em cada município participassem representantes do poder público, da iniciativa privada ou instituições atuantes no turismo, com o intuito de ter uma percepção no mínimo de duas instâncias de governança local diferente, isso no caso dos municípios indutores e, com relação aos atores do Ministério do Turismo, procurou-se que fossem funcionários de diferentes níveis hierárquicos dentro dessa instância governamental.

Na pesquisa em campo, além das entrevistas aos sujeitos atuantes do turismo local e federal, foi possível fazer uso de outra ferramenta importante de coleta de dados, a observação direta, já que o pesquisador além de coletar as informações, esteve em cada destino como visitante, ao fazer uso dos meios de hospedagem, restaurantes, meios de transporte, etc., experimentando, assim, o que o turista ou visitante percebe e sente em cada destino visitado. Na observação direta, se levaram anotações através de diários de campo, as entrevistas foram gravadas e logo transcritas na sua totalidade. No momento da entrevista foram explicados os objetivos e demais compromissos da pesquisa, que neste caso, envolve seres humanos e, que consta no termo de consentimento livre e esclarecido aceitado e assinado tanto pelo entrevistado

quanto pelo entrevistador, para manter o sigilo da identidade dos entrevistados optou-se por utilizar códigos (nomenclatura E1, E2, E3) e assim sucessivamente, em função da ordem em que foram realizadas cada uma das entrevistas.

3.5 Procedimento de análises de dados

No que tange à análise de dados, a técnica utilizada foi a análise de conteúdo, pois esta técnica adéqua-se a presente proposta de pesquisa, como salienta Flick (2004) pelo fato que dentro das características principais da técnica de análise de conteúdo, ela utiliza categorias e elas podem nascer da teoria para a prática, mas também podem ser desenvolvidas no campo.

Assim, para atender cada um dos objetivos específicos detalha-se a seguir as ações para a análise dos dados coletados: Para a análise do primeiro objetivo específico se apresentam as fases do Ciclo Político 1. Identificação do problema; 2. Agenda e Formulação da Política; 3. Implementação; 4. Monitoramento e Avaliação; e 5. Extinção que foi percebido, neste caso, que houve uma Extinção para fins Internos e para fins Externos. Cabe mencionar que no início da pesquisa pensava-se em seguir as sete etapas propostas por Secchi (2013), mas essas fases ou categorias modificaram-se com o desenvolvimento da pesquisa, em função dos dados que foram possíveis obter na coleta.

Frente ao segundo objetivo específico analisou-se, principalmente, algumas das categorias do desenvolvimento do turismo, especificamente, nas categorias propostas por Tomazzoni (2009) no seu modelo de Arranjo Produtivo Local, nas categorias organizacional, econômica e cultural de cada município, tentando encaixar nessas três categorias as treze dimensões analisadas pelos Estudos de Competitividade¹¹, essas medições dos Índices de Competitividade foram analisadas e classificadas em cinco níveis de competitividade, sendo o nível mais baixo o Nível 1 organizados os resultados de 0 a 20; Nível 2 de 21 a 40; Nível 3 de 41 a 60; Nível 4 de 61 a 80 e Nível 5 de 81 a 100, sendo o nível mais alto de competitividade (BRASIL, 2015).

Analisando dentro da dimensão econômica a relação do PIB per capita, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), índice FIRJAN que mensura áreas como: saúde, educação, emprego e renda, sendo analisados desde o início no ano 2008, em função da existência dos dados disponíveis, se buscou identificar se houve algum tipo de desenvolvimento

¹¹ As dimensões analisadas nos Estudos de Competitividade foram: Infraestrutura Geral, Serviços e Equipamentos Turísticos, Acesso, Atrativos turísticos, Marketing e Promoção do destino, Políticas Públicas, Cooperação Regional, Monitoramento, Economia Local, Capacidade Empresarial, Aspectos Sociais, Aspectos ambientais, Aspectos culturais (BRASIL, 2015).

nos destinos indutores, mediante as análises dos dados estatísticos fornecidos pelas bases de dados especializadas e, assim, analisar essa evolução. Analisou-se ainda por intermédio do IFDM¹² - Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, a evolução ao longo dos anos das cidades vizinhas dos destinos indutores nacionais de Minas Gerais, a escolha das cidades limítrofes foi em função de atender o critério da proximidade geográfica desses municípios com os destinos indutores, para depois comparar sua evolução com o destino indutor e tentar compreender se essas cidades apresentaram algum tipo de desenvolvimento, embora não seja possível identificar se o turismo e, especificamente, o projeto DIDTR, seja o responsável por esse desenvolvimento evidenciado.

Já para o terceiro objetivo específico buscou fazer uma análise tendo como base algumas categorias também já existentes, ou seja, utilizou-se no processo as caixas e gavetas que segundo Bardin (2011) são categorias que já existem. Neste caso específico, a categoria do ciclo político, especificamente foi feita uma análise com ênfase na fase da Extinção. Assim, seguiu-se o quadro desenvolvido por Souza e Secchi (2015) sobre os principais motivos que podem exercer influência na decisão dos governos para chegar à extinção de uma política pública, tentando identificar se alguma delas foi a possível causa da extinção da política pública em estudo. No Quadro 5, se apresenta um resumo da coleta e análise dos dados.

¹² É um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas: Emprego & Renda, Educação e Saúde (FIRJAN, 2017).

Quadro 5. Procedimentos metodológicos para atender aos objetivos específicos da pesquisa

O QUE?	COMO COLETAR?	COMO ANALISAR ? / CATEGORIAS
1. Identificar as etapas do ciclo político do projeto dos destinos indutores.	A coleta de dados foi por meio de dados primários, como entrevistas e observação direta e, os dados secundários foram coletados a través de documentos como relatórios do governo federal e dos destinos indutores do estado de Minas Gerais, disponíveis em sítios oficiais na internet.	Para a análise foram identificadas as fases do ciclo político 1. Identificação do problema; 2. Agenda e Formulação; 3. Implementação; 4. Monitoramento e Avaliação; 5. Extinção para fins Internos e Externos.
2. Descrever as implicações do Projeto em estudo para os municípios considerados indutores do desenvolvimento turístico regional de Minas Gerais.	A coleta de dados foi, mediante dados secundários a través de alguns documentos das prefeituras e dos municípios objeto de nosso estudo, disponíveis na internet, relatórios dos índices de Competitividade de cada município, também através de bases de dados para coletar dados referentes a indicadores socioeconômicos, e bases de dados especializadas, assim como através de dados primários, como: entrevistas com roteiro semiestruturado aos sujeitos da pesquisa.	A análise foi realizada através da utilização das categorias propostas por Tomazzoni (2009) em seu Modelo de Arranjo produtivo local, Dimensão Organizacional, Dimensão Econômica, Dimensão Cultural.
3. Identificar os motivos do encerramento do Projeto em estudo e analisar essas razões.	A coleta de dados, ocorreu através de entrevistas semiestruturadas aos representantes das instituições do nível federal e municipal e, também mediante documentos disponibilizados no site do Ministério de Turismo.	A análise foi com ênfase na fase da Extinção do ciclo político, através do quadro desenvolvido por Souza e Secchi (2015) dos principais motivos que podem exercer influência na decisão dos governos para chegar à extinção de uma política pública: razões referentes ao problema, as razões relativas à solução da política, as razões relativas ao ambiente político.

Fonte: Elaboração própria.

3.6 Limitações da Pesquisa

Ao tratar-se de um projeto elaborado pelo nível federal, datado do começo de 2008, muitos gestores no nível municipal, que atuaram naquela época e que conheciam o projeto dos destinos indutores, quando ele foi executado, em cada um dos municípios, especificamente no caso mineiro, já não se encontram trabalhando nessa área. Evidencia-se que, o turismo encontra-se afetado pela mudança de gestão, mudando com eles as diretrizes e planos que estão sendo executados, muitas das vezes apresentando um retrocesso no trabalho alcançado, mudança que é possível observar, principalmente, no setor público.

Ressaltando, assim, o fato dessa mudança ocorrida na Gestão de alguns dos municípios, no início do ano 2017, assim, como a mudança da Gestão no nível Federal, que, no caso do Ministério do Turismo, foram dez secretários de turismo nos últimos dez anos.

Assim, o fato que alguns Gestores que acederam a entrevista, no caso municipal, especificamente, não contribuíram, como se esperava pelo desconhecimento da política

específica, mas suas considerações serviram para caracterizar o município dentro da atividade turística.

Uma limitante importante foi não ter conseguido no Ministério do Turismo nenhum documento para além dos Estudos de Competitividade e outros documentos disponibilizados na internet, tendo como resposta que foi extinto o Departamento que coordenava o projeto dos destinos indutores e, ter se espalhado as responsabilidades entre os outros departamentos dentro do Ministério. Diante desse fato foi possível perceber que o Projeto dos Destinos Indutores, foi criado de maneira “um tanto informal”, pois não havia nenhuma portaria que o respaldasse.

Cabe mencionar, também, que em algumas entidades vinculadas com o turismo nos quatro destinos indutores de Minas Gerais, do setor público e do setor privado, a maioria dos sujeitos que não participaram da entrevista foi por indisponibilidade, já que a agenda entre o pesquisador e os sujeitos alvos da pesquisa não foi compatível, embora tenha ocorrido uma tentativa reforçada por parte da pesquisadora, tentando fazer contato para que as entrevistas fossem via Skype ou por e-mail, visando diminuir as limitações desta pesquisa.

Uma outra limitante a considerar foram as longas distancias de deslocamento, entre um destino e outro, da mesma maneira, o deslocamento para Brasília, onde encontra-se a Sede do Ministério do Turismo, levando em conta que o lugar de partida para a coleta dos dados primários (entrevistas) foi a cidade de Viçosa em Minas Gerais.

Os escassos recursos financeiros, foi outra limitante nessa pesquisa, impossibilitando o retorno às cidades, em datas posteriores, para novas entrevistas, que poderiam ter enriquecido a pesquisa.

4 O CICLO POLÍTICO DO PROJETO DIDTR

A partir das fontes consultadas e dos resultados obtidos, tanto nos dados documentais, quanto das entrevistas realizadas, foi possível identificar cinco fases, tudo isso em função de cumprir com o primeiro objetivo específico, as fases foram **1. Identificação do Problema**, **2. Agenda e Formulação da Política Pública**, **3. Implementação**, **4. Monitoramento e Avaliação** e **5. Extinção**, que neste caso se deu de maneira interna e externa, como apresentado na Figura 2. Ressalta-se que todas as fases serão discutidas nas seções subsequentes.

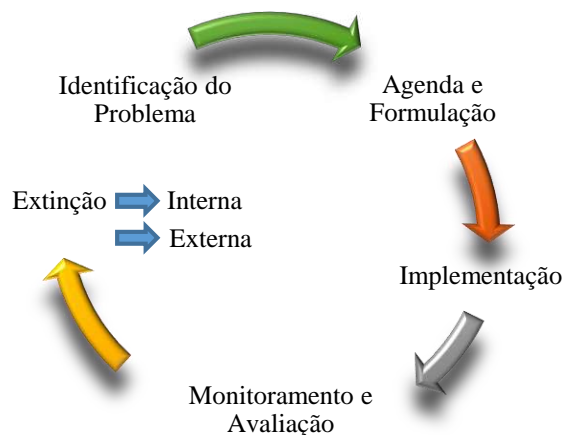


Figura 2. Fases do Ciclo Político do Projeto DIDTR
Fonte: Elaboração própria.

Na sequência são apresentadas e analisadas as fases do ciclo ou processo político do projeto DIDTR e para tal, começou-se analisando o problema que gerou a necessidade de intervenção do governo, a seguir, a entrada na Agenda do Governo Federal e sua Formulação como política de turismo, a Implementação em cada município, e na sequência o Monitoramento e a Avaliação, por fim, a Extinção para tentar compreender os motivos que levaram ao governo nacional a decidir o encerramento do Projeto dos 65 Destinos Indutores para o Desenvolvimento do Turismo Regional (DIDTR).

4.1 Identificação do problema

O projeto 65 DIDTR, surgiu como uma estratégia para o cumprimento das metas do Programa de Regionalização de Turismo e do Plano Nacional de Turismo (BRASIL, 2013a). O projeto DIDTR visava que a atividade turística alcançasse a competitividade e cumprisse com os padrões de Qualidade Internacional, que buscava ser trabalhado nos destinos escolhidos como indutores até o ano 2010. E, essa qualidade, baseada em normas internacionais e que

esses destinos ajudassem a desenvolver a atividade turística no nível regional, ou seja, para além das cidades destinos (BRASIL, 2008).

Na visão do entrevistado E14, a principal motivação para a criação do projeto 65 destinos indutores era: “que você não encontrava no país, destinos que estivessem prontos para atender turistas estrangeiros, o problema a resolver era melhorar os destinos, tanto em termos de gestão, quanto em termos de receptividade turística, infraestrutura, enfim, preparar os destinos”.

E se não se tinha destinos prontos para atender turistas internacionais, precisavam ser tomadas decisões através de ações concretas, por parte do governo federal para preparar destinos, pelo fato da proximidade, naquela época, dos grandes eventos mundiais que iriam acontecer no Brasil, nos anos seguintes, sendo nesse sentido, que o entrevistado E15, considera que o projeto 65 DIDTR

[...] **surgiu da necessidade, porque iria ter os grandes eventos** a Olimpíada, a Copa e viu a necessidade de **desenvolver algumas cidades** e, eles chamavam que o destino indutor, devia ter uma qualidade internacional, ne? Então aí eles selecionaram alguns destinos que visavam desenvolver esses destinos escolhidos, **primeiro localmente** e, aí como o Programa de Regionalização trata exatamente disso, o desenvolvimento. Eu acredito que foi bem na linha, você tem as regiões e aquele destino indutor de aquela **região** iria desenvolver o restante dos municípios e dessa forma alcançar a competitividade, alcançar o desenvolvimento, mas voltado para o público internacional (E15) (grifo nosso).

De acordo com Secchi (2013) a identificação do problema é uma etapa crucial para o sucesso da futura política pública a implementar-se, sendo assim, um problema público seria a diferença entre a situação real e a situação ideal a qual busca-se chegar com a política pública.

Identificando assim, como problema a falta de desenvolvimento turístico pelo fato dos destinos não estarem certificados com o Padrão de Qualidade Internacional, não estando preparados para o recebimento dos turistas e visitantes dos grandes eventos internacionais, para o qual foi elaborado o Índice de Competitividade, mesmo que tivesse como finalidade que os gestores municipais, estaduais e federais trabalhassem para planejar os destinos e, que o turismo fosse considerado como competitivo no nível internacional.

Dessa forma, os turistas, principalmente, os estrangeiros perceberiam o país como destino competitivo frente a outros destinos internacionais e viriam ao Brasil, gerando recursos, dinamizando a economia do país, gerando empregos, através do efeito multiplicador da economia, com o intuito de melhorar a qualidade de vida das populações envolvidas no turismo. Essa atividade turística alcançaria o desenvolvimento regional, para além do local.

Evidenciando após os depoimentos dos entrevistados, que esses padrões de qualidade internacional ficaram só no discurso, pois não foram definidos, quais, especificamente, seriam

esses padrões que deveriam ser trabalhados nesses 65 destinos indutores, para que os municípios chegassem a ser competitivos, informação que não foi encontrada em documentos oficiais e, que os entrevistados ou sujeitos alvo da pesquisa, no nível federal, não conheciam. Segundo o entrevistado E18, quando questionado sobre quais os Padrões Internacionais que pretendiam ser trabalhados nos destinos, foi respondido:

[...] esse é um problema sério, porque **apesar de estar no discurso, nunca foi definido**, desde o Plano Nacional de Turismo, no ano 2003, ele tinha como meta criar três produtos de qualidade, em cada unidade da federação e, o que é um produto de qualidade internacional?, não faço ideia, no projeto vamos criar qualidade internacional, não tem, isso nunca foi declarado, [...] esses indicadores nunca foram definidos, esse umbral nunca estava definido por mais que você tenha indicadores e dimensões no índice de competitividade, provavelmente isso não é possível de fazer, agora que o destino está pronto para o nível internacional?, esse selo não existe, claro que você pode falar esse destino recebe mais turista internacional, esse recebe menos, esse tem uma avaliação positiva maior e esse uma avaliação positiva menor feito pelos turistas internacionais [...] então **essa definição teórica nunca foi feita no âmbito do Ministério do Turismo (E18)** (grifo nosso).

Sendo possível identificar a partir desse depoimento, que existiu uma má definição do problema e segundo com Subirats (1989) quando não é desenhada adequadamente uma política, ela pode levar a soluções equivocadas, daí a importância de uma correta definição dos problemas que levam a criar as políticas públicas.

E, nesse sentido, o entrevistado E16, da mesma forma, considera que “essa questão do internacional é discurso, fica bonito, mas sobre uma ótica prática, seja na teoria, seja na aplicação, não tem uma métrica que você conseguiria comparar, esse estudo não foi comparado lá fora”. Acrescentando o entrevistado E17 que os padrões de qualidade internacional, “são critérios subjetivos, não houve uma objetividade na definição e um esclarecimento de fato de que são esses padrões de qualidade internacional, para que a gente pudesse monitorar isso, então que não se sabe quais desses 65 destinos cumpriram com esse padrão de qualidade internacional”.

E somente o entrevistado E15 considera que os padrões de qualidade internacional “visavam aumentar o fluxo, qualificar os funcionários das hotelarias, etc [...] acho que, tinha também a questão de formalizar os negócios que não eram formalizados, acredito que era mais nesse sentido, de melhora a mão de obra também”, mas, como os outros entrevistados, ele não conhece quais, esses padrões específicos que buscavam ser trabalhados nos destinos.

Assim, cabe mencionar que na visão do entrevistado E16 o projeto DIDTR foi criado com a finalidade de alocar os recursos das emendas parlamentares em projetos do Programa de Regionalização do Turismo, considera assim, que “não foi o grande problema público que visava ser resolvido, senão a grande oportunidade de alocar os recursos provenientes de

emendas parlamentares, sendo assim, que entrou na agenda do governo federal”. Segundo com Kingdon (2003) essa seria a janela de oportunidade política que se apresentou nesse caso específico dos destinos indutores, pois, segundo com o depoimento, a solução veio primeiro, os recursos estavam disponíveis, antes mesmo de identificado o problema (oportunisto político), sendo revelada assim, uma disfunção da administração pública para alocar recursos.

Para Souza (2006, p. 30) “O reconhecimento e a definição dos problemas afeta os resultados da agenda, ou seja, se um problema não é identificado e definido corretamente existe a possibilidade de afetar as demais etapas do ciclo político e poderia terminar não entrando na agenda de prioridade de resolução do problema de um governo, neste caso do projeto DIDTR foi identificado um problema *top down* que apareceu no MTur, sendo uma decisão política, na qual os *policy makers*, que fazem a política pública poderiam ter tomado a decisão por diversos motivos, mas não porque fosse uma demanda coletiva, talvez fossem interesses políticos como a necessidade de alocar os recursos de emendas parlamentares ou por pressões políticas.

Assim, previamente à criação do Ministério do Turismo e, antes de existir o Programa de Regionalização do Turismo, a estratégia de desenvolvimento foi o Programa de Municipalização do Turismo, e isso foi referendado pelo entrevistado E13 “apesar do Programa de Regionalização do turismo, ser uma decorrência do Programa de Municipalização do turismo, tudo continua acontecendo no município”.

Resumindo a primeira etapa do ciclo do projeto analisado, ele surgiu segundo com o entrevistado E16, não com problema público, senão pela necessidade de alocar recursos de emendas parlamentares. Assim, na visão dos entrevistados E14 e E15 o projeto DIDTR surgiu para potencializar alguns destinos (65) preparando esses territórios para os eventos internacionais que estariam prestes acontecer no Brasil nos “próximos” anos (2014-2016). Já os Padrões de Qualidade Internacional, segundo os entrevistados E15, E18 ficaram somente no discurso, pois eles não foram definidos pelo menos dentro do Ministério do Turismo, pois para o entrevistado E15 esses padrões visavam aumentar o número de turistas estrangeiros, mas desconhece quais seriam esses padrões específicos.

4.2 Agenda e Formulação da Política

Com a criação do Ministério do Turismo, em janeiro de 2003, o Governo outorgou o reconhecimento e a importância que o turismo tem dentro da economia e, foi através de políticas públicas, que o governo federal priorizou o desenvolvimento da atividade turística no Brasil. O primeiro Plano Nacional de Turismo 2003-2007, lançado em abril do ano 2003, foi criado com

a finalidade de desenvolver o turismo com qualidade e diversidade, seja regional, cultural e natural que o Brasil possui (HENZ; CRUZ, 2015).

No mesmo ano 2003, em reunião do Conselho Nacional de Turismo, houve a instalação da Câmara Temática de Regionalização, foi apresentada a proposta do Programa de Regionalização do Turismo, que segundo com o entrevistado E18

[...] foi trazida a experiência do estado do **Rio Grande do Sul**, para o nível federal, que, nesse estado, já tinha sido aplicada essa abordagem, sendo assim, implementada a **Regionalização**, pois foi o mesmo grupo político quem ganhou as eleições no ano 2002, também, a regionalização, já vinha acontecendo em estados como **Minas Gerais**, desde a década de 1990. Além disso, a própria **Organização Mundial do Turismo** (OMT), olhava a regionalização como uma abordagem preferencial para as políticas públicas de turismo (E18) (grifo nosso).

Nesse mesmo ano (2003), foram criadas dez câmaras temáticas, entre elas a de Regionalização, que abordava temas como quais critérios eram considerados prioritários nas regiões turísticas, sendo uma instância relevante de suporte à regionalização (BRASIL, 2010).

Porém, foi no ano 2004, quando o Programa de Regionalização do Turismo foi lançado na Sede da Confederação Nacional de Comércio em Brasília, o mesmo que tinha como finalidade a participação dos atores envolvidos da sociedade e o governo, buscando o atendimento dos objetivos como a diversificação, estruturação, qualificação do turismo, entre outros (HENZ; CRUZ, 2015).

Logo no ano 2006, foram apresentados 396 roteiros turísticos pertencentes a 149 regiões do turismo e 1207 municípios de todo o Brasil, sendo 87 os roteiros considerados com prioridade para obter o padrão de qualidade internacional, assim como, para cumprir as metas propostas no Plano Nacional de Turismo (PNT). E, esses 87 roteiros abrangiam 474 municípios de 116 regiões turísticas (BRASIL, 2008).

Além disso, ressalta-se que foram consideradas as demandas apresentadas no Primeiro Encontro Nacional do Programa de Regionalização do Turismo pelos representantes dos 87 roteiros, que ocorreu no ano 2006, onde foram selecionados 65 destinos como indutores do turismo regional, como apresentado na Figura 3, pertencentes a 59 regiões turísticas, as quais tinham que ser trabalhadas até o ano 2010 e obter o padrão de qualidade internacional e, dessa maneira cumprir com uma das metas do Plano Nacional de Turismo, mas a escolha desses destinos foi baseada em alguns critérios como: que todas as capitais das unidades federativas devem estar contempladas, cada uma no mínimo 1 e no máximo 5 municípios, as avaliações de diferentes estudos, assim como pesquisas sobre as peculiaridades e necessidades desses destinos (BRASIL, 2008).

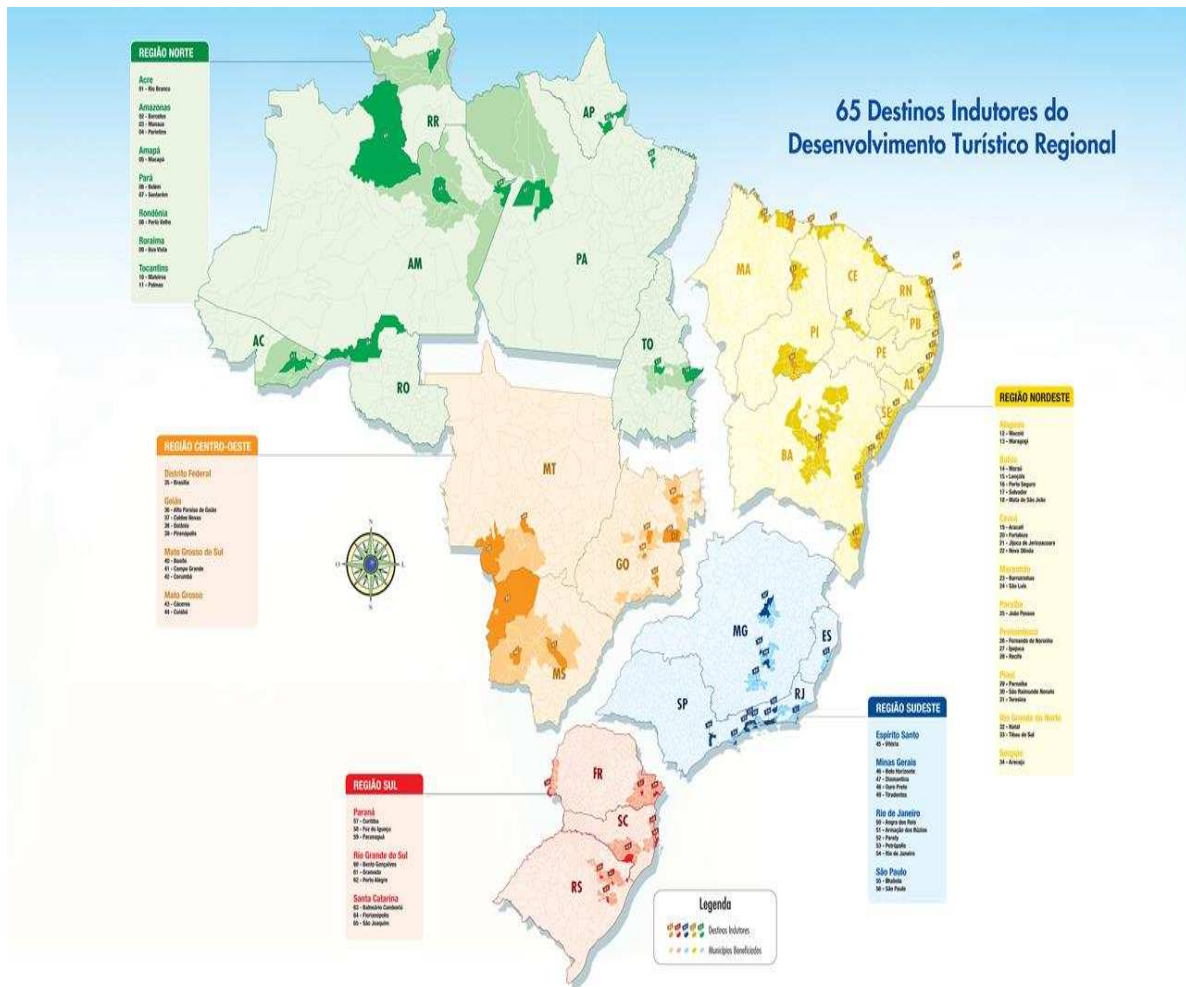


Figura 3. “65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional”

Fonte: Índice de Competitividade 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional (2009, p. 24:25)

Assim, esses destinos buscavam atingir o Certificado de Qualidade Internacional em busca de tornarem-se competitivos de acordo com os padrões de qualidade internacional e dessa maneira atrair o maior número de turistas estrangeiros (HENZ; CRUZ, 2015).

Nesta fase, segundo Secchi (2013) são propostos, pelos atores envolvidos, os objetivos e metas, concordando com os resultados que desejam-se alcançar através das políticas públicas. Nesse sentido, tinha-se como meta que 15 desses destinos cumprissem o padrão de qualidade internacional até o final de 2008 e os 50 restantes até o final de 2010 (BRASIL, 2008), sendo metas específicas, apontando ainda Secchi (2013) que se os objetivos são mais concretos, fica mais fácil mensurar a eficácia da política pública, mas no caso do projeto DIDTR não tinham definido, ou não tinha divulgado quais os padrões de qualidade internacional, também segundo com os depoimentos dos entrevistados não houve nenhuma análise dentro do MTur que permita

identificar se esses objetivos foram alcançados, evidenciando falhas no desenho do projeto DIDTR.

Segundo a Ministra de Estado do Turismo, a escolha desses 65 destinos deu-se a partir de um trabalho anterior, como citado em Brasil (2008, p. 7)

A proposta e o número não foram escolhidos ao acaso. Partiram de um trabalho anterior, focado no turismo regionalizado e fortalecido pela gestão descentralizada e participativa da Política Nacional de Turismo, o Programa de Regionalização do Turismo — Roteiros do Brasil. Essa ação já estabelecia a estruturação de roteiros nas regiões turísticas brasileiras, com base nos princípios da cooperação, integração e sustentabilidade ambiental, econômica, sociocultural e político-institucional.

Na visão do entrevistado E17, alguns destinos não estavam preparados e a escolha desses 65 destinos foi uma “questão política, não tinham que estar alguns destinos, enfim, por uma questão política tinham que estar todos os estados e a capital e aí, a falha foi essa, que alguns destinos não estavam preparados”.

Para o entrevistado E13 pelo fato dos destinos serem escolhidos e não serem uma amostra representativa do turismo brasileiro, essa escolha seria considerada uma falha do Projeto 65 DIDTR e ele poderia ter sido modificado, acrescentado outros destinos e tirado os destinos que não tinham a capacidade mínima de receber turistas

[...] os destinos foram escolhidos e não foi uma amostra, sendo considerado uma **falha do projeto**, eles foram escolhido perante um critério, mas um dos critérios era que, esses destinos já tivessem monitoramento, então o critério de escolha talvez, ele não foi muito bom, talvez ele **poderia ter mudado ao longo dos estudos** e, aí sim, ter uma amostra consistente, porque assim, alguns destinos, eles são muito incipientes e me surpreende muito o Estado de São Paulo, só ter um destino, um estado belíssimo com tantos atrativos e atrativos diversos e peculiares do estado, de não ter critérios de ampliar essa amostra (E13) (grifo nosso).

Na visão do entrevistado E18, com a criação desse projeto visava-se “a priorização dos destinos, pois não era possível trabalhar todos os municípios brasileiros, poder-se-ia escolher algum conjunto e trabalhar com esses destinos e, a justificativa era que esses 65 destinos, eram indutores de desenvolvimento turístico regional”.

De acordo com os depoimentos, principalmente do entrevistado E17, “esses 65 destinos, foram selecionados com base em estudos anteriores com outros ministérios, o plano aquarela¹³, levando-se em consideração, a disponibilidade do destino em todos os estados, para obter esse padrão de qualidade foi executado em uma gestão do governo”.

Foi no ano 2007, o lançamento do segundo Plano Nacional de Turismo 2007-2010 – Uma viagem de Inclusão, onde o Programa dos Roteiros Integrados passou para política de desenvolvimento do turismo. Tendo-o como macroprograma que por sua vez contém vários

¹³ Estratégia de Promoção e Marketing do Turismo Internacional, promovido pela EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo)

programas e projetos que visam desenvolver o turismo no Brasil. Sendo o macroprograma da Regionalização que perpassava todas as ações do governo federal (BRASIL, 2010).

O entrevistado E17 considera que:

[...] a meta do governo, na gestão do plano nacional de turismo 2007-2010, era estruturar **65 destinos com padrão de qualidade internacional**, daí, foram selecionados esses 65 destinos que seriam trabalhados para serem tratados como **modelo de desenvolvimento turístico** no país, então daí surgiu essa política dos 65 destinos em que o índice era um dos projetos que a gente fez esforços nesses territórios (E17) (grifo nosso).

Assim, que surgiu a necessidade de focar nesses 65 destinos e segundo declarou o entrevistado E14, “nós sempre tivemos um problema muito grande com um país tão grande, de direcionar as políticas, deveriam ir para onde os esforços financeiros? e aí a necessidade, vamos focar em 65 para fazer um esforço de trabalhar em cima deles”. Para o entrevistado E13, o projeto DIDTR

[...] surgiu da necessidade de destacar alguns destinos, para que pudesse ter, algumas **políticas específicas de promoção**, entendo, que eles **possuem um poder de atratividade e induziriam outros municípios a se desenvolverem**, então, que o entorno pudesse apropriar disso, sendo isso, o grande foco de promover esse desenvolvimento da região, tendo como foco o município indutor (E13) (grifo nosso).

Dentro do Programa de Regionalização do Turismo foi inserido o Projeto 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional (BRASIL, 2010). Esses destinos tinham como finalidade induzir o desenvolvimento nas regiões as quais pertencem, tendo como parceiros do Ministério do Turismo (MTur) o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para planejar os destinos e, principalmente, cumprir com a Certificação de Qualidade Internacional (HENZ; CRUZ 2015).

Segundo os depoimentos de um grupo de entrevistados no nível federal, funcionários do MTur, seriam unicamente considerados como parceiros do Ministério nesse projeto, o SEBRAE, pois a Fundação Getúlio Vargas foi uma entidade contratada para a elaboração do índice de competitividade. Entretanto, nos estudos de competitividade e na visão de outros entrevistados, são considerados parceiros do MTur, o SEBRAE e a FGV. Assim, segundo o entrevistado E18

[...] existia já uma parceria anterior entre o MTur e a Fundação Getúlio Vargas [...], considerando que a **Fundação Getúlio Vargas, poderia sim, ser tratada como um parceiro**, embora tenha sido uma **contratação do Ministério do Turismo**, para a elaboração do Índice de Competitividade (E18) (grifo nosso).

O projeto dos destinos indutores para o entrevistado E13 “foi um avanço, porque foram os estados que avisaram quais municípios iriam participar nos destinos e existiram critérios para que eles fossem escolhidos, então assim, eu acredito que houve um desenvolvimento”.

Depois, segundo o Programa de Regionalização do Turismo, um desses critérios de escolha dos 65 destinos indutores era que deveriam ser lugares com infraestrutura turística básica, com seus atrativos qualificados, caracterizados pelo fato de serem considerados como receptor ou distribuidor de turistas e, assim contribuir para a economia de seu território (BRASIL, 2008).

E nesse sentido, segundo o entrevistado E16, “a escolha dos 65 destinos indutores não foi um processo técnico, foi uma escolha política, pois existem destinos [...] que não têm a infraestrutura turística para receber os turistas”

Concluindo esta fase poder-se-ia resumir dizendo que, desde o início, o projeto dos 65 DIDTR já apresentava fragilidades, que poderiam ter sido corrigidas na sua execução, pois segundo os depoimentos dos entrevistados E13, E16 e E17 as principais falhas do projeto foram na escolha desses 65 destinos, já que não foi uma escolha técnica senão política, não sendo uma amostra representativa dos municípios turísticos do Brasil. Para serem escolhidos os municípios deveriam cumprir alguns requerimentos, dentre eles, possuir minimamente a infraestrutura turística necessária para receber os turistas. O entrevistado E16 considera que inclusive hoje, alguns desses destinos não cumprem com esse requisito, fazendo com que essa escolha seja questionável. No entanto, o entrevistado E18 considera que não era possível trabalhar com uma amostra maior de municípios e essa escolha se deu em função da capacidade de indução turística desses 65 municípios.

Além disso, foi possível identificar que não havia um problema claramente identificado ou se identificando, ele não foi definido nem levado para os destinos de forma correta, tendo como consequência que a formulação da política também tivesse fragilidades, pois como acontece com a grande maioria das políticas públicas foi uma decisão *top down*, sendo uma questão política de necessidade de alocar recursos via emendas parlamentares, mas foram utilizados instrumentos técnicos de divulgação da política pelo Governo Federal através do MTur, especificamente, foram realizadas capacitações técnicas nos destinos indutores, tentando divulgar quais os objetivos e capacitar o comitê gestor para gerir o turismo e assim, promover o desenvolvimento turístico, mas ficou só em capacitação e pesquisas a priorização desses recursos.

De acordo com a teoria sobre formulação de políticas públicas, essa fase envolve buscar soluções para o problema público e que elas sejam viáveis operacionalmente na fase da implementação, percebendo-se de acordo com os entrevistados que isso, de fato não aconteceu. Além disso, o projeto dos destinos indutores não tinha uma portaria que o amparasse, constituindo assim, uma barreira institucional para o projeto em estudo.

4.3 Implementação

A implementação do Projeto DIDTR, esteve a cargo do Ministério do Turismo e o objetivo principal do projeto era que os atores (públicos e privados) atuantes do turismo de cada município, fossem capacitados para sua gestão no turismo, melhorar seus conhecimentos de planejamento estratégico, fortalecer a governança e a relação com os outros destinos das regiões em que estão inseridos (BRASIL, 2013b).

Além disso, procurava-se a Qualificação Internacional, essa qualificação permitiria que os municípios indutores tivessem prioridade no recebimento dos investimentos tanto técnicos quanto financeiros do Ministério do Turismo, assim, do mesmo modo, esses municípios tinham a responsabilidade de “espalhar” o desenvolvimento para além de suas cidades, ou seja, nos roteiros e as regiões aos quais pertencem. Todavia, as experiências e práticas de sucesso deveriam ser espalhadas pelos demais destinos e roteiros das 200 regiões turísticas do Brasil (BRASIL, 2008).

O entrevistado E13, considera que, “os investimentos foram diversos dependendo da realidade de cada município, às vezes, era com capacitação, auxiliando, por exemplo, na formação do grupo gestor, enfim, o Ministério foi dando subsídios e, muito mais subsídios técnicos, que os investimentos financeiros”.

Contrariamente, na visão do entrevistado (E18), está foi outra ação que ficou no papel, ele considera que ficou unicamente no discurso, que os municípios iriam receber prioridade nos investimentos, pois isso não aconteceu.

[...] mas, isso não está muito claro e o Ministério do Turismo, não tem pesquisas sobre isso, quanto o Ministério do Turismo, priorizou a atuação nesses territórios, então o Ministério do Turismo muito provavelmente, eu ousou dizer que o Ministério do Turismo, continuo gastando da mesma forma, dado até pela situação conflituosa que tinha com outra Secretaria que ficava com os recursos, mas, mesmo na própria Secretaria eu ousou dizer que **não existiu priorização nenhuma** [...] igual foi o discurso dessa política (E18) (grifo nosso).

O projeto foi implementado e executado baseado em três pilares: 1. Elaboração do Índice de Competitividade Nacional, elaborado em parceria entre o Ministério do Turismo com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o SEBRAE, esse índice foi elaborado para mapear a realidade de cada cidade, baseado em treze dimensões desenvolvidas para o estudo (ANEXO 2); 2. Gerir os Destinos, através da elaboração e implementação de políticas, assim como, dos planos estratégicos com foco na competitividade e, foi criado um Comitê Gestor nos lugares que não tinham funcionando o Conselho Municipal de Turismo, foram capacitados os gestores dos municípios e a empresa parceira encarregada dessa etapa foi o Instituto Marca Brasil. 3. Elaboração de um Sistema de Gestão dos Destinos Turísticos (SG65), esse sistema eletrônico

com a finalidade de ter atualizadas as informações da Gestão dos 65 destinos indutores, onde foram armazenadas informações dos municípios e outras informações das gestões locais dessas cidades e, foram capacitados os gestores dos destinos sobre o funcionamento do sistema a empresa parceira nessa etapa foi a Empresa Modulo de Tecnologia (BRASIL, 2013a).

Mas segundo a percepção do entrevistado E3, os destinos indutores ainda esperavam outras ações por parte do governo federal, para efetivamente promover o desenvolvimento turístico da região

[...] após desses diagnósticos, **qual foi o resultado que ele trouxe aos municípios?**, nossa, a informação foi muito valiosa para a gente, foi muito valiosa a informação, saber como estão estruturados, quais são as coisas que precisam ser melhorados, quais setores são mais competitivos, menos competitivos, mas a partir de ai, ne?, vamos a precisar emendas parlamentarias para trabalhar essas questões?, não vai ser desenhado do **governo federal um programa para auxiliar os 65 destinos indutores**, um programa de financiamento, um programa de aporte de projetos, então **isso não avançou** o nosso dever de casa a gente fez a gente recebeu os relatórios, esse aqui é um que eu achei um relatório, a gente tinha os relatórios, lia os relatórios, dava a conhecer ao Conselho Municipal de Turismo que é o órgão gestor oficial do turismo do Município, ne?, mas a partir do que a gente poderia fazer dentro da cidade a gente fez, mas não teve a contrapartida de lá, ne?, a gente estava se preparando, estudando, sabendo a nossa realidade, apontando questões a melhorar, esses relatórios foram ótimos para isso, mas ainda faltou alguma ponte com o governo, com ações reais para serem trabalhadas nos 65 destinos (E3) (grifo nosso).

Nesse sentido, o entrevistado E17, considera que os municípios poderiam utilizar as informações, porque na maioria dos destinos, essas dimensões analisadas nos estudos de competitividade, não mudam tão significativamente, e as cidades poder-se-iam mostrar mais autossuficientes e não esperar só a intervenção do governo.

[...] além disso, os indicadores de um ano para outro ano os indicadores não mudam assim, tanto, **os municípios devem ser autossuficientes** e não esperar só as ações do governo, por isso não é uma extinção de políticas públicas, há um entendimento de que não tudo precisa ser implementado durante anos e anos e poderiam fazer por se sós, a partir, do que já tem, e foi um processo evolutivo que deu lugar a categorização, sendo menos excludente, abarcando mais municípios, buscando-se uma política mais inclusiva (E17) (grifo nosso).

Além disso, a primeira etapa da implementação, a Criação do Índice de Competitividade funcionou também, como uma ferramenta para que os gestores municipais e do Ministério do Turismo, pudessem ter dados atualizados dos indicadores, dos índices e sua evolução, já que o estudo foi feito quase todos os anos, em que o projeto se encontrava em fase de Implementação, como vai ser aprofundado e analisado na seguinte fase, Monitoramento e Avaliação.

Para os entrevistados E13 e E16 no estudo de competitividade acontecia uma devolutiva que consistia em os pesquisadores da FGV retornarem aos destinos e, ainda tivesse funcionários do Ministério acompanhando, para apresentar os resultados do estudo de competitividade de

cada destino e, se tinha um debate com os gestores e os demais participantes das entrevistas, existindo uma participação e envolvimento dos destinos.

Todavia, o Ministério do Turismo, trabalhava na aquela época em parcerias, com contratações, que ainda, segundo o Entrevistado E18, “a mais emblemática daquelas contratações, seria com o Instituto Marca Brasil, que tinha a finalidade de capacitar os membros do Comitê Gestor de cada município, para que eles pudessem elaborar, implementar e executar esses planos nos seus territórios”.

A participação do outro parceiro na elaboração do Índice de Competitividades, o Sebrae Nacional, foi, na visão do entrevistado E16, o órgão que “acabou comprando a ideia do estudo de competitividade, tanto assim, que o financiamento foi realizado um ano por o Ministério do turismo e outro pelo SEBRAE”. E a FGV, sendo responsável pela elaboração da metodologia utilizada e da pesquisa, para a elaboração do Índice de Competitividade.

Dentre os instrumentos de políticas públicas que foram utilizados no projeto em estudo, segundo Secchi (2013), esses instrumentos constituem os meios disponíveis que se tem, com a finalidade de transformar em ações as intenções pretendidas, ou seja, existiram destinos que avançariam nos níveis de competitividade, e para o Entrevistado E14, eles foram premiados, sendo essa premiação: “uma das formas que se tinha que o destino corresse atrás das melhorias, era essa premiação que geralmente ocorria no final do ano, a premiação ocorreu até o 2015”. Sendo essa premiação, considerada um instrumento para que os municípios procurassem melhorar suas avaliações nas diferentes dimensões e variáveis analisadas.

Um outro elemento importante de se analisar nesta fase de implementação são os atores-chave membros do setor público e da iniciativa privada nos destinos indutores, como apresentado no Quadro 7, que no caso de Minas Gerais, tem participado de diferentes maneiras. No caso de Diamantina, por exemplo, esses atores não têm participado de uma maneira efetiva e no caso de Tiradentes, pelo contrário, tem uma participação muito ativa, mas em nenhum dos dois casos os indicadores são bons, pelo que é possível inferir que faz falta um planejamento e uma coordenação correta envolvendo efetivamente, tanto o setor público, quanto o privado.

Quadro 6. Atores sociais-chave do nível municipal

Órgãos-chave no nível municipal
Representantes de Secretarias municipais ou departamentos equivalentes
Sebrae e Senac
Profissionais de Instituições de ensino
Empresários de hotelaria, restaurantes, receptivos e agências de viagens
Responsáveis por câmaras de comercio
Responsáveis de integração do turismo local e regional.

Fonte: Dados da pesquisa.

Resumindo, a implementação do projeto DIDTR aconteceu através de três ações: **1.** Elaboração do Índice de Competitividade; **2.** Gestão dos Destinos e; **3.** Sistema de Gestão SG65, mas sem dúvida, a ação mais visível e que foi cumprida o mais próximo com o planejado foi o levantamento das informações para a elaboração do índice de competitividade nacional, embora a meta proposta para o ano 2008 que 15 desses 65 municípios deveriam cumprir o padrão de qualidade internacional e os 50 restantes até o ano 2010, não tivesse sido cumprida ou pelo menos não existem registros que permitam corroborar o que aconteceu. Além disso, como já foi apontado nas fases anteriores, esse padrão de qualidade não foi definido e, se não foi definido ele não poderia ser cumprido.

De acordo com os resultados da pesquisa em campo, foi possível identificar como apresentado no Quadro 7, como aconteceu a implementação do projeto DIDTR, nos anos em que se encontrava em execução, evidenciando-se que só existem os dados provenientes dos estudos de competitividade.

Quadro 7. Implementação do Projeto Destinos Indutores

ANOS	AÇÕES DA IMPLEMENTAÇÃO		
	Estudo de Competitividade	Gestão dos Destinos	Sistema de Gestão (SG65)
2008	Estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento regional	Não existe informação se foram implementados programas e projetos focados na competitividade nos 65 municípios	Não existe dados que permitam identificar se foram ingressadas as informações da Gestão pelos 65 municípios
2009	Estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento regional	Não existe informação se foram implementados programas e projetos focados na competitividade nos 65 municípios	Não existe dados que permitam identificar se foram ingressadas as informações da Gestão pelos 65 municípios
2010	Estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento regional	Não existe informação se foram implementados programas e projetos focados na competitividade nos 65 municípios	Não existe dados que permitam identificar se foram ingressadas as informações da Gestão pelos 65 municípios
2011	Estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento regional	Não existe informação se foram implementados programas e projetos focados na competitividade nos 65 municípios	Não existe dados que permitam identificar se foram ingressadas as informações da Gestão pelos 65 municípios
2012	Interrupção das ações do Projeto dos DIDTR		
2013	Índice de Competitividade do Turismo Nacional	-----	-----
2014	Índice de Competitividade do Turismo Nacional	-----	-----
2015	Índice de Competitividade do Turismo Nacional	-----	-----

Fonte: Dados da pesquisa.

Um outro resultado encontrado nesta fase de implementação foi de acordo com o depoimento do entrevistado E18, a priorização de investimentos para os 65 destinos foi um outro fato que ficou só no papel, pois o projeto DIDTR pregoava que essa priorização aconteceria, mas, contrariamente, segundo o entrevistado E13, existiu, sim, uma priorização para esses destinos, embora não seja só de recursos financeiros e sim técnicos.

Existindo várias barreiras na implementação do projeto DIDTR, como apresentado por Wu et al. (2014) principalmente, barreiras políticas como fracos incentivos para que os municípios alcançassem os objetivos propostos, barreiras de competência analítica como má concepção da política por conta de fragilidades não solucionadas na formulação da política e, falhas de capacidade operacional com limitados recursos, má gestão ou capacidade de coordenação com os parceiros envolvidos no projeto DIDTR e falta de clareza como evidenciado desde o desenho da política.

4.4 Monitoramento e Avaliação

O monitoramento ou acompanhamento do Projeto dos destinos indutores se deu através de duas fontes, uma por meio do Sistema SG65, um sistema eletrônico no qual eram ingressadas as informações da Gestão local própria de cada município e, as informações do índice de competitividade eram alimentadas automaticamente e, outra maneira, através dos relatórios apresentados todo o ano dos Estudos de competitividade que, segundo com o entrevistado E18:

O que fazia parte do programa, era a governança, que vem a ser o Comitê Gestor. Era um **conjunto de indicadores, que era o índice de competitividade** e aí, a partir daí, desses indicadores e dessa governança, essa governança construiria um plano e ele era implementado por essa governança e essa governança era apoiada para que desse conta da implementação desse plano, e esse monitoramento se dava a partir da implementação do plano, então o que se olhava é se essas **governanças olhavam, se cada destino indutor tinha elaborado seus planos e, se esses planos viam sendo implementados ou não e essa gestão se dava a partir do Sistema de Gestão SG65**, então para cada destino aparecia na aba do destino no sistema, seu conjunto de indicadores relacionados com o índice de competitividade e seu conjunto de indicadores relacionados com o turismo [...] e depois, as ações definidas no âmbito e como essas informações eram gerenciadas pelo Comitê Gestor local e acompanhadas pelo Ministério do Turismo (E18) (grifo nosso).

Nesse sentido, o sistema da Gestão dos destinos (SG65) foi subutilizado para o entrevistado E15, pois ele considera que, o sistema (SG65) “não foi muito utilizado, [...] mas, eu confesso que depois dos treinamentos que a gente fez nos destinos, ele não foi mais utilizado, eu não sei se eles (municípios) continuaram aplicando, depois desses treinamentos a gente não chegou a monitorar nada”.

Concordando nessa subutilização, o entrevistado E18 acredita no seguinte a respeito do Sistema de Gestão dos 65 destinos (SG65) “ as vezes, ele foi até subutilizado para tudo o que

ele podia fazer, ele foi um sistema extremamente caro e, essa evolução do destino, podia ser acompanhada desde o Ministério do Turismo”, então existia, sim, um monitoramento por parte do MTur em relação aos destinos.

Por sua vez, o entrevistado E14 considera que “o grande problema desse sistema de gestão é que não tinha alimentação de dados, e um sistema sem alimentação não funciona, os destinos não tinham mão de obra e não tinham maturidade para fazer isso”.

Diante disso, o entrevistado E15, considera que o acompanhamento ou monitoramento dos destinos indutores, se deu, da seguinte forma, “ se deu em função das **apresentações dos resultados**, tanto no Ministério e nos estados e, acompanhando assim, pelas publicações dos **relatórios dos estudos de competitividade** da sua série histórica”(grifo nosso), concordando com isso o entrevistado E14 considera que os estudos de competitividade eram a maneira mais efetiva de acompanhar essa evolução dos destinos e era acompanhado por uma equipe designada para dar seguimento a essas ações.

Um outro fator importante de se analisar foi o ambiente no qual estava sendo desenvolvido o projeto DIDTR, constituindo, assim, a mudança da gestão uma limitante para o desenvolvimento do projeto DIDTR, para o qual o entrevistado E14 considera que um dos grandes problemas do turismo, constitui a mudança da Gestão “houve destinos que chegaram a ser destaque na premiação e que a mudança da gestão do destino era tão brusca que os anos seguintes desapareciam, os números caíam consideravelmente, então, o problema de gestão foi uma grande limitante para esses 65 destinos”.

Com relação a participação e envolvimento do MTur como órgão encarregado da execução desse projeto, o entrevistado E17, considera que houve sim, uma participação em todo o processo por parte do Ministério do Turismo “a gente tinha um contrato e reuniões periódicas com o comitê gestor para ir avaliando a execução do projeto e, também, com o acompanhamento dessa série histórica dos dados que foram gerados de 2008 a 2015, monitorando a evolução dos destinos”. Concordando, o entrevistado E13 afirmou que o monitoramento ou acompanhamento do projeto “se deu através das pesquisas que se davam ano a ano e, que os pesquisadores retornavam aos destinos e aplicavam um novo questionário e viam que tinham melhorado e, assim, não existiu um acompanhamento metódico, não existiu, de ter que apresentar um relatório mensal”

A parceria desenvolvida entre o Ministério de Turismo (MTur), o SEBRAE e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) foi estabelecida para, a elaboração do Índice de Competitividade, assim como o acompanhamento dos indicadores desenvolvidos, sendo o primeiro índice de competitividade realizado no ano 2008, tendo como resultado o Estudo de

Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil. Esse estudo foi realizado uma vez por ano até o ano 2011 e, logo após, no ano 2013 até o ano 2015, esse relatório foi chamado de Índice de Competitividade do Turismo Brasileiro-Relatório Brasil, tirando o nome dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional, mas somente no ano 2012, esse estudo não foi realizado, foi suspenso naquele ano.

E foi no ano 2011 que algumas parcerias desenvolvidas pelo MTur apresentaram dificuldades que, segundo com o depoimento do entrevistado E14, dois desses pilares, na forma de parcerias com entidades privadas sem fins lucrativos, que atravessaram problemas sérios, ligados principalmente à corrupção e suposto desvio de dinheiro considera que:

[...] quando em 2011 o Ministério passou pelo **problema da Voucher**¹⁴, a gente esses pilares não foram renovados, **não se renovaram esses projetos**, então começou-se trabalhar, o trabalho que era feito em campo e deixou de ser feito (..) e o segundo é que não se investiu nos destinos como se imaginou que se investiria, então deveria ter-se tido realmente uma priorização desses destinos, eles foram selecionados como indutores e se entendeu que eles tinham essa capacidade, então aí tem duas figuras, destinos que são poucos tá?, entre **os 65 que não tinham essa capacidade de indução** e a maior parte do investimento do governo federal, não só do Ministério do Turismo, senão do governo federal como um todo, ficando no discurso que no papel, não foram priorizados (E14) (grifo nosso).

Essa interrupção da pesquisa do Índice de Competitividade foi por conta das denúncias de corrupção envolvendo o Ministério do Turismo e na qual o entrevistado E17 considera que, “o motivo pelo qual no ano 2012 não foi realizado o estudo de competitividade, foi a operação voucher então, a gente teve uma operação da polícia federal, que travou a celebração de contratos aqui naquele ano de 2011, para os contratos no ano 2012, foi por uma questão interna”.

Concordando o Entrevistado E18, que os motivos foram, principalmente, a mudança da gestão e as denúncias de corrupção dentro do MTur, apresentado assim, os motivos para que no ano 2012 não fosse realizado o índice de competitividade, estão:

[...] na verdade, aconteceu, uma **interrupção na Gestão**, então em 2011 tem um novo Ministro e você troca alguns Gestores e se começa a discutir a continuidade e interrupção de programas, no Ministério do Turismo, no ano **2011 o estudo estava até contratado, então 2011 teve continuidade** [...] e, o índice não tinha sido contratado no final de 2011 para que fosse executado no ano 2012 e, o ano **2012 foi um ano que estava com nova gestão, tendo as atividades interrompidas no ano anterior, por conta de denúncias de corrupção** [...],isso, que a partir de aí (2013), **não vai se chamar mais, de 65 destinos indutores**, então a gente **vai falar de Estudo de Competitividade do Turismo Brasileiro, porque os destinos acabaram em 2011**, mas a gente **vai continuar fazendo o índice de competitividade sob amostra dos 65 destinos**, para a gente ter essa serie amostral (E18) (grifo nosso).

¹⁴ Operação Voucher, tinha o objetivo de combater o desvio de recursos que seriam realizados por meio de emendas parlamentares. Essa operação foi comandada pela Polícia Federal, que resultou na apreensão do Secretário Executivo do Turismo (número dois do Ministério), o Secretário Nacional de Desenvolvimento de Programas de Turismo e mais outros funcionários do Ministério (G1, 2011).

Evidencia-se, que não ficou claro, nem dentro do Ministério do Turismo o que tinha acontecido nesse ano, pelo qual, para os entrevistados E14 e E15, consideram que essa interrupção se deu, por uma questão orçamentaria, porque era um ano que o Ministério pagava e outro era pago pelo SEBRAE e “aí deve ter tido algum problema pela questão orçamentaria, sendo um problema burocrático”.

No ano 2012, houve uma nova negociação para dar continuidade com as pesquisas para o levantamento do Índice de Competitividade com a FGV, mas não seria chamada mais de Estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores e segundo com o entrevistado E18, alguns dos requerimentos que foram propostos para a continuidade do Estudo de competitividade não foram cumpridos pela FGV e, para dar continuidade e não perder os recursos provenientes da contratação da pesquisa, a FGV, propôs que o pagamento fosse feito, alternadamente, tanto pelo MTur, quanto pelo SEBRAE. Então nesse contexto se deu a participação do outro parceiro do Projeto DIDTR: assim, o entrevistado E18, considera que:

[...] apesar de que no ano 2013 (**na capa do relatório**), já não aparecer 65 destinos indutores, aí tinha pactuado outras coisas que eles (FGV) iam **publicar a metodologia**, que alguém que quiser aplicar por conta própria, pudesse fazer, inclusive outras instituições de pesquisa, a metodologia seria aberta, eles (FGV) **disponibilizariam um sistema** para que qualquer destino que quisesse fazer sua **auto-avaliação**, mesmo que com seu próprio pesquisador, essas duas coisas não andaram e foi uma das coisas que fizeram o índice perder o prestígio, no Ministério do Turismo e acabasse sendo interrompido depois, mas eles (FGV), a intenção em aquele momento era democratizar a metodologia do índice e, também divulgar as notas que eram fechadas em aquele momento e, assim, comparar com outros destinos, mas eles continuaram com a metodologia fechada, pois tiveram outros contratos com os governos do Rio Grande do Sul, Minas Gerais, para aplicar em outros destinos, sendo proposto pela própria FGV que a **contratação seja feita um ano pelo Ministério e outro ano pelo SEBRAE**, para continuar fazendo e recebendo o trabalho (E18) (grifo nosso).

Assim, na mesma direção, o entrevistado E16 considera que o estudo não teve bons resultados e por isso, não foi realizada a pesquisa no ano 2012, assim, considera que

[...] no **início, foi algo maior** acabou simplesmente sendo **um estudo de indicadores para o Ministério**, só que foi um tanto **restrita com 65 destinos**, então, começou-se a ter questionamentos de qual a utilidade de isso, e esses **questionamentos vinculados a corte de orçamento** termina virando na **não execução do projeto**, até onde eu me lembro que tinha que ter acontecido (E16) (grifo nosso).

Nesse sentido, para a elaboração da ferramenta de monitoramento, o Índice de Competitividade, a metodologia utilizada pela FGV para o levantamento dos índices ou estudos de competitividade foram desenvolvidas 13 dimensões, pesquisadas e analisadas em cada um desses 65 Destinos Indutores para o Desenvolvimento do Turismo Regional, sendo esses indicadores: **1.** Infraestrutura geral; **2.** Acesso; **3.** Serviços e equipamentos turísticos; **4.** Atrativos turísticos; **5.** Marketing e promoção do destino; **6.** Políticas públicas; **7.** Cooperação

regional; **8.** Monitoramento; **9.** Economia local; **10.** Capacidade empresarial; **11.** Aspectos sociais; **12.** Aspectos ambientais e **13.** Aspectos culturais. Os municípios foram qualificados com o peso atribuído para as dimensões e suas respectivas variáveis e assim foram gerados os índices para cada dimensão. Os resultados das 13 dimensões foram classificados em cinco níveis, colocados em uma escala de 0 a 100¹⁵ (BRASIL, 2015).

Para o entrevistado E16, o índice de competitividade apresentou algumas fragilidades como a metodologia não foi claramente identificada nem divulgada:

[...] ele tem alguns equívocos na forma como avalia, vai desde a geração de métricas que o estudo, ele **não é claro, metodologicamente**, sobre como ele transforma a resposta de um gestor em uma métrica, ele não conta isso para gente, passando mais por umas questões que passam sendo **mais discurso do que fundamento**, então, por exemplo, competitividade ele é um conceito que é subjetivo e multidimensional, a questão da multidisciplinaridade o estudo respeita, ele tem 13 dimensões, aí dentro, ele é relativo a partir de a quem está avaliando (E16).

Para o entrevistado E13 a forma de avaliação poderia ter sido melhor

[...] de alguns quesitos, por exemplo, se não foi medido o fluxo turístico, não significa que o fluxo caiu, não fui ao campo a medir, então se eu não apresentava o papel o relatório da execução, minha nota era rebaixada, então isso era uma forma negativa, até pejorativa de olhar para o destino, **sendo uma forma de medir que não representava**, por exemplo, a dimensão do monitoramento, se o município prioriza em outras coisas, não vai ser feita a pesquisa para medir o fluxo, sendo uma forma meio confusa de analisar esse item, e outras (E13) (grifo nosso).

O monitoramento foi realizado com a coleta das informações nos 65 destinos indutores que todo final do ano, enquanto o projeto DIDTR, esteve em implementação, foi apresentado e entregue um relatório com as informações e as análises de cada um desses 65 destinos e outro relatório com o consolidado da realidade do turismo brasileiro, dividido em capitais e não capitais. Esse acompanhamento foi realizado através dos estudos de competitividade realizados até 2015, quando segundo o entrevistado E16 “chegou o questionamento, para que esta sendo o estudo mesmo?”, criticando, do mesmo modo, o fato da premiação dos destinos, pois

[...] se o indicador é criado a partir da percepção do Gestor e, se ele tem uma variação grande, ele ganha prêmio, o pior as políticas públicas dependem da gestão, na qual é complicada, as vezes as mudanças são muito dramáticas, somem documentos, tudo o que era anterior era ruim, agora vai ser todo diferente, cidades foram escolhidas como indutor e não tinham nem hotéis para receber turistas (E16).

Assim, todo ano acontecia a devolutiva em cada município, com um Relatório do Índice de Competitividade próprio do destino turístico, comparado com seus similares, ou seja, se o destino indutor era capital comparado com as demais capitais e se o destino indutor não era capital comparado com as não capitais, mas também foi realizado um índice geral de

¹⁵ Para efeitos das análises, os resultados obtidos pelas dimensões dos Estudos de Competitividade, foram divididos em 5 níveis Nível 1 de 0 a 20; Nível 2 de 21 a 40; Nível 3 de 41 a 60; Nível 4 de 61 a 80 e Nível 5 de 81 a 100 (BRASIL, 2015).

competitividade de todos os destinos brasileiros para conhecer a realidade do turismo no Brasil em geral. Nos resultados apresentados no Índice Consolidado de Competitividade de todos os destinos Brasileiros todos os indicadores em todos os anos analisados melhoraram se comparado com os primeiros dados coletados no ano 2008 (BRASIL, 2015).

No que se refere à Avaliação propriamente dita, dentro dos documentos oficiais que se encontram disponíveis no site do Ministério do Turismo foi encontrada uma só avaliação, mas a mesma foi feita a todo o Programa de Regionalização do Turismo (PRT) no ano 2010. E foi realizada com o objetivo de Avaliar o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (2004 a 2010), onde encontra-se inserido o Projeto DIDTR. Foram apontados os aprendizados deixados pelo Programa, foram propostas as recomendações para melhoria, ampliação e sustentabilidade do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil (BRASIL, 2010).

O entrevistado E15 aponta que “não foi feita nenhuma avaliação do projeto específico”. E na visão do entrevistado E18, ele diz que foi feita a avaliação ao Programa de regionalização do Turismo:

[...] o programa de regionalização [...], então o programa nasceu em 2003 e em 2010, se para e se faz uma avaliação do programa, **essa avaliação serviu de base para dar continuidade ao programa em 2012, em 2011, nessa confusão também tinha sido interrompido (Programa de Regionalização do Turismo), também parou igual ao destino indutor parou**, mas, quando foi em 2012, a gente retomou o programa e o que era dos destinos indutores era parte da regionalização, ele é parte da regionalização, mas **a regionalização se fez avaliação do destino indutor nunca se fez** (E18) (grifo nosso).

Com relação à Avaliação, do projeto dos Destinos Indutores, somente existem os dados apresentados nos Estudos de Competitividade realizados pela parceria entre o MTur, SEBRAE e FGV que, de acordo com alguns trabalhos científicos e até mesmo por instituições do governo, são considerados como avaliações do projeto DIDTR, mas de acordo com a literatura sobre Avaliação de Políticas Públicas, constituiriam uma ferramenta de apoio para construção de uma Avaliação, pelo qual pode-se considerar os Estudos de Competitividade como uma análise, mas não como avaliação do projeto 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento do Turismo Regional.

Percebe-se ainda que é mal utilizado o termo Avaliação dentro da academia, assim como das Instituições Governamentais, sendo considerada Avaliação qualquer tipo de estudo, tornando esse tema algo que deveria ser tratado com maior profundidade dentro da academia e das organizações e seguir os lineamentos e o rigor que uma avaliação requer para que possa ser considerada como tal. Acredita-se que deve ser feita uma avaliação do projeto DIDTR, considerando que a mais adequada seria uma avaliação Somativa ou Ex-Post, na visão de

Ortegon, Pacheco e Prieto (2005) na avaliação formativa é possível realizar mudanças durante o ciclo político buscando melhorar os resultados e orientando à melhoria do projeto, programa ou política.

Como já foi finalizado, no caso do projeto DIDTR, a Avaliação Somativa seria a mais adequada, pois é realizada no final da execução, ou tempo depois, inclusive anos depois, sendo chamada uma avaliação Ex-Post ou de impacto, sendo, principalmente, utilizada com a finalidade de receber as conclusões e aprendizados deixados pelo programa e de ser o caso de melhoria, evitando cometer os mesmos erros nas políticas futuras e, dessa maneira, conhecer os resultados e impactos deixados pelo projeto, identificando assim, os acertos, os erros e os aprendizados que trouxe a política para o turismo no Brasil e, que os achados sejam utilizados para melhorias nas próximas políticas públicas no setor do turismo brasileiro.

Segundo Ala-Harja e Helgason (2000), a avaliação constitui um instrumento que visa melhorar o processo de tomada de decisões, permitindo aos envolvidos ter um conhecimento dos resultados e que essa informação seja utilizada com a finalidade de detectar falhas e fazer as correções necessárias, ou seja, permite que a tomada de decisões aconteça no momento certo e fundamentando-se nos resultados das avaliações realizadas, se houvesse sido realizada uma avaliação ao projeto específico quando se encontrava em implementação, poder-se-ia ter tomado as medidas corretivas necessárias, mas isso não aconteceu.

Resumindo a fase de Monitoramento e Avaliação do Projeto DIDTR, o monitoramento do Projeto dos DIDTR se deu, principalmente, através de duas maneiras, o Sistema de Gestão SG65, o qual poderia ser monitorado a Gestão dos municípios desde o MTur e a segunda maneira através dos Relatórios apresentados pelos Estudos de Competitividade. O entrevistado E15 considera que não foi realizado nenhum monitoramento através do sistema SG65 e, o entrevistado E18 diverge nessa afirmação, pois ele considera que o MTur sim verificava através desse sistema as ações que estavam sendo feitas por cada um desses 65 municípios, concordando, tanto quanto o entrevistado E15 e o E18, na questão de que o sistema foi subutilizado; acrescentado o entrevistado E14 que o MTur não poderia ter monitorado, pois os municípios não ingressavam as informações necessárias para que de fato esse monitoramento acontecesse.

Entretanto, o monitoramento através dos Relatórios dos Estudos de Competitividade foi um fator de concordância entre os entrevistados E13, E14, E15 e E17, pois eles consideram que os estudos de competitividade foram a maneira mais efetiva de monitorar as ações feitas por cada destino indutor. Esse acompanhamento foi realizado nos anos 2008, 2009, 2010 e 2011 sob o nome de Estudo de Competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento

turístico regional, nesse último ano (2011) houve uma suspeita de desvio de dinheiro dentro do MTur, pelo qual foram suspensas algumas ações dentro da instituição governamental e, só no ano 2013 retornou o levantamento das informações para os índices de competitividade, só que dessa vez o nome foi Índice de Competitividade do Turismo Brasileiro-Relatório Brasil e sob esse nome continuou o ano 2014 e 2015.

De acordo com alguns depoimentos dentro do MTur, esses estudos apresentaram algumas fragilidades, dentro das quais, o entrevistado E16 considera que os estudos de competitividade não apresentaram uma metodologia clara, entanto que o entrevistado E13 coloca que a maneira como foram avaliadas algumas variáveis e dimensões não foi a mais adequada, no sentido de ser confusa.

Não existiu uma avaliação ao projeto DIDTR, que permita identificar quais os efeitos produzidos na sociedade a partir do projeto dos DIDTR, segundo como apontado por Saravia (2006), a avaliação mensura e analisa os efeitos para a sociedade a partir das políticas públicas. Contudo, no ano 2010 foi realizada uma avaliação a todo o Programa de Regionalização do Turismo, onde o Projeto em estudo fazia parte.

Não obstante, percebeu-se como aspecto positivo o monitoramento realizado através dos estudos de competitividade, destacando-se a importância do monitoramento como oportunidade de se levantar informações necessárias para a tomada das decisões sobre o projeto e novas políticas locais nos 65 municípios envolvidos, sendo considerada uma ação fundamental no contexto do ciclo político.

A continuação a maneira de resumo, no Quadro 9, são apresentadas as quatro fases do ciclo político, que já foram descritas anteriormente, sob a percepção dos entrevistados do Nível Federal.

Quadro 8. Fases do ciclo político do projeto DIDTR sob a percepção do MTur

ENTREVISTADOS	IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA SOB PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS DO MTur
E16	Não foi um problema público, senão surgiu necessidade de alocar recursos via emendas parlamentares.
E14-E15	Surgiu pela necessidade de potencializar alguns destinos para os eventos de nível internacional (Copa 2014 e Olimpíada 2016).
E15-E18	Os padrões de qualidade internacional ficaram só no discurso, pois eles não foram identificados.
ENTREVISTADOS	AGENDA E FORMULAÇÃO DA POLÍTICA SOB A PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS DO MTur
E13 -E16-E17	Uma falha do projeto DIDTR foi na escolha dos 65 Destinos Indutores.
E16	Considera que até hoje existem alguns destinos que não cumprem com a infraestrutura turística básica para receber o fluxo de turistas, embora foi um requisito para a escolha desses destinos
E18	Contrariamente, considera que não era possível trabalhar com uma amostra maior de municípios, pois não dava como trabalhar com um número maior, ele considera que esses destinos, sim induziam o turismo
ENTREVISTADOS	IMPLEMENTAÇÃO SOB PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS DO MTur
E18	O projeto visava priorizar os recursos para os destinos, essa priorização pelo menos financeira ficou só no papel.
E13	Considera que existiu sim, uma priorização de recursos técnicos por parte do MTur para os 65 destinos indutores.
ENTREVISTADOS	MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO SOB PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS DO MTur
E15 - E14	Consideram que não foi monitorado nada através do Sistema de Gestão SG-65, pois os municípios indutores não ingressavam as informações necessárias para que esse monitoramento fosse efetivo.
E18	Contrariamente diz que existiu sim, um monitoramento através do Sistema SG-65.
E15 - E18	Consideram que o Sistema foi subutilizado.
E13-E14-E15-E17	Consideram que uma maneira efetiva de monitorar os destinos indutores foi através dos Relatórios dos Estudos (índices de competitividade)
E16	Considera que os estudos de competitividade não apresentaram uma metodologia clara
E13	Considera que a maneira como foram analisadas algumas variáveis ficou confuso, poderia ter sido melhor avaliado.

Fonte: Dados da pesquisa.

4.5 Extinção

A fase de extinção pela relevância que lhe é dada neste trabalho, vai ser tratada no capítulo 6, após de apresentar o tópico dos efeitos do projeto DIDTR e de algumas implicações sobre as cidades vizinhas, pois essas reflexões podem contribuir para compreender melhor os motivos que poderiam ter influenciado para o encerramento do projeto dos DIDTR.

5 EFEITOS DOS DESTINOS INDUTORES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO E REFLEXÕES SOBRE AS CIDADES VIZINHAS DESSES DESTINOS

Para atingir o segundo objetivo específico, este capítulo apresentou as implicações que o projeto de desenvolvimento do turismo regional teve para as cidades consideradas destinos indutores nacionais e apresentou algumas reflexões sobre as cidades circunvizinhas desses destinos, considerando que o projeto DIDTR foi para induzir o desenvolvimento da região da qual faziam parte.

5.1 Implicações do projeto para os municípios considerados destinos indutores do turismo

Para atingir o segundo objetivo específico, este capítulo apresentou as implicações que o projeto DIDTR teve para as cidades consideradas destinos indutores nacionais, sendo analisados os quatro municípios que foram contemplados para o estado de Minas Gerais: Belo Horizonte, Diamantina, Ouro Preto e Tiradentes. As análises foram baseadas no modelo de arranjo produtivo local desenvolvido por Tomazzoni (2009), especificamente baseado em aspectos organizacionais, econômicos e culturais.

Além da utilização das entrevistas nos destinos em estudo, foram utilizados os dados e resultados apresentados nos Estudos de Competitividade, realizados pela parceria entre o Ministério do Turismo (MTur), a Fundação Getulio Vargas (FGV) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), com o intuito de subsidiar e complementar as informações, contempladas no horizonte temporal de 2008 e 2015, tempo que foram realizados os estudos de competitividade, nos municípios e, identificar que aspectos melhoraram, pioraram ou permaneceram estagnados.

5.1.1 Aspectos Organizacionais:

Nesta seção, apresentou-se a maneira como está gerida a atividade turística em cada um dos destinos indutores Nacionais de Minas Gerais, assim, também descreveu-se quatro dimensões apresentadas pelo Índice de Competitividade: Políticas Públicas, o Índice de Promoção e Marketing do destino, a Cooperação Regional e a Capacidade Empresarial em cada um dos destinos indutores nacionais de Minas Gerais e, os depoimentos dos sujeitos da pesquisa.

5.1.1.1 Aspectos organizacionais no município de Belo Horizonte

Belo Horizonte, a capital mineira é o único destino indutor de Minas Gerais que tem uma Empresa Pública, encarregada da Gestão do Turismo na cidade. A Empresa Municipal de

Turismo (Belotur) é responsável por planejar e coordenar as ações turísticas em Belo Horizonte com o intuito de promover a cidade como polo turístico, tanto no nível nacional, quanto internacional.

Na visão do entrevistado E1

[...] a **Belotur que funciona como empresa pública**, mas que tem duas vertentes hoje que tem-se trabalhado aqui dentro da empresa que eu acho, que isso respalda também o que está sendo feito para que atividade turística do município, que a Belotur está sendo tratada **como uma agência**, empresa mesmo que **busca prestar serviço** não só para a população, para o turista, para a cadeia produtiva e **também um ato de secretaria** onde a gente tem **atividades voltadas para as políticas públicas, fomento, desenvolvimento, elaboração de projetos, captação de recursos, incentivos para que atividade aconteça na cidade**, então não só a prefeitura tem hoje um direcionamento de recursos orçamentários para a Belotur, assim como direcionamento de recursos tem um plano de governo para a cidade, para o turismo da cidade, então são os insumos que a cidade trabalha para o desenvolvimento da atividade em Belo Horizonte (E1) (grifo nosso).

Assim, Belo Horizonte encontra-se administrada no turismo por uma Empresa Municipal que tem as funções de Secretaria, porque tem a finalidade de criar políticas públicas voltadas para o turismo e bem como uma Empresa que está focada em atender a toda a cadeia produtiva que compõe o turismo, sendo interessante esta nova conformação da Gestão para a pasta do turismo da capital mineira.

Outro ente de turismo encarregado da atividade em Belo Horizonte é o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), sendo um órgão vinculado à Prefeitura, que tem como finalidade deliberar sobre a política municipal de turismo apresenta-se no (ANEXO 3) as competências do COMTUR.

O COMTUR de Belo Horizonte está composto por 14 membros, sendo 6 deles representantes do setor público: a) BELOTUR, b) Secretaria Municipal da Fazenda, c) Secretaria Municipal de Planejamento, d) Secretaria Municipal da Indústria e Comércio, e) Secretaria Municipal da Cultura, f) Secretaria Municipal do Meio Ambiente; g) um membro da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e f) sete membros principais com seus respectivos suplentes do setor empresarial e profissional de Belo Horizonte, os quais são eleitos por colégio eleitoral.

No que tange as políticas públicas de Belo Horizonte, segundo a percepção do entrevistado E1, devem ser focadas nas novas tecnologias e formas de comunicação, pensando sempre a maneira como melhorar a experiência dos turistas, pensando no futuro do turismo.

[...] **novas políticas e políticas** que pensem já no futuro, não pensem agora, eu acho que não devem pensar mais nos modelos tradicionais de férias, eventos, devem pensar em modelos de material promocional, fomento, deve pensar mais não em fomentar a cadeia produtiva no turismo especificamente, a gente tem que pensar

startups e o setor de tecnologia que aliado ao turismo vão trazendo inovações para o país, tem **que pensar quais são as formas de comunicação** hoje que o mundo usa, os aplicativos, políticas que atuem também nesse novo formato de viagem, que isso vai trazer um impacto, querendo ou não, na cadeia hoteleira tradicional, então eu acho que precisam ser pensados políticas para isso, **para regulamentação, estruturação** disso e para que eles consigam conviver porque na minha opinião tem para os dois para os meios tradicionais e para as novas mídias de hospedagem (E1) (grifo nosso).

Isso, com o propósito de estar alinhados com as novas tendências globais de hospedagem, de comunicação, tudo isso, para que a experiência dos turistas e visitantes cumpra e supere suas expectativas na viagem, ou seja, que os investimentos das políticas públicas devem estar focados nesses avanços. Mas, também sem esquecer das políticas públicas que protejam e previnam os territórios de um turismo depredatório e selvagem.

É nesse sentido que as políticas públicas¹⁶ foram um dos treze indicadores analisados pela FGV em parceria com o SEBRAE e o MTur para obter o Índice de Competitividade do Turismo Nacional (ANEXO 4) e que apresentou Belo Horizonte no nível 4 de competitividade, sendo um o nível mais baixo e cinco o mais alto, durante os anos analisados (2008-2015), superando a média nacional e comparado com as demais capitais brasileiras.

Evidenciando-se que ficou nesse nível de competitividade pelo fato de não tinha na aquela época (2015) um Fundo Municipal exclusivo para o turismo e nem em funcionamento o Plano Municipal de Turismo, mas, o COMTUR autorizou, no mês de agosto de 2017 que a BELOTUR crie o Plano Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo, que segundo com o entrevistado (E1)

[...] eu vejo que hoje tem sido feito algumas ações específicas como, por exemplo, em 2015 a Belotur instituiu a **Política Municipal de Turismo**, na qual aborda como outras atividades a serem executadas para o desenvolvimento do **plano municipal de turismo e do fundo municipal** que estão sendo também desenvolvidos (E1) (grifo nosso).

Além das Políticas Públicas, os destinos precisam de Marketing e Promoção, sendo assim, o índice medido pela FGV, o Índice de Marketing e Promoção¹⁷ do Destino Turístico, pelo qual, o destino se manteve no nível 5 desde o ano 2008, que inicio a medição dos Estudos de Competitividade até o ano 2015, que concluiu, superando assim a média nacional e a média das demais capitais do Brasil (ANEXO 5).

¹⁶ As variáveis utilizadas para medir a dimensão das Políticas Públicas, foram: Estrutura Municipal para apoio ao turismo, Grau de Cooperação com o governo estadual, Grau de Cooperação com o Governo federal, Planejamento para a cidade e para a atividade turística, Grau de Cooperação público-privada (INDICE DE COMPETITIVIDADE, 2015).

¹⁷ As variáveis utilizadas para medir o Marketing e promoção do destino, foram: Plano de Marketing, Participação em feiras e eventos, promoção do destino, Estratégias de promoção digital (INDICE DE COMPETITIVIDADE, 2015).

Com relação ao índice de Cooperação Regional¹⁸, Belo Horizonte teve-se mostrado mais competitivo para o ano 2015, se comparado com o ano 2008, quando começou no nível 1 (o nível mais baixo de competitividade) e passou para o nível três, evidenciando-se uma evolução na cooperação de Belo Horizonte com sua região (ANEXO 6).

A Capacidade Empresarial¹⁹ foi outro aspecto analisado pela FGV no Índice de Competitividade, no qual, no caso de Belo Horizonte manteve-se desde o início da medição dos índices de competitividade, no nível mais alto, nível 5, ficando acima da média nacional e das demais capitais do Brasil (ANEXO 7).

Evidenciou-se, assim, que são mais os aspectos positivos que os negativos relacionados à dimensão organizacional e que Belo Horizonte, sobressaiu com relação aos demais destinos indutores nacionais, tanto das capitais, quanto das não capitais, nas dimensões da Capacidade Empresarial, o Marketing e a Promoção do destino, tendo ainda que melhorar nas Políticas Públicas locais e na Cooperação Regional.

5.1.1.2 Aspectos organizacionais no município de Diamantina

O turismo em Diamantina encontra-se gerido pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico e pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), como o órgão gestor oficial do turismo em Diamantina. As competências da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico, são apresentadas no ANEXO 8.

Assim, a Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio de Diamantina está organizada por um gabinete e três diretorias, sendo elas a Diretoria de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, Diretoria de Cultura e Ação Cultural e pela Diretoria de Turismo que tem pela sua vez a Gerência de Desenvolvimento do Turismo e do Artesanato e a Gerência dos Centros de Atendimento aos Turistas. As atribuições do Departamento de Turismo de Diamantina são apresentadas no ANEXO 9.

Segundo a Prefeitura de Diamantina, o outro órgão encarregado de gerir a atividade turística da cidade é o Conselho Municipal de Turismo de Diamantina (COMTUR), o mesmo que foi reestruturado pela Lei nº 3513 de 23/12/09, como um órgão de caráter normativo, consultivo, deliberativo e propositivo e com uma vinculação direta com a Prefeitura de

¹⁸ As variáveis utilizadas para medir esta dimensão, foram: Governança, Projetos de Cooperação regional, Planejamento turístico regional, Roteirização, promoção e apoio à comercialização de forma integrada (INDICE DE COMPETITIVIDADE, 2015).

¹⁹ As variáveis utilizadas para medir a Capacidade Empresarial, foram: Capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local, presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo, concorrências e barreiras de entrada, Geração de negócios e empreendedorismo (INDICE DE COMPETITIVIDADE, 2015).

Diamantina. O Conselho tem as funções de assessorar, apoiar, articular, propor diretrizes, acompanhar, avaliar e emitir pareceres e sugestões para a tomada de decisões em procura de desenvolver o turismo no município.

O COMTUR está integrado por 16 membros titulares, cada um deles, com seu respectivo suplente, representados pelo setor público, dentre eles, membros do turismo, educação, meio ambiente, segurança pública e infraestrutura; são representantes do setor privado, representantes dos meios de hospedagem, alimentação, guias e receptivos turísticos e demais entidades empresariais; e os membros da sociedade civil que se encontram devidamente organizados, dentre eles estão: Qualificação profissional, organizações turísticas regionais, organizações musicais, organizações culturais e ambientais e as associações comunitárias (DIAMANTINA, 2017).

Assim, nos últimos anos, Diamantina tem-se focado na estruturação do COMTUR e do Fundo Municipal de Turismo e na participação, principalmente, das políticas públicas estaduais e federais, e na visão do entrevistado (E3)

A cidade, primeiro tem estruturado nos últimos anos, os **pilares das políticas públicas municipais** com a estruturação de seu **Conselho Municipal de Turismo o Fundo Municipal de Turismo e participação nas principais políticas públicas estaduais e nacionais voltadas para o turismo**, como por exemplo, o início da participação da política da estruturação da estrada real, a política de regionalização de turismo, que é do Ministério de Turismo, na política estadual que é do circuito turístico, do circuito dos Diamantes e em vários outros campos que tem-se conseguido estruturar melhor o turismo da cidade (E3) (grifo nosso).

E, nesse sentido, são as políticas públicas que, segundo o índice de Competitividade em Diamantina, foram avaliadas no ano 2008, no nível 3 de competitividade se comparado com as outras cidades não capitais, que compõem os destinos indutores nacionais ficando no ano 2015 no nível 4 (ANEXO 10), percebeu-se um crescimento se comparado com os anos anteriores.

Assim, Diamantina tem participado de políticas públicas regionais, que tem propiciado a melhoria de infraestrutura da cidade, segundo o entrevistado E3

Uma das políticas mais importantes que a gente participou e, que é um grande esforço para a consolidação do turismo foi Prodetur Nordeste, onde foram feitas diversas obras de melhorias nas cidades participantes deste programa e conseguimos aí, grandes avanços na nossa rede fluvial de abastecimento de água de asfalto, de estradas de ligação, então assim os esforços vem de várias frentes diferentes (E3).

No entanto, na visão do entrevistado E2, o município apresenta uma falta de gestão pública e considera que “há uma carência de poder público, de entendimento da atividade turística como um fator de desenvolvimento social, econômico, humano, então eu vejo atualmente com várias possibilidades, mas ainda muito restritos por esses motivos”

Além dessa falta de iniciativa do poder público, ainda o entrevistado E2 considera que a atividade turística continua sendo pequena, isso por conta, dentre outros fatores, pela percepção do setor privado, embora participe do Conselho Municipal de Turismo, mas ainda não percebe quanto a atividade turística, de um turismo bem planejado pode gerar para a cidade.

[...] esse **desenvolvimento ainda é pequeno**, por conta de todo o potencial que a cidade tem cultural, histórico, arquitetônico, natural do entorno, mas que **ainda é pouco desenvolvido** por alguns fatores que acredito que são esses da posição geográfica, do transporte, do empresariado da iniciativa privada que ainda tem uma visão muito restrita do quanto que isso pode gerar, de quanto isso pode trazer de benefício (E12) (GRIFO NOSSO).

Nesse sentido, a instância de governança regional, o Circuito dos Diamantes está composto por 13 municípios, que estão localizados na Serra do Espinhaço²⁰, essa instância de governança visa o desenvolvimento do turismo sustentável, nos municípios envolvidos, através da proposição e execução de políticas, programas e projetos que procurem o bem estar das populações envolvidas na atividade turística (CIRCUITO DOS DIAMANTES, 2017). Além disso, o Circuito dos Diamantes visa ser o fio condutor entre o poder público e a iniciativa privada, para que atividade turística aconteça no nível regional e, trabalhando em parcerias para que aconteçam os projetos de desenvolvimento regional e, segundo a percepção do entrevistado E2

Nós, enquanto agência de desenvolvimento, a gente tenta **trabalhar todos esses atores envolvidos**, o poder público, apoiando os conselhos municipais de turismo, os eventos para captação de recursos para os fundos municipais, né?, a qualificação a capacitação dos envolvidos, né?, essa articulação entre a iniciativa privada e o poder público em **prol de esforços para o desenvolvimento do turismo**, então o seguinte, como nós somos uma agência, que nessa estrutura ela tem participação da iniciativa privada, do poder público e das entidades parceiras, EMATER, SEBRAE, a gente tenta ser esse **eixo** entre esses atores para que a **comunicação** entre eles exista, para que eles entendam o papel do desenvolvimento do turismo no município (E2) (grifo nosso).

Por outra parte, um outro dado importante medido pela FGV, foi a divulgação e marketing no destino (ANEXO 11), percebeu-se um crescimento ao longo do tempo, passando do nível 2 para o nível 4 de competitividade municipal, desde o 2008 até o 2015, se comparado com os outros municípios não capitais e com as cidades indutores no nível nacional.

Nesse sentido, ressalta-se que Diamantina desenvolveu seu Plano de Marketing a partir do Índice de Competitividade feito pela parceria entre a FGV, o MTur e o SEBRAE, observando-se assim a importância que teve para os destinos mineiros o Estudo de Competitividade, pois segundo o entrevistado E3.

²⁰ A Serra do Espinhaço tem o reconhecimento da UNESCO como Reserva Mundial da Biosfera (Circuito dos Diamantes, 2017).

[...] a questão do plano de marketing, então nosso **plano de marketing ele surge da demanda**, ne? Apresentada dentro dessa **política dos 65 destinos** dentro da linha da competitividade a gente teve que construir um plano de marketing para nos posicionarmos, para sabermos onde que estamos localizados e saber onde que vamos chegar (E3).

Sendo, sem dúvida, o Plano de Marketing, uma das principais ações que aconteceram em Diamantina, a partir do Projeto DIDTR, para desenvolver ações e estratégias de marketing que posicionem o destino frente a outras cidades e, seja promovido o turismo a partir daí.

Assim, outro índice analisado pela FGV foi a Capacidade Empresarial de Diamantina, evidenciou-se que se manteve estagnado desde o início das análises dos Estudos de Competitividade (2008) até o final (2015), em nível três de competitividade (ANEXO 12).

Ressaltando-se nos relatórios do Índice de Competitividade que no município foram evidenciadas as facilidades dadas para a abertura de novos empreendimentos ligados ao turismo concordando o entrevistado E3, embora o termo que poderia utilizar-se nesse caso é crescimento e não desenvolvimento, pois o desenvolvimento é um conceito mais complexo, que analisa outros fatores, referentes a qualidade de vida, ou seja, para além de analisar a quantidade.

A gente tem se desenvolvido a passos largos visto que são vários os empreendimentos que abrem aqui em Diamantina todos os anos relacionados a área de serviços então as pessoas tem investido no turismo, com certeza um aumento desse investimento reflexa ninguém vai investir onde não tem demanda, onde não tem mercado (E3).

O Índice que mede a Cooperação regional apresentou-se estagnado no nível 4 de competitividade no período de tempo analisado (2008-2015), embora Diamantina esteve acima tanto da média nacional, quanto das demais cidades não capitais do Brasil (ANEXO 13).

5.1.1.3 Aspectos organizacionais no município de Ouro Preto

O turismo em Ouro Preto encontra-se gerido pela Secretaria Municipal de Turismo, Industria e Comercio (SETIC) e pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), assim, como outras instituições atuantes no turismo da cidade, as mesmas que têm participação dentro do COMTUR. Sendo a SETIC a encargada da coordenação das ações em procura de alcançar o desenvolvimento turístico local, e ainda sendo a responsável por alinhar todas as políticas dos diferentes níveis de governo, envolvendo os demais atores no sistema turístico dentro da atividade municipal. São responsabilidades da SETIC, segundo a Lei Municipal n. 659 de 20 de junho de 2017:

I. Executar a política municipal de desenvolvimento econômico; II. Desenvolver as atividades relacionadas com o turismo, indústria e comércio do Município; III. Efetuar o levantamento, a divulgação e o fomento das atrações turísticas do Município; IV. Desenvolver e/ou incentivar a capacitação de pessoal especializado

para serviços ligados ao turismo, à indústria e ao comércio no Município; V. Fomentar o desenvolvimento do comércio e da indústria do Município, sobretudo com vistas à implantação de novas empresas e à geração de empregos; VI. Fiscalizar e gerir os convênios firmados pelo Município neste setor; VII. Exercer outras atividades correlatas.

Outro órgão encarregado de gerir a atividade turística da cidade de Ouro Preto é o Conselho Municipal de Turismo. Cabe mencionar que esse conselho voltou a funcionar em agosto de 2014, pois permaneceu perto de dois anos inativo. O Conselho é consultivo e deliberativo. No ano 2014, percebe-se a necessidade da reativação do COMTUR, que segundo as contribuições do entrevistado E4

[...] na parte da gestão do poder público, nós amadurecemos muito estamos pendentes em algumas coisas da lei da política, o ICMS turístico e, nesses últimos dois anos nós trabalhamos muito dentro aqui na Secretaria, muito focados com o conselho para regularizar o município com relação as políticas, então nós criamos a **lei municipal da política**, [...] o Conselho Municipal de Turismo ficou ai, uns dois anos desativado, então **ativamos o conselho**, revisamos a lei do conselho o estatuto do conselho municipal de turismo, elaboramos o **plano municipal de turismo** que está na fase final de diagramação do documento do plano [...] então assim, na parte da política pública de turismo, agora que há, que a gente conseguiu novamente estar mais alinhado desde a Política Nacional com a política do estado, então demos um passo (E4) (grifo nosso).

De acordo com o entrevistado (E4), a reativação do COMTUR foi um fato importante para o turismo da cidade, pois ele trouxe planejamento com o Plano Municipal de Turismo, a Política Municipal de Turismo e o fato de trabalhar alinhados com a Política Nacional e Estadual, fatores essenciais, para um desenvolvimento mais sustentável da atividade turística no município. Além disso, outro fato importante a ser ressaltado é o esforço do município em trabalhar entre os atores do poder público e os atores da sociedade civil para que o planejamento da atividade turística local aconteça.

O COMTUR regulamentado pela Lei Municipal no. 659/11 no seu artigo primeiro sobre a natureza do COMTUR, diz: “é um órgão consultivo e deliberativo do Executivo Municipal, cuja finalidade é oferecer subsídios sobre a política municipal de turismo e as ações dela decorrentes, e funcionará de acordo as normas definidas no Regimento Interno” (OURO PRETO, 2011). As reuniões do COMTUR acontecem uma vez por mês. Ainda sobre a mesma lei municipal apresentada sobre as competências do COMTUR (ANEXO 14)

Na cidade de Ouro Preto, o COMTUR está composto por 08 membros da área governamental e, 08 pertencentes a área não governamental; sendo representadas por um membro titular e um suplente. Os representantes do COMTUR do poder público são: Secretaria Municipal de Cultura e patrimônio, Secretaria municipal de Meio Ambiente, Segurança Pública, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Instituto Federal de Minas Gerais, Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Câmara Municipal de Ouro Preto e os

representantes da iniciativa privada são: Associação Comercial e Empresarial de Ouro Preto (ACEOP), Sistema Municipal de Museus, Ouro Preto *Convention & Visitors Bureau* (CVB), Federação das Associações de Moradores de Ouro Preto (FAMOP), Associação de Guias de Turismo de Ouro Preto (AGTOP), Agencia de Desenvolvimento de Ouro Preto, Agencia de Viagem, Receptivos e de Transporte Turístico, Associação Brasileira da Industria de Hotéis (ABIH) (OURO PRETO, 2015).

Com relação a dimensão de políticas públicas analisada pela FGV, de acordo com as análises realizadas pelos Estudos de Competitividade (ANEXO 15) no período de 2008 a 2015, manteve-se no nível quatro de competitividade, embora nos anos 2011, 2013 e 2014, ficou em nível 3 de competitividade.

Um problema identificado na entrevista (E12), assim como acontece em outros municípios e, até no governo federal, é o fato da descontinuidade das políticas públicas causada pela mudança de governos, às vezes, por uma questão meramente política, são descartadas políticas por ser de outros governos ou partidos políticos, sem realizar um estudo e análise a profundidade do que um município requer e as vezes, se engaveta políticas que já estavam caminhando e funcionando por interesses particulares.

[...] este tipo de ação enfraquece o turismo, uma vez que **na mudança de governos não se pratica continuidade das políticas pública**, por exemplo, em 2011, nós conseguimos startup, dar início ao processo da política municipal de turismo, do plano municipal de turismo, esse plano era decenal para ser por dez anos, aferindo resultados ano a ano, semestralmente, aí veio o novo prefeito e simplesmente engaveto o plano de turismo, então foram quatro anos de atraso com relação a tudo aquilo que se havia planejado (E12) (grifo nosso).

A atividade turística em Ouro Preto, tem aumentado nos últimos meses, bem como a cidade, tem alguns problemas, por causa do fluxo maior de turistas e, que a pesar de ser uma cidade turística, evidenciando-se as vezes, a falta de preparação da cidade para receber um maior número de turistas.

[...] A cidade tem movimento **é uma cidade turística**, esse ano nós estamos notando um aumento maior de turistas na cidade acredito que é por causa da crise, as pessoas deixam de viajar para o exterior e viajam mais internamente, então a gente está observando esse aumento, o mês de julho foi um mês muito bom para a cidade, a gente viu em termos de comércio de gestão financeira foi bom, claro que a gente tem alguns **problemas de estrutura** com relação a isso, há problemas **de estacionamento**, as vezes a rede hoteleira estava a 100%, então já não conseguia atender toda a demanda e a gente tem esse período de sazonalidade o mês de julho agora foi alta e chega agosto e dá uma baixa, então Ouro Preto é uma cidade que sofre com essa **sazonalidade** do turismo (E4) (grifo nosso).

Os principais problemas encontrados em Ouro Preto são a sazonalidade, a falta de infraestrutura, tanto de hospedarias, estacionamentos e a descontinuidade das políticas públicas por conta da mudança da Gestão Pública Municipal.

Assim, Tomazzoni (2009) recomenda tratar dentro dessa dimensão, as ações de divulgação e marketing no setor, para o qual o Índice de Competitividade-Ouro Preto, 2015, apresentou os resultados obtidos do período de 2008 a 2015, no qual em todos os anos o município de Ouro Preto, manteve uma média acima dos indicadores nacionais, se comparado com as cidades não capitais. Nos três primeiros anos, o nível foi bem mais diferenciado, se comparado com o resto do país, diminuindo para os quatro últimos anos, mas, ainda se manteve acima da média nacional (ANEXO 16).

Através da técnica da observação direta, foi possível identificar que atualmente, são realizadas pesquisas por parte da SETIC sobre a percepção e perfil dos visitantes na cidade, sendo relevante para conhecer os turistas, melhorar o atendimento e traçar as ações para que a atividade se desenvolva da melhor maneira possível, isso dada a importância que o turismo tem para as atividades em Ouro Preto.

Por outra parte, a Cooperação Regional (ANEXO 17) foi um outro indicador medido pela FGV com o intuito de conhecer a maneira como o destino interage com as demais cidades da região, na qual encontra-se inserido e, quais as ações que tinham sido implementadas para o desenvolvimento regional, assim, Ouro Preto tinha-se mostrado, praticamente, estagnado no nível 4 de competitividade, só no ano 2011, ficou em nível 3 de competitividade.

A capacidade empresarial (ANEXO 18), foi medida pela FGV que, no caso de Ouro Preto, manteve-se estagnado no nível 4 de competitividade, no período entre 2008-2015, embora no ano 2013 tenha baixado para o nível 3 de competitividade.

5.1.1.4 Aspectos organizacionais no município de Tiradentes

Os órgãos responsáveis pelo turismo na cidade de Tiradentes são a Secretaria de Turismo e Cultura, que se encontra inserida dentro do Departamento de Turismo e Cultura adscrito à Prefeitura de Tiradentes e o Conselho Municipal de Turismo de Tiradentes (COMTUR), de acordo com o Art. 1 da lei da criação do COMTUR o objetivo é que a Política Municipal de Tiradentes seja implementada através da formulação da política municipal de turismo, buscando o crescimento e o desenvolvimento da atividade turística do município de Tiradentes.

Na visão do entrevistado E7, os esforços de Tiradentes para promover a atividade turística, estão:

[...] organizar a política pública, foi criado o **plano municipal de turismo**, antes disso foi feita a política municipal de turismo, que é uma lei, depois dessa política se criou um plano, desse plano se vem trabalhando o que se espera da cidade, esse plano, ele gerou agora esse plano, ele estimulou realmente o plano diretor de Tiradentes, se criou o **Conselho Municipal de Turismo** que realmente com expressiva atuação

dentro do município, [...] então isso foi trabalhado a base de governança que é o circuito, o circuito é que articula toda essa ação, depois do conselho municipal de turismo, se criou também o **fundo municipal de turismo** que se entende que tem que ter recurso para trabalhar a questão do turismo, com que faz a movimentação é o conselho, o conselho é quem determina onde esse dinheiro vai ser gasto, por isso essa questão do deliberativo (E7) (grifo nosso).

Assim, então, foi criado o Conselho Municipal de Turismo - COMTUR, órgão que atua com a Secretaria Municipal de Tiradentes, o COMTUR sendo um órgão deliberativo, consultivo e de assessoramento, que tem como responsabilidade ser a ponte entre o Poder Público e a sociedade civil. Segundo a visão de um entrevistado do poder público de Tiradentes, a Prefeitura cumpre um papel importante para o desenvolvimento turístico.

Segundo o entrevistado E7, na formação do COMTUR, “foi discutido muito para que ele se tornasse um conselho deliberativo e, não só consultivo, ele é consultivo e deliberativo, mas se discutiu muito para que ele fosse realmente deliberativo com todas as entidades que tinham interesse no turismo na cidade”. As competências atribuídas ao COMTUR são apresentadas no Art. 8 da Lei. (ANEXO 19).

Ainda, segundo com a referida Lei n. 2535 de 2010, o COMTUR está representado por 11 membros por um mandato de 2 anos, onde é permitida uma reeleição, sendo eles: 2 representantes escolhidos pelo Chefe do Executivo Municipal; 1 representante do Poder Legislativo Municipal; 1 representante do setor de Hospedagem; 1 representante do setor de Alimentação; 1 representante das Agências de Receptivos; 1 representante do segmento Artístico e de Artesanato; 1 representante da área Cultural; 1 representante do Instituto Estrada Real; 1 representante do Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes; 1 representante do Sebrae.

Dentro das políticas públicas, como apresentadas nos resultados do Índice de Competitividade, mostram como o município de Tiradentes tinha-se mantido no longo dos anos neste índice muito baixo, se comparado com os demais destinos não capitais e, do Brasil em geral, ficando estagnado no nível dois desde o ano 2008 até o ano 2015, só no ano 2011, teve uma escalada para o nível três, mas no ano seguinte analisado (2013) caiu (ANEXO 20).

Concordando com esse resultado do Estudo de Competitividade, o entrevistado E8 considera que, sendo ele natural e habitante de Tiradentes, existe falta de políticas públicas:

[...] eu sinto falta de política pública, eu sinto essa falta, provavelmente outras pessoas possam te dar outro pensamento, mas eu sou tiradentino nato, nascido e criado aqui [...] o turismo veio, de certa forma, e nos tirou o que era propriedade nossa, de nossa identidade (E8).

E, nesse sentido, as políticas públicas, poderiam auxiliar, pois o entrevistado E9 considera que, o envolvimento dos atores nas políticas públicas, seja no nível federal, estadual e até mesmo municipal, devem ser articuladas:

Bem o ente federativo que é a prefeitura, nesse contexto do turismo ele cumpre um papel claro que é o desenvolvimento turístico local ,envolve outros atores aquilo que depende da prefeitura a gente faz, as articulações entre os governos, as políticas públicas voltadas para o turismo e para a cultura, a gente articula com o governo estadual ou governo federal põe em pratica algumas das políticas públicas aqui, a gente trabalha num sentido de organizar o destino, de ter a cidade mais bem estruturada para receber ao turista quando a gente fala disso a gente fala de ter saúde melhor, ter a cidade limpa, a cidade mais bem cuidada para receber e a gente também atua diretamente no processo de desenvolvimento turístico com planificação, diálogo com a comunidade, envolvimento com as associações com os conselhos, envolvimento com os empresários, que são uns dos atores do turismo local e a gente entende e sabe porque isso que é e o significado que o turismo tem, então a gente trabalha para desenvolver e planificar mais (E9).

Assim, a atuação da iniciativa privada é muito forte em Tiradentes e na visão do entrevistado E6 a responsabilidade de desenvolver o turismo corresponde ao setor privado e ao setor público, corresponde-lhe, garantir as condições mínimas, tanto para a população, quanto para os visitantes:

[...] o poder público ele apoia, mas o poder o público ele não tem aqui em Tiradentes o papel de desenvolver o turismo ou de fazer um esforço muito grande do turismo, até porque esse turismo já existe, então o que eu acho que o poder público tem o papel de garantir as condições necessárias para que esse turismo seja um turismo recorrente, que não acabe, que ele não tenha uma fase e depois dessa vai zero, a iniciativa privada tem a responsabilidade de fazer essa dosagem, que falei para você de quanto pode suportar a cidade em termos de impacto para cada uma dessas frentes turísticas, então o que se deve fazer é trabalhar iniciativa privada com o poder público para que a gente tenha a melhor equação de funcionamento disso ali (E6).

Com relação à divulgação, a dimensão que mede é o Índice de Marketing e promoção do destino que, no caso Tiradentes ficou no nível dois de competitividade no período analisado (2008-2015), só no ano 2013 teve uma ascensão para o nível três, mas no ano seguinte caiu novamente, pelo que é possível inferir que, ao se comparar às variáveis analisadas com os outros destinos indutores não capitais, também como a média nacional, Tiradentes ficou atrás dos demais destinos nesse indicador (ANEXO 21)

Percebeu-se que, ainda têm que ser realizadas muitas ações para que, tanto as políticas públicas locais, quanto as estratégias de marketing e promoção do destino, ajudassem a desenvolver a atividade turística, pois não só devem existir eventos, mas eles deveriam ser planejados e divulgados em busca de que esse turismo não prejudique a cidade.

E, assim, a importância de se analisar a dimensão de cooperação regional, no caso de Tiradentes apresentou-se crescente ao longo dos anos, passando de nível 3, em 2008, para nível 5, em 2015, ficando acima da média nacional e das cidades não capitais (ANEXO 22), evidenciou-se que nessa dimensão é a que maior destaque teve no município nos anos analisados, pois as ações do município envolvem a região e Tiradentes participa ativamente nos circuitos regionais

A capacidade empresarial (ANEXO 23) de Tiradentes, foi medida pelo Estudo de Competitividade e, na série histórica permaneceu estagnado no nível 2 de competitividade, apresentou vários desafios por cumprir, ficando muito baixo se comparado com os demais destinos não capitais e da média do Brasil, em geral, embora, no ano 2010, apresentou a mais baixa qualificação da competitividade (nível 1), evidenciou-se que exista uma forte participação da iniciativa privada, ela deve ser coordenada e articulada com o poder público municipal e trabalhar as ações de maneira planejada em prol da melhoria desse indicador.

Como resumo da Gestão do Poder Público Municipal e da Iniciativa Privada, dentro da Dimensão Organizacional nos quatro destinos indutores nacionais de Minas Gerais, apresenta-se o Quadro 9.

Quadro 9. Dimensão Organizacional dos DIDTR de Minas Gerais

DIMENSÃO ORGANIZACIONAL						
DESTINOS	Perfil do Poder Público Municipal	COMTUR	Membros do COMTUR	Fundo Municipal de Turismo	Plano Municipal de Turismo	Perfil do Setor Privado
BELO HORIZONTE	BELOTUR	Sim	14	Sim	Sim	Empresários cientes da “vocação” para o turismo de eventos da cidade como turística e investem na atividade
DIAMANTINA	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio	Sim	16	Sim	Sim	Falta de investimentos dos empresários, pois eles não percebem quanto a atividade pode gerar.
OURO PRETO	Secretaria Municipal de Turismo, Indústria e Comércio	Sim	16	Sim	Sim	Os empresários que não investem no turismo e acham que o turismo vai acontecer de qualquer jeito
TIRADENTES	Secretaria de Turismo e Cultura	Sim	11	Sim	Sim	Forte participação dos empresários nas atividades turísticas da cidade.

Fonte: Dados da pesquisa

Dos quatro destinos indutores nacionais de Minas Gerais só Belo Horizonte tem uma Empresa Municipal, gerindo os destinos da atividade turística da capital mineira, os outros três destinos tinham uma Secretaria, embora não seja da pasta exclusiva do turismo, os quatro destinos indutores possuíam o Conselho Municipal de Turismo ativo e com reuniões periódicas, nas quais participam membros, tanto do setor público, quanto da iniciativa privada, com relação

ao Plano Municipal de Turismo e o Fundo Municipal de Turismo, atualmente os quatro destinos indutores mineiros possuem ativos e em funcionamento, embora no ano 2015 Belo Horizonte ainda não tinha.

Dentro do Perfil da Iniciativa Privada, Belo Horizonte é uma cidade que tem investimento dos empresários, pois eles acreditam na atividade turística, já em Diamantina os empresários não investiam no turismo, pois eles não percebiam tudo o que o turismo podia gerar. Em Ouro Preto, os empresários não investem no turismo, pois eles acreditam que o turismo acontece de qualquer jeito, então não precisam investir e em Tiradentes existia uma forte participação do setor privado nas atividades turísticas da cidade.

Assim, também, resumidamente, apresenta-se as dimensões de Políticas Públicas Locais, Marketing e Promoção do destino, Cooperação Regional e Capacidade Empresarial dos estudos de competitividade, analisando os quatro destinos indutores nacionais de Minas Gerais.

Tabela 2. Dimensão organizacional analisada nos índices de competitividade

DIMENSÕES/ANOS	Belo Horizonte		Diamantina		Tiradentes		Ouro Preto	
	2008	2015	2008	2015	2008	2015	2008	2015
POLÍTICAS PÚBLICAS	71,1	78,4	44,5	68,9	37	36,7	66	62,3
MARKETING	84,5	86,3	55,2	59,2	32,3	26,1	75,8	62,5
COOPERAÇÃO REGIONAL	16,3	58,3	60,9	74,8	49,1	82,7	68,3	72,4
CAPACIDADE EMPRESARIAL	86,1	94,8	44,8	60,7	26,0	27,6	60,2	64,4

Fonte: Índice de Competitividade Belo Horizonte, Diamantina, Ouro Preto e Tiradentes, 2015.

Percebeu-se que Belo Horizonte e Diamantina tinham se mostrado mais competitivos no ano 2015, se comparado com o início da medição do índice de competitividade no ano 2008 em todas as dimensões organizacionais analisadas e os destinos de Tiradentes e Ouro Preto mostraram-se menos competitivos no final da medição dos estudos de competitividade (2015) se comparado com o ano 2008, nos indicadores de Políticas Públicas e Marketing e Promoção dos destinos, já os outros indicadores apresentaram-se mais competitivos para o ano 2015.

5.1.2 Aspectos econômicos

Nesta seção, apresentou-se os principais aspectos socioeconômicos dos municípios, como o PIB per capita, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, o índice FIRJAN de desenvolvimento municipal. Assim como os resultados apresentados do Índice de Competitividade, especificamente nas dimensões de Economia Local, Infraestrutura turística, Acesso, Monitoramento, Serviços e Equipamentos turísticos e aspectos Sociais e, as entrevistas com os atores do turismo local.

5.1.2.1 Aspectos econômicos no município de Belo Horizonte

Os serviços, principalmente, as atividades do setor financeiro, do comércio e da administração pública, constitui a principal atividade turística da capital mineira, Belo Horizonte, ocupando o primeiro lugar dentro das maiores economias do estado, tendência que tem se mantido ao longo dos anos, desde o ano 2010 até o ano 2014 e, ocupando a quarta posição do PIB no nível nacional, evidenciando-se a importância da atividade econômica que a capital mineira representa para a economia do estado e para economia brasileira. Belo Horizonte teve participação de 14,2% no PIB estadual, para o ano 2011 (FUNDAÇÃO JÓAO PINHEIRO, 2014).

E na visão do entrevistado E11 com relação à atividade predominante do turismo em Belo Horizonte:

[...] a cidade começou se a mostrar que **há vocação** e eu não gosto dessa palavra, mas eu vou usar porque na época era usada, a cidade tem o **turismo de negócios e eventos** e como capital é mesmo, nós temos um território que nós não temos grandes indústrias então a cidade é **comercial e de serviços** e o turismo vai se enquadrando nisso (E11).

Entretanto, o PIB per capita de Belo Horizonte no ano 2014, foi de R\$35.187,85, colocando o município na posição 51º de 853 municípios mineiros, dentro do ranking estadual, e na 541º de 5570 municípios brasileiros no ranking nacional (IBGE, 2017). Outro índice de relevância de se analisar é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)²¹, que auxilia na análise da qualidade de vida da população, a qual mensura três aspectos na vida do ser humano, como a longevidade, a educação e a renda, sendo que se o indicador de um município encontrasse mais próximo de um, maior é o desenvolvimento humano naquela cidade. O IDHM de Belo Horizonte é de 0,81 no ano 2010, último dado atualizado pelo IBGE, considerado muito alto, pois encontra-se entre 0,800 e 1 (IBGE, 2017).

Assim, outra maneira de observar o desenvolvimento dos municípios brasileiros, é através do índice FIRJAN²², que considera indicadores importantes como saúde, educação e emprego e renda, como apresentado na tabela 3, na qual é possível inferir que a capital mineira passou de ter um desenvolvimento moderado no ano 2008 para o ano 2013 ter um alto desenvolvimento no IFDM consolidado, educação e saúde que vem crescendo todos os anos,

²¹ IDHM menor de 0,499 é considerado muito baixo, de 0,500 a 0,599 baixo, de 0,600 a 0,699 médio, de 0,700 a 0,799 alto desenvolvimento e 0,800 ou mais é considerado muito alto.

²² FIRJAN, alto desenvolvimento, resultados superiores a 0,80; desenvolvimento moderado resultados compreendidos entre 0,60 e 0,80; desenvolvimento regular, resultado compreendido entre 0,40 e 0,60 e baixo desenvolvimento resultados inferiores a 0,40.

mas no índice de emprego e renda no ano 2008 teve alto desenvolvimento e caiu para desenvolvimento moderado no ano 2013 (FIRJAN, 2017).

Tabela 3. IFDM e áreas de desenvolvimento – Belo Horizonte

ANOS	2008	2009	2010	2011	2012	2013
IFDM CONSOLIDADO	0,7850	0,7856	0,8090	0,8173	0,8124	0,8135
EDUCAÇÃO	0,7349	0,7698	0,8026	0,8192	0,8256	0,8406
SAÚDE	0,7958	0,8046	0,8099	0,8278	0,8427	0,8608
EMPREGO E RENDA	0,8242	0,7824	0,8145	0,8049	0,7690	0,7391

Fonte: FIRJAN (2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013).

Na dimensão economia local²³, analisada pelo Índice de Competitividade, na qual para o período de 2008 a 2015 percebeu-se que a economia local da capital mineira experimentou um crescimento ano a ano, passando do nível 4 para o nível 5 de competitividade (ANEXO 24).

Assim, o Índice de Competitividade na dimensão Infraestrutura Geral²⁴, observou-se que em todos os anos que foram realizadas as pesquisas da FGV, se manteve no nível 5, fato pelo qual pode-se inferir que Belo Horizonte tinha a infraestrutura apropriada para o recebimento dos turistas (ANEXO 25).

Por outra parte, o índice que mede os Serviços e Equipamentos Turísticos²⁵ tinha melhorado para o ano 2015, se comparado com o ano 2008, pois passou do nível 4 que tinha o destino turístico até o ano 2011, para a partir do ano 2013 evidenciar-se que Belo Horizonte alcançou o nível 5, sendo o nível mais alto de competitividade (ANEXO 26).

O Acesso²⁶ foi outra dimensão analisada nos estudos de competitividade, manteve-se em nível 4 de competitividade ao longo dos anos, embora nos anos 2011 e 2013, houve uma evolução para o nível 5 de competitividade, mas caiu para 4 nos últimos anos analisados nos estudos de competitividade (ANEXO 27).

²³ As variáveis utilizadas para medir a Economia Local, foram: Aspectos da Economia Local, Infraestrutura da Comunicação, Infraestrutura e facilidades para os negócios, Empreendimentos ou eventos alavancadores (INDICE DE COMPETITIVIDADE, 2015).

²⁴ As variáveis utilizadas para medir a Infraestrutura Geral, foram: Capacidade de atendimento médico para o turista no destino, Fornecimento de energia, Serviços de proteção ao turista, Estrutura urbana nas áreas turísticas (INDICE DE COMPETITIVIDADE, 2015).

²⁵ As variáveis utilizadas para medir os Serviços e equipamentos turísticos, foram: Sinalização turística, Centro de atendimento ao turista, Espaço para eventos, Capacidade dos meios de hospedagem, Capacidade do turismo receptivo, Estrutura de Qualificação para o turismo, Capacidade dos restaurantes (INDICE DE COMPETITIVIDADE, 2015).

²⁶ As variáveis utilizadas para medir o Acesso, foram: Acesso aéreo, acesso rodoviário, acesso aquaviário, acesso ferroviário, Sistema de transporte no destino, Proximidade de grandes centros emissores de turistas (INDICE DE COMPETITIVIDADE, 2015).

O Índice de Monitoramento²⁷ foi outro indicador analisado pela parceria entre o MTur, FGV e o SEBRAE, observou-se que no período analisado (2008-2015). Belo Horizonte apresentou para o ano 2015 uma melhoria no índice ocupando o nível 5 de competitividade, se comparado aos anos anteriores que estava no nível 4, ficando muito acima dos demais destinos do Brasil e das outras capitais brasileiras (ANEXO 28).

Sendo importante analisar nessa dimensão econômica os Aspectos sociais²⁸ que foram analisados pela FGV, no qual o destino manteve-se no nível 4 de competitividade desde o ano 2008 até o ano 2015 (ANEXO 29).

Percebeu-se que Belo Horizonte encontrava-se bem posicionada no ano 2015, com o nível máximo de competitividade, nas dimensões da infraestrutura geral, os serviços e equipamentos turísticos, a economia local e, o monitoramento. Já o indicador do acesso e os aspectos sociais, precisavam ser melhorados, atendendo, se possível, as recomendações sugeridas pelos técnicos da FGV.

5.1.2.2 Aspectos econômicos no município de Diamantina

As principais atividades econômicas de Diamantina são a mineração de ouro e diamantes, a indústria, a agricultura e o comércio, com relação ao índice do PIB per capita do município para o ano 2014 foi de 12.758,94, ocupando a posição 369 dentre 853 municípios mineiros e ocupando a posição 2986 entre 5570 municípios do Brasil. Assim, o desenvolvimento do município pode ser analisado através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM, que no caso de Diamantina encontra-se na faixa de 0,73, sendo considerado um desenvolvimento alto (IDHM, 2017).

Entretanto, o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal, constitui uma outra maneira de analisar o desenvolvimento que, no caso de Diamantina como apresentada na tabela 4, a cidade encontrava-se com desenvolvimento moderado, no consolidado do índice e no indicador da saúde, desde o ano 2008 até o ano 2013, a variável da educação esteve em desenvolvimento moderado desde o ano 2008 até o ano 2011, já no ano 2012 e 2013 passou para um alto desenvolvimento, assim também, o indicador do emprego e a renda se manteve regular nos anos 2008 até o 2013, somente no ano 2009, teve desenvolvimento moderado.

²⁷ As variáveis utilizadas para medir o Monitoramento foram: Pesquisas de demanda, Pesquisas de oferta, Sistemas de estatísticas de turismo, Medição dos impactos da atividade turística, Setor específico de estudos e pesquisas (INDICE DE COMPETITIVIDADE, 2015).

²⁸ As variáveis utilizadas para medir os aspectos Sociais, foram: acesso à educação, empregos gerados pelo turismo, uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população, Cidadania, sensibilização e participação na atividade turística, Política de enfrentamento e prevenção à exploração de crianças e adolescentes (INDICE DE COMPETITIVIDADE, 2015).

Tabela 4. IFDM e áreas de desenvolvimento – Diamantina

ANOS	2008	2009	2010	2011	2012	2013
IFDM CONSOLIDADO	0,6333	0,6647	0,6760	0,6729	0,6682	0,6836
EDUCAÇÃO	0,6536	0,7151	0,7650	0,7956	0,8063	0,8070
SAÚDE	0,6553	0,6319	0,6595	0,6704	0,6698	0,6641
EMPREGO E RENDA	0,5910	0,6470	0,6034	0,5526	0,5285	0,5797

Fonte: FIRJAN (2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013).

Assim é importante destacar a posição que o índice alcançou no ranking nacional no ano 2008, que foi a posição 2011, e no ranking estadual encontrava-se na posição 291. Já para o ano 2013, essa posição caiu para 2330 nacionalmente e, 393 no nível estadual.

Nesse sentido, a dimensão da Economia Local, analisada pelo Índice de Competitividade, manteve-se estagnada no nível três de competitividade, desde o ano 2008 até o ano 2015, evidenciando que da mesma forma que aconteceu o desenvolvimento se manteve estático. Assim, foi possível perceber que nesse índice, no período analisado (2008-2015) se encontrava baixo da média nacional, tanto das cidades não capitais, quanto dos demais destinos brasileiros (ANEXO 30).

Uma dimensão na qual a cidade de Diamantina, apresentou-se mais competitiva, segundo com as informações apresentadas no índice de competitividade, é a infraestrutura, evidenciou-se que nessa dimensão a cidade teve crescimento, ano a ano começando no nível 4 de competitividade e no ano 2008, e chegou no nível 5 de competitividade nos anos 2013, 2014 e 2015 (ANEXO 31).

Um outro indicador que foi analisado pela FGV em parceria com o MTur e o SEBRAE é o índice de serviços e equipamentos turísticos, que no caso de Diamantina, manteve-se estagnado no nível 3 de competitividade nos anos analisados (2008-2015) (ANEXO 32).

Nesse sentido, o entrevistado E3 considera que o setor turístico tinha-se desenvolvido, pois fica evidente, para ele, que as pessoas da cidade tinham investido no setor do turismo no município.

A gente tem se desenvolvido a passos largos, visto que são vários os empreendimentos que abrem aqui em Diamantina todos os anos relacionados a área de serviços então as pessoas tem investido no turismo, com certeza um aumento desse investimento reflexa, ninguém vai investir onde não tem demanda, onde não tem mercado (E3).

Percebe-se que, de alguma maneira, existe uma confusão no uso do termo crescimento e desenvolvimento, como descrito anteriormente, refere-se ao aumento do número de negócios, então seria um crescimento, pois o desenvolvimento envolve questões mais complexas de

analisar e variáveis como: educação, saúde e emprego e renda, dentre outras e não somente questões econômicas.

Com relação ao Índice de Acesso em Diamantina, tinha se mantido estagnado nos anos analisados, ficando no nível 4 de competitividade para o período analisado (2008-2015) (ANEXO 33).

O índice do monitoramento no município de Diamantina é no caso o município dos destinos indutores nacionais de Minas Gerais que teve a pior qualificação, ficando em todos os anos em nível dois de competitividade, evidenciou-se, de acordo com o Índice de Competitividade, que o destino não fez nenhuma melhoria que possa aumentar essa qualificação ao longo dos anos (ANEXO 34).

Com relação ao Índice que mede os aspectos sociais no município de Diamantina, evidenciou-se, (ANEXO 35), começando no ano 2008 até o ano 2010, que o município ficou em competitividade nível 3, já para os anos 2011, 2013, 2014, Diamantina passou para o nível 4 de competitividade, voltando a cair para o nível 3, em 2015.

Assim, nessa dimensão econômica, Diamantina, apresentou com grandes desafios, pois nas dimensões de Economia Local, Serviços e Equipamentos turísticos e os aspectos sociais ficaram no ano 2015, em nível 3 de competitividade, a dimensão do Monitoramento ficou em nível 2, o Acesso em nível 4 e só a Infraestrutura Geral do município em nível 5, segundo os dados fornecidos pelos Estudo de Competitividade.

5.1.2.3 Aspectos econômicos no município de Ouro Preto

A principal atividade econômica de Ouro Preto é a mineração e a segunda, o setor de serviços, encontrando-se diretamente ligado ao turismo, mas depois do acidente da mineradora Samarco na região de Bento Rodríguez, perto de Mariana, que foi percebida a importância do turismo para Ouro Preto, pois foi reduzida a arrecadação por conta da mineração segundo o entrevistado (E4)

[...] a gente sabe, ainda não é a nossa folha de pagamento vamos dizer assim, [...] a **cidade não vive de turismo algo forte nosso é a mineração**, nós temos empresas como a Samarco, que nós estamos sentindo agora em função de aquele ocorrido que teve em Bento e Mariana. Muita gente ficou desempregada então, Ouro Preto, Mariana economicamente sentiram isso e o turismo está sendo, não sei se posso dizer assim, mais um plano B ou ele está sendo visto de fato como um **setor da economia que no município precisa ser investido**, precisa ser trabalhado porque um dia a mineração vai acabar, então agora as pessoas parece que assustaram né?, esse ocorrido vamos dizer deu uma sacudida no empresariado, até nos próprios prefeitos que vieram que a arrecadação do município caiu e eles estão agora tentando investir em turismo [...], buscando outras indústrias também para a região, mas é o turismo a segunda fonte nossa aqui de emprego a primeira é a mineração (E4) (grifo nosso).

Porém, apesar do turismo ser a segunda atividade no município de Ouro Preto, a principal fonte de emprego, não é necessariamente a atividade que mais arrecada, em termos de tributos, conforme depoimento do entrevistado E12.

[...] **o turismo hoje, emprega mais do que qualquer outro setor** da nossa sociedade aqui, **mas arrecada muito menos**, questões de tributos, por exemplo, pagasse muito mal, ainda aos trabalhadores de turismo, mas sem sombra de dúvidas é hoje o maior empregador e uma cadeia enorme de serviços vem surgindo e dialogando com o turismo, não somente com relação ao turismo histórico e cultural que é a grande bandeira da cidade (E12) (grifo nosso).

E, nesse sentido, o principal indicador socioeconômico, o PIB per capita do município experimentou variações, passando de R\$61.266,33, em 2012, para R\$ 90.705,27 em 2013 e, finalmente, o último dado atualizado no ano 2014 R\$79.116,61 (IBGE, 2017), colocando o município na posição 13º no ranking estadual, e na 77º no ranking nacional.

Outro índice importante de analisar é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que auxilia na análise da qualidade de vida da população, o IDHM de Ouro Preto é de 0,741 ao ano 2010, último dado atualizado pelo IBGE, mas esse valor é considerado alto, pois encontra-se em uma faixa entre 0,700 e 0,7999 (IBGE, 2017).

O desenvolvimento dos municípios brasileiros, também, pode ser observado através do índice FIRJAN, como apresentado na tabela 5, na qual é possível inferir que a cidade de Ouro Preto tinha um alto desenvolvimento no ano 2013, no consolidado do índice e, nos indicadores de educação, emprego e renda. Já o indicador da saúde ficou em desenvolvimento moderado. No ano 2008, todos os indicadores ficaram em desenvolvimento regular, evidenciou-se que houve desenvolvimento na cidade desde o ano 2008 até o ano 2013, último ano da atualização dos dados (FIRJAN, 2017).

Tabela 5. IFDM e áreas de desenvolvimento – Ouro Preto

ANOS	2008	2009	2010	2011	2012	2013
IFDM CONSOLIDADO	0,7196	0,7296	0,776	0,7984	0,8403	0,8229
EDUCAÇÃO	0,7349	0,7735	0,7994	0,8224	0,8324	0,8525
SAÚDE	0,7025	0,7241	0,7519	0,789	0,8186	0,7988
EMPREGO E RENDA	0,7214	0,6911	0,7766	0,7837	0,87	0,8175

Fonte: FIRJAN (2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013).

Cabe destacar a posição do índice FIRJAN que o município de Ouro Preto alcançou, tanto no nível estadual, quanto nacional. Em 2008, a cidade ocupava a posição 733ª no ranking nacional e 67ª no estadual, já em 2013, era 241ª na posição nacional e a 20ª do estado,

evidenciou-se um escalamento na relação 3 a 1 na posição, tanto no âmbito estadual, quanto nacional (FIRJAN, 2017).

Assim, no Estudo de Competitividade, o município de Ouro Preto no que mede o Índice da Economia Local apresentou uma evolução crescente desde o ano 2008 até o ano 2015, (ANEXO 36) passando do nível três para o nível quatro de competitividade, ficando acima da média brasileira e das cidades não capitais ao longo do tempo (2008-2015).

Relativamente à infraestrutura que possuía a cidade de Ouro Preto, para receber o fluxo de turistas, segundo apresentado no Índice de Competitividade da FGV, Sebrae e o MTur observou-se que o município de Ouro Preto passou do nível três para o nível 4, no indicador da Infraestrutura Geral, melhorando ano a ano e ficando nos últimos dois anos que foi feito a análise acima da média nacional tanto para as capitais quanto para as não capitais (ANEXO 37).

Evidenciou-se, ainda, que existem no ano 2017, basicamente os mesmos problemas ou desafios a serem alcançados pelo município de Ouro Preto, segundo a percepção do entrevistado (E12)

[...] existiu uma promessa no ano 2010, uma instalação de uma delegacia de polícia em Ouro Preto, não existe, você não consegue dialogar com a saúde exclusivamente, você vai contando com o dedo se tiver um atendente nos postos de saúde bilíngue, não vai ter e por aí vai (E12).

Da mesma maneira Ouro Preto teve um crescimento positivo ao longo dos anos, desde o ano 2008 até o ano 2015, na dimensão Serviços e Equipamentos turísticos apresentada pelo Índice de Competitividade-Ouro Preto 2015, observou-se um comportamento crescente, acima da média, se comparado com os municípios que não são capitais, chegando só no ano 2015, a superar a média nacional e alcançar o nível 4 de competitividade (ANEXO 38).

Com relação à acessibilidade, foi possível identificar através da técnica de observação direta que os principais atrativos no centro da cidade de Ouro Preto, ainda não tem acesso para pessoas com deficiência ou para pessoas com mobilidades reduzida. Na sequência, foi possível observar o fato de que a cidade tem problemas para o acesso, o trânsito e a congestão veicular desde a entrada da cidade até o centro histórico da mesma, pois suas ruas estreitas dificultam o tráfego dos veículos, dificultando, com isso, a visitação e o livre trânsito pela cidade.

Nesse sentido, o acesso quando foi analisado nos Estudos de Competitividade, evidenciou-se que em Ouro Preto, o acesso, foi a dimensão que ficou pior qualificada no destino, ficando tanto no início, quanto no final das análises realizadas pela FGV, em nível três de competitividade, embora nos anos 2010, 2011 e 2013 houve um incremento que a colocou em nível quatro de competitividade (ANEXO 39).

Nesse sentido, um outro aspecto importante que foi possível observar, foi que o terminal rodoviário da cidade, não possui linhas diretas de ônibus que conectem as principais cidades da região, tendo que uma pessoa, por exemplo, que viaja desde Viçosa, tem que pegar ônibus primeiro para Mariana e, depois, no terminal rodoviário de Mariana, pegar o ônibus para Ouro Preto, dificultando o acesso rápido para a cidade. Além disso, existem os táxis de lotação que fazem de uma maneira mais rápida a viagem entre Ouro Preto e Mariana e vice-versa.

A dimensão de Monitoramento da atividade (ANEXO 40) apresentou-se com uma tendência crescente, passando do nível três de competitividade no ano 2008 para o nível 4 no ano 2015, ficando muito acima da média nacional e da média dos destinos não capitais, que no caso, tinham uma média de nível 2 de competitividade.

O índice que mensurou os aspectos sociais, na cidade de Ouro Preto, ficou estagnado no nível 4 de competitividade ao longo dos anos analisados (2008-2015), mas ficou acima da média nacional e acima da média dos municípios não capitais analisados (ANEXO 41).

5.1.2.4 Aspectos econômicos no município de Tiradentes

As principais atividades econômicas de Tiradentes são o turismo, o comércio e, a agricultura, segundo a percepção do entrevistado E8, na atualidade “eu acredito o que eu entendo, é que o turismo é a principal fonte de riqueza hoje, nessa cidade”

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita no ano 2014 era de 16.500,42 situando-se na posição estadual em 241 de 853 municípios mineiros e, no ranking nacional na posição de 2299 no ano 2014 (IBGE, 2017). O IDHM de Tiradentes situou-se em 0,74, sendo considerada uma cidade com alto desenvolvimento e o Índice FIRJAN que, no caso na cidade de Tiradentes no consolidado do índice e no indicador da educação, ficou em desenvolvimento moderado. Já o indicador da saúde passou de desenvolvimento moderado, nos primeiros 4 anos das análises, para alto desenvolvimento no ano 2013, o indicador que mede o emprego e a renda caiu, no ano 2013 para regular, embora os anos anteriores (2008-2012) manteve-se em desenvolvimento moderado, como apresentado na Tabela 6.

Tabela 6. IFDM e áreas de desenvolvimento – Tiradentes

ANOS	2008	2009	2010	2011	2012	2013
IFDM CONSOLIDADO	0,6438	0,6395	0,6548	0,6846	0,7122	0,7087
EDUCAÇÃO	0,6102	0,6564	0,7334	0,7320	0,7051	0,7331
SAÚDE	0,6745	0,6115	0,611	0,7038	0,7862	0,8114
EMPREGO E RENDA	0,6466	0,6507	0,6199	0,6179	0,6453	0,5816

Fonte: FIRJAN (2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013).

Apesar da queda histórica que atravessou o indicador de emprego e renda nos anos analisados em Tiradentes, segundo a percepção do entrevistado E9 “é possível ver em Tiradentes um ciclo turístico positivo, eu compreendo que o turismo é sobretudo uma atividade econômica, né? E em Tiradentes é possível perceber que isso carrega com o desenvolvimento social e regional aqui”, sendo possível inferir que o indicador analisou só o emprego e a renda formal e na atividade turística, geralmente, o emprego é mais de caráter informal.

De acordo com o Índice de Competitividade, Tiradentes passou do nível 4 para o nível três se comparados os anos 2008 e 2013, ou seja, piorou neste indicador, caindo também se comparado com o ano anterior (2014), ficando ainda, baixo da média nacional e das cidades não capitais analisadas, (ANEXO 42).

Outro indicador analisado pelo Índice de Competitividade foi a infraestrutura geral no município de Tiradentes que se manteve estagnado no nível 4 de competitividade, assim ao comparar a cidade com os outros municípios não capitais, os resultados de Tiradentes encontravam-se acima da média nacional, mas nos últimos anos analisados (2009-2015) encontrava-se baixo da média do Brasil (ANEXO 43).

Nesse sentido, o turismo também trouxe aspectos negativos para Tiradentes, segundo o entrevistado E9:

[...] com certeza o turismo contribui muito para o desenvolvimento da cidade e como tinha dito [...] falar de turismo é falar de economia e desenvolvimento e o desenvolvimento que a cidade teve ao longo do tempo, foi através desse assunto do turismo [...] e, isso tem alguns aspectos negativos, é natural, **lixo, necessidades de algumas outras demandas de serviço público** porque injeta mais pessoas na cidade é natural que isso aconteça e claro que como a gente está dentro de um circuito histórico eu preciso ter cuidado, eu preciso saber organizar de maneira sustentável, mas entre os pros e contras, o turismo atuou muito na questão de desenvolvimento de maneira positiva.

Outro indicador analisado pelo Índice de Competitividade, foram os aspectos dos serviços e equipamentos turísticos que a cidade de Tiradentes tinha disponível, (ANEXO 44), passando do nível 2 para o nível 3 de competitividade se comparado aos anos 2008 e 2015, mas ficando baixo da média, tanto nas cidades não capitais, quanto a média brasileira, a exceção do ano 2011, que ficou acima da média das cidades não capitais.

Para o entrevistado E6, a atividade turística de Tiradentes vem crescendo ao longo dos anos, em “Tiradentes, o crescimento é muito maior, é visível a movimentação em São João e Tiradentes. Tiradentes teve também um crescimento muito grande em termos de quantidade”

Concordando o entrevistado E7, o turismo vem crescendo e o Projeto dos DIDTR, contribuiu:

[...] **positivamente quanto negativamente**, no positivo que gerou muita renda, gerou muito trabalho para a população o negativo é que parte dessa população não entendeu essa geração de renda, essa movimentação do turismo, tem gente em

Tiradentes que ainda acha que **o turismo ele traz barulho, ele traz violência**, que eles não dependem do turismo para sobreviver e ao mesmo tempo a gente tem trabalhado e **mostrado para eles que sem o turismo ele não tinha trabalho, foi o turismo que fez ele estar trabalhando** ele ter uma casa melhor, ter alguns confortos que normalmente ele não teria sem o crescimento do turismo, boa parte tem entendido e isso a gente tem modificado, essa para mim é a parte negativa aí, a pesar da geração de lixo ser uma coisa bastante complexa e o trânsito dentro da cidade de Tiradentes, com esse crescimento a cidade não estava preparada e ela não foi preparada para esse crescimento, então isso, é um impacto muito negativo para a cidade, você quando vem de fora para a cá, num final de semana ou num período de grande movimentação, de alta temporada você tem **problema com o lixo e com o trânsito na cidade**, vem se trabalhando muito em função desses dois principais problemas para a cidade (grifo nosso).

Pelo fato de que o turismo tem crescido na cidade, os principais problemas que ela apresenta em época de férias, feriados ou, quando a cidade tem eventos (que são quase todo final de semana, segundo com os entrevistados) os estacionamentos são reduzidos e as ruas são estreitas dificultando a chegada dos visitantes, assim também o lixo, constitui um problema, mas a Prefeitura encontra-se trabalhando nesse último aspecto principalmente.

Nesse sentido, Petrocchi (1998) considera fundamental que, o planejamento envolva a toda a população da cidade turística, tornando-se parte importante em todo processo de planejamento da atividade turística a participação dos residentes para que o desenvolvimento do turismo seja possível, pois a comunidade deve estar conscientizada da importância que tem para o turismo nas cidades. Assim, os turistas ou visitantes devem receber qualidade de serviços e os moradores receber melhoria na qualidade de vida (HEINZ; CRUZ, 2015).

Embora, no depoimento do entrevistado E7 possa-se perceber que o turismo gerou muito emprego e renda, mas quando analisado o índice de desenvolvimento FIRJAN, no indicador de emprego e renda apresentou uma queda histórica, isso pelo fato que o turismo constitui uma atividade com trabalho mais informal do que formal e os índices de desenvolvimento analisam dados relacionados com o trabalho formal, como apresentado anteriormente na Tabela 6.

A dimensão do Acesso evidenciou-se através dos Índices de competitividade nos anos analisados (2008-2015) que manteve-se estagnado nos três primeiros anos, logo passou para o nível quatro de competitividade, nos últimos anos analisados, pois o acesso apresenta dificuldades na cidade histórica de Tiradentes (ANEXO 45).

Ao analisar o índice que mensura o Monitoramento da atividade turística no destino, Tiradentes iniciou-se em ano 2008, no nível 1 de competitividade (nível mais baixo), passando para o ano 2015, para o nível 2 de competitividade, mas ficando baixo a média de todo o Brasil e da média dos municípios não capitais que foram contemplados nos estudos de competitividade, sendo o indicador pior qualificado nesse destino (ANEXO 46).

Na dimensão que analisa os aspectos sociais, o município tem apresentado um aumento, embora tímido, e tem passado no nível três de competitividade para o nível quatro, mas evidenciou-se que ainda, tinha muito a ser trabalhado nesse sentido (ANEXO 47).

A continuação é apresentada a maneira de resumo, os principais indicadores socioeconômicos dos quatro destinos indutores nacionais de Minas Gerais, dos quais ressalta o PIB per capita de Ouro Preto na posição 13, no ranking mineiro e 77 no ranking nacional.

Tabela 7. Principais indicadores socioeconômicos dos DIDTR de Minas Gerais

DESTINOS	POPULAÇÃO 2010	PIB PERCAPITA 2014	POSIÇÃO MG	POSIÇÃO BRASIL
BELO HORIZONTE	2.375.151	35.187.85	51/853	541/5570
DIAMANTINA	45.880	12.758.94	369/853	2986/5570
OURO PRETO	70.281	79.116.61	13/853	77/5570
TIRADENTES	6.961	16.500.42	241/853	2299/5570

Fonte: Dados da pesquisa

Assim, é também apresentado o resumo do Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal nos DIDTR de Minas Gerais, Belo Horizonte passou de desenvolvimento moderado para alto desenvolvimento, nas áreas de educação e saúde, entretanto o emprego e a renda caiu de alto desenvolvimento para moderado. Diamantina passou de desenvolvimento moderado a alto desenvolvimento na área de educação, a saúde ficou estagnada em desenvolvimento moderado e o emprego e a renda ficou em desenvolvimento regular. Ouro Preto passou de moderado a alto desenvolvimento nas áreas de educação e emprego e renda e a saúde ficou em moderado. Tiradentes na variável da educação ficou em desenvolvimento moderado, a saúde passou de desenvolvimento moderado para alto desenvolvimento e o emprego e a renda, passou de desenvolvimento moderado para regular, como apresentado na Tabela 8.

Tabela 8. Índice FIRJAN de desenvolvimento municipal nos DIDTR de Minas Gerais

	BELO HORIZONTE		DIAMANTINA		OURO PRETO		TIRADENTES	
	2008	2013	2008	2013	2008	2013	2008	2013
ÍNDICE FIRJAN								
CONSOLIDADO	0,785	0,8135	0,6333	0,6836	0,7196	0,8229	0,6438	0,7087
EDUCAÇÃO	0,7349	0,8406	0,6536	0,807	0,7349	0,8525	0,6102	0,7331
SAÚDE	0,7958	0,8608	0,6553	0,6641	0,7025	0,7988	0,6745	0,8114
EMPREGO &RENDA	0,8242	0,7391	0,591	0,5797	0,7214	0,8175	0,6466	0,5816

Fonte: FIRJAN (2008, 2013)

E o Índice de competitividade nos destinos indutores, comparou as dimensões da Infraestrutura Geral do município e a Economia local, no qual Belo Horizonte na dimensão da infraestrutura manteve-se no nível 5 de competitividade, a economia local passou de nível 4 para 5. Já em Diamantina, a infraestrutura passou de nível 4 de competitividade para o nível 5 e a economia local ficou em nível 3, embora tenha tido queda na qualificação dos estudos de competitividade da FGV, como apresentado na Tabela 9.

Tabela 9. Dimensão Econômica analisada nos índices de competitividade

DIMENSÕES/ANOS	BELO HORIZONTE		DIAMANTINA		TIRADENTES		OURO PRETO	
	2008	2015	2008	2015	2008	2015	2008	2015
INFRAESTRUTURA	80,5	82,5	70,2	82,9	64,2	64,5	59,2	71,3
ECONOMIA LOCAL	75,0	87,0	49,9	45,0	60,4	54,4	48	78,5
ACESSO	69,2	79,6	62,2	62,4	49,8	59,0	51,1	56,5
MONITORAMENTO	77,3	80,3	37,1	35,5	20,6	22,3	58,0	78,6
SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS	72,9	86,6	47,9	53,3	28,0	40,1	45,0	61,2
ASPECTOS SOCIAIS	70,7	70,3	55,1	60,0	44,4	60,3	63,9	76,4

Fonte: Índice de Competitividade Belo Horizonte, Diamantina, Tiradentes e Ouro Preto, 2015.

A cidade de Tiradentes na infraestrutura geral manteve-se em nível 4 de competitividade para o ano 2015 se comparado ao ano 2008, e a economia local ficou em nível 3 de competitividade para o último ano que foi analisado o índice de competitividade, embora a dimensão da economia local experimentou uma queda no ano 2015, já Ouro Preto na infraestrutura geral, passou de nível 3 para nível 4 de competitividade, no mesmo período de tempo analisado e a economia local passou do nível 3 no ano 2008, para o nível 4 no ano 2015.

5.1.3 Aspectos culturais nos destinos indutores de Minas Gerais

Nesta seção, foi apresentada a dimensão cultural dos municípios indutores nacionais de Minas Gerais, assim como, a dimensão de Aspectos culturais, Aspectos ambientais e Atrativos turísticos analisados pelo Índice de Competitividade, interagindo também com as percepções dos sujeitos alvo da pesquisa.

5.1.3.1 Aspectos culturais no município de Belo Horizonte

Belo Horizonte possui o reconhecimento de Patrimônio Cultural da Humanidade outorgado pela UNESCO no ano de 2016, sendo a mais recente cidade em obter este reconhecimento no Brasil, o Índice de Competitividade analisou algumas dimensões que podem

ser encaixadas nesta dimensão, como os Aspectos culturais²⁹, (ANEXO 48), nesta dimensão precisava ser melhorada, pois Belo Horizonte esteve abaixo da média das demais capitais brasileiras e só acima da média do Brasil em geral, passando no primeiro ano (2008) do nível três para o nível quatro os demais anos analisados pela FGV.

Nesse sentido, o entrevistado E11 considera que o aspecto cultural tenha crescido nos últimos anos na cidade de Belo Horizonte:

(..) nos últimos anos a cidade **cresceu muito na área cultural** e a atividade e ela hoje vou usar uma palavra que eu diria bomba na área cultural, ela tem cerca de **40 eventos gratuitos todo final de semana** eh, fora dos que são pagos e os congressos, as feiras, etc. [...] o turismo já é uma realidade, então a cidade hoje é turística em que segmento for e isso aumento mais ainda no passado com o **título de patrimônio cultural da humanidade, produto estrela**, né? (E11).

Assim, outra dimensão analisada foram os atrativos turísticos³⁰ que a cidade de Belo Horizonte tinha para oferecer a turistas e visitantes, (ANEXO 49). Segundo o entrevistado E11, entre os principais atrativos turísticos, que a capital mineira tem para oferecer aos turistas se destacam:

[...] para atrair visitantes nós temos também **o circuito liberdade** muito bem montada que faz 6 anos, mais ou menos, que ele hoje é o único da América Latina, do jeito que ele está montado, com 16 equipamentos, museus, centro de convenções, etc. e agora mais para o final do ano deve ter escola de designer naquele prédio que tá construído, o turismo é um outro produto é uma realidade muito ocorrente e nós temos e estamos olhando para as montanhas tem outros lugares para percorrer a pé etc. então **o ecológico também é forte** pois eu te falei rapidamente dentro da cidade três produtos, de três diferentes coisas se a gente caminha um pouquinho 50 km só, você tem a serra da Piedade fazendo este ano 250 anos de peregrinação que é marca né nesta semana inclusive foi lançado **o projeto Crer** que junta 250 anos da piedade com 300 da Aparecida é uma rota turística religiosa (E11) (grifo nosso).

Evidencia-se que Belo Horizonte precisava melhorar nos aspectos culturais e nos atrativos turísticos, embora a cidade tenha uma quantidade importante de eventos com um grande fluxo de visitantes, assim, observou-se que a capital mineira está participando de novos roteiros como o projeto Caminho Religioso da Estrada Real (Crer), em procura de atrair mais turistas e visitantes.

²⁹ As variáveis utilizadas para medir os Aspectos Culturais, foram: Produção Cultural associada ao turismo, Patrimônio Histórico Cultural, Estrutura Municipal para apoio à cultura (INDICE DE COMPETITIVIDADE, 2015).

³⁰ As variáveis utilizadas para medir os Atrativos Turísticos, foram: Atrativos Naturais, Atrativos culturais, eventos programados, realizações técnicas, científicas ou artísticas, diversidade de atrativos e equipamentos de lazer (INDICE DE COMPETITIVIDADE, 2015).

Na dimensão dos Aspectos ambientais³¹, a capital Belo Horizonte, tinha se mantido ao longo dos anos, no nível 4 de competitividade, acima da média do Brasil e acima também das demais capitais do Brasil, só no ano 2010, ficou atrás da média das demais capitais, (ANEXO 50).

5.1.3.2 Aspectos culturais no município de Diamantina

Diamantina, uma das cidades mineiras que teve seu patrimônio tombado pelo IPHAN no ano 1938 e o reconhecimento da UNESCO como Patrimônio Mundial em dezembro de 1999, pelo seu centro histórico e é, precisamente, nesse sentido que o entrevistado (E3) considerou que a atividade turística tem crescido como consequência da obtenção do título da UNESCO:

[...] nossa atividade turística ela vem em crescente desde a obtenção do título de Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO no ano 1999, a gente tem-se **estruturado como destino receptor tanto regional e nacional**, recebendo turistas, em grande parte, ainda da região metropolitana de Belo Horizonte, a maioria desses fluxos, mas também **muitos turistas estrangeiros por conta do título de Patrimônio Cultural da Humanidade** (E3) (grifo nosso).

Em acordo com esse fato, também o entrevistado E2 considera que “Diamantina teve um salto muito importante com o título do Patrimônio da Humanidade” e que pode ter sido visto o título de Destinos Indutores como outro título mais, ele percebe que:

[...] ao poder público que não entende muito bem dessa estrutura toda, eu acho que não sei se alcançou o entendimento de quanto isso poderia ser importante, e de que poderia ser feito para aproveitar esse **“título” de destino indutor** e para se beneficiar com nisso, entende?, eu acho que o **título de patrimônio deu um salto**, quando veio aquele do **destino indutor deve ser mais um título**, um programa aí com relação ao turismo que podemos nos beneficiar com isso?, ok, me suponho que nós devemos beneficiar, mas eu acho que não alcançou esse desenvolvimento (grifo nosso).

No que tange ao indicador de atrativos turísticos, a cidade de Diamantina, de acordo com o Índice de Competitividade, (ANEXO 51), ficou estagnada no nível três de competitividade, no período analisado (2008-2015), ficando baixo da média nacional das cidades não capitais e, do Brasil em geral.

Um outro indicador analisado pela FGV, MTur e o SEBRAE foram os aspectos culturais da cidade de Diamantina, sendo considerada esta dimensão, com destaque no município, ficando no nível 4 em todos os anos analisados, ficando também, acima das cidades não capitais e do Brasil em geral (ANEXO 52).

³¹ As variáveis utilizadas para medir os Aspectos Ambientais, foram: Estrutura e legislação municipal de meio ambiente, Atividades em curso potencialmente poluidoras, Rede Pública de distribuição de água, Rede pública de tratamento e coleta de esgoto, Coleta e destinação pública de resíduos, Patrimônio Natural e unidas de conservação no território municipal (INDICE DE COMPETITIVIDADE, 2015).

Assim, foi possível perceber a grande quantidade de igrejas, que constituem uns dos principais atrativos turísticos que tem a cidade, mas que se encontravam fechadas para o público, nos dias da coleta de dados em Diamantina, fato que chamou a atenção, pois os visitantes não têm muitas outras atividades para realizar na cidade.

Assim, outro índice analisado pela FGV, foram os aspectos ambientais, que no caso de Diamantina, na série histórica apresentada, evidenciou-se um crescimento, no ano 2015, se comparado ao ano 2008, passando assim, de nível três para o nível 4 de competitividade (ANEXO 53).

5.1.3.3 Aspectos culturais no município de Ouro Preto

Ouro Preto é uma das cidades mais reconhecidas por seus acervos históricos e culturais do Brasil, a história do município e seu atrativo foram reconhecidos pelo IPHAN em nível nacional desde 1938, quando foi tombado como núcleo histórico, primeira medida tomada de preservação destes bens, logo após esse reconhecimento veio o título de Patrimônio Cultural da Humanidade outorgado pela UNESCO, no ano de 1980, o que trouxe impactos diretos no setor do turismo aumentando o número de turistas na cidade, assim como um maior esforço de proteção do acervo arquitetônico e urbanístico da cidade (SANDOVAL et al., 2009).

Nesse sentido, o entrevistado E5 considera que com relação ao turismo “Ouro Preto é o destino mais importante de Minas Gerais” e segundo a visão do entrevistado (E12) “o turismo histórico e cultural é a grande bandeira da cidade patrimônio da humanidade que é Ouro Preto” e, nesse sentido, para o entrevistado (E5):

[...] a atividade turística aqui (Ouro Preto), ela é **uma atividade turística que está baseada na história e na cultura do município** que foi construída no século XVIII e descoberta para o mundo na década de 20, através do movimento modernista, então eu costumo dizer, que o movimento modernista foi o grande marqueteiro, a grande obra de marketing para que **Ouro Preto torna-se o que ela é hoje, em termos de história e cultura como raiz da identidade nacional**, foram os modernistas que vieram aqui e fizeram esse reconhecimento e apresentaram esse acervo arquitetônico imaginário de imagens e pinturas para o mundo e aí as pessoas especialistas do mundo inteiro vieram aqui e constataram que aqui foi executado um trabalho de arte colonial e barroca da mais alta qualidade com uma característica própria (E5) (grifo nosso).

No que tange à dimensão de atrativos turísticos, no Índice de Competitividade foi possível identificar que, a cidade se manteve acima na média brasileira, assim, quando comparada com as cidades não capitais, ficando em todos os anos analisados (2008-2015) no nível 4, sendo o nível 5 o máximo de competitividade (ANEXO 54).

A gestão do turismo em Ouro Preto tem se voltado, ultimamente, para a captação de eventos que na visão do entrevistado (E5):

[...] nesse sentido o município tem feito uma parte, uma boa parte deles, né? Então, tem procurado dentro de um **cronograma** de manter a máquina de turismo funcionando eles têm se esforçado para poder **captar recurso**, para poder investir nos vários setores, tem um **departamento de eventos** que trata que é responsável por uma série de eventos, aí você tenta captar um evento, tenta captar outro. Então, geralmente eventos assim que vão colocar a cidade na mira, que vão colocar a cidade em destaque (E5) (grifo nosso).

Segundo o servidor entrevistado da Secretaria de Turismo, Comércio e Indústria - SETIC (E4), o município de Ouro Preto deixou de arrecadar a causa do acontecido em Bento Rodrigues e Mariana, por isso, algumas empresas mineradoras deixaram de trabalhar e como foi apresentado nos aspectos econômicos de Ouro Preto, a mineração, ainda, constitui a principal fonte de renda do município, e nesse sentido se tem apontado para a captação de eventos:

[...] nesses últimos tempos, agora, assim pegar agora 2017 porque 2015 e 2016 a gente não conseguiu trabalhar muito porque **a nossa arrecadação caiu muito** os prefeitos sentiram muito, **as mineradoras pararam**, a fonte nossa de investir e aí a gente **tem investido muito em eventos**, sabe? foi este ano nós tivemos Ourobier junto com a Semana Santa foi o festival da cerveja que teve, nós fizemos agora o festival de inverno, teve festival de vinhos, então captando outros eventos, porque eventos movimenta, eventos culturais, o carnaval nosso nós conseguimos fazer o carnaval todo com dinheiro não do município, todo foi patrocínio nós conseguimos quase dois milhões de reais que o carnaval de Ouro Preto é considerado um dos melhores carnavais do interior de Minas é um carnaval bem famoso aqui, [...] a prefeitura apoia muito o evento religioso o evento das igrejas a prefeitura apoia, mas apoia com toda a estrutura, então a gente nesses últimos dois anos até o início do ano estamos com muito evento de fluxo turístico para poder justificar a permanência do crescente movimento porque o evento mexe com restaurantes, mexe com toda a cadeia produtiva do turismo, então assim, temos muito que fazer (E4) (grifo nosso).

O Índice de Competitividade de Ouro Preto, observou que a dimensão cultural recebeu destaque, alcançando o nível máximo de competitividade, sendo a dimensão melhor avaliada do município, superando em mais de vinte pontos a média nacional brasileira e das cidades não capitais (ANEXO 55).

Assim, uma outra dimensão analisada pela FGV foi a dos aspectos ambientais, que no caso de Ouro Preto ficou estagnada na série histórica (ANEXO 56), mantendo-se acima da média nacional e da média das cidades não capitais, somente no ano de 2014 situou-se um pouco abaixo da média do Brasil.

5.1.3.4 Aspectos culturais no município de Tiradentes

Tiradentes, cidade histórica de Minas Gerais, o único município dos destinos indutores mineiros nacionais que não possui o reconhecimento de cidade patrimônio mundial outorgado pela UNESCO, mas que tem seu patrimônio arquitetônico e urbanístico tombado pelo IPHAN, desde o ano 1938. Mas, segundo o entrevistado E6, o rotulo de destino indutor foi utilizado

para atrair turistas “a gente usa essa história do destino indutor como um reconhecimento da qualidade do turismo de Tiradentes”. De acordo com o índice de competitividade, no indicador de atrativos turísticos, (ANEXO 57), manteve-se no nível 4 de competitividade, desde o ano 2008 até o ano 2015, embora nos anos 2009, 2010 e 2011, tenha ficado em nível 3 de competitividade.

Entre os principais atrativos turísticos que a cidade de Tiradentes tem para seus visitantes, segundo o entrevistado E6, estão:

[...] a história contada já é um apelo que você trai para a cidade, um outro apelo que você tem em termos de atrativo turístico, além dos monumentos contados pela história, chafariz e tal, você tem os próprios monumentos dessa história aqui na cidade que são as igrejas, os museus, Tiradentes tem **dois museus que no Brasil só existem aqui** (Tiradentes) que é o **museu da Liturgia e o museu de Santa Ana** não existe outro museu no Brasil com esse tipo de acervo do jeito que nós temos aqui. O museu do Padre Toledo é diferente porque é mais um legado de uns dos inconfidentes que foi o Padre Toledo deixado aqui na cidade, mas o museu de Santa Ana e o museu da Liturgia eles têm uma característica muito especial, então **museus, igrejas, os próprias pontos turísticos** e você tem ainda coisas, por exemplo, a rota dos ateliers que são assim, manifestações mais recentes, que são artistas plásticos aqui da cidade de uma qualidade bastante relevante (grifo nosso).

No índice de aspectos culturais como apresentado no Índice de Competitividade apresentou um crescimento evidenciado ao longo dos anos, começando no ano 2008, que o índice de aspectos culturais esteve no nível 3 e, ficando no nível 4 para o ano 2015 (ANEXO 58) ficando acima da média nacional e da média das cidades brasileiras, nos 4 últimos anos analisados (2011-2015).

Assim, para o entrevistado E6, os eventos realizados em Tiradentes encontram-se em quantidade maior para a capacidade da cidade:

[...] Tiradentes tem uma **quantidade muito grande de eventos** que também atrai público, mais especificamente para aquele evento, eu diria, até, que hoje os **eventos estão em uma quantidade exagerada para o tamanho da cidade** e esse até um movimento que a gente está fazendo de dosar um pouco esses eventos para que eles tenham o tamanho que a cidade pode suportar e o turista possa usufruir eu acho que **passou um pouco do ponto e agora a gente está buscando um equilíbrio** maior para ele (E6) (grifo nosso).

O entrevistado E8, também considera que Tiradentes precisa de um equilíbrio nos eventos que são realizados na cidade, pois o turismo não só pode trazer benefícios, mas também o contrário:

[...] o turismo a partir da década do início dos 2000 houve um avanço muito grande, houve um crescimento do turismo de massa que às vezes é bom e as vezes é ruim, o turismo quando ele é bem planejado, quando ele é bem direcionado, quando existe planejamento, quando existe estudo de capacidade de carga, é bom, mas quando o turismo é desenfreado, agressivo e depredatório é ruim, eu entendo que Tiradentes precisa hoje para o turismo a palavra que chama-se **equilíbrio** porque muitas das vezes você consegue recursos através do turismo, mas você também deixa a cidade

vivenciar seu dia a dia como cidade e, a cidade precisa ser cidade, eu não vejo com bons olhos uma cidade que **todos os finais de semana tem um evento**, a cidade precisa respirar, os moradores precisam sentir a cidade como ela é, como cidade, então o **turismo ele hoje tem pontos benéficos e pontos maléficos** (E8) (grifo nosso).

Percebe-se, que os envolvidos nas atividades turísticas de Tiradentes têm evidenciado e discutido a necessidade de planejar o destino, planejar os eventos que a cidade tem, com o intuito de equilibrar a quantidade deles, que na visão dos entrevistados E6 e E8 em Tiradentes é “exagerada”, pois nesse sentido, o turismo poder-se-ia tornar um problema para a cidade.

Na dimensão de aspectos ambientais, na cidade de Tiradentes, evidenciou-se um aumento do nível de competitividade 3, no ano 2008, para o nível 4 no ano 2015, colocando-se nesses dois anos acima da média nacional e da média das cidades não capitais, embora alguns outros anos se situou abaixo dessas médias, (ANEXO 59).

Na continuação, na Tabela 10, foram apresentados os aspectos culturais, nos quatro destinos indutores nacionais de Minas Gerais.

Tabela 10. Resumo Aspectos Culturais dos DIDTR de Minas Gerais

DESTINOS	PATRIMONIO TOMBADO		ATRATIVOS HISTORICOS	EVENTOS CULTURAIS
	IPHAN	UNESCO		
BELO HORIZONTE	Sim (1997)	Sim (2016)	Sim	255
DIAMANTINA	Sim (1938)	Sim (1999)	Sim	3
OURO PRETO	Sim (1938)	Sim (1980)	Sim	4
TIRADENTES	Sim (1938)	Não	Sim	4

Fonte: Dados da pesquisa

Os quatro destinos indutores nacionais de Minas Gerais possuem atrativos históricos reconhecidos, assim, também, possuem patrimônio tombado pelo IPHAN, já no caso do reconhecimento como Patrimônio Cultural da Humanidade, outorgado pela UNESCO, só Tiradentes não possui esse reconhecimento, com relação aos eventos culturais dos destinos segundo o Calendário de Eventos de Minas Gerais (2017) Belo Horizonte teve 255 eventos, Diamantina 3 e Ouro Preto e Tiradentes 4 cada um para o ano 2017.

Assim, também foram apresentados, a maneira de resumo as dimensões analisadas no Índice de Competitividade, relacionadas com aspetos culturais, para o qual foi elaborada a Tabela 11.

Tabela 11. Aspectos culturais analisados nos índices de competitividade

DIMENSÕES/ANOS	BELO HORIZONTE		DIAMANTINA		TIRADENTES		OURO PRETO	
	2008	2015	2008	2015	2008	2015	2008	2015
ATRATIVOS TURISTICOS	57,4	68,7	55,2	59,2	62,2	62,8	75,7	74,4
ASPECTOS CULTURAIS	59,7	68,5	77,6	77,8	50,8	72,3	85,4	85,4
ASPECTOS AMBIENTAIS	69,3	79,3	57,3	70,2	59,6	69,7	66,1	68,3

Fonte: Índice de Competitividade Belo Horizonte Diamantina Tiradentes Ouro Preto 2015

Belo Horizonte na dimensão de atrativos turísticos e aspectos culturais passou do nível 3 de competitividade no ano 2008, para nível 4 no ano 2015. Diamantina na dimensão de atrativos turísticos manteve-se em nível 3 e, os aspectos culturais ficaram em nível 4. Tiradentes na dimensão de atrativos turísticos ficou no nível 4 e, nos aspectos culturais passou de nível 3 para o nível 4 de competitividade no ano 2015. Ouro Preto nos atrativos turísticos se manteve em competitividade nível 4 e os aspectos culturais ficou no nível 4 de competitividade no ano 2015. Os aspectos ambientais, no caso de Belo Horizonte permaneceu em nível 4 de competitividade. Diamantina passou de nível 3 em 2008 para 4 em 2015. Tiradentes passou de nível 3 para nível 4 de competitividade e, Ouro Preto permaneceu em nível 4 de competitividade no período de tempo analisado.

5.2 Efeitos dos destinos indutores para o desenvolvimento regional do turismo: Reflexões sobre as cidades vizinhas dos destinos indutores

Partindo do pressuposto que os destinos indutores visavam incentivar o turismo da região a que pertencem, surgiu a necessidade de verificar o que aconteceu nessas cidades, embora não seja possível analisar se o desenvolvimento alcançado foi por causa do projeto DIDTR. Mas, se fosse encontrado desenvolvimento, nesse período de tempo, poder-se-ia inferir que houve algum tipo de influência, contudo, sem a intenção de determinar se o desenvolvimento alcançado teve relação com o projeto dos destinos indutores e, sim, ressaltando aspectos que mostravam que houve algum tipo de desenvolvimento para municípios indutores e para sua região, já que comprovar isso requereria pesquisas quantitativas comparadas e esse não é o foco desse estudo, mas, sim, a extinção do projeto DIDTR.

Para o qual foi analisado o desenvolvimento, especificamente, através do Índice FIRJAN do Desenvolvimento Municipal, que classifica as cidades em baixo desenvolvimento,

desenvolvimento regular, desenvolvimento moderado e alto desenvolvimento, analisando através das cidades limítrofes³² de cada um dos municípios indutores mineiros.

Na continuação, foram apresentados os indicadores socioeconômicos de cada uma das cidades limítrofes, através de fatores como: saúde, educação, emprego e renda.

5.2.1 Desenvolvimento nas cidades limítrofes de Belo Horizonte

Assim, foram apresentados os indicadores do índice FIRJAN: saúde, emprego e renda e educação da capital mineira e as cidades limítrofes de Belo Horizonte, analisando os anos 2008 até 2013 (TABELA 12).

Tabela 12. Índice FIRJAN de Belo Horizonte e cidades vizinhas

CIDADES	ÍNDICE FIRJAN							
	2008				2013			
	IFDM	Educação	Saúde	Emprego e Renda	IFDM	Educação	Saúde	Emprego e Renda
Belo Horizonte	0,785	0,7349	0,7958	0,8242	0,8135	0,8406	0,8608	0,7391
Vespasiano	0,6692	0,6243	0,712	0,6713	0,6584	0,7523	0,7434	0,4794
Riberão das Neves	0,6241	0,6435	0,6791	0,5499	0,7109	0,7358	0,7873	0,6096
Contagem	0,7751	0,7248	0,8103	0,7903	0,8093	0,8009	0,8439	0,7833
Ibirité	0,6552	0,6005	0,7234	0,6418	0,6523	0,7368	0,7754	0,4447
Nova Lima	0,7768	0,7302	0,7351	0,8651	0,8302	0,8892	0,8796	0,7218
Sabará	0,643	0,6788	0,6492	0,6009	0,6881	0,7671	0,7613	0,5359
Santa Luzia	0,6587	0,5928	0,7427	0,6406	0,6514	0,7037	0,7641	0,4865

Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar o desenvolvimento apresentado pelo Sistema FIRJAN de desenvolvimento municipal, os municípios de Belo Horizonte, Contagem e Nova Lima passaram de desenvolvimento moderado para alto no índice consolidado do índice FIRJAN, para o período analisado de 2008 a 2013 (FIGURA 4).

³² A escolha das cidades limítrofes foi uma escolha nossa, para fins dessa pesquisa, já que não foi especificada qual a região que visava ser desenvolvida.

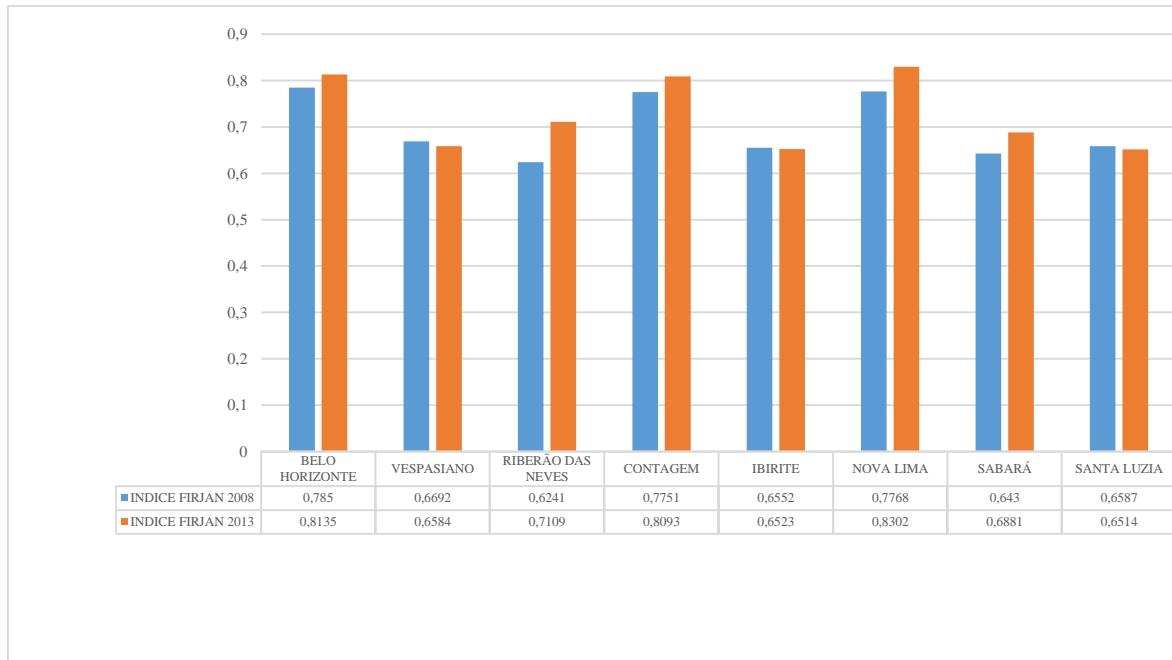


Figura 4. Índice FIRJAN Belo Horizonte e cidades vizinhas
Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, também, os municípios de Riberão das Neves, Vespasiano, Ibirité, Sabará e Santa Luzia, mantiveram o desenvolvimento considerado moderado no período analisado.

5.2.2 Desenvolvimento nas cidades limítrofes de Ouro Preto

Nesta secção, foram apresentados os indicadores socioeconômicos de Ouro Preto e as cidades circunvizinhas. No caso, a cidade de Catas Altas de Noruega é um município com uma população de 3462 habitantes (IBGE, 2017). O referido município teve um crescimento no índice que mede a educação, passando de moderado para alto desenvolvimento. O indicador que mede o emprego e renda passou de baixo desenvolvimento para desenvolvimento regular, a saúde manteve-se em desenvolvimento moderado, o índice geral teve um aumento, embora tenha ficado em desenvolvimento regular, enquanto a cidade apresentou um avanço só no ranking nacional, mas caiu no ranking estadual se comparado com as outras cidades mineiras (TABELA 13).

Tabela 13. Índice FIRJAN de Ouro Preto e cidades vizinhas

CIDADES	ÍNDICE FIRJAN							
	2008				2013			
	IFDM	Educação	Saúde	Emprego e Renda	IFDM	Educação	Saúde	Emprego e Renda
Ouro Preto	0,7196	0,7349	0,7025	0,7214	0,8229	0,8525	0,7988	0,8175
Catas Altas de Noruega	0,5435	0,6414	0,6164	0,3726	0,6374	0,8031	0,6307	0,4784
Itaverava	0,5217	0,6012	0,6626	0,3012	0,6673	0,7794	0,7008	0,5216
Ouro Branco	0,7727	0,7704	0,7556	0,792	0,7851	0,8447	0,859	0,6514
Congonhas	0,7917	0,7139	0,827	0,8341	0,8301	0,8238	0,9155	0,751
Belo Vale	0,5621	0,6479	0,7776	0,26	0,6767	0,7495	0,751	0,5296
Moeda	0,633	0,6285	0,7656	0,505	0,7371	0,8257	0,8448	0,541
Mariana	0,6539	0,6896	0,6244	0,6477	0,822	0,7995	0,7935	0,8732
Itabirito	0,7183	0,7333	0,7172	0,7044	0,8615	0,8486	0,8398	0,8962
Santa Bárbara	0,6492	0,6651	0,7619	0,5206	0,7116	0,8184	0,7458	0,5706

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao analisar o desenvolvimento apresentado pelo Sistema FIRJAN de desenvolvimento municipal, as cidades de Ouro Preto, Congonhas, Mariana e Itabirito passaram de desenvolvimento moderado para alto desenvolvimento no índice consolidado do índice FIRJAN, para o período analisado de 2008 a 2013, os municípios de Ouro Branco, Moeda e Santa Bárbara se mantiveram em desenvolvimento considerado moderado, os municípios de Catas Altas de Noruega, Itaverava e Belo Vale, passaram de desenvolvimento regular para desenvolvimento moderado do ano 2008 ao ano 2013 (FIGURA 5).

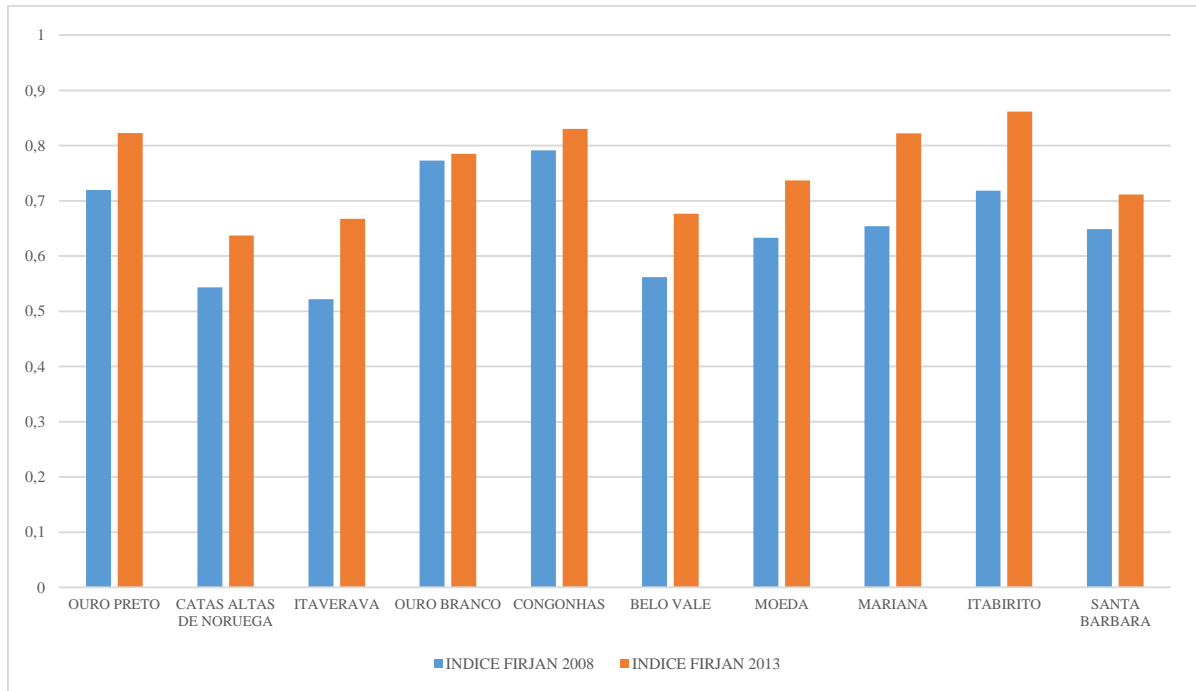


Figura 5. Índice FIRJAN Ouro Preto e cidades vizinhas
Fonte: Dados da pesquisa.

5.2.3 Desenvolvimento nas cidades limítrofes de Tiradentes

A continuação apresentou-se os indicadores do Índice FIRJAN para Tiradentes e suas cidades limítrofes (TABELA 14).

Tabela 14. Índice FIRJAN de Tiradentes e cidades vizinhas

Cidades	ÍNDICE FIRJAN							
	2008				2013			
	IFDM	Educação	Saúde	Emprego e Renda	IFDM	Educação	Saúde	Emprego e Renda
Tiradentes	0,6438	0,6102	0,6745	0,6466	0,7087	0,7331	0,8114	0,5816
Coronel Xavier Chaves	0,6367	0,8117	0,8686	0,2299	0,6693	0,8312	0,6567	0,52
Prados	0,6215	0,6727	0,7267	0,4651	0,6605	0,7915	0,6063	0,5836
Santa Cruz de Minas	0,5569	0,6355	0,6424	0,3928	0,6066	0,637	0,6942	0,4887
São João del Rei	0,6788	0,7709	0,6031	0,6624	0,7545	0,8338	0,7498	0,6798

Fonte: Dados da pesquisa

Ao analisar o desenvolvimento apresentado pelo Sistema FIRJAN de desenvolvimento municipal, os municípios de Tiradentes, Coronel Xavier Chaves, Prados e São João del Rei constatou-se que os mesmos se mantiveram em desenvolvimento moderado, no índice consolidado do índice FIRJAN, para o período analisado de 2008 a 2013, o município de Santa

Cruz de Minas deixou de ser considerado em desenvolvimento regular para desenvolvimento moderado do ano 2008 ao ano 2013 (FIGURA 6).

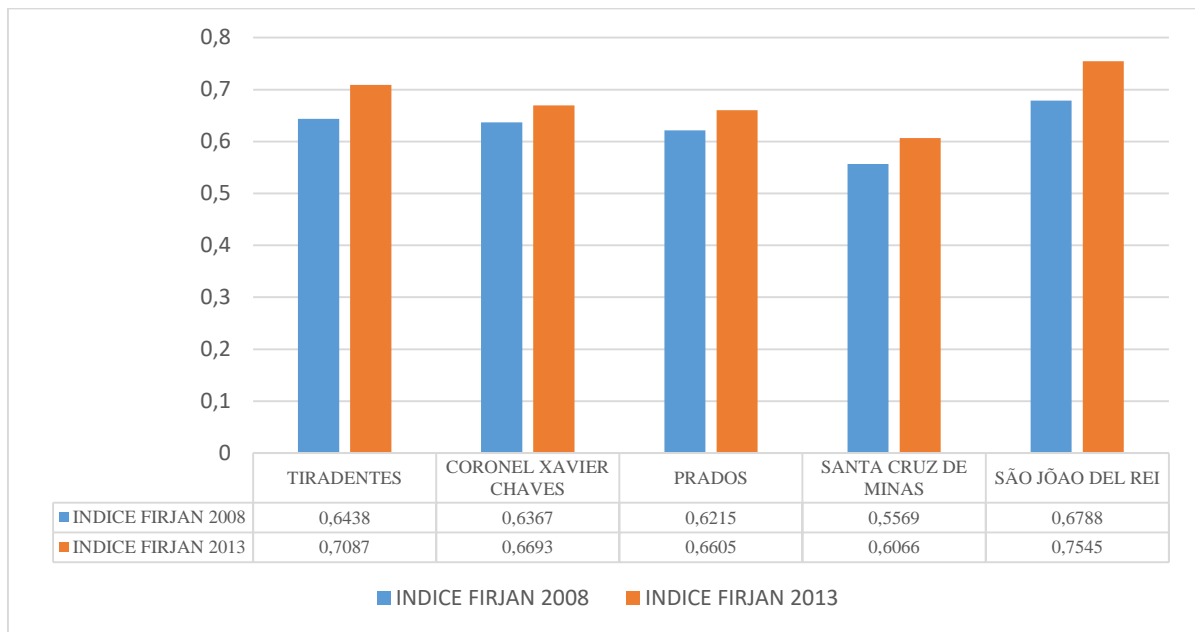


Figura 6. Índice FIRJAN Tiradentes e cidades vizinhas
Fonte: Dados da pesquisa

Segundo o entrevistado E9, o projeto dos destinos indutores contribuiu para o desenvolvimento da região mais próxima do seu entorno:

[...] acho que Tiradentes tem esse, tem aqui algumas características de turismo de **Tiradentes que é muito importante do turismo para o turismo regional** o turista vem para Tiradentes e não fica, tanto tempo e acaba saindo para descobrir um pouco do lugar de perto, então a gente tem uma ligação quase que umbilical aqui com Bichinho (pequeno distrito próximo a Tiradentes), Prados, uma grande parte dos turistas que vem aca acabam visitando Bichinho, a gente tem Rezende Costa, com os teares, artesanato, tem esse envolvimento, essa proximidade com São João também, mas esporte, cultura acaba se envolvendo nesse contexto. São João com Tiradentes, então **o desenvolvimento do turismo em Tiradentes foi muito importante para esses lugares sim**, desenvolveu muito foi sem dúvida uns dos aspectos mais relevantes (E9) (grifo nosso).

Assim, o turismo nas cidades vizinhas de Tiradentes encontra-se trabalhando na regionalização baseados na ideia do destino indutor, segundo o entrevistado (E7)

[...] algumas programações são baseadas no que acontece em São Joao e Tiradentes, basicamente no que acontece em Tiradentes porque você sabe que vai ter movimento ai, o circuito trabalhou e as agências do turismo receptivo para que elas criassem pacotes regionais para que o turismo não ficasse só em Tiradentes e São Joao, **hoje a gente tem pacotes que levam o turista para que ele permaneça mais tempo na região**, com pacotes para as cidades de até 80Km de distância de Tiradentes, isso tem tido uma boa aceitação porque são normalmente viagens de um dia e de no máximo duas horas de carro, isso não desgasta o turista e faz o crescimento da região, então todas as cidades da região, trabalharemos a questão das políticas para se estruturar politicamente (E7) (grifo nosso).

Segundo o entrevistado E6, na região se está trabalhando em projetos que estimulam o desenvolvimento regional:

Então assim, Tiradentes é o maior polo turístico e aqui a gente tem um estudo da Sebrae de algumas semanas atrás que o Sebrae está desenvolvendo roteiros para o Campo das Vertentes que envolve Tiradentes, São João del Rei, São Tiago, Ritópolis, Coronel Fabio Chaves, Fabio Costa, Prados e por ai vai, o trabalho é fazer um roteiro é fazer um roteiro que envolva essas cidade, até mesmo utilizando Tiradentes como ponto de partida ai a ideia seria fazer o seguinte, o turista vem para cá para o turismo de Tiradentes e você oferece para ele um dia a mais para ele permanecer na região, dois dias a mais para ele permanecer na região e visitar alguma coisa que está fora da cidade de Tiradentes, mas isso ainda é um projeto embrionário, no mês de agosto agora na gastronomia vai se fazer um piloto com alguma cidade para ver como o turista vai se comportar que a ideia não é tirar o turista de Tiradentes é dar mais um dia na região, entendeu, até mesmo para que ele fique hospedado em Tiradentes (E6).

Evidenciou-se, assim, que os municípios de Tiradentes e seu entorno, encontram-se trabalhando em procura de alcançar um desenvolvimento para além do local, incluindo todos os municípios do entorno.

5.2.4 Desenvolvimento nas cidades limítrofes de Diamantina

Na sequência, são apresentados os indicadores do índice FIRJAN de Diamantina e suas cidades vizinhas do período de 2008 a 2013 (Tabela 15).

Tabela 15. Índice FIRJAN de Diamantina e Cidades Vizinhas

CIDADES	ÍNDICE FIRJAN							
	2008				2013			
	IFDM	Educação	Saúde	Emprego e Renda	IFDM	Educação	Saúde	Emprego e Renda
Diamantina	0,6333	0,6536	0,6553	0,591	0,6836	0,807	0,6641	0,5797
Bocaiuva	0,5552	0,7026	0,5988	0,3642	0,7077	0,8681	0,6922	0,5628
Buenopolis	0,4687	0,6358	0,4771	0,2932	0,6059	0,7611	0,65	0,4067
Augusto de Lima	0,6525	0,6694	0,7833	0,5048	0,6783	0,7933	0,7673	0,4743
Carbonita	0,5162	0,6307	0,6078	0,3101	0,6289	0,7874	0,6227	0,4766
Couto de Magalhães de Minas	0,451	0,6593	0,4985	0,1951	0,6629	0,8315	0,7388	0,4186
Datas	0,4952	0,6784	0,4281	0,3792	0,6309	0,8368	0,6188	0,4372
Olhos d' Agua	0,5339	0,6052	0,5091	0,4874	0,6347	0,7804	0,6563	0,4673
Monjolos	0,6431	0,5759	0,8554	0,4981	0,6845	0,7837	0,8581	0,4117
Gouveia	0,5757	0,6828	0,6037	0,4405	0,6702	0,8576	0,657	0,4962
Serro	0,5274	0,6309	0,5788	0,3725	0,6695	0,8059	0,7075	0,495
São Gonçalo do Rio Preto	0,5648	0,5757	0,6817	0,4371	0,6647	0,8584	0,7126	0,423
Senador Modestino Gonçalves	0,5565	0,6032	0,6108	0,4554	0,6367	0,8117	0,8686	0,2299

Fonte: Dados da pesquisa.

Na visão do entrevistado E3, a distância é o principal obstáculo para que as cidades vizinhas de Diamantina se beneficiem pelo turismo dessa cidade, ele considera que:

Essa questão de distribuir um pouco os fluxos turísticos que a gente recebe na nossa região é um pouco complicada só nosso município tem distritos, povoados que estão a 4 horas de carro daqui é um município muito extenso nosso território é maior do que da região metropolitana de Belo Horizonte, né?, então quando se pensa nos municípios circunvizinhos fazer com que esse fluxo de visitantes que está aqui circulem na região é uma região muito grande, então talvez **por causa da questão geográfica o de distância** mesmo é que essa possibilidade para gente ainda não é tão latente como em outros locais, como por exemplo, Mariana estão todo mundo ai, pertinho, Ouro Preto está todo muito próximo, então sair de aqui para ali não significa um deslocamento de quatro horas e também temos a questão de que **os outros ainda são muito fracos na questão da oferta de serviços, os municípios limítrofes são fracos na oferta de serviços eles não estão estruturados ainda para receber**, por isso, que eu vejo um dificultador de que esses benefícios, esses visitantes estejam circulando pelo território (E3) (grifo nosso).

De outra maneira, o entrevistado E2 considera que as cidades do entorno de Diamantina desenvolveram, mas não por conta dos destinos indutores, ele acredita que: “a regionalização em termos de circuito houve um avanço, tanto para Diamantina, quanto dos Municípios do entorno, isso, foi um avanço assim, inegável, né? Mas, não conversando com a cidade como destino indutor”.

E isso poder-se-ia confirmar ao analisar que a maioria dos municípios limítrofes, como Diamantina, desenvolveram e, segundo o apresentado pelo Sistema FIRJAN do desenvolvimento municipal, os municípios de Bocaiúva, Buenópolis, Carbonita, Couto de Magalhães, Datas, Olhos d’Água, Gouveia, Serro, São Gonçalo do Rio Preto e Senador Modestino Gonçalves passaram de desenvolvimento regular, no ano 2008, para desenvolvimento moderado no ano 2013 (FIGURA 7).

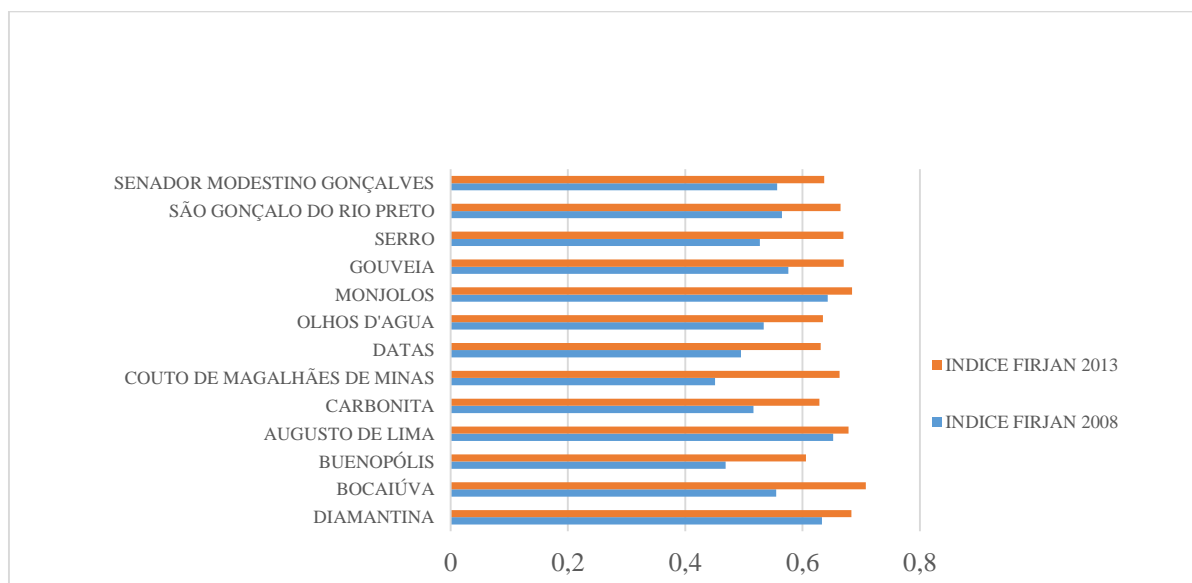


Figura 7. Índice FIRJAN Diamantina e cidades vizinhas
Fonte: Dados da pesquisa.

Assim, os municípios de Diamantina, Augusto de Lima e Monjolos mantiveram-se nos anos 2008 e 2013 em desenvolvimento moderado no IFDM consolidado, mantendo-se todos os municípios analisados para o ano 2013 em desenvolvimento moderado.

Para o nível federal, especificamente nas opiniões do Ministério do Turismo, o entrevistado E13 considera que “uma das falhas do projeto é não ter monitorado de forma adequada seu entorno, porque se ele era indutor, ele tinha que ter monitorado seu entorno, não foi monitorado adequadamente”. De acordo com a percepção do entrevistado E15, principalmente as capitais conseguiram desenvolver:

[...] em alguns casos achou que ele não atingiu os objetivos, no Nordeste tem alguns casos que a gente viu que a evolução foi muito pouca tem casos específicos, em algumas cidades que são capitais que tem esse investimento maior eu acredito que funciona a questão da infraestrutura, acesso, desenvolveram muito, ne? [...] mas em outros casos realmente eu acho que ele não conseguiu induzir o desenvolvimento.

Segundo o entrevistado E17, os 65 destinos fizeram reconsiderar o próprio modelo da pesquisa porque ao longo nos anos “a gente meio que entendeu que alguns destinos não tinham absorvido de fato esse papel de desenvolvimento turístico regional, então não fazia sentido de a gente continuar a tratá-los assim”.

Na mesma direção, o entrevistado E14 que não cumpriu alcançar o desenvolvimento da região a partir dos destinos indutores, por dois motivos:

[...] **os destinos** escolhidos, **não tinham esse poder de indução** que se imaginou que eles tivessem no início e uma vez que eles foram escolhidos não foi, mesmo havendo detectado que esses destinos não são exatamente, esse poder de indução, **não se teve na época de reverter ou de retirá-los**, os 65 destinos ele acabou **virando um selo**, isso teve um ponto positivo, mas também teve um ponto negativo também que pelo fato do destino se considerar superior aos demais porque ele tinha se reconhecido como indutor e simplesmente não fazia nada para manter isso ou para melhorar, **o grande problema que a gente teve com esse projeto é que não se priorizou outras ações**, não se fez projetos para **priorização desses 65 efetivamente** (grifo nosso).

Evidenciando-se que algumas cidades circunvizinhas tiveram desenvolvimento, como foi apresentado anteriormente, nesse capítulo, mas não sendo possível, atribuir qualquer relação de causa e efeito relacionada ao projeto dos destinos indutores, ou seja, não é possível identificar se esse desenvolvimento foi como consequência do desenvolvimento da atividade turística, ou especificamente, pelo projeto DIDTR, pelo fato também, que não foi monitorada a região, sendo que o projeto procurava desenvolver a região dos destinos indutores, acontecendo outra falha do projeto Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional, pois se ele visava induzir esse desenvolvimento para além dos seus municípios, teria que ter pelo menos um monitoramento do que estava acontecendo nas cidades do entorno, mas isso, de fato, não aconteceu.

6 EXTINÇÃO DO PROJETO DOS DESTINOS INDUTORES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO REGIONAL

O projeto DIDTR foi encerrado no ano 2011, pois as ações que faziam parte desse projeto acabaram nesse ano, como já foi exposto, na fase de Monitoramento e Avaliação, no capítulo 4, por problemas de corrupção que envolveram o MTur nesse ano. Assim, foi identificado que essa extinção parcial não foi devidamente esclarecida para a sociedade, nem para os envolvidos diretamente, os 65 municípios indutores, sendo assim identificada, para fins desse construto, que existiu uma extinção para fins internos, ou seja, dentro do Ministério do Turismo, sem comunicar a nenhum (dos destinos), pois não foi uma extinção total, porque continuou-se no ano 2013, até o ano 2015, com o levantamento das informações para a elaboração do Índice de Competitividade, sob amostra dos mesmos 65 destinos turísticos, com o intuito de continuar com a série histórica que teve início no ano 2008 e foi até o ano 2015, permanecendo do projeto dos destinos indutores, somente essa ação, porém a ação mais visível e emblemática do projeto, virando assim, só uma pesquisa.

Diante disso, a extinção externa ocorreu em 2015, quando os envolvidos (65 destinos) perceberam, que não receberiam mais os relatórios provenientes dos estudos de competitividade e foi quando o Ministério do Turismo, identificou que, nos destinos, segundo a cartilha da categorização³³ “[...] houve um amadurecimento e evolução nos indicadores, percebendo que alguns desses destinos, ainda não tinham a capacidade de atrair e distribuir um fluxo importante de turistas, como eles tinham esperado” (BRASIL, 2016, p. 7).

E segundo documentos oficiais que apresentam a política atual do governo federal, a Categorização, essa nova política surgiu nesse contexto, em 2016, foi proposta essa política, abrangendo um número maior de municípios brasileiros, estando composta, naquela época, por 2175 municípios, inseridos nas 291 regiões que compreendem o Mapa do Turismo Brasileiro, baseado, basicamente, no agrupamento econômico das cidades, passando, assim, a ser a categorização a política atual que o Governo Federal utiliza como instrumento de elaboração e implementação de Políticas Públicas de Turismo no Brasil (BRASIL, 2016).

Nesse capítulo, foram apresentados os achados a partir da análise de documentos oficiais do Ministério do Turismo, disponibilizados na internet, assim, também foram apresentadas as percepções dos atores do turismo nos destinos indutores nacionais de Minas Gerais e, as razões expostas pelo Ministério do Turismo, sobre os motivos que levaram o governo federal a decidir sobre a extinção do projeto.

³³ Atual política do governo federal para incentivar o turismo no Brasil.

Na sequência, foi apresentado o quadro desenvolvido por Souza e Secchi (2015), tentando encaixar as percepções encontradas nos destinos indutores nacionais, especificamente no caso de Minas Gerais, as percepções dos funcionários do MTur e sob a opinião da pesquisadora, após da coleta dos dados, dos motivos para a extinção de políticas públicas, pois se trabalhou baseado em percepções pelo fato que não houve nenhuma comunicação de parte do MTur, informando sobre a extinção do projeto em estudo.

Em um primeiro momento e, através dos documentos oficiais encontrados por meio de dados documentais, foi percebido como um possível motivo para a extinção do projeto em estudo, a criação da categorização, pois nos documentos da própria categorização, tenta-se justificar a adoção de uma nova política, “mais abrangente e mais justa”, deixando de priorizar só 65 destinos e, como se disse, que “evoluiu e ampliou seu olhar para todos os municípios contemplados no mapa do turismo brasileiro” (BRASIL, 2016, p. 7), para o qual foi encaixando como apontado por Souza e Secchi (2015) dentro da classificação desenvolvida pelos autores dentro das razões relativas à solução e dentro dessa a referente a qual a política pública foi substituída.

Mas depois da visita ao Ministério do Turismo, foi identificado que a Extinção do Projeto dos 65 Destinos Indutores para o Desenvolvimento do Turismo Regional pode ter acontecido em dois momentos: uma extinção para fins internos e outra para fins externos, a primeira teria acontecido no ano 2011 e a segunda, quatro anos depois, no ano 2015.

Para os dois casos de extinção não foi comunicado devidamente aos municípios participantes do Projeto 65 destinos indutores para o desenvolvimento turístico regional, valendo apontar que para Santos Junior (2012) a comunicação constitui uma ferramenta indispensável que os entes do setor público têm para divulgar ou comunicar as ações que estão sendo realizadas pelas instituições, sendo também, uma responsabilidade que eles, como funcionários públicos, adquirem para informar aos demais envolvidos nas políticas públicas e à população em geral sobre os investimentos dos recursos que estão sendo pagos pela própria população e transparentando, assim, a gestão das ações governamentais.

6.1 Extinção para fins Internos

Para fins dessa investigação, a extinção para fins internos corresponde a uma decisão tomada pelos atores envolvidos no processo decisório dessa política (MTur) e, que comunicaram essa extinção somente no nível interno da organização, não sendo exteriorizado para domínio público. Também deve-se considerar o fato de que não foi esclarecido para os

destinos que o Projeto havia sido encerrado em 2011, pois, aparentemente, para eles só teria ocorrido uma interrupção.

Entretanto a Extinção para fins Internos (dentro do MTur) teria acontecido em 2011, como já mencionado no capítulo 4, por conta da “Operação Voucher” da Polícia Federal, no qual foram suspensos quase todos os programas do Ministério, entre eles, inclusive o Programa de Regionalização do Turismo e, no caso dos DIDTR, não foram renovados os contratos com a FGV para a execução no campo do estudo de competitividade, com a Empresa Modulo de Tecnologia para o monitoramento pelo sistema de gestão (SG65) e com o Instituto Marca Brasil encarregado da capacitação aos grupos gestores nos destinos indutores, lembrando que essas ações foram realizadas até o ano 2011. No ano 2012 foram interrompidas todas essas ações.

E foi no ano 2012, com o início de uma nova gestão dentro do MTur, que se tinha o interesse de continuar com as análises dos estudos de competitividade e iniciou-se uma nova negociação só com a FGV, para a continuidade. Em 2013 as pesquisas continuaram nesses mesmos 65 destinos, até o ano 2015, ficando somente essa ação como análise, já não como projeto dos 65 destinos indutores, pois de acordo com os depoimentos dos entrevistados o projeto dos destinos indutores tinha acabado em 2011, mas para a sociedade e para os destinos, pelo menos no caso de Minas Gerais, esse encerramento não havia sido comunicado, então, a extinção aconteceu para fins internos, apenas para conhecimento do MTur.

Daí a importância de comunicar-se sobre os motivos de uma extinção de um programa ou projeto público, pois segundo com o MTur, os motivos foram vários e na visão do Entrevistado E18:

Em 2010 se dá a **mudança de governo**, embora que do mesmo partido político, mas mesmo, sendo do mesmo partido político, **o foco da política pública mudou** [...], então o enfoque que se dá a política pública de 2007 a 2010 foi um, de 2011 a 2014 foi outro, isso está nos documentos da política nacional de turismo, de 2007 a 2010 ainda se tinha o discursos da inclusão social [...] de 2011 a 2014 está falando mais em mercado, grandes eventos se está pensando em Copa do Mundo, Olimpíada e, pensando outras coisas e, ai não é só essa transição do governo federal como um todo, foi, uma transição tumultuada do Ministério do Turismo, tem todo aquele problema que falei relacionada com a transição do ministro, ficou **um ano praticamente sem fazer gestão nenhuma (2011)** e, no final do ano foi substituído por outro, com **denúncias de corrupção**, então 2011 foi um ano praticamente perdido, 2011 foi um ano que ficou parado, em 2012 começa um esforço do Ministério do Turismo, melhorar a Gestão e isso inclusive **interrompeu a maioria dos convênios que eram o foco das denúncias de corrupção**, então parou projetos do marca Brasil [...] e, ai **o segundo é a falta de resultados**, em 2012, quando se olhava para atrás se via muito pouco, um resultado concreto para avaliar-se, bom não tinha nada concreto, os **custos eram muito altos**, que se **decidiu dar continuidade com outra abordagem**, mas que tinha um custo muito alto, **o Sistema SG65 também era um sistema muito caro**, os convênios também tinham um custo alto, além de denúncias de corrupção, então todo projeto tinha um custo demasiado alto focalizado numa secretaria só, e que era muito pouco aproveitado pelo Ministério do Turismo (E18) (grifo nosso).

Nesse sentido, na visão do entrevistado E14 “os pilares que sustentavam o projeto acabaram, eles já não eram mais possíveis serem contratados da forma como eram contratados pelo Ministério do Turismo, então, na verdade, você não tinha mais pilares desde 2011”.

Sendo assim, foram vários os motivos para o fim do projeto 65 DIDTR, contudo não explica-se o porquê de não ter sido comunicado o final do projeto e a continuidade de apenas uma determinada ação (Estudo de Competitividade).

6.2 Extinção para fins Externos

Dessa forma, o encerramento para fins externos, aproxima-se da extinção de políticas públicas como tem sido tratado até hoje, aproximando-se assim da definição proposta por Secchi (2013), pois ela contempla o fim de todas as ações da política, neste caso do projeto que se deu em 2015, quando foi elaborado o último Estudo de Competitividade nos destinos e os municípios sentiram a falta dessas pesquisas pelos relatórios que recebiam todo final do ano, mas, que também não foi comunicado devidamente essa extinção, existindo uma falta de transparência por parte do MTur como órgão encarregado da Gestão da Política Nacional de Turismo no Brasil.

Sendo assim, essa extinção, também aconteceu por vários motivos, partindo da mudança da gestão, seguindo com a reestruturação do MTur em 2015, realocando a competência pelo Índice de Competitividade ao Departamento de Estudos e Pesquisas, um departamento que naquela época tinha uma equipe restrita e um orçamento decrescente e limitado e, que também não tinha o interesse de continuar com os estudos. Sendo assim, o principal motivo foi a falta de recursos e a falta de interesse em dar continuidade, que segundo o entrevistado E18:

Na verdade, **houve uma mudança administrativa no Ministério do Turismo**, assim, **se mudou a estrutura do Ministério em 2015** e, se redistribuiu as competências no Ministério do Turismo. **O programa dos 65 destinos tinha acabado e, o único que tinha sobrado era os estudos de Competitividade**, o índice não era uma ação própria para os destinos, é um índice e aí o que foi feito no ano 2015 nessa redistribuição de competências, foi **realocar essa atribuição para o área de estudos e pesquisas**, que na teoria faz sentido, o índice não é uma política de reestruturação de destinos, é só um índice, **só uma pesquisa**, então essa área de estudos e pesquisas deveria cuidar dessa pesquisa e daí essa área subsidiar essas informações, **faz sentido desde o ponto de vista teórica, mas na prática tinha uma equipe muito limitada** na época que não dava conta do conjunto de pesquisas que tinham que contratar, mas mais grave ainda **eles não tinham recurso**, então eles tinham um orçamento de doze milhões para fazer pesquisa, esse orçamento foi reduzindo, no ano 2015 esse orçamento já era de 7 milhões e era uma pesquisa mais para fazer que custava um milhão e meio e não deram para eles, nem esse milhão e meio a mais, então de 12 milhões cair para 7, então, **na prática se matou o estudo**, operacionalmente já não era possível, por outro lado também, existia também do ponto de vista técnico, dentro do departamento de estudos e pesquisas não tinham apoio suficiente, **os técnicos, o coordenador geral, não tinham interesse nesse índice**, e não tinha nem da administração do MTur o apoio suficiente, o ano 2014 com o Ministro da época ele já tinha apontado, bom não tivesse sido melhor fazer o

estudo em dois em dois anos, então já existia uma desconfiança, ele matou na pratica, porque passou numa área que não tinha nem recursos para isso.

Nesse sentido, foi focada na Categorização dos municípios, com uma perspectiva mais econômica, pois abarca os municípios de acordo a seu desempenho dentro da economia do turismo, visando a alocação de recursos de uma maneira mais eficiente e, de acordo com suas próprias necessidades. Assim, na percepção do entrevistado E17:

[...] pelo fato da gente ter avaliado, que de fato, alguns municípios não estavam cumprindo com o papel de desenvolver o turismo regionalmente, mesmo que trabalhando a partir da revisão desse programa, com a categorização, a gente entendeu, que com **a política dos 65 destinos, não era a mais adequada, até pelo momento político** porque a política, quando a gente trabalha em um órgão público [...], as coisas vão mudando, vão evoluindo e tem que fazer uma revisão constante de aquilo que está se implementando tudo para ser implementado de uma forma contínua, foi assim que a categorização surgiu (E17) (grifo nosso).

Para o entrevistado E13, a execução (contratação) da continuidade da pesquisa (Índice de Competitividade) seria, no ano 2016, por conta do SEBRAE Nacional, aportando que a decisão de não execução do estudo, nesse ano, foi pelo SEBRAE, contrariando, assim, os depoimentos dos demais entrevistados, deixando aberta a possibilidade de que, no futuro, sejam retomadas as pesquisas dos estudos de competitividade, pois ele considera que:

[...] no ano 2015 o Ministério executou, o 2014 tinha sido executado pelo SEBRAE, 2016 seria executado pelo SEBRAE novamente, nós fizemos uma avaliação no final do ano (2015) alguns questionamentos e esses questionamentos foram repassados e o Ministério encaminhou para o SEBRAE para que ele executasse no 2016, o SEBRAE parece-me que estava com algumas dificuldades ou estava priorizando outras ações e daí, **a decisão final de não execução estava com o SEBRAE**, o Ministério do Turismo, não tinha previsão dessa execução em 2016, então ele não tinha recurso e não tinha como ele executar, não estava previsto em seu orçamento, **nós não tínhamos esse orçamento, porque ele seria executado pela Diretoria (Estudos e Pesquisas)** e nós não tínhamos como realizar recursos dos nossos programas para isso, como não executou, não priorizaram mais a questão e de ai acabou que não foi executado 2017, também, se ele futuramente vir, ele tiver que passar por uma remodelação, com certeza (E13) (grifo nosso).

Desse modo, evidencia-se que se perdeu o interesse nos resultados que o índice de competitividade poderia apresentar, pois eles não eram mais considerados como prioridade para o Ministério do Turismo, tal como a questão econômica ser um fator limitante para que as pesquisas continuem sendo realizadas pela FGV.

O entrevistado E15 considera que um dos motivos para a extinção do projeto dos destinos indutores foi não ter cumprido uma de suas finalidades de induzir o turismo regionalmente:

[...] **não ter logrado sua principal função de induzir o desenvolvimento**, eu acho que acabou ficando muito, a gente não utilizou essa informação, poderia ter utilizado esse histórico para **desenvolver as políticas** e nem os estados, os municípios utilizaram da forma em que deveria ne? E acabou que até hoje, né? A gente continua com o índice, mas o projeto acabou, agora a gente tem uma outra política, **a categorização que**

orienta a utilização dos recursos e, a gente está utilizando os índices, mas como histórico mesmo e, o projeto 65 destinos não é uma política pública do Ministério. **O projeto dos 65 destinos era mais complexo analisava uma série de variáveis**, vai a fundo nas questões e **a categorização não ela vai bem na parte econômica**, analisa quatro variáveis. Acredito que faltou para o Ministério apropriar-se um pouco mais do estudo e não só os municípios e assim formular as políticas públicas do Ministério (E15) (grifo nosso).

O entrevistado E15 acredita ainda que não houve comunicação, assim coloca o seguinte:

não foi comunicado de forma oficial, porque até hoje, ainda nós perguntam o que aconteceu com os 65, mas quando começou a categorização a gente teve cuidado de fazer um capítulo explicando que não se está trabalhando mais priorizando apenas 65 destinos, o Ministério tem um mapa do turismo com mais de 3000 municípios e, que na medida do possível vai tentar atendê-los da forma que mais necessitam, então a gente deixou de atender apenas os 65 para tentar fazer um recorte maior [...] com a categorização a gente priorizaria realmente esse ciclo (grifo nosso).

Nesse caso, evidencia-se que a relação entre o governo federal e municipal, foi de maneira vertical, estando dentro do federalismo a questão da intergovernabilidade, diretamente relacionada a cooperação entre os tipos de governo (federal e municipal), percebendo-se, nesse caso da comunicação sobre a extinção do projeto DIDTR que pode ter existido uma falha proposital ou não, mas restrita e interna no ano 2011 e, com o passar de tempo, quatro anos depois, 2015 foi assumida essa extinção.

Contrariamente aos outros depoimentos, o Entrevistado E14, considera que “foi comunicado, isso já vinha sendo comunicado sempre, mas oficialmente foi identificado, com a publicação da categorização (2016), quando a gente comunicou a categorização a gente colocou essa comunicação a informação das razões de ser ter retirado de não ser priorizado mais”.

Na visão do entrevistado E16, os motivos foram que:

a ideia original foi minguando até ficar só o estudo de competitividade e foram questionados por instâncias superiores, para que estão realizando esses estudos que informação tiro dele, é uma informação de 65 municípios, o Brasil tem 5570, ele considera que esses municípios não são representativos do turismo nacional, se olhar com muita boa vontade as capitais são, mas em princípio como distinguir o fluxo de turistas de lazer pelo de negócios, que está mensurando, e pior para que está utilizando.

Diante disso, evidencia-se que nem dentro do próprio MTur ficaram claros os motivos para o encerramento para fins internos no projeto no ano 2011 e depois, no ano 2015, para fins externos.

6.3 Percepções da extinção do projeto dos destinos indutores nacionais

Quando foi perguntado para os gestores no nível municipal, dos quatro destinos indutores nacionais de Minas Gerais, o que eles consideravam como possíveis motivos para o encerramento da política pública DIDTR, perguntou-se, nesse sentido, pois percebeu-se que

eles não foram comunicados, inclusive, muitos deles não conheciam o fato de que o projeto tinha sido extinto e até lamentavam o fim das pesquisas dos índices de Competitividade, por considerarem que essas pesquisas deram suporte e auxílio por meio de informações, pois consideravam que o projeto contribuiu para conhecer a situação dos municípios ao se comparar com os outros municípios destinos indutores, que no caso das capitais, comparou-se com as capitais, enquanto no caso de cidades que não são capitais, com os destinos não capitais.

O entrevistado E4 considera, então, que o estudo “não devia ser barato, eu acho que o governo não deu conta mesmo, uma pena porque foi um estudo bacana” (E4). Para o entrevistado E8, o estudo tinha muitos aspectos positivos em termos de informações importantes, que inclusive são utilizados até hoje:

(..) eu achava extremamente interessante, porque o que estava sendo feito na pesquisa é pensar a cidade com vários atores e como vários segmentos, com várias dimensões que você tinha que pensar, você tem que melhorar isso, você tem que melhorar aquilo meio que pensar a cidade meio globalmente, você sabe? assim, e era importante então, assim esse estudo 65 destinos indutores foi muito importante, serviu muito e serve para mim como base para muita coisa atualmente, não sei mais, isso foi importante e outra coisa, eu percebi que foi um estudo técnico, onde tinham que trabalhar profissionais, técnicos, falavam vocês precisam melhorar isso, vocês precisam melhorar a governança vocês precisam melhorar a infraestrutura turística, vocês precisam melhorar os aspectos naturais, culturais, ambientais, mas era bacana, era bom, foi bom, então só que acabou que pena (E8).

Para o entrevistado E3, o estudo de competitividade trouxe novos olhares para o turismo da cidade de Diamantina, que antes estava mais focado na atividade interna, esquecendo os concorrentes em termos turísticos:

Na verdade, ele trouxe uma **contribuição**, ele traz para a cidade um conceito da competitividade, ne? Então, quando ele passou a tratar da competitividade mostrando para o destino que ele deveria buscar **ser um destino competitivo**, isso é um conceito com o qual a gente não havia trabalhado ainda, aqui na municipalidade, para nós a gente olhava muito o que nós tínhamos para oferecer, então tratávamos projetar a nossa oferta para todos os lugares sem muita direção, sendo que a partir da implantação desse programa a gente conseguiu perceber que a nossa análise deveria ser menos interna e mais externa olhando os outros agentes do turismo **olhando um pouco para os destinos concorrentes** com nossa oferta e tentar trabalhar um pouco o que a gente tem aqui em consonância com o ofertado lá fora, foi uma experiência bem interessante e a partir disso aí, demandou a especialização que foi a questão do plano de marketing, então nosso **plano de marketing ele surge da demanda**, ne? (E3) (grifo nosso).

Além disso, uma grande parte dos entrevistados, mencionou como principal causa para o encerramento da política em estudo, os recortes de recursos devido à situação econômica que está atravessando o país e só um entrevistado mencionou que a política está voltando para o que, inicialmente, era contemplado no programa de regionalização, isto pelo fato que eles perguntaram para o Ministério do Turismo sobre o Projeto DIDTR. Segundo o entrevistado E1:

[...] eu acho que recursos financeiros porque me parece ser uma pesquisa, um processo relativamente caro e que no momento em que os Ministérios sofreram

cortes, onde estão tendo dificuldades, pelo próprio cenário do país, mesmo no âmbito municipal vários municípios também estão sofrendo com a crise, então eu imagino que um por questões financeiras e dois porque eu acho que o índice de competitividade foi para onde o programa de regionalização foi naturalmente e o Ministério de Turismo deve ter percebido que não poderia ser somente isso e ai agora estão reavaliando para tentar voltar para os conceitos originais do programa de regionalização que é muito mais do que só o estudo de competitividade dos destinos indutores (E1).

Em acordo, o entrevistado E4 diz que o encerramento dos DIDTR foi por questões meramente financeiras:

Eu acho que foi financeiro depois que teve essa questão toda econômica que o Brasil vem passando, igual eu falei para vocês a pasta do turismo, a cultura e o esporte são as três primeiras que eles mexem em termos de recorte e acredito que foi financeiro porque não deve ter sido um serviço barato que a FGV cobrava para fazer em toda as cidades em todos os municípios [...] além da logística é uma técnica muito bem desenvolvida pela FGV não devia ser barato eu acho que o governo não deu conta mesmo, uma pena porque foi um estudo bacana (E4).

O entrevistado E5 também considera que a extinção do projeto DIDTR foi por questões financeiras, além da falta de resultado do projeto:

Economia de recursos e falta de resultados porque você tem um projeto que está levando uma grana porque pagar a FGV não é barato e para não ter resultado, então eu acho que foi para economizar e porque não tem resultado, o resultado é mínimo, aqui no Brasil tem essas coisas, tem lei que pega e tem lei que não pega então tem projeto que pega e projeto que não pega as vezes você tem um projeto muito bom e as pessoas falam não isso vai dar muito trabalho, deixa para lá (E5).

Segundo a percepção do entrevistado E12, a extinção foi devido a questões referentes a políticas partidárias:

[...] mas eu acredito que o Ministério de Turismo, após governo Lula e ai eu coloco Dilma nesse pacote, ele começou única e exclusivamente a servir interesses partidários, após era Flavio hoje governador do Maranhão, eu percebo que começou totalmente a dismantelar o processo organizado do sistema, sabe?, não se tinha mais interesse em arregimentar uma política nacional, tinha interesse em legitimar apoios políticos, por tanto trazendo agrados regionais [...], sendo totalmente uma questão política partidária, que fechou os olhos para a política institucional (E12).

Um gestor entrevistado, considera que dentre os principais motivos para o encerramento das políticas públicas de turismo no Brasil estão a falta de continuidade das políticas por mudança dos governos, mudança das diretrizes existindo uma falta de visão de longo prazo por parte das autoridades de turismo no Brasil, agravando-se com a percepção de segurança das principais capitais do turismo brasileiro. Segundo o entrevistado (E9):

Bem, eu acho que tem uma questão operacional de não conseguir levar em diante o que foi planejado de uma maneira de não conseguir executar mesmo, eu acho que empobrece muito toda vez que você tem que **trocar de governo**, tem que **trocar diretrizes** e mexer na política, existe uma visão de curto prazo, completamente errada e na verdade mais por **incompetência e falta de operação e por falta de projetos que não tem de fato um bom conceito de uma sustentabilidade**, [...] não é sustentável por muito tempo porque a política criou, então eu acho que o governo falha muito na questão de levar em diante o que foi planejado, foi falta de competência, [...] abandonar uma política como aconteceu, na verdade assim, o

sentimento que eu tenho é que abandonaram-se as políticas de turismo não há ninguém no Brasil fazendo turismo no longo prazo, hoje, você tem no Brasil hoje, a gente continua recebendo os turistas que a gente recebia, gente, [...] o Brasil hoje faz um papel ridículo da vista internacional frente ao turismo, a gente percebe isso (E9) (grifo nosso).

Outro aspecto que surgiu a partir das entrevistas, foi o fato que o turismo tal como acontece em muitos países, ainda se encontrar entre as últimas prioridades dos governos, porque tem primeiro que atender outras necessidades, mais urgentes à população, como foi dito pelo entrevistado E6:

Eu acho que a **falta de foco**, vou ser muito sincero, eu acho que o governo federal tem tanto problema, tanto problema que ele não consegue prestar atenção nisso, se você fosse olhar hoje, como é que está hoje a saúde no Brasil, como é que está a educação no Brasil, corrupção, solta para todo aquele lado, em que ordem de prioridade entra o turismo nisso (E6) (grifo nosso).

Outro gestor dos destinos indutores nacionais de Minas Gerais considera como motivo para a extinção da política analisada, a falta de conhecimento, assim como a falta de planejamento, que pode ser de quem está na frente ou dos funcionários que assessoram a quem toma as decisões, manifestando assim:

Para mim, a **falta de conhecimento técnico** de quem está na frente, tem gente lá que entende, mas é político, eu até entendo que você não precisa entender muito de turismo para dirigir uma empresa de turismo, você deve entender o básico, mas a sua equipe tem que ser muito boa, para que isso funcione e, você tem que conhecer a equipe senão a equipe vai te engolir e você não consegue direcionar a coisa, se você não entende e tem uma equipe ruim ai não funciona, isso para mim, não só do governo federal, mas dos demais também, a gente vem sofrendo muito com isso, no histórico mesmo do Ministério, [...] então **sem o conhecimento técnico, sem um planejamento de ação, da evolução do programa, sem as atualizações** elas não seguem o padrão, para mim, tem boa vontade, mas só boa vontade não resolve, então isso, para mim esse é um dos problemas que a gente vem enfrentando ai das políticas (E7) (grifo nosso).

Para tanto, é importante destacar, que o MTur tem a função de desenvolver, planejar e gerir a atividade turística no país, embora evidenciou-se a necessidade de reforçar a cooperação entre as unidades federativas, estabelecendo de maneira clara as atribuições que cada nível de governo tem no sistema turístico brasileiro.

Diante do exposto, através das respostas à pergunta sobre a extinção, é possível perceber que, os destinos indutores, pelo menos no caso de Minas Gerais, não foram comunicados que o projeto dos destinos indutores iria terminar, nem mesmo quando ele foi encerrado. No caso da capital Belo Horizonte, manifestou-se que eles não receberam nenhum tipo de notificação e que o questionamento sobre o que tinha acontecido com o projeto nasceu da própria instituição, sentindo falta, sobretudo, do Índice de Competitividade que acontecia a cada ano, como podemos perceber no trecho abaixo:

[...] não, **nenhuma explicação** foi a própria Belotur, ela sempre acontecia no começo do ano e aí fomos **nós que fizemos esse questionamento ao Ministério do Turismo**, foi um ofício, um e-mail para o responsável do Turismo, perguntando, ah este ano não recebemos nenhum comunicado, o que está acontecendo? E **recebemos uma resposta dizendo que não aconteceria e que o Ministério estava repensando essa política** (E1) (grifo nosso).

Segundo o quadro apresentado por Souza e Secchi (2015), como as principais razões para a extinção das políticas públicas em discussão, foi possível identificar que a maior parte dos entrevistados tanto no nível federal, quanto do nível municipal consideram como os principais motivos para a extinção da política pública em estudo, o fator da limitação de recursos financeiros e percebem a política pública como ineficaz, tal qual apresentado na tabela 16.

Tabela 16. Razões e percepções para a extinção da política dos DIDTR

Razões para extinção	Percepções	Frequência sob a percepção dos destinos indutores (MG)	Frequência sob a percepção dos funcionários (MTur)	Percepção da pesquisadora	TOTAL
Razões relativas ao ambiente político	Imperativos Financeiros	4	3	1	8
	Eficiência Organizacional	-	-	-	-
	Ideologia Política	2	-	-	2
Razões relativas ao problema	Atenção ao problema diminuído	1	2	1	4
Razões relativas à solução	Política Pública Ineficaz	4	3	1	8
	Política Pública substituída	1	1	1	3
	Mudança na administração e no Governo	1	1	1	3

Fonte: Dados da pesquisa a partir do Quadro proposto por Souza e Secchi (2015).

Para além disso, a percepção da atenção do problema diminuído foi considerada a segunda possível razão, também, uma razão para o encerramento do projeto dos DIDTR com três ocorrências, a percepção também de que a política foi substituída e a mudança do governo figuram como a terceira possível causa e a ideologia política com duas repetições.

A competência pela comunicação das políticas públicas de turismo entre o Governo Federal e Municipal, correspondia-lhe ao MTur, como órgão coordenador e encarregado da Gestão do turismo no Brasil, o qual devia informar aos municípios a extinção do projeto dos destinos indutores, mas contrariamente, foi percebido que existiu uma desinformação e uma

falta de transparência, pois nos municípios não se conheciam as causas que puderam ter influenciado e acabado com o encerramento do projeto em estudo.

A maneira de resumo, apresenta-se os principais achados, das etapas do ciclo político do projeto DIDTR, que já foram apresentadas anteriormente, no capítulo 4, evidenciou-se que houve fragilidades em todas as fases apresentadas, constituindo assim, os possíveis motivos para a extinção da política, desde a Identificação do problema não foram definidos quais os padrões de qualidade que visavam ser trabalhados nos 65 destinos. Na fase da Agenda e Formulação, a escolha desses destinos foi uma escolha política e não técnica, pois alguns destinos não tinham e ainda na atualidade, não têm a capacidade de receber o fluxo de turistas que se esperava, na etapa da Implementação, a falha evidenciada foi que também ficou apenas no discurso a priorização dos recursos, pelo menos dos investimentos financeiros, assim como a metodologia utilizada nas pesquisas dos Índices de Competitividade não foram disponibilizados na íntegra pela FGV

Na etapa de Monitoramento e Avaliação, foi identificado que o sistema SG65 contratado para monitorar as ações realizadas pelos 65 municípios foi um sistema subutilizado, pois alguns destinos não ingressavam as informações necessárias para esse monitoramento. Por fim, na etapa da Extinção a principal fragilidade foi a falta de comunicação e transparência, pois não foi comunicado aos destinos envolvidos nem a sociedade que o projeto tinha acabado no ano 2011, já que ele, aparentemente, continuou até o ano 2015 com a ação mais visível, os Estudos de Competitividade.

Como um aspecto positivo, resultado do projeto DIDTR, destaca-se a série histórica de informações relevantes provenientes dos estudos de competitividade para cada um desses 65 destinos indutores, independentemente da continuidade ou não do projeto, pois essa série histórica forneceu dados e informações importantes que nos destinos indutores (pelo menos no caso mineiro) contribui, até hoje, para a formulação e implementação de políticas públicas nos municípios do estado de Minas Gerais, sendo um aspecto relevante de mencionar.

Assim, o Entrevistado E17, considera que não se fez necessário nem considera importante que fosse comunicado o fim do projeto por parte do MTur aos envolvidos, pois segundo o depoimento, eles estiveram sempre informados:

[...] assim, **não houve nenhuma comunicação e não considero importante** de comunicação com relação ao Ministério, porque eles tinham informação de todo o processo da construção da categorização, então isso, já estava sendo arduamente colocado para eles nesse sentido, como eu te disse tem um capítulo **na categorização que já fala sobre isso**, dessa questão da política dos destinos e eles participaram ativamente com isso, eles amadureceram com a gente e assumiram isso com a gente os gestores das 27 unidades federativas do Brasil, logicamente que algum ou outro destino pergunta, em relação a decisão de não aplicar mais o estudo (grifo nosso).

Contrariamente, segundo o entrevistado E18, não houve comunicação nenhuma, ele considera que esse ponto tenha sido uma falha nas políticas públicas do MTur:

[...] se algo o Ministério do Turismo faz muito mal, é comunicar-se com os parceiros, comunica muito mal, por exemplo com os Gestores Municipais, estaduais, isso acontece muito pouco, e quando essa comunicação acontece, geralmente, é para dar uma notícia boa, é para falar sim (...), então quando a notícia é ruim eles (MTur) se calam, então os destinos ficaram sabendo pelo silêncio, pela omissão que os destinos se deram conta que o projeto tinha interrompido (grifo nosso).

Nesse sentido, a intergovernabilidade federativa evidenciou-se como uma fragilidade dentro do MTur, pois a coordenação que estava diretamente relacionada com as parcerias desenvolvidas e a comunicação entre os níveis de governo envolvidos na extinção, nesse caso dos DIDTR não existiu de maneira adequada, comunicando o encerramento.

Apresenta-se a continuação o resumo da vida do Projeto DIDTR, a partir dos resultados obtidos nesse estudo (QUADRO 10).

Quadro 10. Histórico dos Destinos Indutores

ANO	AÇÕES
2008	Começou o projeto dos destinos indutores e as pesquisas e elaboração do estudo de competitividade sob o nome de Estudo de Competitividade dos 65 Destinos indutores para o Desenvolvimento do Turismo Regional, começou a Capacitação ao Grupo Gestor e monitorando através do Sistema SG65.
2009	O projeto dos 65 Destinos Indutores continuou com suas três ações, mencionadas anteriormente
2010	O projeto dos 65 Destinos Indutores continuou com suas três ações e, também, os índices de competitividade, mas esse ano houve eleição Presidencial no Brasil. Foi assinado o contrato com a FGV, para elaboração do estudo de competitividade para o ano 2011.
2011	Assume a pasta um novo Ministro, troca alguns Gestores e se discute a continuidade ou interrupção das políticas. Foram interrompidas as contratações com as empresas parceiras para o ano 2012 como a FGV para os estudos de competitividade que esteve contratado até 2011, por isso foi feito nesse ano também; com a empresa Modulo de Tecnologia encarregada do Sistema SG65 e com o Instituto Marca Brasil, responsável pelas capacitações aos Grupos Gestores nos 65 destinos indutores. Houve denúncias de corrupção dentro do Ministério do Turismo e aconteceu a Extinção para fins Internos.
2012	O Programa de Regionalização do Turismo e o Projeto dos Destinos Indutores foram interrompidos. Início de uma Nova Gestão dentro do MTur, surge uma negociação com a FGV para continuar com os Estudos de Competitividade e se assina um novo contrato com a FGV, para o ano 2013.
2013	O estudo de Competitividade foi novamente realizado, mas, sob o nome de Índice de Competitividade do Turismo Brasileiro, levantando o índice de competitividade sob amostra dos 65 destinos indutores e analisadas as mesmas 13 dimensões.
2014	O estudo de Competitividade foi realizado, mas, sob o nome de Índice de Competitividade do Turismo Brasileiro, levantando o índice de competitividade sob amostra dos 65 destinos indutores e analisadas as mesmas 13 dimensões. Nesse ano houve mudança na estrutura dentro do MTur, passando para o Departamento de Estudos e Pesquisas a competência do acompanhamento dos Estudos de Competitividade.
2015	O estudo de Competitividade foi realizado, mas, sob o nome de Índice de Competitividade do Turismo Brasileiro, levantando o índice de competitividade sob amostra dos 65 destinos indutores e analisadas as mesmas 13 dimensões, mas não foi contratado novamente para o seguinte ano (2016), sendo nesse ano elaborado o último Estudo de Competitividade, acontecendo assim a Extinção para fins externos.

Fonte: Elaboração própria a partir da pesquisa.

Assim, o ambiente que influencia as ações das políticas públicas e as mudanças da gestão seriam um fato que não permite a continuidade das ações e de acordo com o entrevistado E18, que, a respeito do Ministério do Turismo, considera:

[...] não tem um repositório, uma forma organizada, sistematizada do aprendido, ele está sempre se reinventando e mais com **as trocas de Gestão**, os últimos dez anos teve 10 Ministros de Turismo, e muito dele se perdeu **sem lições apreendidas e documentadas** e é por se só um **gargalho de alguns programas**, eles tiveram avaliação em alguns momentos (grifo nosso).

Sendo assim, uma fragilidade das políticas públicas, a mudança da Gestão em todo nível, seja federal, estadual e municipal, pelo fato de que, às vezes, são descartadas políticas públicas, sem ter sido realizadas, pelo menos, uma análise de resultados que permita compreender o que aconteceu e sem comunicar as decisões a tomar aos envolvidos nessas políticas públicas.

Esta pesquisa permitiu evidenciar que não existem estudos no Brasil que analisam o ciclo político do projeto dos 65 Destinos Indutores para o Desenvolvimento Turístico Regional, nem existem avaliações do projeto específico dos DIDTR, que permitam conhecer os resultados, assim como os impactos que o projeto trouxe para a atividade turística dos municípios envolvidos e da região da qual faziam parte.

Sendo várias as razões, como já analisadas anteriormente, que motivaram ao Ministério do Turismo a extinguir o projeto dos Destinos Indutores, no ano 2011, e, posteriormente, o encerramento das pesquisas de levantamento do Índice de Competitividade, no ano 2015, sendo elas, principalmente, problemas de corrupção que envolviam funcionários do MTur, a falta de recursos orçamentários, a falta de cumprimento dos objetivos, a mudança de Gestão, evoluindo, assim, com uma nova política que agora, abarca mais municípios e que precisa de um investimento menor de recursos, embora, focados, principalmente, no desempenho da economia desses destinos turísticos, como é a premissa da categorização.

7 CONCLUSÕES

Essa dissertação permitiu identificar que não existe uma única forma de extinção, pois na política analisada, foi identificado um encerramento mais limitado a fins internos (2011), chegando, quatro anos depois, à extinção para fins externos (2015), tendo, assim, mais de um tipo de extinção. Quanto às formas de extinção pode-se dizer que o Projeto 65 DIDTR foi extinto repentinamente em consequência da “Operação Voucher” envolvendo corrupção e limitando o uso de recursos dentro do MTur, assim como a mudança de gestão, principalmente.

Ainda é possível destacar a importância da comunicação e da transparência que, nesse caso específico dos DIDTR, não existiu entre o Governo Federal e Municipal e mais especificamente, por parte do MTur, como órgão encarregado da gestão do turismo no Brasil, transparentando e informando aos municípios a extinção da política dos destinos indutores.

No que tange ao desenvolvimento regional, pelo menos no caso da política analisada, evidenciou-se que não existem elementos de domínio nacional, nem no próprio *locus* das organizações envolvidas que permitam realizar avaliações para identificar se houve desenvolvimento regional, como esperado, com a execução do projeto em estudo.

Sendo assim, as políticas públicas devem ser aplicadas com planejamento, com monitoramento, com fiscalização e avaliação adequados, sendo necessário ter os instrumentos certos que permitam acompanhar os investimentos realizados pelos governos em prol das políticas públicas, visando a sustentabilidade, tanto dessas políticas, quanto das próprias organizações na área turística do Brasil. Chamando a atenção, assim, tanto aos burocratas de nível técnico, pois são quem têm o conhecimento técnico, quanto aos líderes que são os tomadores de decisões dessas políticas, para que essas decisões sejam baseadas em estudos técnicos, analisando a continuidade, ou não, das políticas executadas pelos entes governamentais.

Evidenciando-se, também, que o projeto dos destinos indutores teve problemas desde a origem e em quase todas as etapas como apresentadas no capítulo 4, essas falhas aconteceram desde a Identificação do Problema, pois não foram definidos nem divulgados os Padrões de Qualidade Internacional que visavam ser alcançados nesses 65 municípios, ficando essa ação somente no discurso. A fase da Agenda também apresentou fragilidades na escolha dos destinos, pois não houve uma escolha técnica, mas sim política, o que teve como resultado que alguns destinos não se mostraram competitivos, nem contribuíram para o desenvolvimento local nem da região.

As fragilidades na fase de Implementação foi, principalmente, a metodologia escolhida para as pesquisas dos estudos de competitividade da FGV, poderia ter sido realizada de maneira

mais transparente, disponibilizando em sua totalidade a metodologia utilizada, como acordado em 2012, entre o MTur e a FGV, assim também não houve uma priorização dos recursos como preconizava o projeto DIDTR, pelo menos financeiros, nesses 65 destinos indutores. Nesse sentido, também se o projeto visava o desenvolvimento da região do destino, essa evolução deveria ter sido monitorada também nas cidades circunvizinhas, mas essa ação não foi realizada, impossibilitando conhecer os efeitos do projeto nas regiões desses destinos.

Existindo a necessidade de continuar fazendo pesquisas sobre avaliação e extinção de políticas públicas do turismo no Brasil, já que novos estudos podem acompanhar as decisões do governo e subsidiar novas informações que permitam enriquecer as fases do ciclo político, especialmente, a extinção das políticas públicas. Assim como identificar se as decisões sobre o encerramento de uma política pública estão sendo tomadas com base em avaliações ou simplesmente trata-se de decisões políticas.

As limitações dessa pesquisa, que foram apresentadas no final dos Procedimentos Metodológicos, no capítulo 3, permitiram evidenciar, pois no MTur, não foram disponibilizados nenhum tipo de documento oficial, nem foi possível identificar qual o orçamento que o projeto dos DIDTR tinha naquela época, através dos depoimentos dos entrevistados, pois quando questionados sobre o orçamento, ninguém soube responder com informações sobre o orçamento ou a quantidade dos recursos que foram investidos por parte do Ministério do Turismo, com relação ao projeto dos destinos indutores, essa informação poderia ser mapeada através dos recursos que foram investidos, embora que seja só um aproximado, segundo os depoimentos dos entrevistados, funcionários do Ministério do Turismo.

Além disso, os entrevistados consideram que essa é uma informação que não está clara, mas poderia se conseguir via portal de transparência: quanto desses recursos foram investidos nos programas que priorizavam os destinos indutores, qual foi o custo da implementação e manutenção do sistema SG65 e quanto foi o pagamento à Fundação Getúlio Vargas, pela elaboração do Índice de Competitividade, lembrando que o Índice foi custeado pelo Ministério do Turismo, até o ano 2011 e, depois, desde 2013, foi alternado o pagamento com o SEBRAE, esses seriam só os custos diretos, assim, também, poder-se-ia determinar quanto foi pago por custos indiretos do projeto como as capacitações aos grupos gestores e os deslocamentos dos funcionários do MTur para os destinos indutores, mas isso não foi o foco dessa pesquisa, podendo, sim, ser alvo de novas investigações e trabalhos que analisem esta política pública no Brasil.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F. L. A. “**Coordenação Federativa no Brasil**: a experiência do período FHC e os desafios do Governo Lula”. Revista Sociologia Política. 24:41-67, 2005.

ABRUCIO, F. L. A., FRANZESE, C. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. In: ARAÚJO, Maria; BEIRA, Lígia (Org.). **Tópicos da Economia Paulista para Gestores Públicos**. São Paulo: Fundap, 2007. v. 1, p. 13-31. Disponível

em:http://www.defesasocial.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/searh_escola/arquivos/pdf/pa-per-federalismofernando-abrucio.pdf. Acesso em: 11 mar. 2014.

AGUIAR, M. G. Turismo, Desenvolvimento Local e Integração Regional. In: SEABRA, Giovanni. (Org). **Turismo de Base Local: Identidade Cultural e Desenvolvimento Regional**. João Pessoa: Editora Universitária, UFPB, 2007.

ALA-HARJA, M.; HELGASON, S. Em Direção às Melhores Práticas de Avaliação. Brasília, **Revista do Serviço Público**, ano 51, n. 4, out. / dez., 2000.

ANDERSON, G. **Federalismo**: uma introdução. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

ARAUJO L; RODRIGUES, M. L. Modelos de análise das políticas públicas. **Sociologia, Problemas e Práticas**, 83, posto online no dia 06 fevereiro 2017, consultado no dia 21 janeiro 2018. URL : <http://journals.openedition.org/spp/2662>, 2017.

ARRETICHE, M. Federalismo e democracia no Brasil: a visão da ciência política norte-americana. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p. 23-31, 2001. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10369.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2014.

ARRETICHE, M. Federalismo e Políticas Sociais no Brasil: problemas de coordenação e autonomia. **São Paulo em Perspectiva**. 18(2):17-26, 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-88392004000200003>. Acesso em 04 de março de 2018.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. **Snowball (Bola de Neve)**: Uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária X Congresso Nacional de Educação- EDUCERE, Univille. Eixo Temático: Cultura, Currículo e Saberes. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.

BARBOSA, F. F. O turismo como um fator de desenvolvimento local e/ou regional. **Revista Caminhos de Geografia**. UFU, Uberlândia, 2005, vol. 10, no 14, p. 107-114.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 4.ed. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARQUERO, V.A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Trad. Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BELO HORIZONTE. **Lei n. 7250 de 14 de janeiro de 1997**. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Turismo de Belo Horizonte-COMTUR BH- dá Outras Providencias. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1997/725/7250/lei-ordinaria-n-7250-1997-dispoe-sobre-o-conselho-municipal-de-turismo-de-belo-horizonte-coMTur-bh-e-da-outras-providencias>. Acesso em 1 de outubro de 2017.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 2 ed. São Paulo: SENAC, 1998.

BENI, M. C. Política e planejamento estratégico no desenvolvimento sustentável do Turismo. **Revista Turismo em Análise**, Brasil, v. 17, n. 1, p. 5-22, 2006. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/68228/70775>. Acesso em 12 março de 2017 doi: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v17i1p5-22>.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 13. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2008.

BESSA, A.; TEIXEIRA, L. A. Planejamento e gestão de intervenções urbanas como estratégia de desenvolvimento dos grandes destinos turísticos. **Revista Acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo**, v. 2, n. 1, p. 1-19, 2007.

BRASIL. Governo Federal. Ministério de Turismo. **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional - Relatório Brasil / Luiz Gustavo Medeiros Barbosa (Organizador)**. — 2ª Ed. revisada — Brasília, DF: Ministério de Turismo, 2008.

_____. Ministério do Turismo. **Avaliação do Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Brasília, 2010.

_____. Ministério do Turismo. **Índice de competitividade do turismo nacional: destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: relatório Brasil 2013/Coordenação Luiz Gustavo Medeiros Barbosa**. – Brasília, DF: Ministério do turismo, 2013.

_____. Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Brasília, 2013a.

_____. Ministério do Turismo. **Índice de competitividade do turismo nacional: Ouro Preto 2015** – Brasília, DF: Ministério do turismo, 2015. http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2015/OuroPreto_RA_2015.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Índice de competitividade do turismo nacional: Belo Horizonte 2015** – Brasília, DF: Ministério do turismo, 2015 http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2015/BeloHorizonte_RA_2015.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Índice de competitividade do turismo nacional: Diamantina 2015** – Brasília, DF: Ministério do turismo, 2015 http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2015/Diamantina_RA_2015.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Índice de competitividade do turismo nacional: Tiradentes 2015** – Brasília, DF: Ministério do turismo, 2015 http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/Indice_competitividade/2015/Tiradentes_RA_2015.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2017.

_____. Ministério do Turismo. **Índice de competitividade do turismo nacional: destinos indutores do desenvolvimento turístico regional: relatório Brasil 2015/Coordenação Luiz Gustavo Medeiros Barbosa**. – Brasília, DF: Ministério do turismo, 2015.

_____. Ministério do Turismo. **Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro** – Perguntas e Respostas. Brasília: Ministério do Turismo, 2016.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J.; DESLAURIERS, J.P; GROULX, L.H.; LAPERRIERE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. (Org). **A pesquisa qualitativa**. Enfoques epistemológicos e metodológicos. São Paulo, Editora Vozes, 2008.

CIRCUITO DOS DIAMANTES. Disponível em <http://circuitodosdiamantes.com.br/>. Acesso em 20/11/2017.

COOPER, C.; FLETCHER, J.; FYALL, A.; GILBERT, D.; WANHILL, S. **Turismo, princípios e prática**. 3. ed. São Paulo: Bookman, 2007.

COSTA, C. C. M.; FERREIRA, M. A. M.; BRAGA, M. J.; ABRANTES, L. A. Disparidades Inter-Regionais e Características dos Municípios de Minas Gerais. **Desenvolvimento em Questão**, ano 10, n. 20, p. 52-88. 2012.

DA ROCHA, A. M. A Política Nacional de Turismo sob a Perspectiva da Coordenação Federativa de Wright/The National Tourism Policy from the Perspective of Federal Coordination of Wright. **Rosa dos Ventos-Turismo e Hospitalidade**, 10(1), (2017).

DeLEON, P. Public policy termination: an end and a beginning, **Policy Analysis**, 6(01), 01-38, 1977.

DIAMANTINA. **Prefeitura de Diamantina**. Disponível em: <http://diamantina.mg.gov.br/o-municipio/historia-de-diamantina/> Acesso em 25 de dezembro de 2016.

DIAMANTINA. **Prefeitura de Diamantina**. Disponível em <http://diamantina.mg.gov.br/turismo/pontos-turisticos/>. Acesso em 14 de dezembro de 2016.

DIAMANTINA. **Prefeitura de Diamantina**. Disponível em <http://diamantina.mg.gov.br/noticias/conheca-o-conselho-municipal-de-turismo-de-diamantina>. Acesso em 2 de outubro de 2017.

DIAMANTINA. **Lei Complementar n. 114 de 25 de junho de 2014**. Dispõe sobre a organização administrativa do Executivo de Diamantina. Disponível em <http://diamantina.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/Lei-Complementar-n---114-2014-Organiza----o-Administrativa-dos-Cargos-em-Comiss--o.pdf>. Acesso em 1 de outubro de 2017.

DYE, Thomas. **Understanding Public Policy**. New Jersey: Pearson; Prentice - Hall, 1992.

EMMENDOERFER, M. L.; SOARES, S. E. B. Análise do desenvolvimento turístico e da Denominação Designada pelo Governo para qualificar cidades como destinos indutores do turismo em Minas Geras, Brasil. **Revista Turismo e Desenvolvimento**, vol. 3, No 21-22, pag. 139-151, 2014.

EMMENDOERFER, M. L., SOARES, E. B. S., De ARAUJO, J. F. F. E., MENDES, C. J., da SILVEIRA CUNHA, N. R., Destinos Indutores e Desenvolvimento Turístico Regional: Um Problema de Intergovernabilidade? **PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural**. 14 N° 3. Special Issue. Espanha. Junho 2016. Acesso em 04 de março de 2018.

FAYOS-SOLA, E., ALVAREZ, M. D. "Tourism Policy and Governance for Development". In Fayos-Sola, E., Alvarez, M. D., Cooper, C. (Eds.). **Tourism as an Instrument for Development: A Theoretical and Practical Study** (pp. 101-124). London: Emerald Group Publishing. DOI 10.1108/S2042-144320140000006005. 2014.

FERNANDES, L. M. M., & CORIOLANO, L. N. M. T. A governança na política Nacional de Regionalização do Turismo: Estudo dos grupos gestores dos destinos indutores do Ceará. **Turismo-Visão e Ação**, 17(2), 247-278, 2015.

FIRJAN. **Índice Firjan de desenvolvimento Municipal**. 2013. Disponível em: <<http://www.firjan.com.br/ifdm/consulta-ao-indice/ifdm-indice-firjan-de-desenvolvimento-municipal-resultado.htm?UF=MG&IdCidade=314610&Indicador=1&Ano=2013>>. Acesso em 01 de setembro de 2015.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman, 2004. 408p.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREY, K. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília. IPEA, v. 21, p. 211-259, 2000.

FUNDAÇÃO JÃO PINHEIRO. **Divulga PIB dos municípios de Minas Gerais**. 2013. Disponível em <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/2678-fundacao-joao-pinheiro-divulga-pib-dos-municipios-de-minas-gerais>. Acesso em 2 de outubro de 2017.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas** v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GLOBO, G1. **Entenda a Operação Voucher, da PF, que prendeu o número 2 do Turismo**. Disponível em <http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/08/entenda-operacao-voucher-da-pf-que-prendeu-o-numero-2-do-turismo.html>. Acesso em 6 de dezembro de 2017.

HALL, C. M. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2004.

HENZ, A. P.; CRUZ, S. J. da. Qualidade em destinos indutores: Análise dos serviços e equipamentos turísticos de Foz do Iguaçu/PR CAD. **Revista Caderno Estudos e Pesquisas do Turismo**. Curitiba, v.4, n° 4, p. 77-98, jan/jun. 2015, doi: 10.7213/CAD.Est.Pes.Tur.04.004.AO05).

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=312160>. Acesso 14 de dezembro de 2016.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diamantina. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/diamantina/panorama>. Acesso em 2 de outubro de 2017.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ouro Preto Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouropreto/panorama>. Acesso em 2 de outubro de 2017.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Belo Horizonte. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belohorizonte/panorama>. Acesso em 2 de outubro de 2017.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Tiradentes. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/tiradentes/panorama>. Acesso em 2 de outubro de 2017.

IPHAN, PORTAL. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/29>. Acesso em 10 de setembro de 2017.

KINGDON, J. W. **Agendas, alternativas and public policies**. 2. ed. Ann Arbor. University of Michigan, 2003.

LIMA, T. M. S. M. de. O Federalismo Brasileiro: uma forma de Estado peculiar. **Estação Científica online**. Juiz de Fora, n.05, jan. 2008. Disponível em: <http://www.fesjf.estacio.br/revista/edicao05/artigos/EC05%20TATIANA%20FEDERALISM> O.pdf. Acesso 07 de maio. 2017.

LOPEZ, B. A. O.; TINOCO, S. D. dos.; SOUZA, M. L.; Avaliação de Políticas Públicas de Turismo: uma análise bibliométrica dos periódicos de turismo. **Turismo em análise**, vol.22, n.3, p. 614-631, dezembro, 2011.

MINAS GERAIS. **Assembleia Legislativa de Minas**. Disponível em: http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/index.html?aba=js_tabMunicipios&sltMuni=215. Acesso em 25 de dezembro de 2016.

MINAS GERAIS. **Encontra Minas**. Disponível em <http://www.encontraminasgerais.com.br/sobre-belo-horizonte.htm>. Acesso 14 de dezembro de 2016.

MIR, V. M. M. La política turística: una aproximación. **Cuadernos de turismo**, no 6, p. 7-28, 2000.

MASSUKADO-NAKATANI, M. S., & GONÇALVES, S. A. La regionalización turística como instrumento para la descentralización de la gestión del turismo en Brasil: El caso del Estado de Paraná. **Estudios y perspectivas en turismo**, 22(4), 763-784, 2013.

OMT. Organização Mundial do Turismo, 2016 Disponível em <http://www2.unwto.org/es/content/por-que-el-turismo> Acesso em 6 de junho de 2016.

ORTEGON, E.; PACHECO, J. F; PRIETO, A. **Metodología del marco lógico para la planificación, El seguimiento y la evaluación de proyectos y programas**. Santiago: CEPAL, 2005. 124p. Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/>>. Acesso em: 29 abr. 2017.

OURO PRETO. Disponível em <http://www.ouopreto.com.br/dados-gerais>. Acesso 14 de dezembro, 2016.

OURO PRETO. **COMTUR. Lei municipal nº 659 de 20 de junho de 2011**. Dispõe sobre as atribuições e competências deste órgão. Disponível em:< <http://sgm.ouopreto.mg.gov.br/arquivos/diario/1446/regimento-do-coMTur.pdf>>. Acesso em 24 de setembro de 2017.

OURO PRETO. **Prefeitura**. Compete à Secretaria Municipal, Turismo, Industria e Comercio. Disponível em:< <http://www.ouopreto.mg.gov.br/index.php?page=secretaria&id=0149>. Acesso em 24 de setembro de 2017.

OURO PRETO. **COMTUR**. Estabelece o Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo-COMTUR, 2015. Disponível em <https://sgm.ouopreto.mg.gov.br/arquivos/diario/1446/regimento-do-coMTur.pdf>. Acesso em 24 de setembro de 2017.

PETROCCHI, M. **Turismo: Planejamento e gestão**. São Paulo: Futura, 1998.

PIMENTEL, M. P. C. Uma discussão teórico-metodológica para a análise das políticas de turismo no Brasil. In PIMENTEL, D. T.; EMMENDOERFER, L. M.; TOMAZZONI, L. E. **Gestão Pública do Turismo no Brasil: teorias, metodologias e aplicações**. 2a Ed. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2014.

PINSONNEAULT, A. e KRAEMER, K. L. Survey research in management information systems: an assesment. **Journal of Management Information System**, 1993.

RUA, M.G. das. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, M.G. das; CARVALHO, M. (Orgs). **O estudo da política: tópicos selecionados**. Brasília: paralelo 15, 1998.

RUGARD, S. D. Indicadores de desenvolvimento socioeconômico. Uma síntese. **Desenvolvimento em Questão**, 1 (janeiro-junho): Acesso em: 1 de março de 2018. Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75210104>> ISSN 1678-4855.

SACHS, I. **Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SANDOVAL, C. da. G; ARRUDA, J. S.; SANTOS, N. C. Ouro Preto: Impactos da atividade turística em uma cidade tombada. **Revista Itinerarium** v.2, 2009.

SANTOS JÚNIOR, E. G. A Importância Da Comunicação Na Gestão Pública E Sua Influência E Relações Com Os Interesses Públicos, Políticos E Transparência Governamental: O Caso Da Prefeitura De Castro – Paraná. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 20, n. 2, p. 193–202, 2012.

SARAVIA, E. Introdução à teoria da Política Pública. In: SARAVIA, E; FERRERER I, E. (Orgs.) **Políticas públicas**. Brasília, ENAP, v. 2, 2006.

STAKE, R. E. **Investigación con estudio de casos**. Madrid: Morata, 1999.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: CIA. Das Pedras, 2000.

SCHAKEL, A. H. **Policy Making in Multilevel Systems: Federalism, Decentralisation, and Performance in the OECD Countries**. Regional & Federal Studies, 2015.

SCHENKEL, E.; ALMEIDA G.F; La política turística y la intervención del Estado. El caso de Argentina. *Perfiles Latinoamericanos*, núm. 46, julio-diciembre, 2015, p. 197-221, **Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales**. Distrito Federal, México.

SCOTT, N. **Tourism Policy: A Strategic Review**. Oxford, Goodfellow, 2011.

SOARES, S. E. B. **Planejamento público estadual e desenvolvimento turístico de destinos indutores em Minas Gerais (2007-2010)**, MG, 2012 180P. Tese (Mestrado em Administração) Universidade Federal de Viçosa.

SOARES, E. B. S., EMMENDOERFER, M. L., MONTEIRO, L. P. “Gestão pública no turismo e o desenvolvimento de destinos turísticos em um estado da Federação Brasileira: uma análise do planejamento estratégico do turismo em Minas Gerais (2007-2010)” **Tourism and Management Studies**, 9(2):50-56, 2013. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-84582013000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 6 de março de 2018.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso> <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em 13 Mar. 2017.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SOUZA, Y. H.; SECCHI, L. Extinção de Políticas Públicas. Síntese Teórica sobre a Fase Esquecida do Policy Cycle. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 20, n. 66, p. 1-19, 2015.

SUBIRATS, J. Análisis de Políticas Públicas y Eficacia de la Administración, Madrid: **Ministerio de Administraciones Públicas**, 1989.

TIRADENTES. **Lei n. 2.535 de 14 de maio de 2010.** Cria Conselho Municipal de Turismo, Cria o Fundo Municipal de Turismo e dá Outras Providencias. Disponível em: [http://www.camaratiradentes.mg.gov.br/Especifico_Cliente/20314159000198/Arquivos/09\(4\).pdf](http://www.camaratiradentes.mg.gov.br/Especifico_Cliente/20314159000198/Arquivos/09(4).pdf). Acesso em 20 de setembro de 2017.

TOMAZZONI, L. E. **Turismo e desenvolvimento regional:** Dimensões, elementos e indicadores. Caixas do Sul, RS: EDUCS, 2009.

TOMAZZONI, L. E; PATRUCCO, L. G; BUHLER, L. V. O desenvolvimento do turismo no Mercosul, In PIMENTEL, D. T.; EMMENDOERFER, L. M.; TOMAZZONI, L. E. **Gestão Pública do Turismo no Brasil:** teorias, metodologias e aplicações. 2a Ed. Caxias do Sul, Cap. 19 RS: EDUCS, 2014.

TRENTIN, F. “Governança turística em destinos brasileiros: comparação entre Armação dos Búzios/RJ, Paraty/RJ e Bonito/MS. **PASOS. Revista de Turismo y Patrimonio Cultural.** 14 N° 3. Special Issue. P. 645-658, Espanha, junho 2016. Acesso em 04 de março de 2018.

VELASCO-GONZALEZ, M. “Gestión de destinos: ¿governabilidad del turismo o gobernanza del destino? La presente comunicación se integra en el proyecto de investigación Dinámicas recientes y estrategias de intervención en destinos patrimoniales”. **Ministerio de Educación y Ciencia.** Plan Nacional de I+D+I (2004-2007). Espanha. Referência: SEJ2006-10898/GEOG, 2006.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** São Paulo: Editora Atlas, 2005.

VIGNATI, F. **Gestão de Destinos Turísticos:** como atrair pessoas para polos, cidades e países. Rio de Janeiro. Senac Rio, 2008.

VIRGINIO, D. F., & FERREIRA, L. V. Gestão pública do turismo: uma análise da política de regionalização no período 2004-2011 no Rio Grande do Norte, Brasil. **Caderno Virtual de Turismo,** 13(2), 2013.

WU, X., RAMESH, M., HOWLETT, M., & FRITZEN, S. Guia de políticas públicas: gerenciando processos. Disponível em <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2555>, Brasília. **ENAP,** 2014.

ANEXOS

ANEXO 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “**Análise da extinção da política pública de desenvolvimento turístico regional no Brasil (2008-2015)**”. Nesta pesquisa pretende-se analisar as razões da extinção da política pública de destinos indutores do desenvolvimento turístico regional no Brasil.

Esse estudo procura avançar na compreensão dos resultados que as políticas públicas deixam após sua extinção, tendo-se uma maior e melhor compreensão do processo e da efetividade de uma política pública. Além disso, busca-se analisar as razões para a extinção da política nacional dos destinos indutores do turismo, no Brasil, evidenciando também a importância da sociedade em se ter acesso a informações sobre os resultados das intervenções estatais em setores produtivos da economia como o turismo.

Para que esse trabalho seja desenvolvido, além de se utilizar alguns documentos de caráter público, dentre eles informações prestadas em sites, relatórios e boletins produzidos pelos atores envolvidos na temática estudada, serão incluídos dados primários provenientes de entrevistas com roteiros semiestruturados. Essa coleta será importante para a verificação e comparação dos resultados em cada destino nacional pesquisado, sendo estes Belo Horizonte, Diamantina, Ouro Preto e Tiradentes. A previsão de **duração da entrevista** da qual o (a) Sr (a) participará é de aproximadamente **trinta (30) minutos**.

Sabe-se que a utilização de técnicas de coleta de dados, tais como entrevistas com gravações de áudios, oferecem o risco de exposição indevida de dados pessoais dos atores envolvidos na pesquisa, entende-se também que durante a pesquisa o entrevistado poderá se sentir desconfortável com alguma temática abordada. Por isso serão tomados alguns cuidados a fim de transmitir segurança e garantias aos entrevistados: explicação do objetivo da pesquisa, natureza do trabalho e motivo da escolha do entrevistado, **garantia de anonimato e sigilo**, ponderação sobre o conteúdo das perguntas, além de garantir um ambiente agradável no qual o entrevistado se sinta confortável em **expressar livremente suas opiniões** ao longo da entrevista.

Com esta pesquisa espera-se contribuir para a gestão de políticas públicas, fomentar estudos e fornecer aos órgãos governamentais e privados subsídios para elaboração de planos, ações e políticas na área de turismo em nível regional. Isto será importante para contribuir com produção científica e tecnológica neste campo de conhecimento tanto no setor público quanto em pesquisas sobre turismo, qual seja, o estabelecimento de dados e indicadores para acompanhamento e avaliação de políticas e programas para o setor do turismo, a partir da experiência em Minas Gerais.

Ao participar deste estudo o Sr.(a) não terá **nenhum custo**, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, caso sejam identificados e comprovados danos provenientes desta pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua **participação é voluntária** e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os **resultados da pesquisa estarão à sua disposição** quando finalizada. O (A) Sr. (a) **não será identificado(a) em nenhuma publicação** que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se **impresso em duas vias originais**, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, María Belén Zambrano Pontón, no Departamento de Administração da Universidade Federal de Viçosa e a outra será fornecida ao (à) Sr (a). Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa, e depois desse tempo serão destruídos. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo

e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____, fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “**Análise da extinção da política pública de desenvolvimento turístico regional no Brasil (2008-2015)**” de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

_____, _____ de _____ de 2017.

Assinatura do Participante

Assinatura do Pesquisador

Nome do Pesquisador Responsável: María Belén Zambrano Pontón
Endereço: Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Administração e Contabilidade
Telefone: (31) 98227-4499
Email: belen.zambrano.p@hotmail.com

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
Universidade Federal de Viçosa
Edifício Arthur Bernardes, piso inferior
Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário
Cep: 36570-900 Viçosa/MG
Telefone: (31)3899-2492
Email: cep@ufv.br
www.cep.ufv.br

ANEXO 2 - Dimensões e Variáveis analisadas nos Estudos de Competitividade

Dimensões	Variáveis
1. Infraestrutura Geral	Capacidade do atendimento médico para o turista no destino
	Fornecimento de energia
	Serviço de proteção ao turista
	Estrutura urbana nas áreas turísticas
2. Serviços e equipamentos turísticos	Sinalização turísticas
	Centro de atendimento ao turista
	Espaços para eventos
	Capacidade dos meios de hospedagem
	Capacidade do turismo receptivo
	Estrutura de qualificação para o turismo
	Capacidade dos restaurantes
3. Acesso	Acesso aéreo
	Acesso rodoviário
	Acesso aquaviário
	Acesso ferroviário
	Sistema de transporte no destino
	Proximidade dos grandes centros emissivos do turismo
4. Atrativos turísticos	Atrativos naturais
	Atrativos culturais
	Eventos programados
	Realizações técnicas, científicas e artísticas
5. Marketing e Promoção do destino	Plano de Marketing
	Participação em feiras e eventos
	Promoção do destino
	Página do destino na internet
6. Políticas Públicas	Estrutura municipal para apoio ao turismo
	Grau de cooperação com o governo estadual
	Grau de cooperação com o governo federal
	Planejamento para a cidade e para a atividade turística
	Grau de cooperação público-privada
7. Cooperação Regional	Governança
	Projetos de cooperação regional
	Planejamento turístico regional
	Roteirização
	Promoção e apoio à comercialização de forma integrada
8. Monitoramento	Pesquisas de demanda
	Pesquisas de oferta
	Sistema de estatísticas do turismo
	Medição dos impactos da atividade turística
	Setor específico de estudos e pesquisas
9. Economia Local	Aspectos da economia local
	Infraestrutura de comunicação
	Infraestrutura e facilidades para negócios
	Empreendimentos ou eventos alavancadores
10. Capacidade Empresarial	Capacidade de qualificação e aproveitamento do pessoal local

	Presença de grupos nacionais ou internacionais do setor de turismo
	Concorrência e barreiras de entrada
	Presença de empresas de grande porte, filiais ou subsidiárias
11. Aspectos Sociais	Acesso à educação
	Empregos gerados pelo turismo
	Política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil
	Uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população
	Cidadania, sensibilização e participação na atividade turística
12. Aspectos ambientais	Estrutura e legislação municipal de meio ambiente
	Atividades em curso potencialmente poluidoras
	Rede pública de distribuição de água
	Rede pública de coleta e tratamento de esgoto
	Coleta e destinação pública de resíduos
	Unidade de conservação no território municipal
13. Aspectos culturais	Produção cultural associada ao turismo
	Patrimônio histórico-cultural
	Estrutura municipal para apoio à cultura

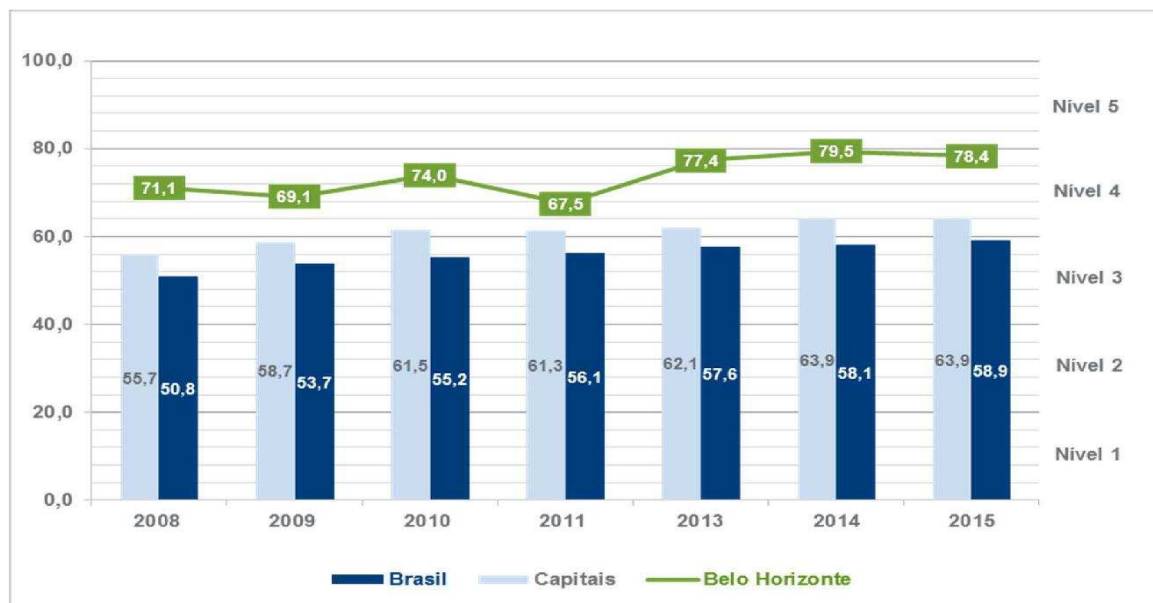
Fonte: Índice de Competitividade do Turismo Nacional-Relatório Brasil (2015, p. 56).

ANEXO 3 - Competências do COMTUR em Belo Horizonte Lei n. 7250 de 14 de janeiro de 1997 (Art. 2)

COMPETENCIAS DO COMTUR EM BELO HORIZONTE (ART. 2)	
I	deliberar sobre: a) a política municipal de desenvolvimento e a expansão do turismo no Município; b) os planos anuais que visem ao desenvolvimento e à expansão do turismo no Município; c) o programa anual de trabalho da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A - BELOTUR; e d) a proposta de criação e aperfeiçoamento de instrumentos de estímulo ao desenvolvimento turístico.
II	oferecer sugestões para dinamizar o processo de desenvolvimento turístico do Município
III	oferecer subsídio aos demais órgãos da administração municipal do planejamento e ações concernentes ao setor de turismo
IV	manter intercâmbio com órgãos e entidades relacionadas com o turismo dos municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte, do Estado, da União e internacionais para o estabelecimento de políticas e intervenções conjuntas
V	propor medidas destinadas a fomentar a atividade turística do Município, inclusive nos termos do inciso anterior; VI - avaliar a execução da política municipal de turismo
VI.	opinar sobre assuntos gerais de interesse do setor de turismo
VII.	assessorar o Executivo nos assuntos relacionados ao setor de turismo

Fonte: Belo Horizonte, 1997. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1997/725/7250/lei-ordinaria-n-7250-1997-dispoe-sobre-o-conselho-municipal-de-turismo-de-belo-horizonte-coMTur-bh-e-da-outras-providencias>.

ANEXO 4 - Figura Índice de Políticas Públicas – Belo Horizonte X Capitais (2008-2015).



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Belo Horizonte, 2015, p. 27.

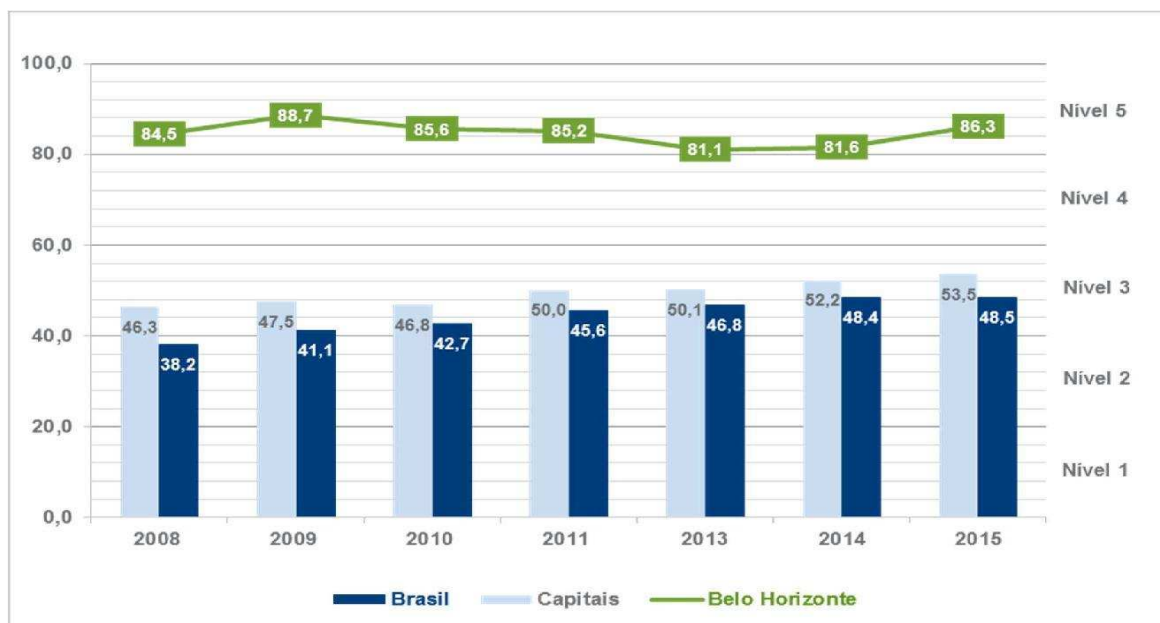
Dentre os fatores de destaque para que Belo Horizonte obtivesse esse nível encontra-se

Órgão municipal com a atribuição exclusiva de coordenar ou incentivar o desenvolvimento do turismo, com recurso próprio extra orçamentário; Desenvolvimento de projetos pelo órgão gestor de turismo, em conjunto com outras secretarias, governança local ativa Conselho Municipal de Turismo; Recebimento de investimentos diretos do governo federal em projetos ligados ao turismo no destino, convênios com o Governo Federal, **planejamento formal; Execução de ações e projetos em parceria com a iniciativa privada (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, p. 28, 2015) (grifo nosso).**

E os desafios apontados, nesta dimensão foram:

Não recebimento de recursos diretos do governo estadual em ações e projetos para alguns setores, como meio ambiente e cultura, no ano anterior (2014); **Inexistência de Fundo Municipal exclusivo para o turismo;** O fato da última revisão do Plano Diretor Municipal ter sido feita há mais de cinco anos (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, p. 29, 2015) (grifo nosso).

ANEXO 5 - Figura Índices Marketing e Promoção Do Destino – Belo Horizonte X Brasil X Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Belo Horizonte, 2015, p. 25.

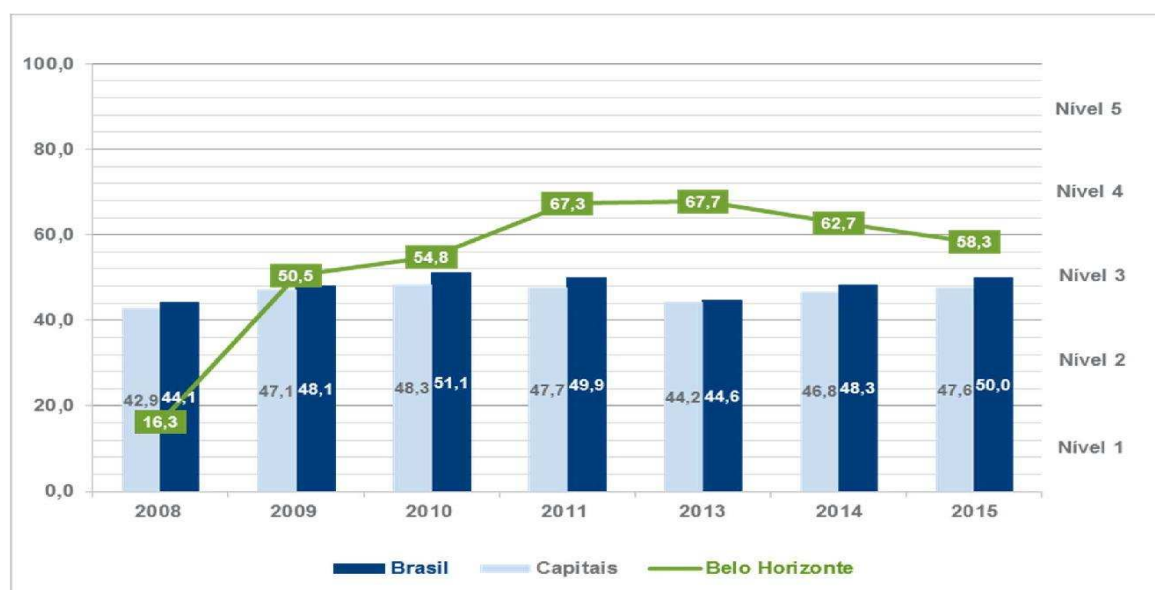
Os fatores que influenciaram os resultados da dimensão analisada, estão:

Existência de um **plano de marketing formal** para o destino;; **Participação do destino em rodadas de negócios e reuniões agendadas em eventos e feiras de turismo**; Existência de **marca promocional turística Belo Horizonte**; Existência de **material promocional** institucional inclusive em idioma estrangeiro; Disponibilidade de agenda de eventos para consulta, acompanhamento de notícias ou matérias específicas de turismo; Realização de **ações de promoção do destino**; **página institucional do município na internet**; Existência de **aplicativo oficial do destino para smartphones**, com informações turísticas (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, p. 26, 2015) (grifo nosso).

Assim os fatores que Belo Horizonte tem como desafio, estão:

Inexistência de material promocional voltado para o principal segmento turístico do destino; Ausência de **avaliação mais efetiva dos resultados dos eventos que o destino participa**, sobretudo os de turismo, o que poderia ser feito por meio de pesquisa nos próprios eventos e/ou aferição do volume de negócios estabelecidos (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 26) (grifo nosso).

ANEXO 6 - Figura Índices de Cooperação Regional – Belo Horizonte X Brasil X Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Belo Horizonte, 2015, p. 29.

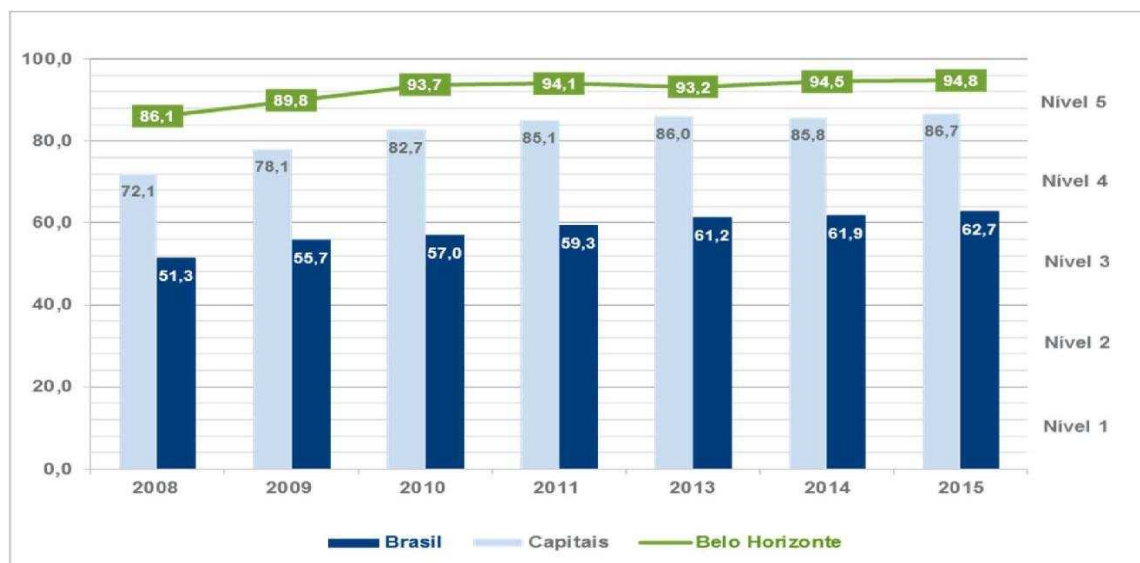
Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

Existência de **projetos de cooperação regional** compartilhados entre Belo Horizonte e outros destinos; **Participação do destino em eventos para a promoção e comercialização dos roteiros regionais**; **Participação do destino em rodadas de negócios e reuniões agendadas em eventos e feiras de turismo para promover a região**; Existência de **página promocional de roteiros turísticos regionais** na internet; Existência de material promocional de roteiros regionais que Belo Horizonte faz parte (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 30.) (grifo nosso).

Entre os desafios enfrentados pelo destino, estão:

O fato de a instância de governança regional – **Circuito Turístico de Belo Horizonte** – **não contar com mais de um destino**, não manter reuniões periódicas e não contar com a participação ativa de variados atores do segmento turístico; **Ausência de plano de desenvolvimento turístico regional efetivo**; Não realização de ações promocionais voltadas para as operadoras e os agentes de turismo receptivo focadas na região durante eventos específicos; **Inexistência de página institucional da região turística na internet**; Ausência de material promocional regional (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 30-31) (grifo nosso).

ANEXO 7 - Figura Capacidade Empresarial – Belo Horizonte X Brasil X Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Belo Horizonte, 2015, p. 35.

Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

Presença de **instituições de ensino** com programas regulares de **formação técnica e de formação superior**; Presença de **escola de formação em idioma estrangeiro**; Presença de **redes nacionais e internacionais de locação de automóveis**; de **meios de hospedagem**; de **alimentos e bebidas**; **Ausência de barreiras significativas à entrada de novos empreendimentos turísticos**, o fato de ter sido oferecido no destino, cursos do Empretec, o que **fomenta o empreendedorismo local** (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 36) (grifo nosso).

Entre os desafios enfrentados pelo destino, está: “**Inexistência de arranjos produtivos locais** (APL) ligados ao setor de turismo” (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 36) (grifo nosso).

ANEXO 8: Competências da Secretaria de Turismo de Diamantina – Lei Complementar 114 de 25 de junho de 2014.

	COMPETENCIAS DA SECRETARIA DE TURISMO DE DIAMANTINA – LEI COMPLEMENTAR 114 DE 25 DE JUNHO DE 2014.
I.	planejar, coordenar e supervisionar atividades que propiciem a oportunidade de acesso da população aos benefícios da educação artística e cultural
II.	manter e administrar as instituições culturais e turísticas de propriedade do município
III.	organizar e manter documentação relacionada com a história do Município de Diamantina
IV.	promover, organizar, patrocinar e executar programas visando à difusão, à fruição e ao aperfeiçoamento da arte e do patrimônio em geral e, especialmente, da música, do canto, da dança, da arte dramática e da preservação
V.	planejar e executar medidas necessárias ao levantamento, tombamento e à defesa do patrimônio artístico e cultural do município
VI.	incentivar e prestar assistência artística, técnica e financeira a iniciativas particulares ou de caráter comunitário, que possam contribuir para a elevação do nível educacional, artístico e cultural da população
VII.	propor e gerenciar convênios com instituições públicas ou privadas consoante os objetivos que definem as políticas de turismo
VIII.	propor ações que visem o desenvolvimento da política municipal de cultura, turismo e patrimônio
IX.	apoiar, promover, desenvolver e fomentar, em parceria com o setor público, a iniciativa privada e o terceiro setor, ações, programas e projetos relacionados ao turismo, cultura e patrimônio
X.	orientar, coordenar e controlar a execução da política de desenvolvimento do turismo, cultura e patrimônio
XI.	desenvolver, mediante programação própria ou convênios com entidades públicas e particulares, atividades relacionadas com os vários setores de sua área de atuação

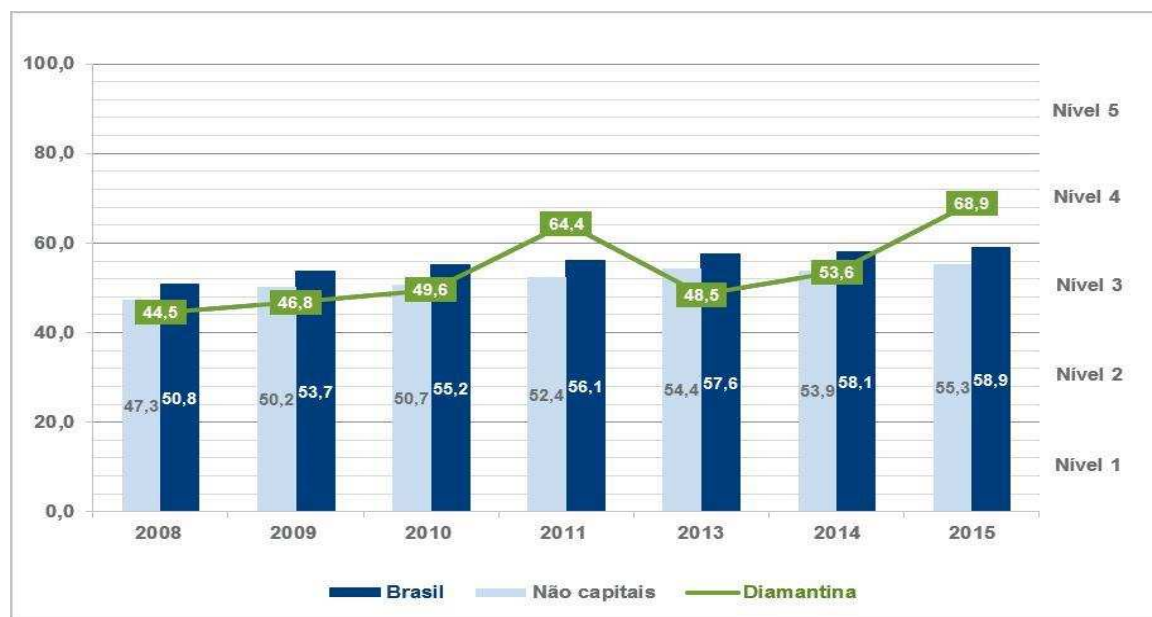
Fonte: Diamantina, 2014. Disponível em <http://diamantina.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/Lei-Complementar-n---114-2014-Organiza---o-Administrativa-dos-Cargos-em-Comiss--o.pdf>. Acesso em 1 de outubro de 2017.

ANEXO 9: Atribuições do Departamento de Turismo – Art. 56 da Lei Complementar No. 114 de 25 de junho de 2014

I	Assessorar o Secretário nas questões diretamente ligadas às atividades turísticas do município
II	elaborar e manter atualizados os dados relativos aos pontos turísticos do Município
III	manter contatos com os diversos segmentos da sociedade, visando elaborar políticas de turismo na região
IV	divulgar, nos diversos meios de comunicação, as atrações turísticas do município; divulgar o destino Diamantina
V	trabalhar junto aos setores do Município, Estado e Federação no sentido de fortalecer o Circuito Turístico dos Diamantes, o Instituto Estrada Real e outros que possam favorecer a regionalização do turismo; estabelecer parcerias objetivando o desenvolvimento turístico local e regional
VI	coordenar as ações junto às empresas de prestação de serviços em turismo, alimentação e hotelaria
VII	manter material informativo, promocional e de divulgação atualizados
VIII	manter site oficial atualizado; definir políticas e diretrizes
IX	traçar planos operacionais; operacionalizar negócios
X	garantir qualidade de produtos e serviços
XI	analisar o mercado e atuar como relações públicas
XII	assessorar e apoiar as atividades do Conselho Municipal de Turismo
XIII	apoiar a elaboração do Plano Plurianual –PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias –LDO e da Lei Orçamentária Anual –LOA, no que se refere à Diretoria
XIV	realizar e tabular pesquisas frequentes relacionadas ao setor, mantendo banco de dados atualizado
XV	manter o Secretário de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico informado de todas as atividades e demandas do setor
XVI	desenvolver outras atividades de acordo com as especificidades do setor de lotação.

Fonte: Diamantina, 2014. Disponível em <http://diamantina.mg.gov.br/wp-content/uploads/2016/08/Lei-Complementar-n---114-2014-Organiza----o-Administrativa-dos-Cargos-em-Comiss--o.pdf>. Acesso em 1 de outubro de 2017.

ANEXO 10 - Figura Índices Políticas Públicas – Diamantina X Brasil X Capitais (2008-2015)



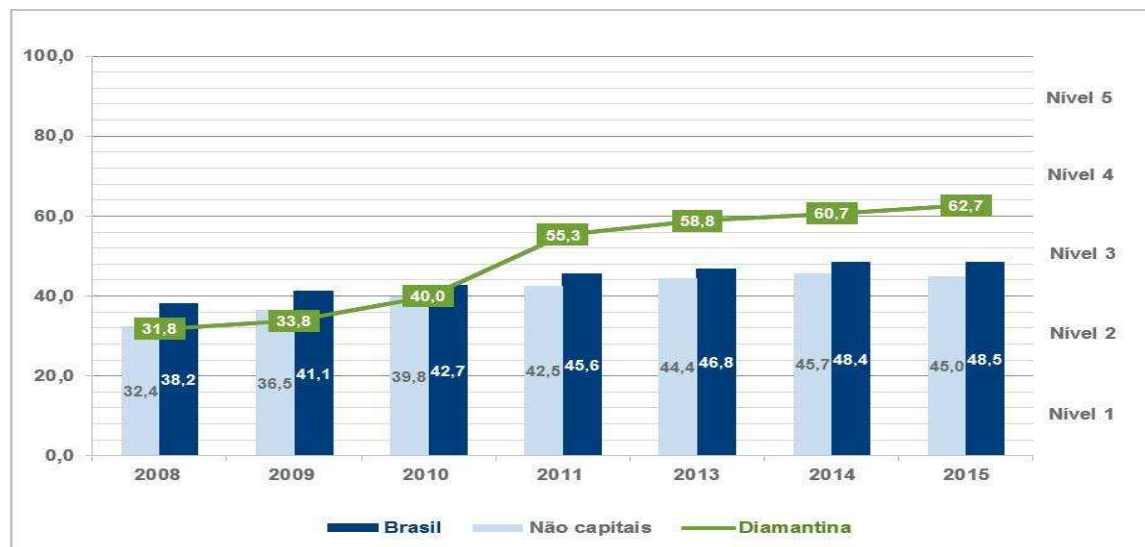
Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Diamantina, 2015, p. 26.

Os fatores que influenciaram para que o destino Diamantina obtivesse esse resultado, estão:

órgão municipal – **Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio; Desenvolvimento de projetos** pelo órgão gestor de turismo, em conjunto com outras secretarias; **Conselho Municipal de Turismo ativo, e Fundo Municipal de Turismo efetivo**; Representação do órgão municipal de turismo no Conselho Estadual do Turismo de Minas Gerais; Recebimento de **investimentos diretos do governo estadual** em projetos que visavam ao desenvolvimento do turismo, Existência de convênios firmados com o Governo Federal; Existência de **Plano Diretor Municipal**, revisado há menos de 5 anos; Planejamento formal específico para o setor de turismo em vigor; Execução de ações e projetos em **parceria com a iniciativa privada** ou com entidades de classe representativas (INDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015 p. 27- 28) (grifo nosso).

Dentre os fatores que Diamantina tinha como desafios, estão: “O fato do órgão gestor não ser exclusivo da pasta turismo, Inexistência de página institucional do órgão gestor de turismo na internet, onde poderia divulgar projetos e ações em andamento, notícias, serviços úteis, etc” (INDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015 p. 28).

ANEXO 11 - Figura Índices Marketing E Promoção Do Destino – Diamantina X Brasil X Capitais (2008-2015).



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Diamantina, 2015, p. 24.

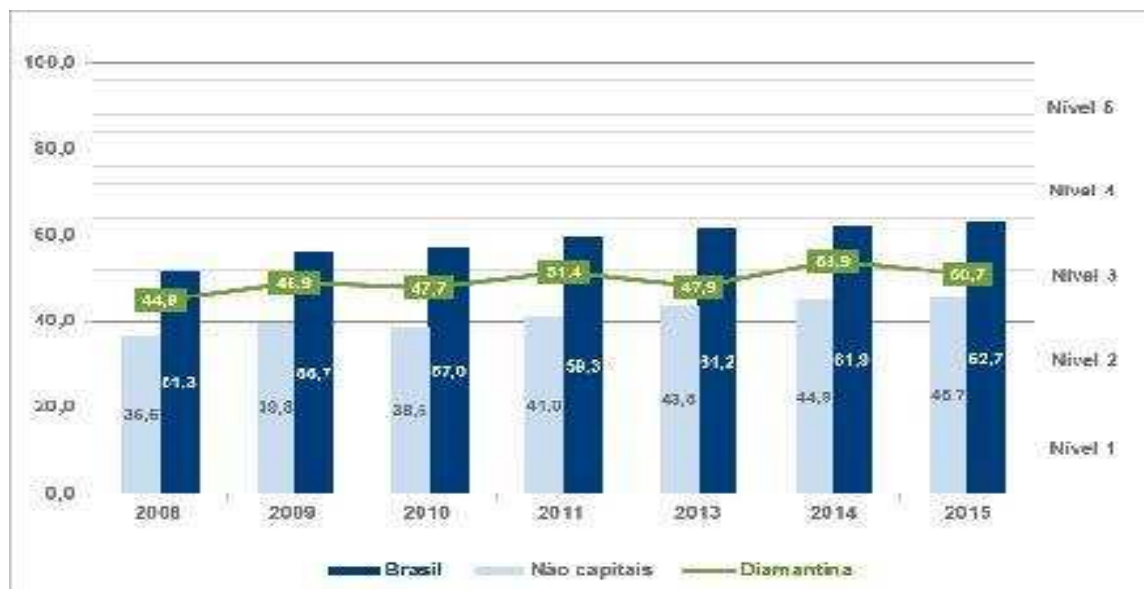
Dentre os fatores que influenciaram para que Diamantina obtivesse esses resultados nesse índice, estão:

Existência de um **plano de marketing formal** para o destino; **Participação em feiras e eventos** do setor de turismo e de outros setores, para promoção do destino; Participação do destino em rodadas de negócios e reuniões agendadas em eventos e feiras de turismo; Existência de **marca promocional turística do destino**; Existência de **material promocional institucional**; Disponibilidade de **agenda de eventos para consulta**; Realização de acompanhamento de notícias ou matérias específicas de turismo,; Existência de **página institucional do município** na internet; Existência de **página promocional de turismo** do destino; Presença oficial do destino em **redes sociais** (INDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 25) (grifo nosso).

E os fatores que ficaram no ano 2015 como os principais desafios da cidade de Diamantina para melhorar a competitividade no índice de marketing e promoção turística, estão:

Ausência de avaliação efetiva dos resultados dos eventos nos quais Diamantina participa; **Indisponibilidade do material promocional em idioma estrangeiro**; Inexistência de material promocional específico; O fato de o destino **não ter produzido eventos fora de seu território** para divulgar seus atrativos e equipamentos; **Carência de ações promocionais para divulgar o destino**; **Ausência de informações em idioma estrangeiro na página promocional de turismo do destino**; **Inexistência de aplicativo oficial do destino para smartphones** (INDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015 p. 25, 26) (grifo nosso).

ANEXO 12 - Figura Índices Capacidade Empresarial – Diamantina X Brasil X Capitais (2008-2015)



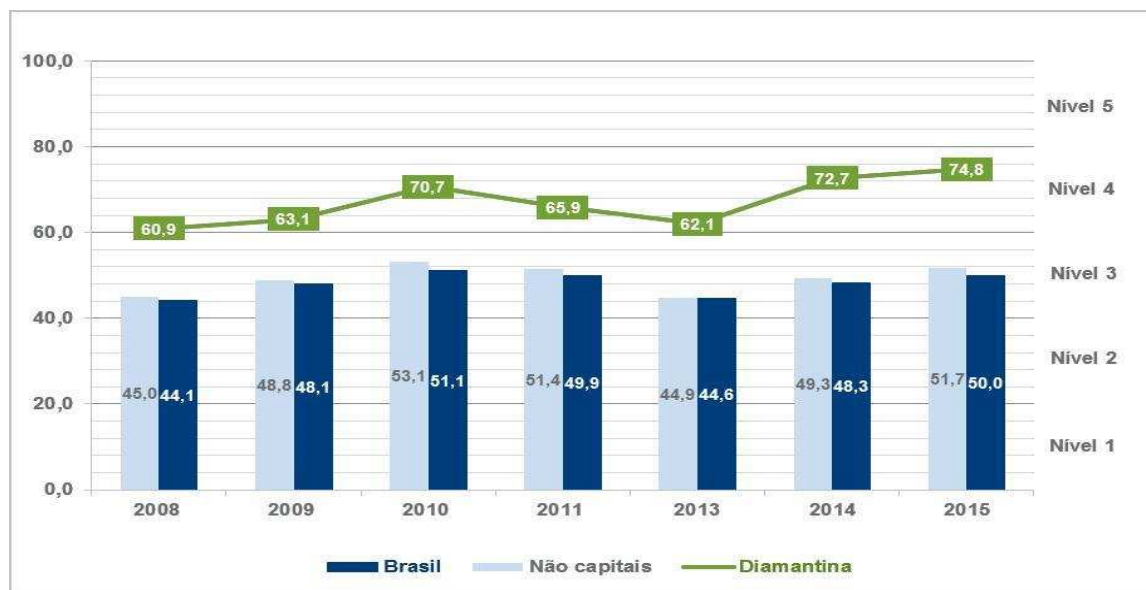
Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Diamantina, 2015, p. 36.

Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

Presença de **instituições de ensino com programas regulares de formação técnica e formação superior**; Presença de **escola de formação em idioma estrangeiro**; Presença de **redes nacionais de locação de automóveis**; **Ausência de barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos**, curso que **ajuda a fomentar o empreendedorismo local** (INDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 37) (grifo nosso).

Entre os desafios enfrentados pelo destino, estão: “Ausência de grupos de redes nacionais e internacionais de meios de hospedagem, de redes de alimentos e bebidas; Inexistência de arranjos produtivos locais (APL) ligados ao setor de turismo” (INDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015 p. 37).

ANEXO 13 - Figura Índices Cooperação Regional – Diamantina X Brasil X Capitais (2008-2015).



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Diamantina, 2015, p. 29.

Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

instância de governança regional, Associação do **Circuito dos Diamantes**, que reúne mais de um destino, seguindo os princípios do Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo; um gestor executivo com dedicação exclusiva à coordenação das atividades da instância de governança regional; **parcerias com os setores público e privado** dos municípios que a instância de governança regional representa; manter reuniões mensais, contar com recurso próprio e dispor de suporte para a condução de suas atividades; ações, sobre a importância da cooperação regional; **projetos de cooperação regional** compartilhados entre Diamantina e outros destinos da região; **plano de desenvolvimento turístico** integrado; O fato de o destino **integrar roteiros turísticos regionais**; eventos para a **promoção e comercialização dos roteiros regionais** e da região turística dos quais faz parte; ações promocionais, em parceria com outros destinos da mesma região; **página promocional da região turística** e dos roteiros turísticos regionais; na internet; material promocional da região turística (INDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 30) (grifo nosso).

Entre os desafios enfrentados pelo destino, estão:

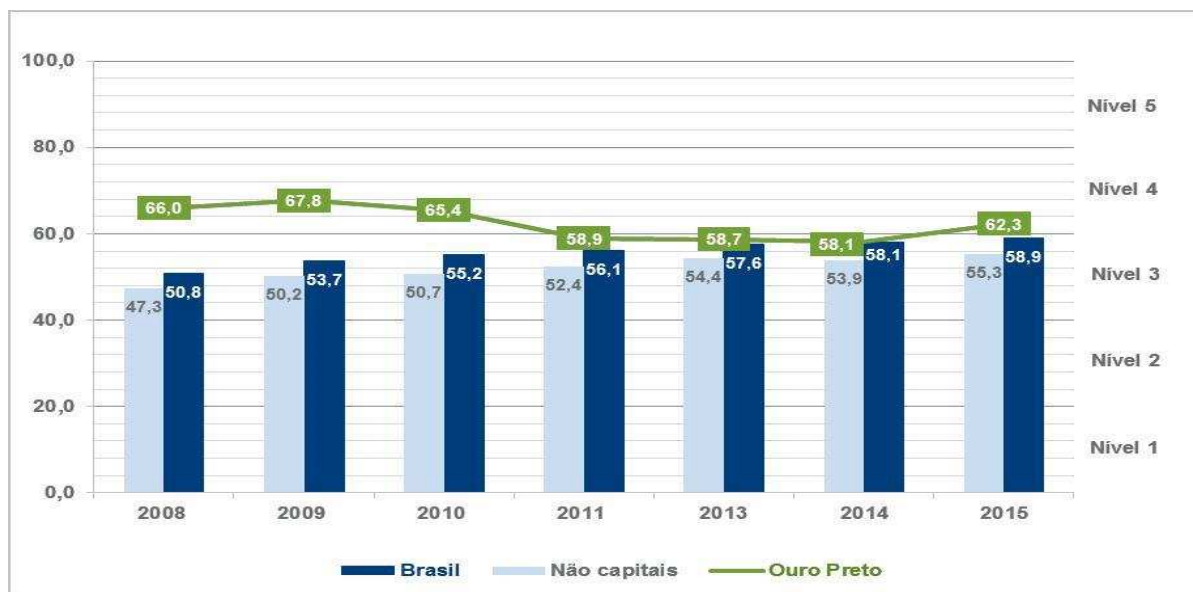
Não participação do destino em rodadas de negócios e feiras de turismo, para a promoção e comercialização dos roteiros regionais e da região turística; O fato de **os roteiros regionais dos quais o destino faz parte não serem comercializados efetivamente**; Não realização de ações promocionais voltadas para as operadoras e os agentes de turismo receptivo focadas na região durante eventos específicos (INDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 31) (grifo nosso).

ANEXO 14 - Competências do COMTUR de Ouro Preto Art. 3 Lei No. 659 – 20 de junho de 2011

I	Elaborar o Plano Municipal de Turismo para o Município;
II	Assessorar o Executivo Municipal nos assuntos relacionados ao setor de Turismo, analisando e manifestando-se sobre as ações do poder público no setor inclusive sobre a aplicação de recursos do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR)
III	Fiscalizar a movimentação orçamentária do Fundo Municipal de Turismo e orientar a aplicação do recursos do Fundo
IV	Propor medidas sobre: a. Política Municipal de desenvolvimento e a dinamização, o fomento e a expansão do Turismo no município b) O Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual que visem ao desenvolvimento e à expansão do Turismo no município, c) O Programa Anual de Trabalho da SETIC, d) a criação e aperfeiçoamento de instrumentos de estímulo ao desenvolvimento econômico e social da atividade turística.
V	Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução da Política Municipalidade de Turismo
VI	Trabalhar articuladamente com os demais órgãos da Administração Municipal em setores ou ações concernentes ao turismo ou que tenham relacionamento com a atividade turística
VII	Trabalhar pela excelência do turismo no Município;
VIII	Notificar os órgãos públicos e privados sobre os problemas da cidades que afetam o turismo
IX	Propor medidas reguladoras sobre a exploração de serviços relacionados com as atividades turísticas em todo o território do Município
X	Propor a estruturação de bancos de dados para a oferta e demanda turística da cidade
XI	Apresentar ao Poder Público o diagnóstico e o prognóstico do levantamento da vocação turística do Município
XII	Acompanhar a regularidade do funcionamento dos atrativos turísticos;
XIII	Sensibilizar e mobilizar o setor de turismo para a necessidade de capacitação profissional
XIV	Sugerir, analisar e manifestar-se sobre propostas de alteração da legislação municipal pertinente ao setor
XV	Propor e acompanhar as ações de incentivos relacionadas à capacitação do setor de turismo
XVI	Manter intercâmbio com órgãos e entidades relacionadas com o Turismo do Estado de Minas Gerais, de outros Estados, da União e de entidades internacionais para o estabelecimento de políticas, ações e intervenções conjuntas
XVII	Induzir a articulação do poder Executivo Municipal com outras esferas para viabilizar recursos para projetos e ações de divulgação
XVIII	Eleger o Comitê Gestor do FUMTUR, nos termos da Lei Municipal nº 587, de setembro de 2010
XIX	Estabelecer critérios de repasse de recursos ao FUMTUR, auferidos pela realização ou participação em eventos ou em bilheterias de pontos atrativos do turismo local
XXI	Propor formas de captação de recursos para o desenvolvimento do turismo e emitir parecer relativo a financiamento de iniciativas, planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento da indústria turística
XXII	Apresentar propostas ao Poder Executivo sobre administração dos atrativos turísticos do Município
XXIII	Estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada, com o objetivo de prover a infraestrutura adequada à implantação e o desenvolvimento do turismo
XXIV	Desenvolver, apoiar e incentivar estudos e pesquisas sobre o turismo no Município
XXV	Elaborar, alterar e aprovar seu regimento interno

Fonte: Ouro Preto, 2011. Disponível em: <
<http://sgm.oropreto.mg.gov.br/arquivos/diario/1446/regimento-do-coMTur.pdf>>.

ANEXO 15 - Figura Índices Políticas Públicas – Ouro Preto X Brasil X Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Ouro Preto, 2015, p. 27.

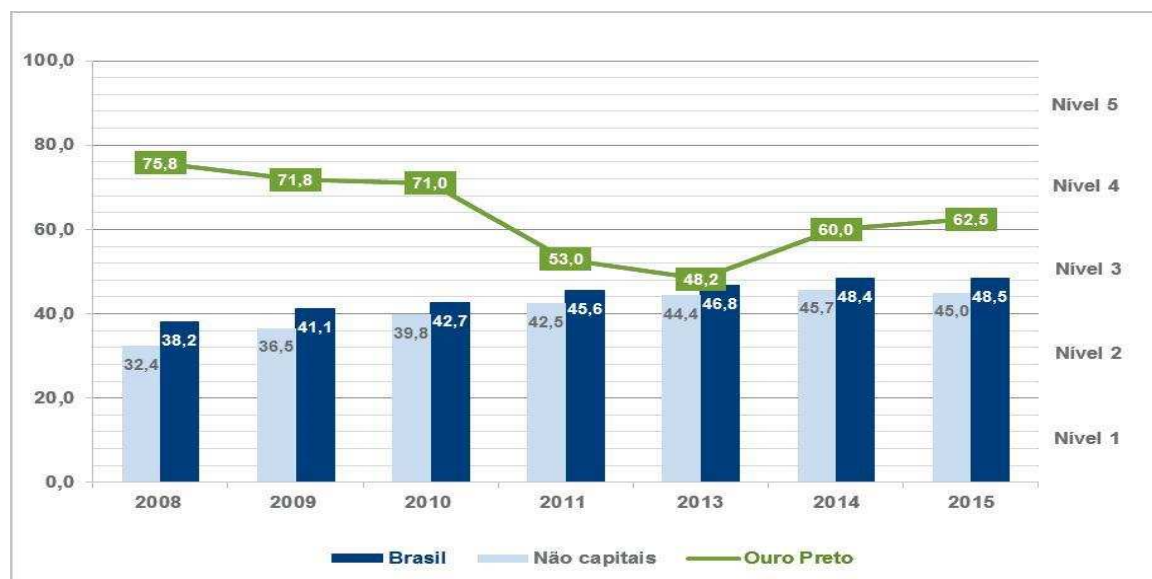
Entre os fatores que influenciaram para que Ouro Preto encontre-se nesse nível estão:

Existência de um órgão municipal – **Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio** –; **Desenvolvimento de projetos** pelo órgão gestor de turismo, em conjunto com outras secretarias, contemplando atividades relacionadas ao turismo, Existência de instância de governança local ativa – **Conselho Municipal de Turismo** –, e que realiza reuniões com periodicidade mensal; Recebimento de **investimentos diretos do governo estadual em projetos de desenvolvimento do turismo**; Recebimento de investimentos diretos do governo federal em projetos ligados ao turismo no destino (INDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 28) (grifo nosso).

E os aspectos a serem melhorados estão:

O fato de órgão gestor não ser exclusivo da pasta turismo; **Indisponibilidade de fonte de recurso próprio extraorçamentário** para o órgão gestor de turismo; **Inexistência de planejamento formal** para o setor de turismo do destino, que defina diretrizes e metas do setor para os próximos anos, apesar de o plano municipal estar em processo de elaboração (INDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 28) (grifo nosso).

ANEXO 16 - Figura Índices Marketing e Promoção do Destino – Ouro Preto X Brasil X não Capitais (2008-2015)



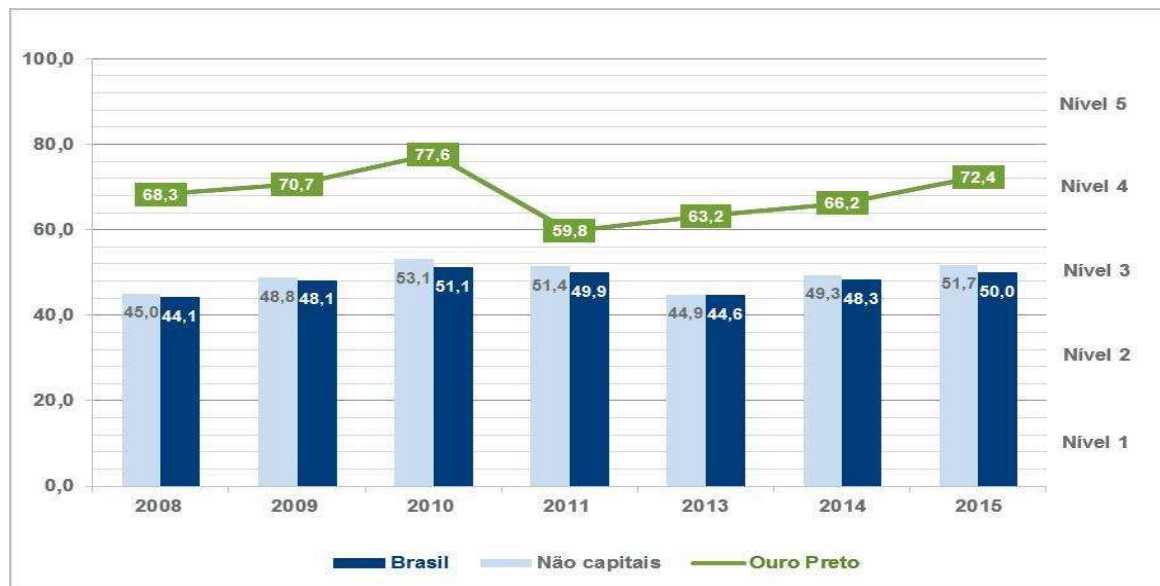
Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Ouro Preto, 2015, p.24.

Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

Existência de um **planejamento** para o destino que contemple o marketing – Plano de **posicionamento da marca de Ouro Preto**; **Participação contínua em feiras e eventos** do setor de turismo, **participação também em rodadas de negócios**; eventos regionais e nacionais para promoção do destino fora de seu território, produções audiovisuais e eventos televisionados; Existência de **página promocional de turismo** do destino, **disponível também em idioma estrangeiro**; **Presença oficial do destino em redes sociais**(ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 25) (grifo nosso).

Entre os desafios enfrentados pelo destino, estão: “**Inexistência de plano de marketing formal** para o destino; **não participação contínua em feiras e eventos de outros setores**, não diretamente ligados ao turismo, com o intuito de se promover turisticamente; **Inexistência de aplicativo oficial do destino para smartphones** (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 25-26) (grifo nosso).

ANEXO 17 - Figura Cooperação Regional – Ouro Preto X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Ouro Preto, 2015, p. 29.

Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

governança regional, **Associação Circuito do Ouro**, que reúne mais de um destino, seguindo os princípios do Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo; ações, sobre a importância da cooperação regional, para **a estruturação de um novo roteiro; plano de desenvolvimento turístico integrado em vigor para a região; página promocional da região turística regionais** na internet, **material promocional impresso**, utilizado nas ações promocionais feitos para a região (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 30) (grifo nosso).

Entre os desafios enfrentados pelo destino, estão: “Indisponibilidade de recurso próprio por parte da Associação dos Municípios do Circuito do Ouro; Suporte limitado para a Associação na condução das suas atividades enquanto instância de governança regional” (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 30-31).

ANEXO 18 - Figura Capacidade Empresarial – Ouro Preto X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Ouro Preto, 2015, p. 36.

Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

instituições de ensino com programas regulares de formação técnica e formação superior; **redes nacionais de locação de automóveis**; **redes nacionais e internacionais de alimentos e bebidas**; O fato de ter sido oferecido no destino cursos que ajuda a fomentar o empreendedorismo local (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 37) (grifo nosso).

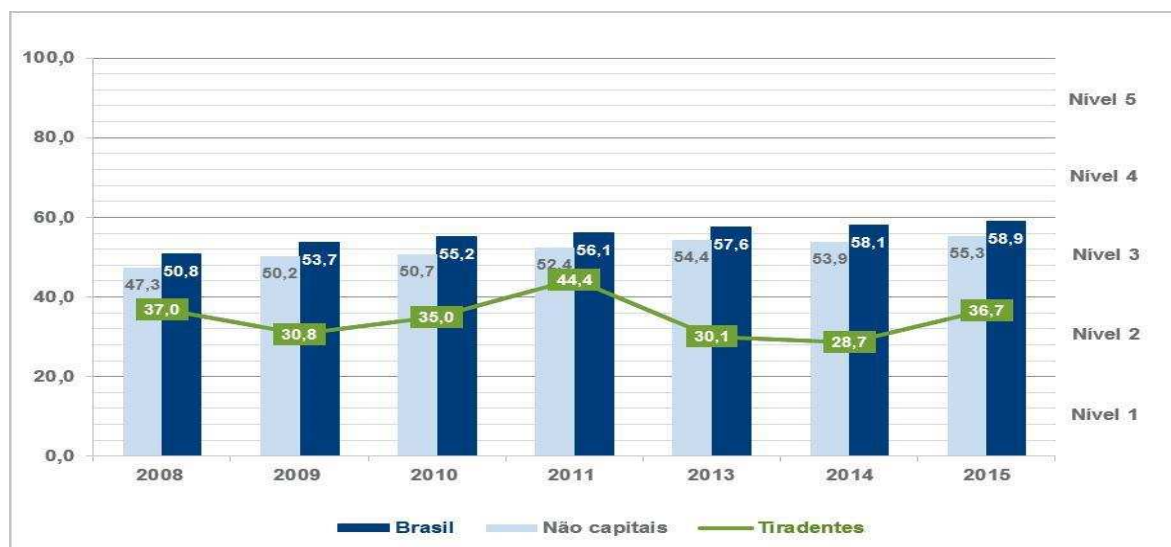
Entre os desafios enfrentados pelo destino, estão “**Ausência de grupos de redes nacionais ou internacionais redes de meios de hospedagem**; **barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos**, (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 37) (grifo nosso).

ANEXO 19 - Competências do COMTUR de Tiradentes- Art. 8 da Lei 2535 de 2010.

I.	formular as diretrizes básicas a serem seguidas na política municipal de turismo
II	desenvolver programas e projetos de interesse turístico visando incrementar o fluxo de turistas à cidade de Tiradentes - MG
III	opinar na esfera do Poder Executivo quando solicitado, do Poder Legislativo, sobre Projetos de Lei que se relacionem com o turismo
IV	estabelecer diretrizes para um trabalho coordenado entre os serviços públicos municipais e os prestados pela iniciativa privada
V	estudar de forma sistemática e permanente o mercado turístico do município
VI	programar e executar amplos debates sobre temas de interesse turístico; VII - manter cadastro de informações turísticas de interesse do município
VII	promover e divulgar as atividades ligadas ao turismo
IX	apoiar, em nome da Prefeitura Municipal de Tiradentes - MG, a realização de congressos, seminários e convenções, de relevante interesse para o implemento turístico do município
X	implementar convênios com órgãos, entidades e instituições, públicas ou privadas, nacionais e internacionais de turismo
XI	propor planos de financiamentos e convênios com instituições financeiras, públicas ou privadas
XII	emitir parecer relativo a financiamentos de iniciativas, planos, programas e projetos que visem ao desenvolvimento da indústria turística, na forma que for estabelecida na regulamentação desta Lei
XIII	examinar, julgar e aprovar as contas que lhe forem apresentadas referentes aos planos e programas de trabalho executados
XIV	fiscalizar a captação, o repasse e a destinação dos recursos que lhe forem destinados
XV	decidir sobre a destinação e aplicação dos recursos financeiros
XVI	organizar seu Regimento Interno

Fonte: Tiradentes, 2010. Disponível em: [http://www.camaratiradentes.mg.gov.br/Especifico_Cliente/20314159000198/Arquivos/09\(4\).pdf](http://www.camaratiradentes.mg.gov.br/Especifico_Cliente/20314159000198/Arquivos/09(4).pdf).

ANEXO 20 - Figura Índice Políticas Públicas – Tiradentes X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Tiradentes, 2015, p. 27.

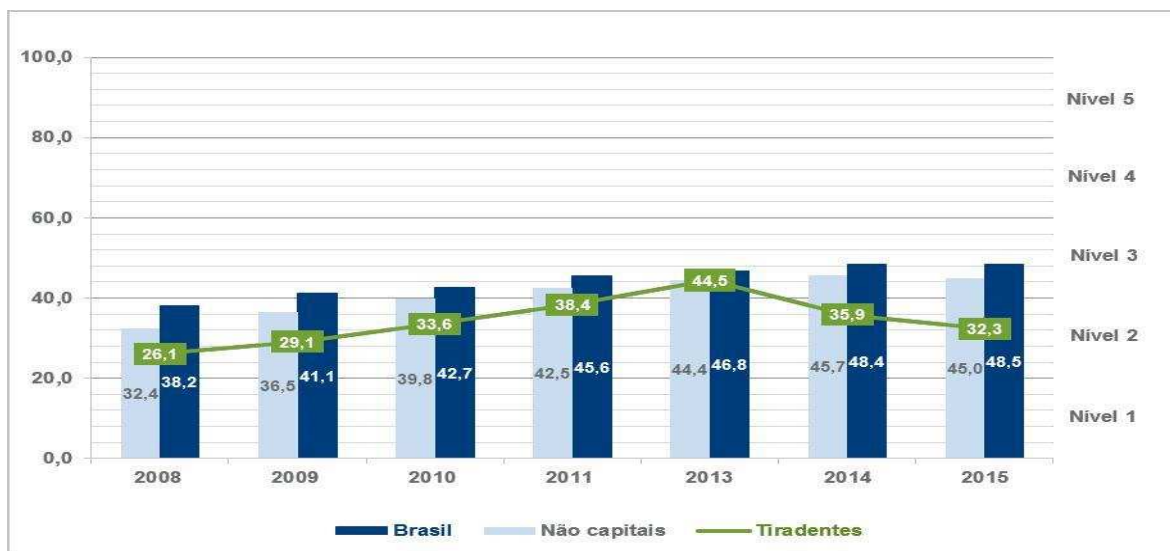
Dentre os aspectos que ressaltam como positivos, nesta dimensão, estão:

órgão municipal – **Departamento Municipal de Turismo e Cultura**; instância de governança local ativa – **Conselho Municipal de Turismo**, que realiza reuniões com regularidade mensal; **investimentos diretos do governo estadual** em projetos de desenvolvimento do turismo; convênios firmados com o Governo Federal; **Plano Diretor Municipal**, revisado no ano passado; **ações e projetos em parceria com a iniciativa privada** e com entidades de classe representativas do setor (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 28) (grifo nosso).

Assim, os aspectos que impediram que o município tivesse uma escalada de nível de competitividade, estão:

O fato de **órgão gestor não ser exclusivo da pasta turismo**; **Indisponibilidade de fonte de recurso próprio** extraorçamentário para o órgão gestor de turismo; **Não recebimento de recursos de emendas parlamentares** para o turismo; **Ausência de investimentos diretos do governo federal** em projetos ligados ao turismo; Inexistência de planejamento formal para o setor de turismo do destino, que defina diretrizes e metas do setor para os próximos anos. (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 28) (grifo nosso).

ANEXO 21 - Figura Índice Marketing E Promoção Do Destino – Tiradentes X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Tiradentes, 2015, p. 24.

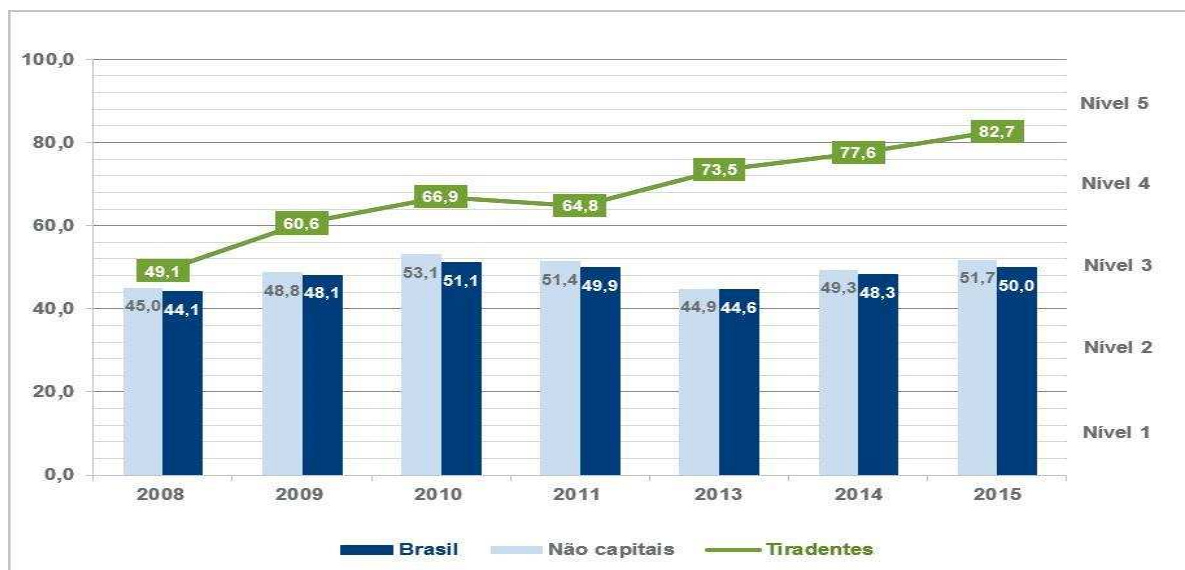
Entre os aspectos destacáveis de Tiradentes, nessa dimensão estão:

Participação contínua em **feiras e eventos** do setor de turismo, viabilizadas por meio de parcerias com entidades, Circuito da Trilha dos Inconfidentes e com o estado; **rodadas de negócios e reuniões** em eventos e feiras de turismo; **ações de promoção do destino**; Existência de **página institucional do município** na internet (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 25) (grifo nosso).

E os aspectos a serem melhorados, estão:

Inexistência de plano de marketing formal para o destino; **Ausência de avaliação dos resultados dos eventos** de turismo dos quais o destino participa; **Inexistência de material promocional** institucional do destino, apenas material regional, coproduzido em parceria com o Circuito da Trilha dos Inconfidentes; **Indisponibilidade de uma agenda de eventos** para consulta por parte do turista e da população local; **Ausência de página promocional de turismo** na internet; **Ausência do destino em redes sociais** (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 201, p. 25-26) (grifo nosso).

ANEXO 22 - Figura Cooperação Regional – Tiradentes X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



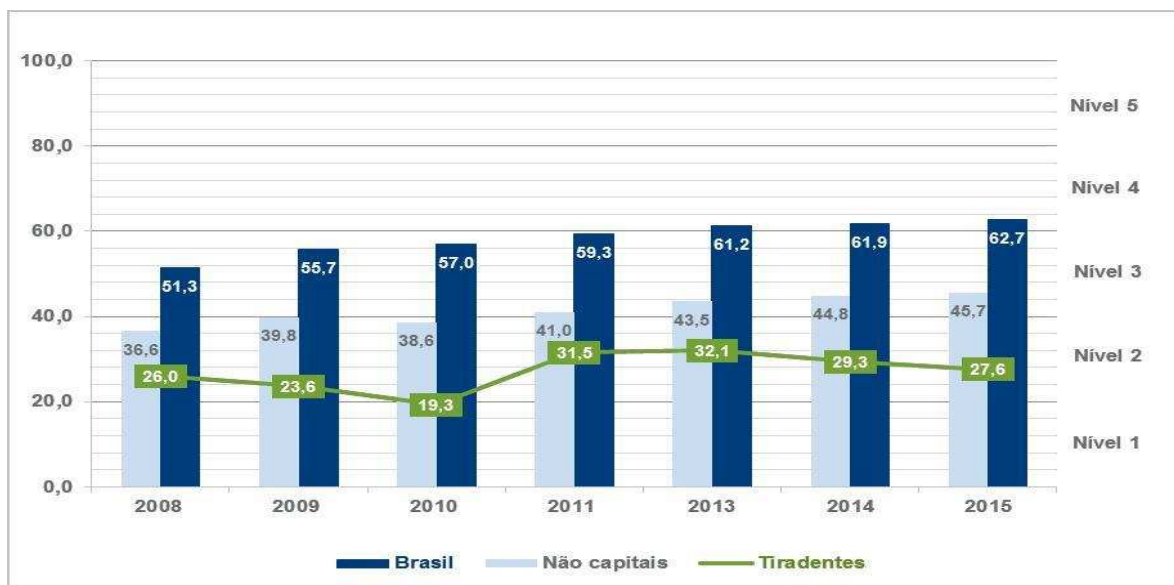
Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Tiradentes, 2015, p. 29.

Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

Existência de uma instância de governança regional, **Circuito Turístico Trilha dos Inconfidentes**, que reúne mais de um destino, seguindo os princípios do Programa de Regionalização do Turismo do Ministério do Turismo; Disponibilidade de um **gestor executivo com dedicação exclusiva à coordenação** das atividades da instância de governança regional; **manter reuniões periódicas**, contar com **recurso próprio** e dispor de suporte; Realização de ações sobre a importância da cooperação regional; Existência de **projetos de cooperação regional** compartilhados entre Tiradentes e outros destinos da região do Circuito da Trilha dos Inconfidentes; O fato de o destino integrar **roteiros turísticos regionais**, comercializados por operadores e agências locais e nacionais; Participação do destino em **eventos para a promoção e comercialização dos roteiros regionais** da região turística dos quais faz parte; Existência de **material promocional** da região turística e dos roteiros turísticos (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 30) (grifo nosso).

Entre os desafios enfrentados pelo destino, estão: “**Necessidade de atualização do plano de desenvolvimento turístico integrado para a região turística** em vigor; **Inexistência de página institucional da região turística** ou roteiros turísticos regionais na internet (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 30-31) (grifo nosso).

ANEXO 23 - Figura Capacidade Empresarial – Tiradentes X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



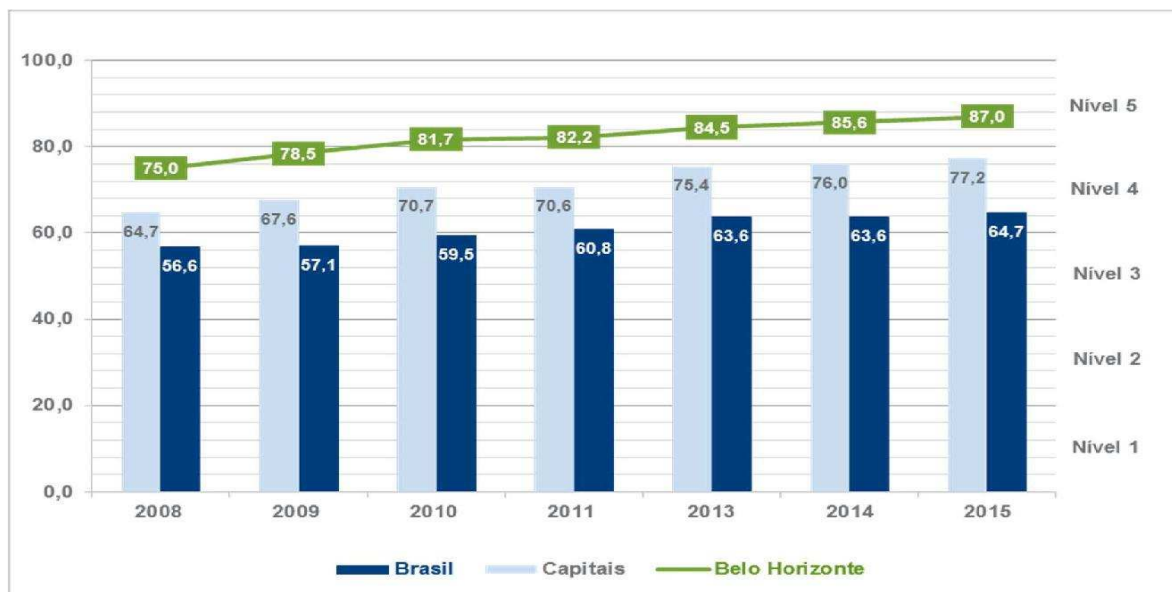
Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Tiradentes, 2015, p.36.

Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se: “Presença de **instituições de ensino com programas regulares** de formação técnica; Existência de **arranjo produtivo local** (APL) ligado ao setor de turismo no destino – Associação Empresarial de Tiradentes (ASSET) (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 37) (grifo nosso).

Entre os desafios enfrentados pelo destino, estão:

Ausência de escolas de formação em idioma estrangeiro; Ausência de redes nacionais ou internacionais de locação de automóveis; de meios de hospedagem; de alimentos e bebidas; **barreiras à entrada de novos empreendimentos turísticos;** O fato de não ter sido oferecido no destino, cursos que poderia ajudar a fomentar o empreendedorismo local (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 37) (grifo nosso).

ANEXO 24 - Figura Índices Economia Local – Belo Horizonte X Brasil X Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Belo Horizonte, 2015, p. 33.

Entre os fatores que influenciaram para que a cidade alcançara altos índices relacionados à economia estão:

Cobertura de todas as operadoras de telefonia móvel no destino; Acesso gratuito à internet em locais públicos e áreas turísticas; terminais de **autoatendimento bancário**; **lei municipal de incentivo à formalização de estabelecimentos** comerciais e de prestadores de serviços; Atuação de um *Convention & Visitors Bureau*; **eventos internacionais** (padrão ICCA) no destino; **empresas multinacionais** de produção de bens (indústrias) no destino (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015 p.34) (grifo nosso).

E entre os fatores que Belo Horizonte apresentava como desafio no ano 2015 “Ausência de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo” (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p.34).

ANEXO 25 - Figura Índices Infraestrutura Geral – Belo Horizonte X Brasil X Capitais (2008-2015)



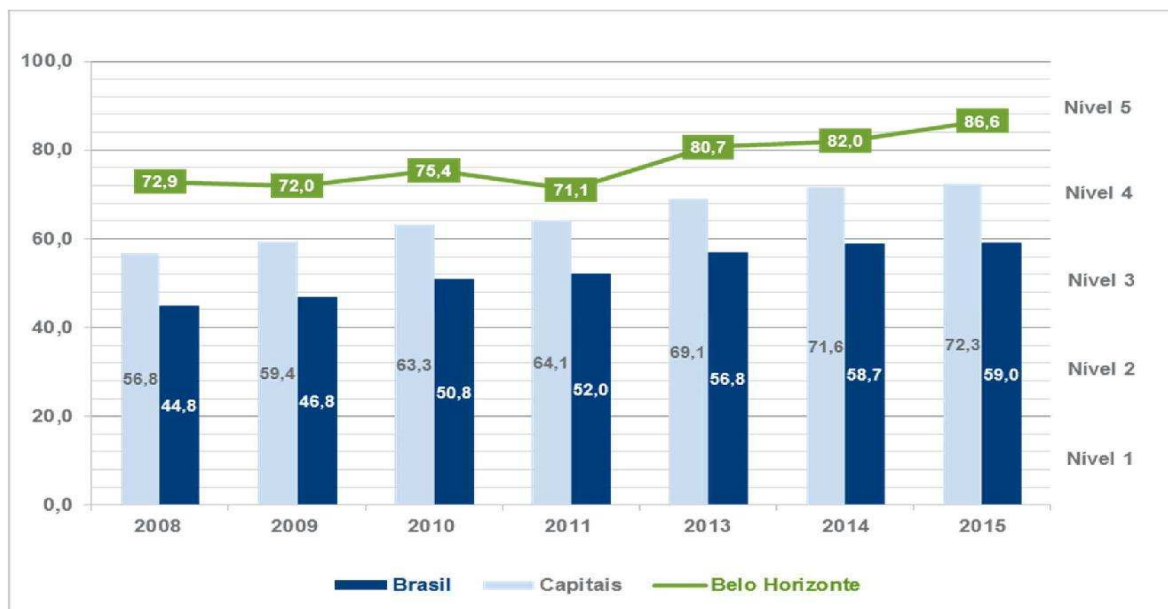
Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Belo Horizonte, 2015, p.15.

Dentre os fatores que influenciaram os resultados desse indicador, estão:

serviço público para atendimento médico 24 horas, em diversos níveis de complexidade; **energia elétrica** durante todo o ano; **sistema para monitoria e vigilância** em parte das áreas turísticas; **Corpo de Bombeiros**, e de **Defesa Civil**; **ciclovias** nas áreas turísticas; **limpeza pública e da conservação urbana** no entorno das áreas turísticas; **acessibilidade** na maior parte das áreas turísticas do destino (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 16) (grifo nosso).

Assim, os fatores a serem melhorados pelo destino no indicador da infraestrutura estão: “Ausência de grupamento especializado na Polícia Militar para o atendimento ao turista; Inexistência de delegacia ou programa de proteção ao turista na Polícia Civil; Carência de lixeiras, banheiros públicos e telefones públicos no entorno das áreas turísticas da cidade” (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 16).

ANEXO 26 - Figura Índices Serviços E Equipamentos Turísticos – Belo Horizonte X Brasil X Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, 2015, Estudo de Competitividade, Belo Horizonte, 2015, p. 19.

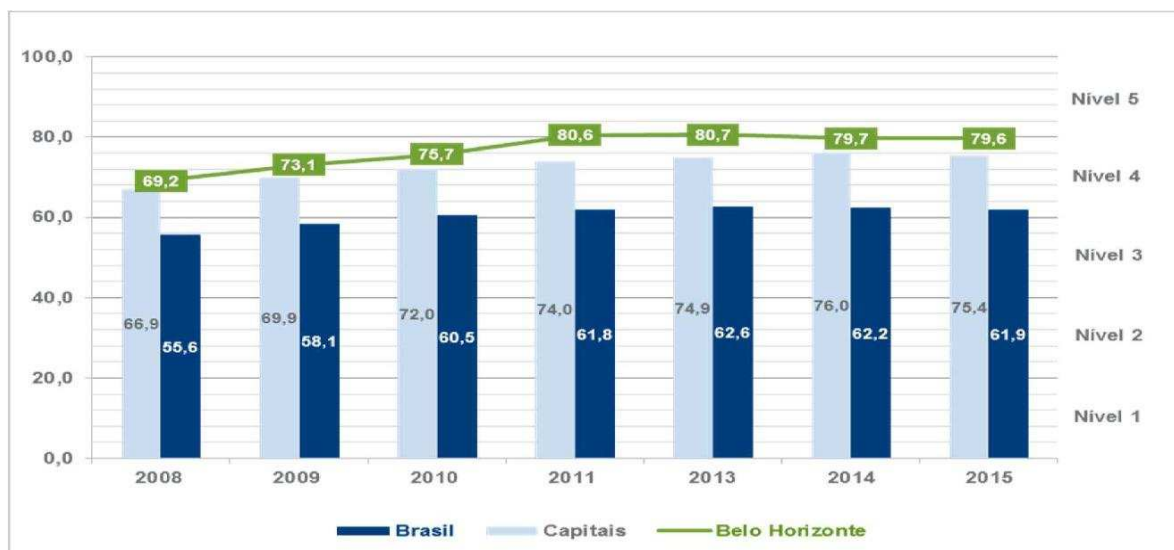
Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

sinalização turística viária nos padrões internacionais recomendados pelo Ministério do Turismo, com **informações disponíveis em idioma estrangeiro**; sinalização turística descritiva ou interpretativa em alguns dos atrativos, disponível também em idioma estrangeiro; **mapa turístico informativo**; **Centros de Atendimento ao Turista (CAT)** no destino, com funcionários capacitados para o atendimento em idioma estrangeiro; **Centros de Convenções** no destino e boa oferta de espaços para a realização de eventos; **políticas locais de incentivo à adoção de tecnologias** que priorizem a questão ambiental em meios de hospedagem; **Variedade de opções de meios de hospedagem**; **empresas de receptivo**, que oferecem diversos serviços aos turistas (inclusive com atendimento em idioma estrangeiro); **aluguel de bicicletas**; **guias de turismo registrados** no CADASTUR e capacitados para atendimento em idioma estrangeiro; Valorização e o fortalecimento da **gastronomia regional** por parte dos restaurantes do destino; **Variedade de opções de estabelecimentos de alimentação**; **instituições de qualificação profissional** em áreas relacionadas ao turismo (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 20-21) (grifo nosso).

Entre os desafios enfrentados pelo destino, estão:

Cobertura da **sinalização turística descritiva, restrita a alguns atrativos** do destino; Carência de sinalização turística descritiva interpretativa em idioma estrangeiro; Não cumprimento dos quesitos de **acessibilidade par a pessoas com deficiência** ou mobilidade reduzida por parte da maioria dos meios de hospedagem; **Carência de melhorias na estrutura do principal centro de convenções**; **Indisponibilidade de serviços ou equipamentos para deslocamento de turistas**; **Inexistência de capacitação sobre higiene na manipulação de alimentos**, por parte do governo municipal (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015 p. 21) (grifo nosso).

ANEXO 27 - Figura Índices Acesso – Belo Horizonte X Brasil X Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, 2015, Estudo de Competitividade, Belo Horizonte, 2015, p. 17.

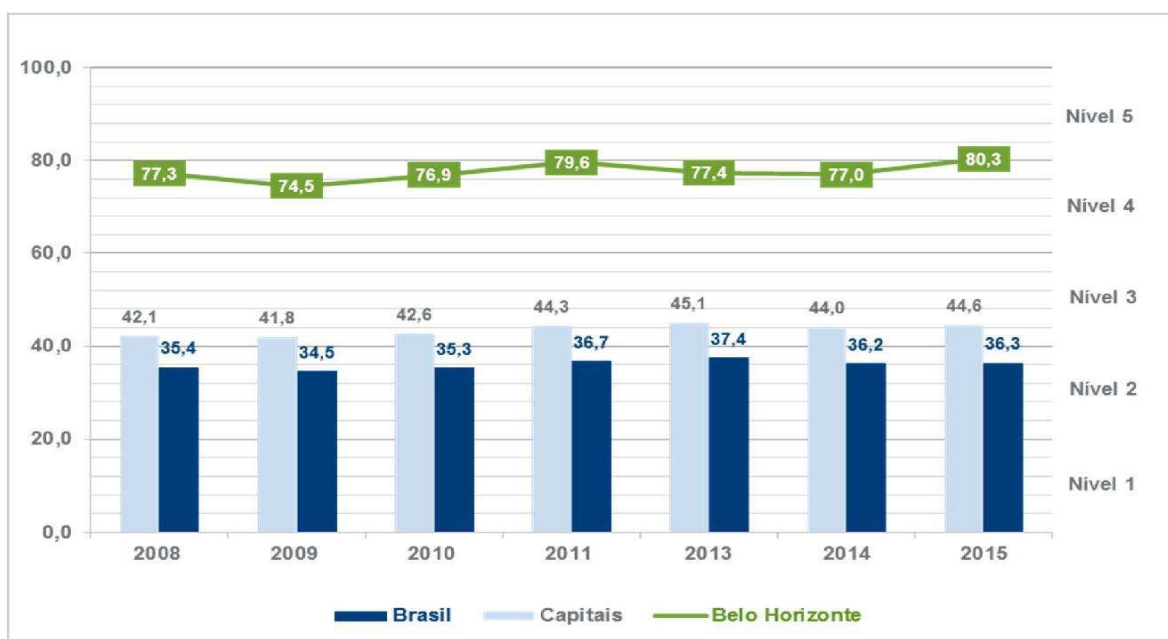
Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

dois aeroportos com voos regulares que atendam ao destino; **opções de transporte público**; Oferta regular de ligações aéreas diretas; **rodoviária** em Belo Horizonte; **transportes para o deslocamento** dos que embarcam e desembarcam na rodoviária; **terminal ferroviário** que atende ao fluxo turístico; **transporte urbano que atende às principais atrações turísticas**; serviço de **táxi regularizado** e padronizado, que ofereça facilidades como sistema de chamada via aplicativos para *smartphones* (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 18) (grifo nosso).

Entre os desafios enfrentados pelo destino, estão:

Inexistência de linha regular de transporte turístico (ônibus ou similar) que interligue os principais atrativos do destino; Ocorrência de **congestionamentos nas áreas turísticas** do destino; **Carência de vagas para estacionamento nas áreas turísticas**; **O estado da BR-040**, principal rodovia de acesso ao destino (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 18) (grifo nosso).

ANEXO 28 - Figura Índices Monitoramento – Belo Horizonte X Brasil X Capitais (2008-2015)



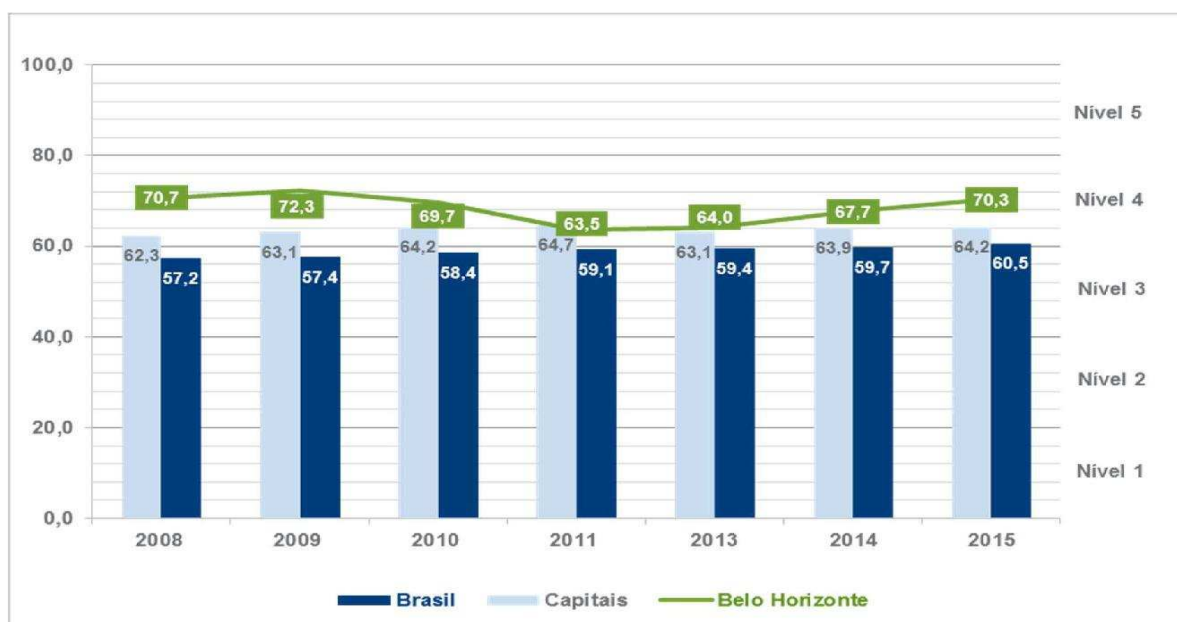
Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, 2015, Estudo de Competitividade, Belo Horizonte, 2015, p.31.

Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

pesquisa de demanda periódica, realizada anualmente, que gera dados relevantes para o planejamento do turismo no destino; **pesquisas sobre o perfil de turistas** em eventos específicos; **pesquisa de oferta turística** atualizada; Aproveitamento dos dados coletados na pesquisa de demanda e de oferta para **ações de marketing e planejamento do destino**; conjunto técnico de **estatísticas turísticas, reunidas e disponíveis para consulta**; relatórios de conjuntura turística para o acompanhamento setorial das atividades turísticas; **estudos sobre os impactos econômicos gerados pelo turismo**; setor específico de estudos no âmbito da administração pública municipal (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 32) (grifo nosso).

Entre os desafios enfrentados pelo destino, estão: “Ausência de acompanhamento dos objetivos da política em turismo em âmbito estadual, federal e regional; Inexistência de estudos ou monitoramento sobre os impactos ambientais e sociais gerados pelo turismo” (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 33).

ANEXO 29 - Figura Índices Aspectos Sociais – Belo Horizonte X Brasil X Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, 2015, Estudo de Competitividade, Belo Horizonte, 2015, p. 37.

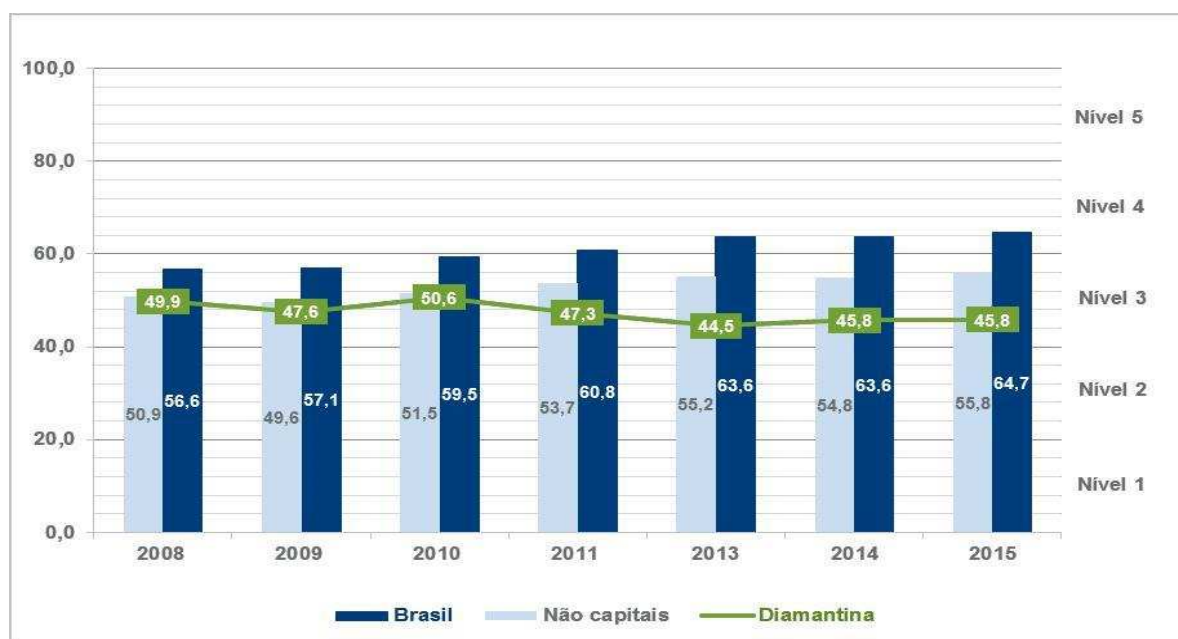
Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

Sensibilização dos cidadãos sobre a importância da atividade turística para o destino; **Envolvimento da comunidade local** com a atividade turística e participação evidente na **discussão sobre projetos turísticos**, em caráter consultivo; O fato de a **população ser frequentemente consultada sobre atividades ou projetos turísticos** por meio de convocações para audiências públicas e reuniões do Conselho Municipal de Turismo; **políticas de prevenção à exploração sexual** de crianças e adolescentes por parte do poder público municipal (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 38) (grifo nosso).

Entre os desafios enfrentados pelo destino, estão:

Utilização de **mão de obra informal** durante a alta temporada; Identificação de **deficiências dos profissionais de turismo de nível técnico-administrativo, deficiências dos profissionais de nível operacional**; **Ausência de programa específico de prevenção à exploração sexual de crianças e adolescentes no turismo**; Ocorrência de **relatos de exploração sexual** de crianças e adolescentes relacionada ao turismo no destino (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 38) (grifo nosso).

ANEXO 30 - Figura Índice Economia Local – Diamantina X Brasil X Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Diamantina, 2015, p. 34.

Os fatores que influenciaram para que Diamantina obtivesse esses resultados nesse indicador, estão: “ Cobertura de 5 operadoras de telefonia móvel no destino: Oi, Tim, Claro, Vivo e Nextel; Existência de lei municipal de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços” (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 35).

Assim os fatores a serem melhorados em Diamantina, são:

Indisponibilidade de acesso gratuito à internet em locais públicos; **Ausência de caixas eletrônicos de autoatendimento**; **Ausência de benefícios locais de isenção ou redução de impostos**; **Inexistência de um *Convention & Visitors Bureau*** do destino ou da região; **Ausência de empresas multinacionais de produção de bens** (indústrias) no destino; **nenhum evento internacional** (padrão ICCA) no destino; O fato de o destino **não exportar mercadoria de alto valor agregado** ou perecível (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 36) (grifo nosso).

ANEXO 31 - Figura Índices Infraestrutura Geral – Diamantina X Brasil X Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Diamantina, 2015, p. 15.

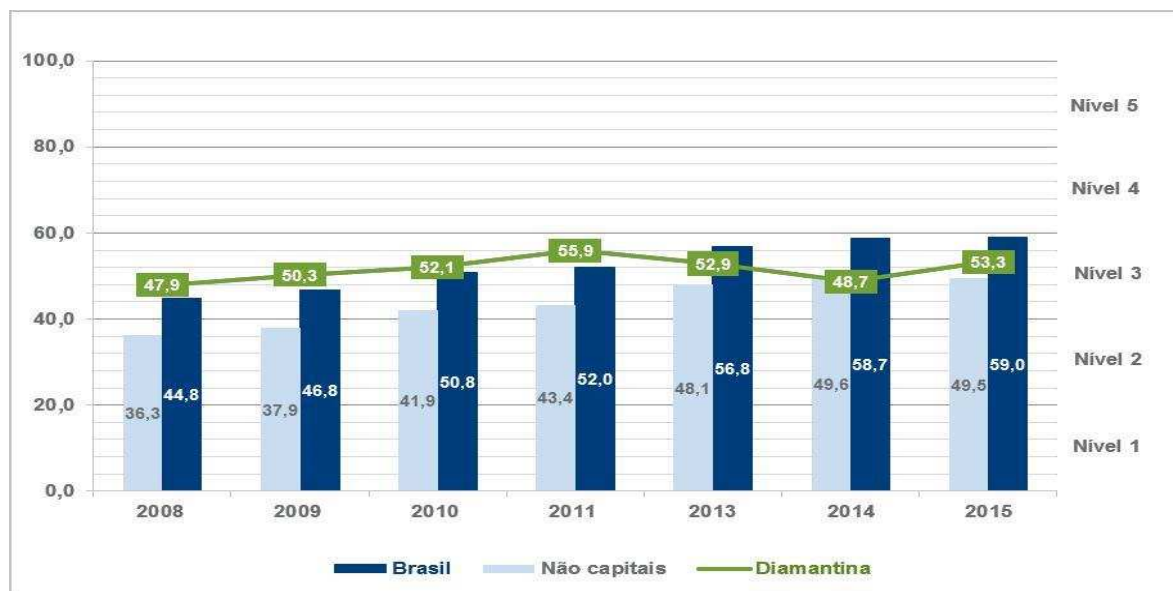
Dentre os fatores que influenciaram para que a cidade obtivesse esses resultados no índice da infraestrutura geral, estão:

serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas; **conservação urbana** no entorno das áreas turísticas e da **preservação dos bens tombados como patrimônio**; **Substituição de fiação área por subterrânea** na maioria das áreas turísticas; elementos de **drenagem pluvial nas áreas turísticas**; Fornecimento contínuo de **energia elétrica**; **Corpo de Bombeiros**; **Defesa Civil** e **Guarda Municipal** (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 16) (grifo nosso).

E os aspectos identificados como desafios para o destino, foram:

Indisponibilidade do sistema de monitoria nas áreas turísticas; **Ausência de grupamento especializado na Polícia Militar** para o atendimento ao turista; **Inexistência de delegacia** ou programa de proteção ao turista; **Carência de lixeiras, banheiros públicos e telefones públicos** no entorno das áreas turísticas; **Ausência de elementos de acessibilidade** que permitam a circulação de pessoas, deficientes físicos e pessoas com necessidades especiais nas áreas turísticas do destino (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p.16) (grifo nosso).

ANEXO 32 - Figura Índice Serviços e Equipamentos Turísticos – Diamantina X Brasil X Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Diamantina, 2015, p. 19.

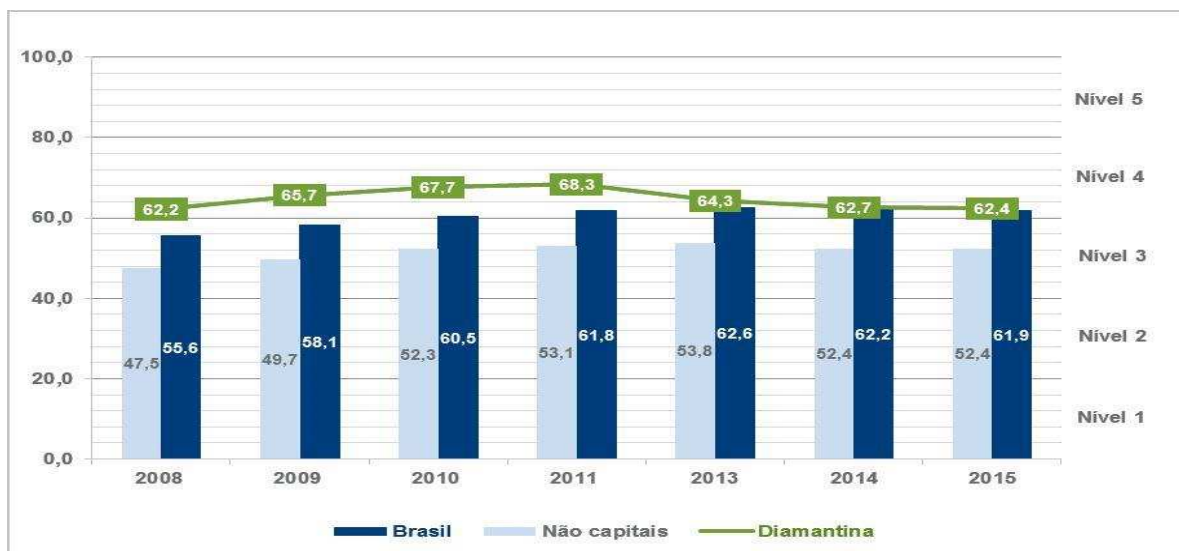
Dentre os fatores que influenciaram para que Diamantina obtivesse esses resultados, estão:

sinalização turística descritiva ou interpretativa em alguns atrativos do destino; **Centro de Atendimento ao Turista (CAT); empresas de receptivo**, que oferecem serviços aos turistas; **empresas de locação de automóveis**; Valorização e o fortalecimento da **gastronomia regional** por parte dos restaurantes; **instituições de qualificação profissional** que oferecem cursos em áreas relacionadas ao turismo (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 20) (grifo nosso).

E os desafios apresentados para melhorar esse indicador estão:

Ausência de sinalização turística viária em idioma estrangeiro; Cobertura restrita da sinalização turística descritiva / interpretativa dos atrativos; **Inexistência de sinalização com mapa turístico informativo**; **Inexistência de um centro de convenções no destino** e carência de espaços para a realização de eventos; **Ausência de atendimento em idiomas estrangeiros** no Centro de Atendimento ao Turista; **Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias** que priorizem a questão ambiental em meios de hospedagem; **Inexistência de capacitação sobre higiene na manipulação de alimentos** (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 20) (grifo nosso).

ANEXO 33 - Figura Índice Acesso – Diamantina X Brasil X Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Diamantina, 2015, p. 17.

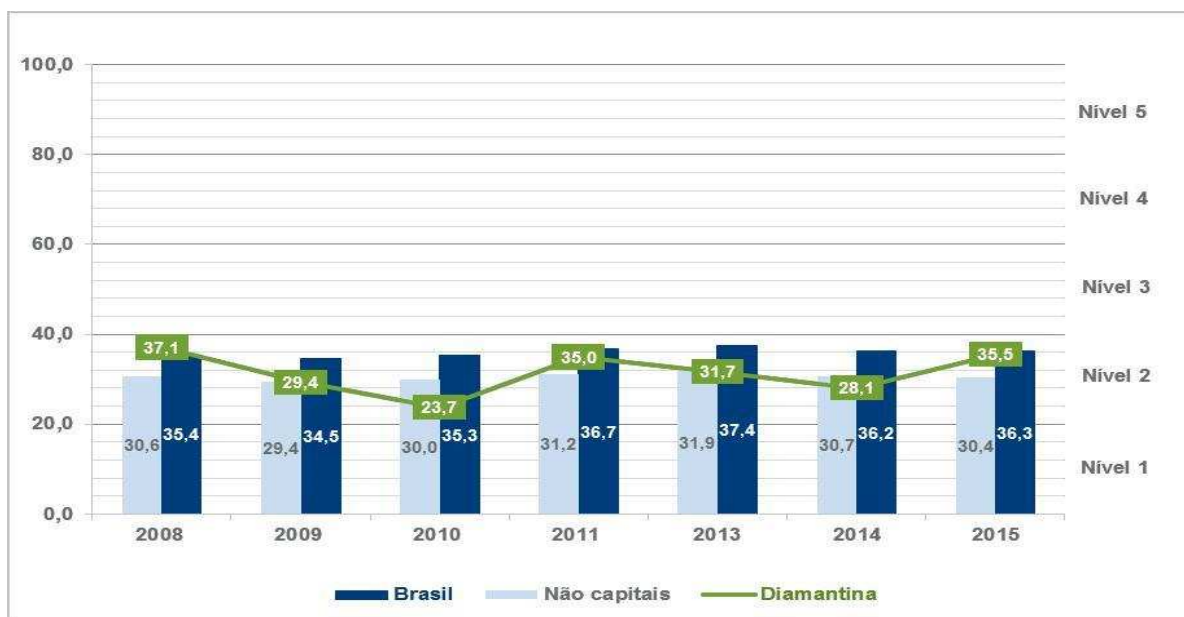
Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

terminal aeroportuário dentro do território municipal, com voos charter ou particulares; **linhas de ônibus intermunicipais e interestaduais**; **terminal rodoviário** no destino; **Ausência de congestionamentos nas áreas turísticas** do destino; **vagas públicas para estacionamento** nas áreas turísticas; **serviço de táxi regularizado** (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 18) (grifo nosso).

E, os desafios enfrentados pelo destino, estão:

Distância entre o destino e o aeroporto que o atende – Aeroporto Internacional de Confins – acima de 250 km; **Inexistência de serviços no terminal rodoviário**; **Inexistência de linha regular de transporte turístico**; **Carência de opções de transporte urbano**; **Ausência de taxímetro** ou tabela visível nos táxis, **Ausência de facilidades no serviço de táxi**; **O estado da BR-040, rodovia de acesso** ao destino (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 18) (grifo nosso).

ANEXO 34 - Figura Índice Monitoramento – Diamantina X Brasil X Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Diamantina, 2015, p. 32.

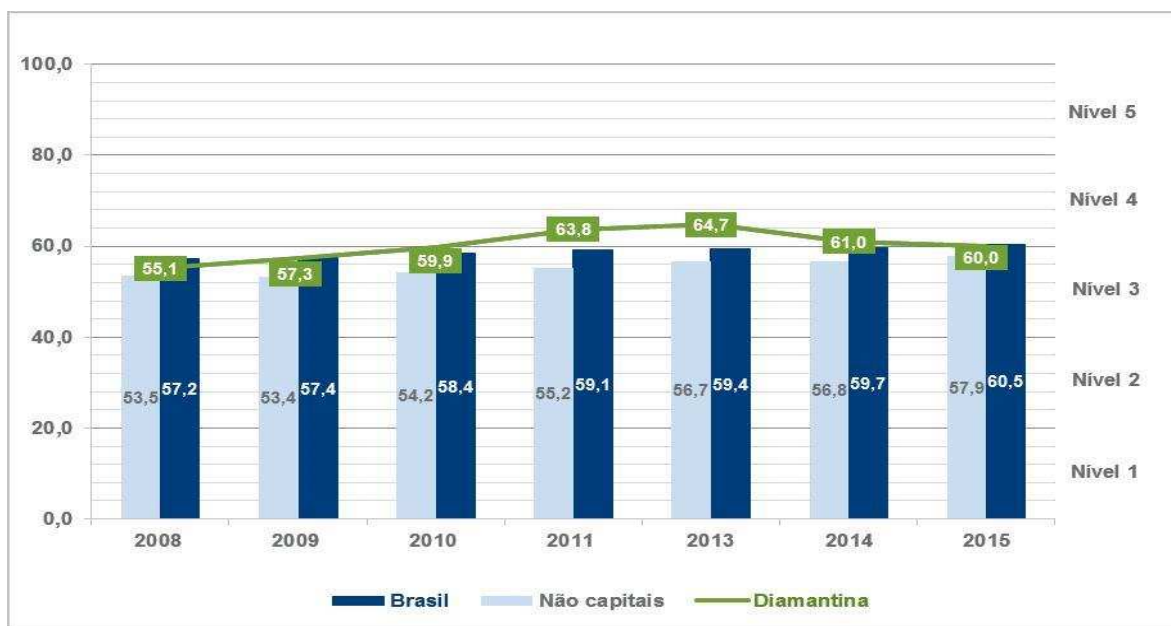
Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

pesquisa de demanda atualizada; pesquisas de perfil de turistas em eventos específicos; **controle de visitantes nos Centros de Atendimento ao Turista;** Existência de **pesquisa de oferta turística atualizada; conjunto técnico de estatísticas turísticas** reunidas (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 33) (grifo nosso).

Entre os desafios enfrentados pelo destino, estão:

Pouco aproveitamento dos dados coletados nas pesquisas de demanda realizadas no destino; **Ausência de um sistema de estatísticas turísticas** e de relatórios de conjuntura turística; **Ausência de acompanhamento dos objetivos da política em turismo** em âmbito **Estadual, Federal, Regional e Municipal;** **Inexistência de estudos ou monitoramento sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais** gerados pelo turismo; **Ausência de um setor específico de estudos** que realize pesquisas em turismo na administração pública local (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 33) (grifo nosso).

ANEXO 35 - Figura Índices Aspectos Sociais – Diamantina X Brasil X Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Diamantina, 2015, p.38.

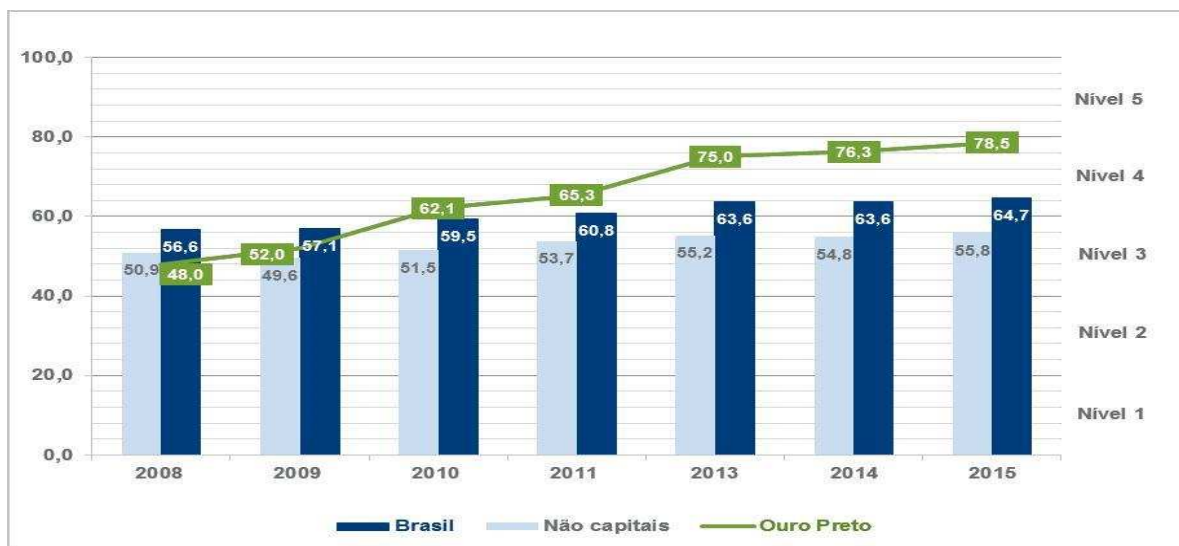
Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local; Sensibilização dos cidadãos sobre a importância da atividade turística para o destino; **políticas de prevenção à exploração sexual** de crianças e adolescentes por parte do poder público municipal (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 39) (grifo nosso).

Entre os desafios enfrentados pelo destino, estão:

Utilização de **mão de obra informal** durante a alta temporada; Identificação de **deficiências dos profissionais de turismo de nível técnico-administrativo, dos profissionais de nível operacional; Ausência de sensibilização do turista para o respeito** à comunidade local e para o respeito à cultura e ao patrimônio; **Não envolvimento da comunidade com o desenvolvimento** da atividade turística; Inexistência de políticas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 39) (grifo nosso).

ANEXO 36 - Figura Índice Economia Local – Ouro Preto X Brasil X Capitais (2008-2015)



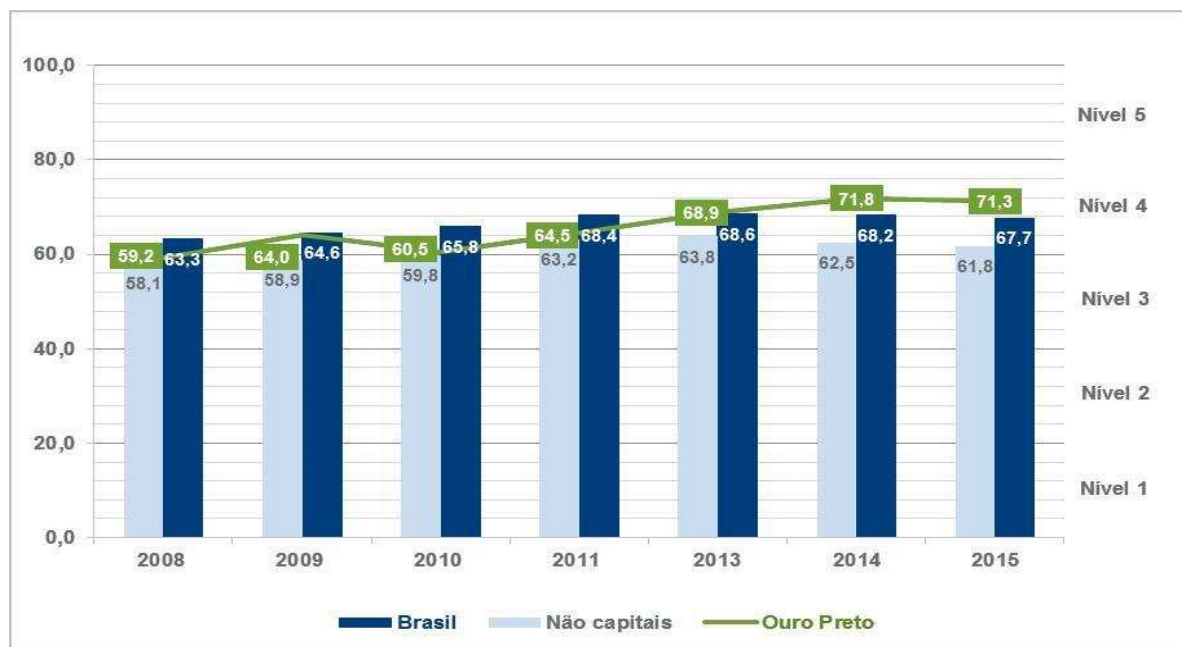
Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Ouro Preto, 2015, p. 34.

Os aspectos que influenciaram positivamente para que Ouro Preto obtivesse esses resultados, estão:

quatro operadoras de telefonia móvel no destino; **caixas eletrônicos** de autoatendimento; **isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo**; **lei municipal de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços**; Atuação de Ouro Preto *Convention and Visitors Bureau* Regional Circuito do Ouro; **2 eventos internacionais** (padrão ICCA) no destino; **empresas multinacionais de produção de bens** (indústrias) no destino (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 35) (grifo nosso).

Os fatores que devem ser melhorados pelo município estão: “Indisponibilidade de acesso gratuito à internet em locais públicos; O fato de o destino não exportar mercadoria de alto valor agregado ou precível (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 35).

ANEXO 37 - Figura Índices Infraestrutura Geral – Ouro Preto X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Ouro Preto, 2015, p. 15.

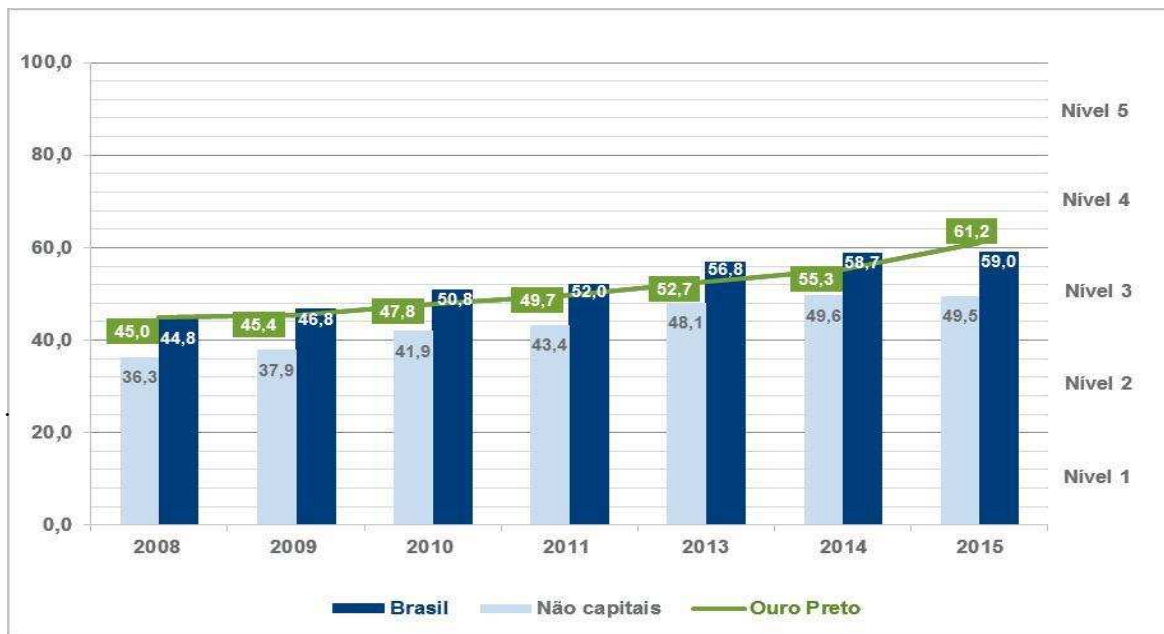
Os aspectos que destacam nessa dimensão na cidade de Ouro Preto, estão:

serviço público de atendimento médico em emergências 24 horas; **Corpo de Bombeiros**; **substituição de fiação aérea por subterrânea na maior parte das áreas turísticas** do destino; **limpeza pública e da conservação urbana** no entorno das áreas turísticas, constatado em visita técnica aos principais atrativos e áreas de circulação do turista (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 16) (grifo nosso).

E os desafios que o município de Ouro Preto tinha com relação a infraestrutura no ano 2015, são:

ausência de grupamento especializado na Polícia Militar para o atendimento ao turista; Inexistência de delegacia ou programa de proteção ao turista na Polícia Civil; **Escassez de elementos de acessibilidade** que permitam a circulação de pessoas, deficientes físicos e pessoas com necessidades especiais nas áreas turísticas (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 16) (grifo nosso).

ANEXO 38 - Figura Índices Serviços e Equipamentos Turísticos – Ouro Preto X Brasil X Não Capitais (2008- 2015)



Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Ouro Preto, 2015, p. 19.

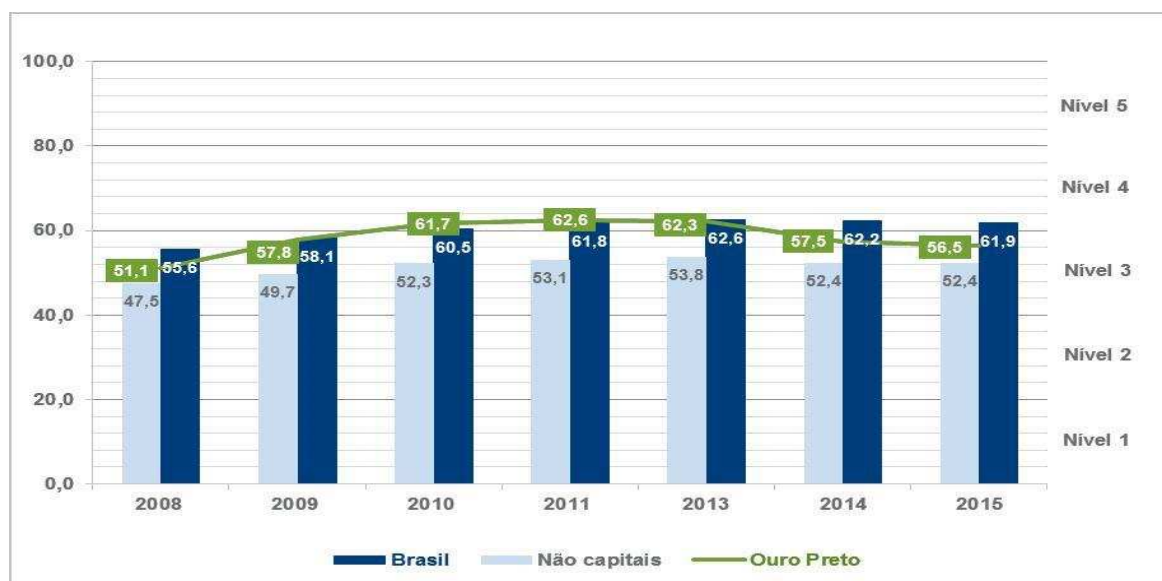
Entre os fatores que influenciaram de forma positiva os equipamentos e serviços turísticos foram destacados:

sinalização turística descritiva e interpretativa em alguns dos atrativos do destino, disponível também em idioma estrangeiro; **Centros de Atendimento ao Turista**; **Centro de convenções** no destino; **acesso à internet** na maior parte dos meios de hospedagem do destino; **empresas de receptivo**, que oferecem diversos serviços aos turistas inclusive com atendimento em idiomas estrangeiros; Valorização e o fortalecimento da **gastronomia regional** por parte dos restaurantes do destino, (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 20).

E, como aspectos que precisam ser melhorados no município estão:

Cobertura da **sinalização turística viária**, presente em apenas parte do destino; **não cumprimento dos quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida por parte da maioria dos meios de hospedagem**; **Inexistência de capacitação sobre higiene na manipulação de alimentos**. (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 20-21) (grifo nosso).

ANEXO 39 - Figura Índices Acesso – Ouro Preto X Brasil X Não Capitais (2008- 2015)



Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Ouro Preto, 2015, p. 17.

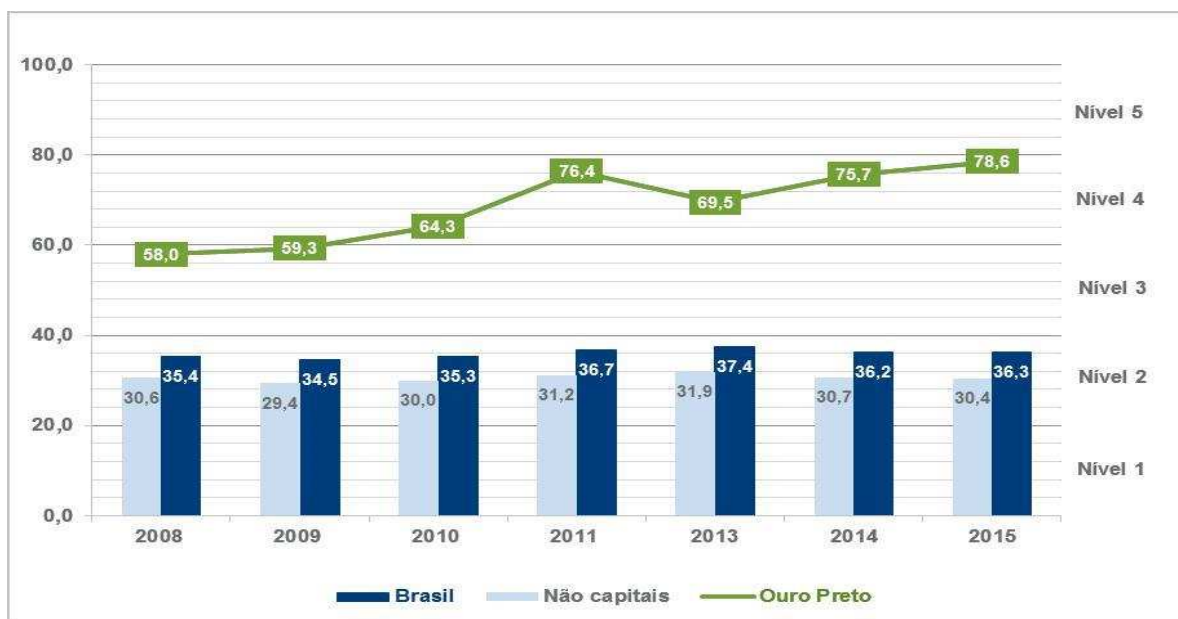
Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

linhas de ônibus intermunicipais e interestaduais regulares que atendam ao destino, cujas principais ligações são com os municípios de Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Vitória; **terminal rodoviário** no destino, o terminal apresenta **Centro de Atendimento ao Turista**, porém em horários irregulares; **opções de transporte urbano** que atendem às principais atrações turísticas (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p.18) (grifo nosso).

Os desafios enfrentados pelo destino, estão:

Ausência de aeroporto dentro do território municipal ou dentro de um raio de 100 km de distância do destino; **Inexistência de linha regular de transporte turístico** que poderia interligar os principais atrativos do destino; **Carência de vagas públicas de estacionamento** e ocorrência de **congestionamentos nas áreas turísticas**, durante a alta temporada; **Carência de facilidades no serviço de taxi**, não há taxímetro ou tabela com os preços praticados visível ao passageiro (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p.18) (grifo nosso).

ANEXO 40 - Figura Índices Monitoramento – Ouro Preto X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Ouro Preto, 2015, p. 31.

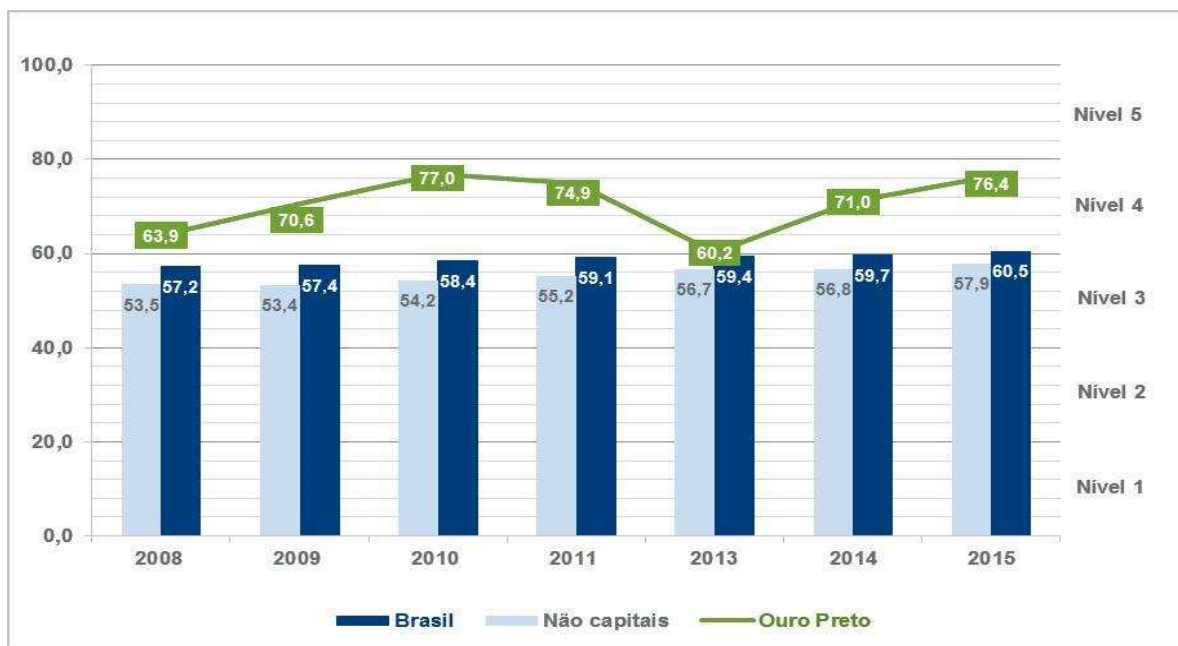
Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

pesquisas de demanda periódicas, com coleta de dados diária nas áreas turísticas do destino e elaboração de relatórios mensais, que geram dados relevantes para o planejamento do turismo no destino, **pesquisas de perfil de turistas** em eventos; **pesquisa de oferta turística**; **sistema de estatísticas turísticas**, atualizado mensalmente; **Monitoramento periódico dos impactos econômicos gerados pelo turismo**; **Setor de Estudos e Pesquisas em Turismo (SEDETUR)**, que realiza pesquisas em turismo (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p.32) (grifo nosso).

Dentre os desafios enfrentados pelo destino, estão:

Não realização do monitoramento ou controle de visitantes nos Centros de Atendimento ao Turista (CAT), com intuito de conhecer seu perfil, suas principais demandas ao acionar o CAT; **Ausência de relatórios de conjuntura turística**, que reúnam dados de pesquisa qualitativa com representantes dos segmentos relacionados ao turismo; **Ausência de acompanhamento dos objetivos da política em turismo** em âmbito Estadual, Federal ou Regional. **Inexistência de estudos ou monitoramento sobre os impactos sociais e ambientais** gerados pelo turismo (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p.33) (grifo nosso).

ANEXO 41 - Figura Índices Aspectos Sociais – Ouro Preto X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Ouro Preto, 2015, p. 38.

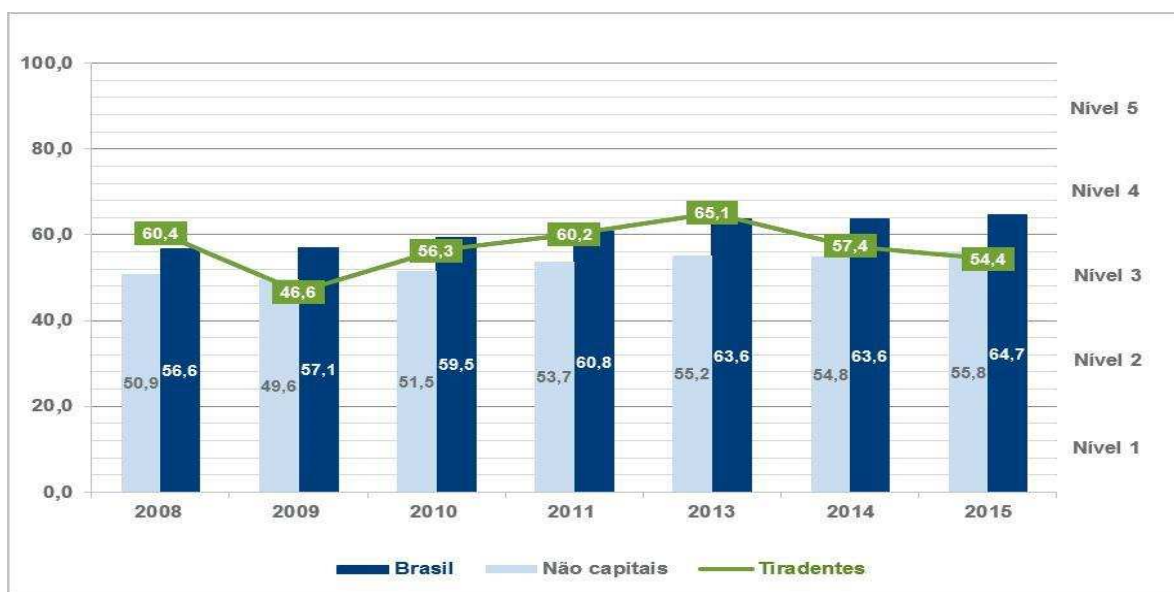
Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local, moradores de Ouro Preto, por exemplo, não pagam o valor da entrada de alguns museus; **Sensibilização do turista para o respeito à comunidade local, à cultura e ao patrimônio**; **políticas de prevenção à exploração sexual** de crianças e adolescentes por parte do poder público municipal (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 39) (grifo nosso).

Dentre os desafios enfrentados pelo destino, estão:

Utilização de **mão de obra informal** durante a alta temporada; Identificação **de deficiências dos profissionais de nível operacional**, **Ausência de sensibilização dos cidadãos sobre os impactos da atividade turística** para o destino, tanto positivos quanto negativos; O fato de a **população não ser consultada com frequência sobre atividades ou projetos turísticos** (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 39-40) (grifo nosso).

ANEXO 42 - Figura Índice Economia Local – Tiradentes X Brasil X Não Capitais (2008- 2015)



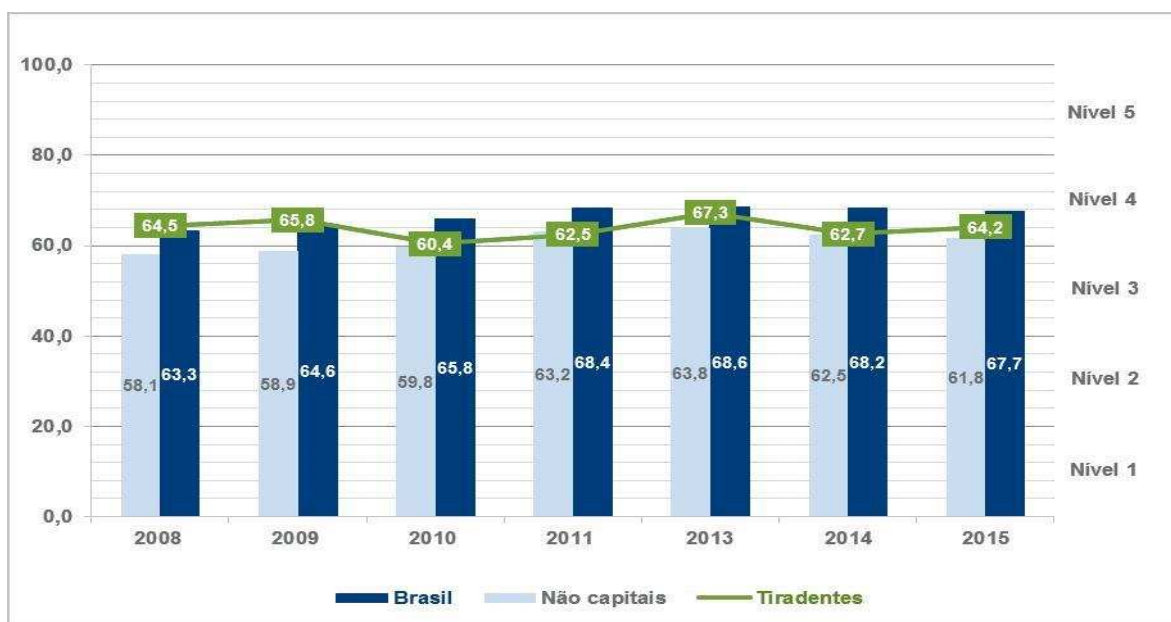
Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Tiradentes, 2015, p. 34.

Assim, os aspectos que influenciaram que Tiradentes obtivesse esse resultado, estão: “**quatro operadoras de telefonia móvel no destino; Acesso gratuito à internet em locais públicos; caixas eletrônicos de autoatendimento; lei municipal de incentivo à formalização de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços** (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p.35) (grifo nosso).

Mas, ainda existem questões a serem melhoradas pelo município:

Ausência de benefícios locais de isenção ou redução de impostos ou taxas para as atividades características do turismo; **Inexistência de um *Convention & Visitors Bureau*** do destino ou da região. O fato de o destino não ter sediado **nenhum evento internacional** (padrão ICCA) no destino; O fato de o destino **não exportar mercadoria de alto valor agregado** ou perecível (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p.35) (grifo nosso).

ANEXO 43 - Figura Índice Infraestrutura Geral – Tiradentes X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



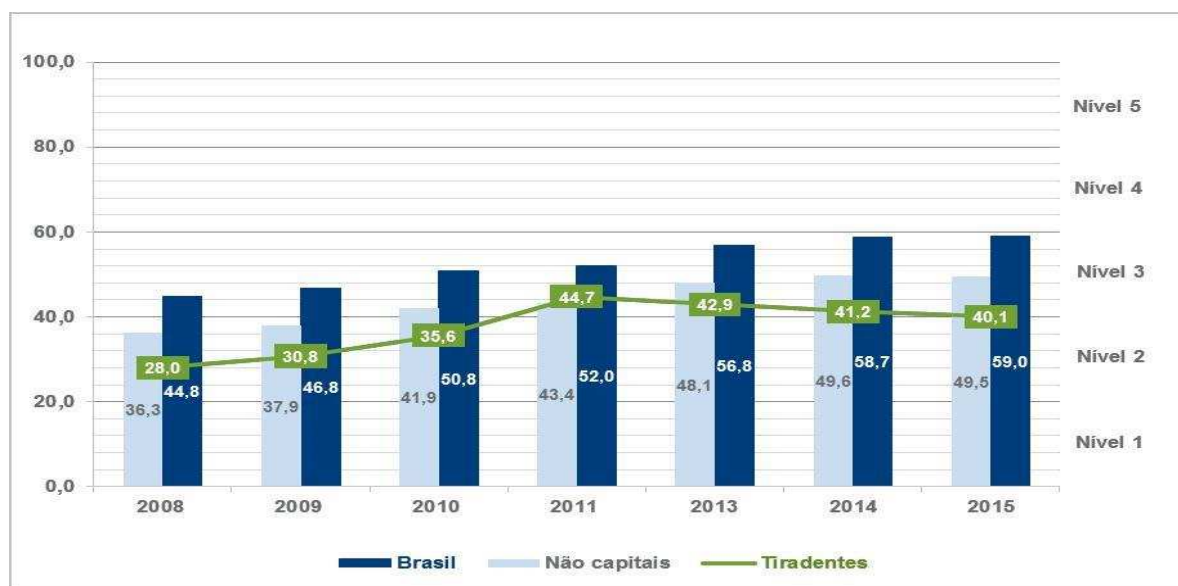
Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Tiradentes, 2015, p. 15.

Os fatores que influenciaram para que Tiradentes obtivesse esses resultados estão: “**Melhorias no abastecimento de energia elétrica** no destino; Evidência da **limpeza pública e da conservação urbana** no entorno das áreas turísticas; Disponibilidade de **lixeiros**, em quantidade, no entorno das áreas turísticas (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 16) (grifo nosso).

Assim os desafios que apresenta o município estão:

Baixa complexidade do atendimento de emergências médicas e, só estar disponível de segunda a sexta de 8h às 16h, sendo necessário o encaminhamento para o município vizinho quando há ocorrências fora do horário; **Ausência de grupamento especializado na Polícia Militar para o atendimento ao turista**, bem como **inexistência de delegacia** ou programa de proteção ao turista na Polícia Civil; **Inexistência de monitoria ou controle por câmeras** nas áreas turísticas; **Inexistência de elementos de acessibilidade** que permitam a circulação de deficientes físicos e pessoas com necessidades especiais nas áreas turísticas do destino (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 16) (grifo nosso).

ANEXO 44 - Figura Índice Serviços E Equipamentos Turísticos – Tiradentes X Brasil X Não Capitais (2008- 2015)



Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Tiradentes, 2015, p. 19.

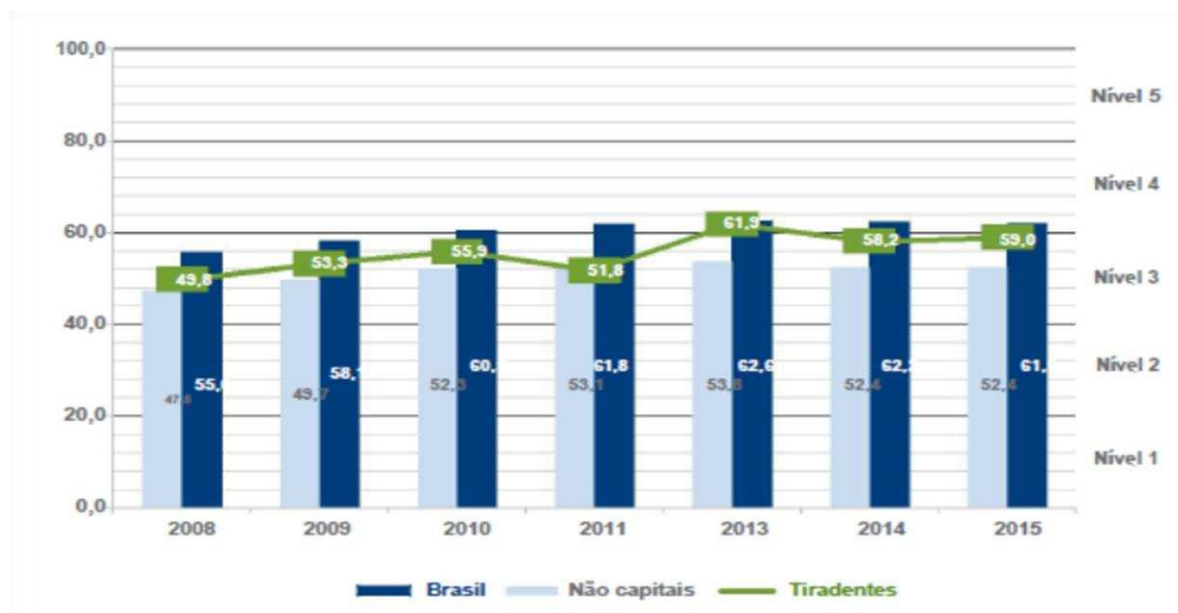
Os aspectos que influenciaram para que a cidade ficara com esses resultados, estão:

Centro de Atendimento ao Turista no destino, com funcionários capacitados para o atendimento, além de material promocional com informações sobre o destino e destinos da região; **espaços para a realização de eventos**; **empresas de receptivo**, que oferecem diversos serviços aos turistas; Valorização e o fortalecimento da **gastronomia regional** por parte dos restaurantes do destino, havendo inclusive um Festival Gastronômico; **instituições de qualificação profissional** nas áreas relacionadas ao turismo no município (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 20) (grifo nosso).

E, como aspectos a serem melhorados pelo município, estão:

Inexistência de sinalização turística viária e de sinalização turística descritiva ou interpretativa nos atrativos nos padrões internacionais recomendados pelo Ministério do Turismo; **Ausência de atendimento em idioma estrangeiro** no Centro de Atendimento ao Turista do destino; **Ausência de políticas locais de incentivo ao uso de tecnologias que priorizem a questão ambiental** em meios de hospedagem; **Não cumprimento dos quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência** ou mobilidade reduzida por parte da maioria dos meios de hospedagem; **Indisponibilidade de serviço de locação de automóveis** (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 21) (grifo nosso).

ANEXO 45 - Figura Índice Acesso – Tiradentes X Brasil X Não Capitais (2008- 2015)



Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Tiradentes, 2015, p. 17.

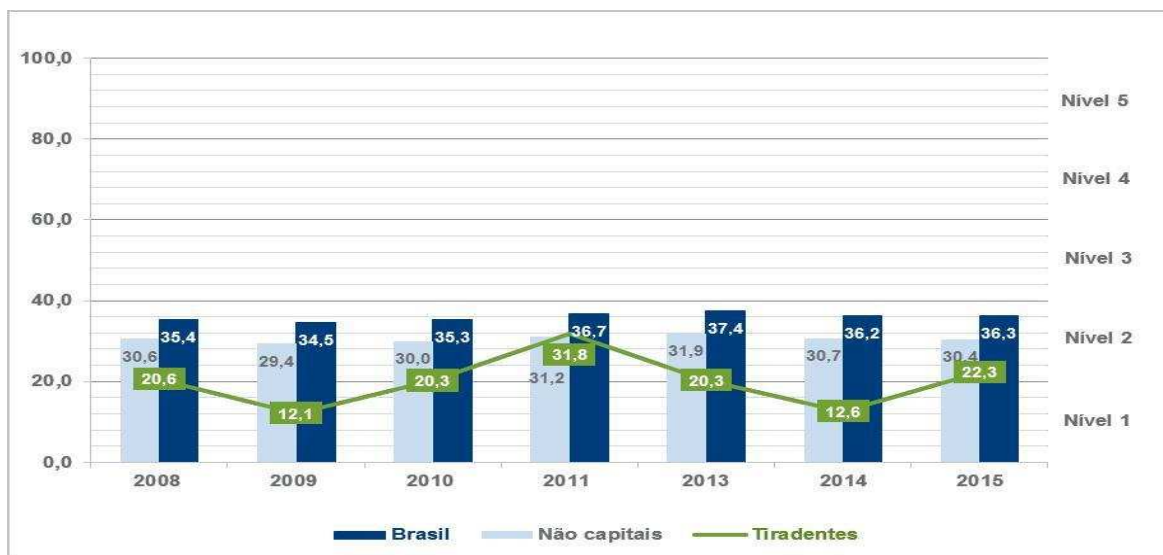
Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

linhas de ônibus intermunicipais e interestaduais regulares que atendem ao destino; terminal rodoviário no destino, cuja estrutura é simples e carece de serviços e melhorias estruturais, porém oferece serviço de transportes para o deslocamento dentro do destino dos passageiros que embarcam ou desembarcam por ele, como: ponto de taxi e ônibus circular; Disponibilidade de serviço de táxi regularizado e padronizado (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 18) (grifo nosso).

E, os desafios enfrentados pelo destino, estão:

Ausência de aeroporto com voos regulares dentro do território municipal ou dentro de um raio de 100km de distância do destino; **Inexistência de linha regular de transporte turístico** (ônibus ou similar) que interligue os principais atrativos do destino, apesar de haver serviço de charretes para se fazer passeio pelo Centro Histórico; **Carência de vagas públicas para estacionamento e ocorrência de congestionamentos** nas áreas turísticas do destino; **Carência de facilidades no serviço de taxi** do destino (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 18) (grifo nosso).

ANEXO 46 - Figura Índice Monitoramento – Tiradentes X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Tiradentes, 2015, p. 32.

Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se: “Existência de **pesquisa de demanda periódica**, realizada duas vezes ao ano pela Secretaria de Estado de Turismo; **Existência de estudos sobre os impactos econômicos**, gerados pelo turismo” (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 33) (grifo nosso).

Mas, os desafios enfrentados pelo destino, são:

Aproveitamento da Pesquisa de Demanda Turística de Minas Gerais, que ainda não é utilizado para planejamento e políticas públicas em turismo, ou para ações de marketing direcionadas para os principais mercados mostrados na pesquisa; **Inexistência de pesquisas de perfil de turistas** em eventos específicos; **Inexistência de pesquisa de oferta turística** do destino atualizada; **Ausência de um conjunto de estatísticas turísticas** ou sistema de estatísticas turísticas, disponíveis para consulta ou para cruzamento de dados quando necessário; **Inexistência de estudos e monitoramento sobre os impactos sociais e ambientais gerados pelo turismo**; **Ausência de um setor específico de estudos** que realize pesquisas em turismo na administração pública local (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 33) (grifo nosso).

ANEXO 47 - Figura Aspectos Sociais – Tiradentes X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Tiradentes, 2015, p. 38.

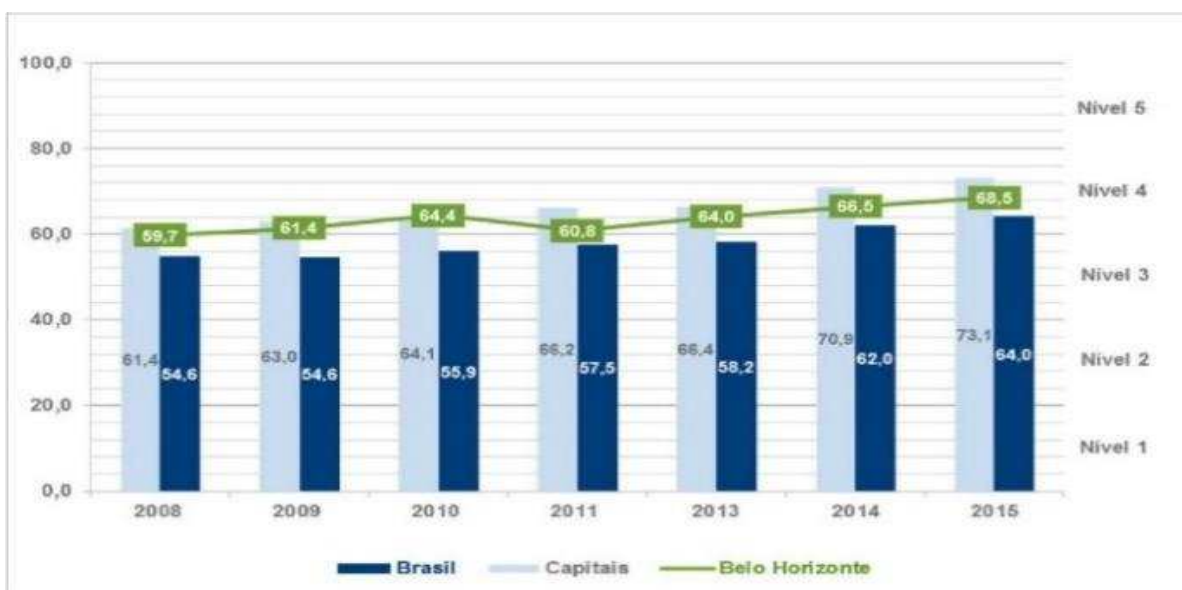
Assim, os fatores que influenciaram o resultado dessa dimensão, destacam-se:

Existência de **programas de incentivo ao uso dos equipamentos turísticos pela população local**; **Sensibilização do turista para o respeito à comunidade local, à cultura e ao patrimônio**; O fato de a **população ser frequentemente consultada sobre atividades ou projetos turísticos** por meio de convocações para audiências e consultas públicas; **Envolvimento da comunidade local com a atividade turística** e participação evidente na discussão sobre projetos turísticos, por meio de associações de moradores e associações de classe (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 39) (grifo nosso).

E, os desafios enfrentados pelo destino, estão:

Utilização de **mão de obra informal** durante a alta temporada, em atividades relacionadas ao turismo; Identificação de **deficiências dos profissionais de turismo de nível técnico-administrativo e operacional**, principalmente no que se refere à capacitação técnica e idiomas; **Ausência de sensibilização dos cidadãos sobre os impactos da atividade turística para o destino**, tanto positivos quanto negativos; **Inexistência de políticas de combate à exploração sexual** de crianças e adolescentes (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 39-40) (grifo nosso).

ANEXO 48 - Figura Índices Aspectos Culturais – Belo Horizonte X Brasil X Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Belo Horizonte, 2015, p. 42.

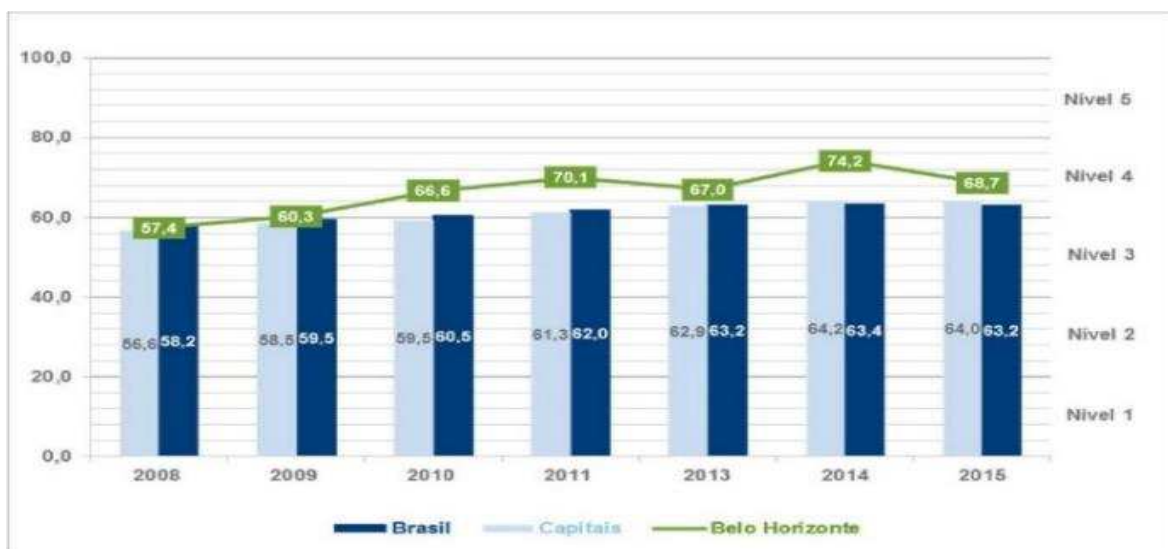
Entre os aspectos que influenciaram para que Belo Horizonte obtivesse esses resultados, estão:

Existência de Culinária típica com pratos típicos e regionais, reconhecida e divulgada; **manifestações religiosas** no destino; **patrimônio imaterial** registrado pelo município; **bens registrados como patrimônio artístico e histórico**, pelo município e estado, e tombados pelo Iphan, os quais também se constituem em atrativos turísticos; **órgão da administração local responsável por incentivar o desenvolvimento da cultura** – Fundação Municipal de Cultura; **Política Municipal de Cultura**, e **Plano Municipal de Cultura**; **Conselho Municipal de Cultura** ativo, e de **Fundo Municipal de Cultura** efetivo e exclusivo (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 43) (grifo nosso).

Entanto que os desafios que Belo Horizonte teve nessa dimensão no ano 2015, estão:

“Inexistência de atividade artesanal típica que associada ao turismo, poderia fomentar o fluxo de visitantes para o município; Inexistência de bem que se constitui em patrimônio cultural da humanidade pela UNESCO” (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 43).

ANEXO 49 - Figura Índices Atrativos Turísticos – Belo Horizonte X Brasil X Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, 2015, Estudo de Competitividade, Belo Horizonte, 2015, p. 22.

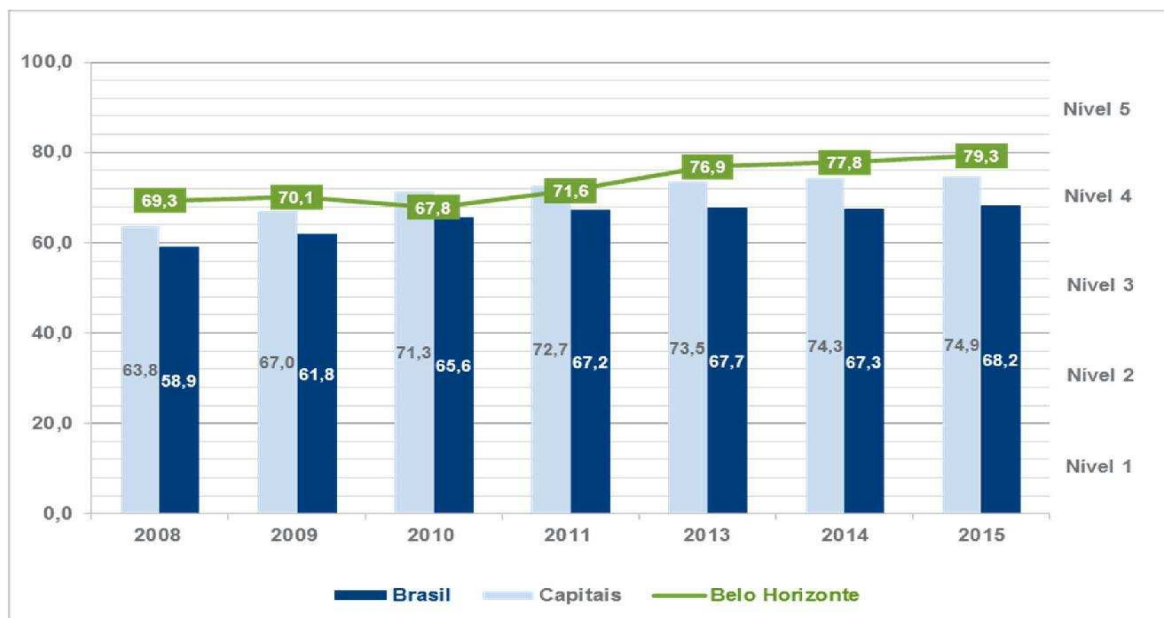
Os fatores que influenciaram o resultado da dimensão atrativos turísticos, destacam:

atrativos naturais para os quais há fluxo turístico; conservação ambiental no entorno do principal atrativo natural indicado; Estrutura de apoio disponível; **atrativos culturais** com fluxo turístico, que contempla espaços culturais e de lazer; sinalização de trânsito, sinalização turística viária e pavimentação adequada nas vias de acesso ao principal atrativo natural e cultural; **eventos programados** que atraem turistas; **atrativos de realização técnica, científica ou artística**, que atraem visitantes ao longo de todo o ano com interesse específico (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 23-24).

Entre os desafios enfrentados pelo destino no ano 2015, estão:

Inexistência de estudo de capacidade de carga impacto da atividade turística sobre os recursos naturais; **Carência de melhorias na estrutura física disponível no local onde ocorre o principal evento programado**; Ausência de recursos que confirmem plena acessibilidade para pessoas com deficiência; Ausência de sinalização indicativa e de estrutura de apoio para receber visitantes no local onde ocorre a principal realização técnica e científica (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 24) (grifo nosso).

ANEXO 50 - Figura Índices Aspectos Ambientais – Belo Horizonte X Brasil X Capitais (2008-2015)



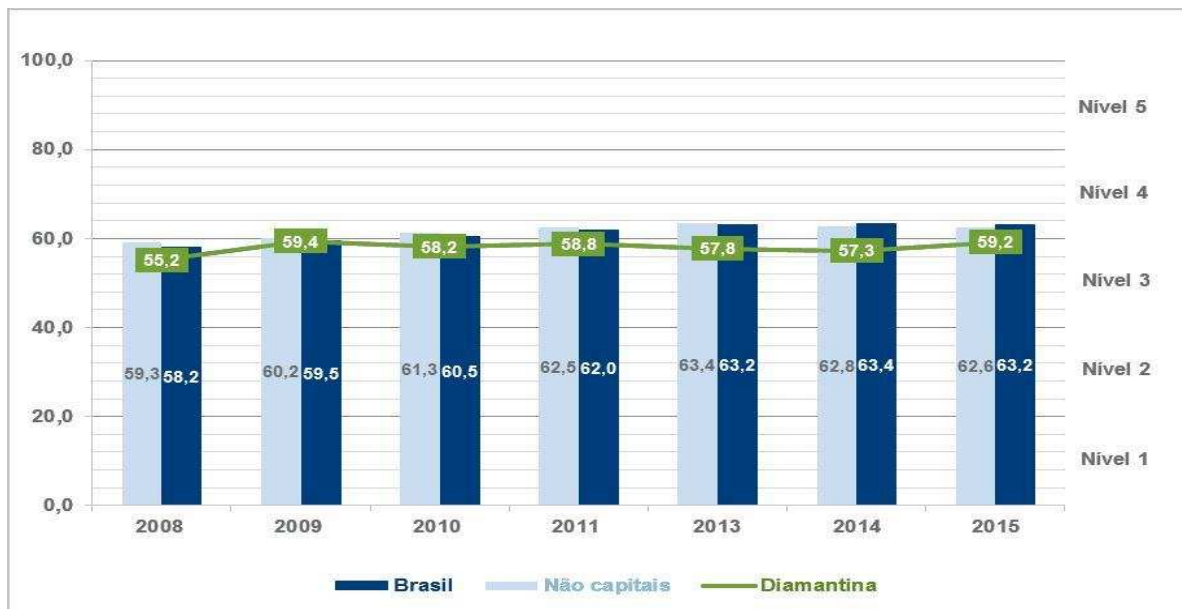
Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, 2015, Estudo de Competitividade, Belo Horizonte, 2015, p. 39.

Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

órgão municipal **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**; **Presença de um Conselho Municipal de Meio Ambiente ativo**; **Existência de política municipal de meio ambiente** no destino; **Plano Municipal de Resíduos Sólidos**; estação de **tratamento de água** no destino, além de estação de **tratamento de água para a sua reutilização**; **campanhas educativas periódicas para o uso racional da água**; sistema público de **coleta de esgoto**; Destinação pública de resíduos sólidos residenciais e comerciais para **aterro sanitário**, localizado em outro município; **coleta seletiva de resíduos**; **Correta destinação dos Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS)** no destino; Unidades de Conservação no território municipal (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 40-41) (grifo nosso).

Entre os desafios enfrentados pelo destino, estão: “Inexistência de um Código Ambiental Municipal; Inexistência de Plano Municipal de Meio Ambiente para o destino; Inexistência de estação de tratamento de água para a sua reutilização; Presença de atividades potencialmente poluidoras” (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-BELO HORIZONTE, 2015, p. 41).

ANEXO 51 - Figura Índices Atrativos Turísticos – Diamantina X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Diamantina, 2015, p. 21.

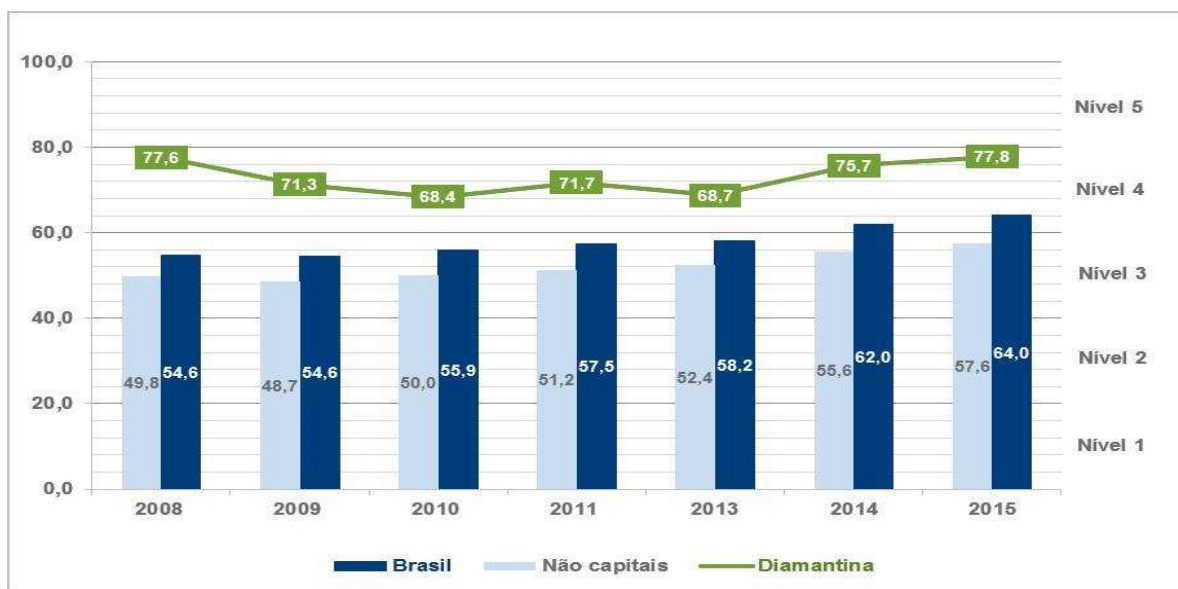
Os aspectos que influenciaram para que Diamantina obtivesse esses resultados, estão:

Existência de **atrativos naturais** para os quais há fluxo turístico; Presença de **atrativos culturais** com fluxo turístico; Evidência de conservação urbanística e ambiental no entorno do Centro Histórico de Diamantina; **Estrutura de apoio ao turista**; Existência de **eventos programados** que atraem turistas; **Acesso facilitado ao local onde ocorre o principal evento programado**; **Existência de atrativos de realizações técnicas, científicas ou artísticas** que atraem visitantes ao longo de todo (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 22) (grifo nosso).

Assim, os aspectos que devem ser melhorados pelo município, destacam:

Inexistência de controle de visitantes no Parque Estadual do Biribiri; **Carência de melhorias na estrutura** disponível no Parque Estadual do Biribiri para apoio ao visitante; **Carência de recursos que viabilizem o acesso e a circulação de pessoas com deficiência** no Parque Estadual do Biribiri; **Inexistência de monitoramento ou controle do número de visitantes** no Centro Histórico de Diamantina, principal atrativo cultural indicado; **Ausência de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência** no principal atrativo cultural; Não adoção de quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência; **Carência de opções de lazer e equipamentos de lazer** para os turistas que visitam o destino (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 23).

ANEXO 52 - Figura Índices Aspectos Culturais – Diamantina X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



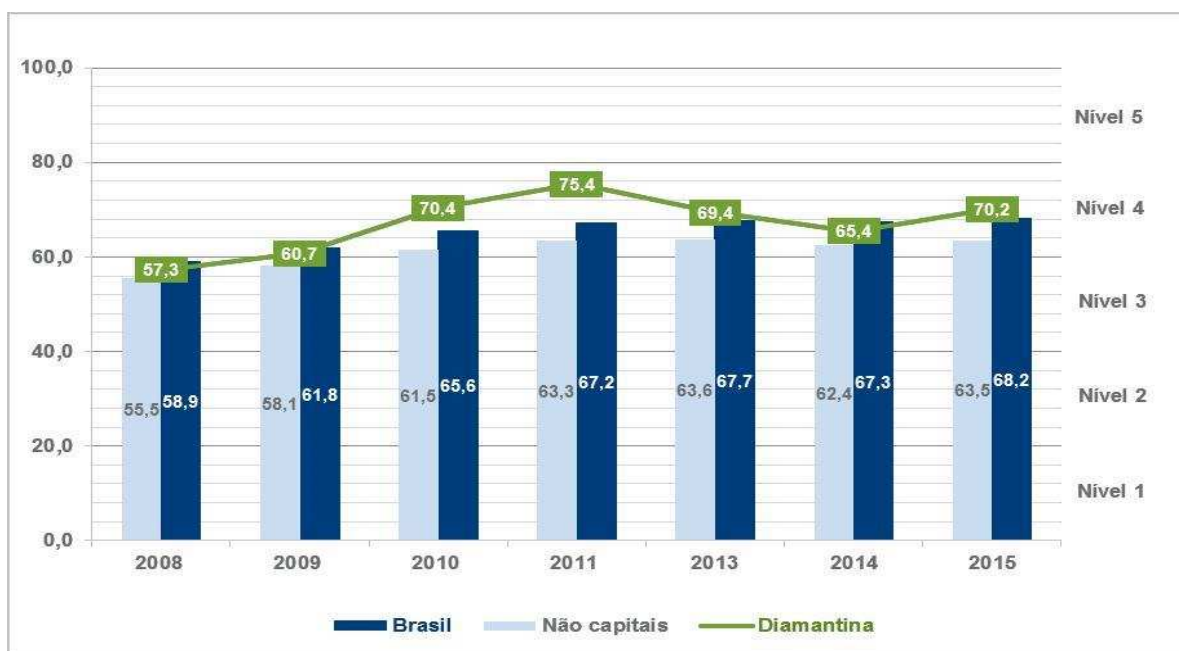
Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Diamantina, 2015, p. 43.

Os aspectos positivos que influíram para que a cidade obtivesse esses resultados nesse índice, estão:

atividade artesanal típica; associação de artesãos no destino; culinária típica, reconhecidos e divulgados pelo destino; **tradições culturais evidentes e típicas** do destino; **manifestações religiosas** no destino; eventos tradicionais; **bens tombados como patrimônio artístico e histórico; bem cultural reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO** – Centro Histórico da Cidade de Diamantina; **Política Municipal de Cultura; calendário de festas** tradicionais populares; **legislação municipal de fomento à cultura, fundo municipal de cultura** efetivo e exclusivo; Adesão do destino ao **Sistema Nacional de Cultura; projeto para desenvolvimento do turismo cultural,** executado pelos órgãos de cultura, turismo e pela iniciativa privada (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 44) (grifo nosso).

E os aspectos que precisam ser melhorados no índice de aspectos culturais da cidade de Diamantina, estão: “O órgão da administração local não tem atribuição exclusiva de incentivar o desenvolvimento da cultura; Inexistência de um Plano Municipal de Cultura que, entre outros benefícios, poderia ajudar a manter um calendário de manifestações culturais” (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 44).

ANEXO 53 - Figura Índices Aspectos Ambientais – Diamantina X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



Fontes: FGV/MTUR/SEBRAE, Estudo de Competitividade, Diamantina, 2015, p. 40.

Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

órgão municipal, **Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Meio Ambiente**; **Conselho Municipal de Meio Ambiente** ativo; **política municipal de meio ambiente** no destino; **Rede pública de distribuição de água**; **estação de tratamento de água (ETA)** no destino, além de estação de **tratamento de água para a sua reutilização**; **campanhas educativas periódicas para o uso racional da água**; **coleta seletiva de resíduos**, realizada pelo poder público; **Correta destinação dos Resíduos** dos Serviços de Saúde (RSS) no destino; Unidades de Conservação no território municipal (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 41) (grifo nosso).

Entre os desafios enfrentados pelo destino, estão:

Inexistência de um Código Ambiental Municipal; **Inexistência de Plano Municipal de Meio Ambiente** para o destino; Inexistência do Plano Municipal de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Política Nacional; **Inexistência de estação de tratamento de água para a sua reutilização**; O fato de o sistema público de coleta de esgoto que atende ao destino não adotar configuração de separador absoluto; O fato de não haver destinação pública de resíduos sólidos residenciais e comerciais para aterro sanitário (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-DIAMANTINA, 2015, p. 42) (grifo nosso).

ANEXO 54 - Figura Índices Atrativos Turísticos – Ouro Preto X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Ouro Preto, 2015, p. 22.

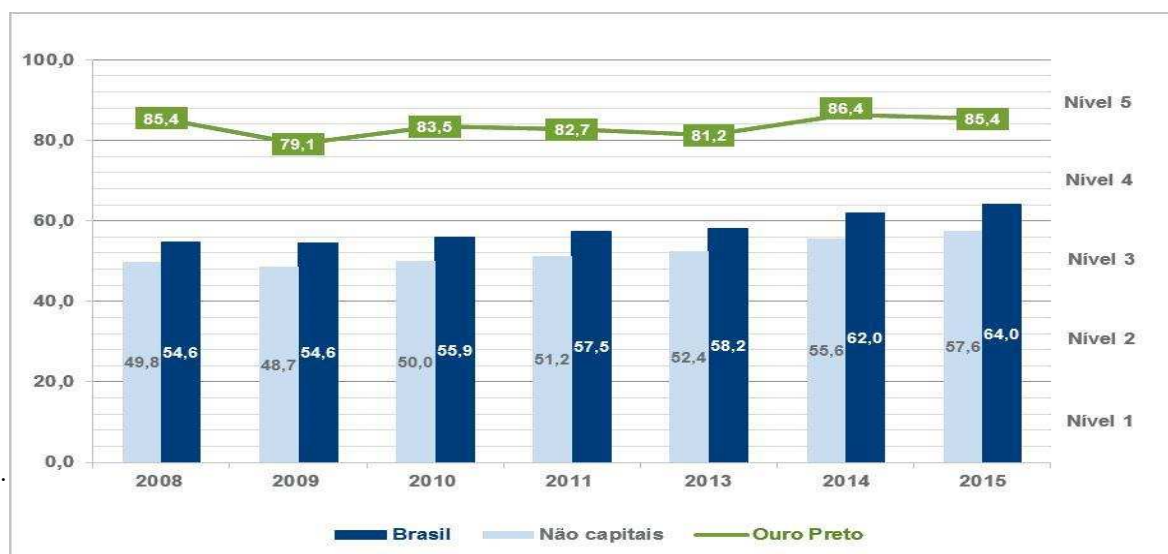
Os aspectos que contribuiram para que a dimensão obtivesse esses resultados, foram:

atrativos naturais para os quais há fluxo turístico; **Respeito ao limite de capacidade de carga** do principal atrativo natural; **atrativos culturais** com fluxo turístico. Vale destacar a singularidade e elevada notoriedade do Centro Histórico de Ouro Preto, que tem o conjunto reconhecido como **patrimônio mundial da UNESCO**, desde os anos 1980; **eventos programados** que atraem turistas; **atrativos de realizações técnicas e científicas** que atraem visitantes ao longo de todo o ano; **Diversidade de equipamentos e opções de lazer no destino** (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p.23) (grifo nosso).

Dentre os aspectos que precisam melhorar, na dimensão de atrativos turísticos, estão:

Dificuldade de acesso ao principal atrativo natural; **Ausência de condições de acessibilidade para pessoas com deficiência** no principal atrativo cultural; Ausência de recursos que confirmam acessibilidade para pessoas com deficiência no local em que acontece o principal evento programado; Não adoção de quesitos de acessibilidade para pessoas com deficiência no Museu de Ciência e Técnica de Mineralogia da UFOP (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 23, 24) (grifo nosso).

ANEXO 55 - Figura Aspectos Culturais – Ouro Preto X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Ouro Preto, 2015, p. 43.

Os aspectos que incidiram para que Ouro Preto alcance a pontuação máxima estão:

atividade artesanal típica; grupos artísticos de manifestação popular tradicional; patrimônio imaterial registrado pelo Iphan; patrimônios artísticos e históricos registrados pelo município, pelo estado e tombados pelo Iphan, os quais também se constituem em atrativos turísticos; **associação de artesãos no destino; bem cultural reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO** – a Cidade Histórica de Ouro Preto (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 44) (grifo nosso).

E os desafios que a cidade de Ouro Preto enfrenta com relação a essa dimensão estão “Inexistência de um Plano Municipal de Cultura; Inexistência de legislação municipal de fomento à cultura, bem como de fundo municipal de cultura” (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 45).

ANEXO 56 - Figura Índices Aspectos Ambientais – Ouro Preto X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Ouro Preto, 2015, p. 41.

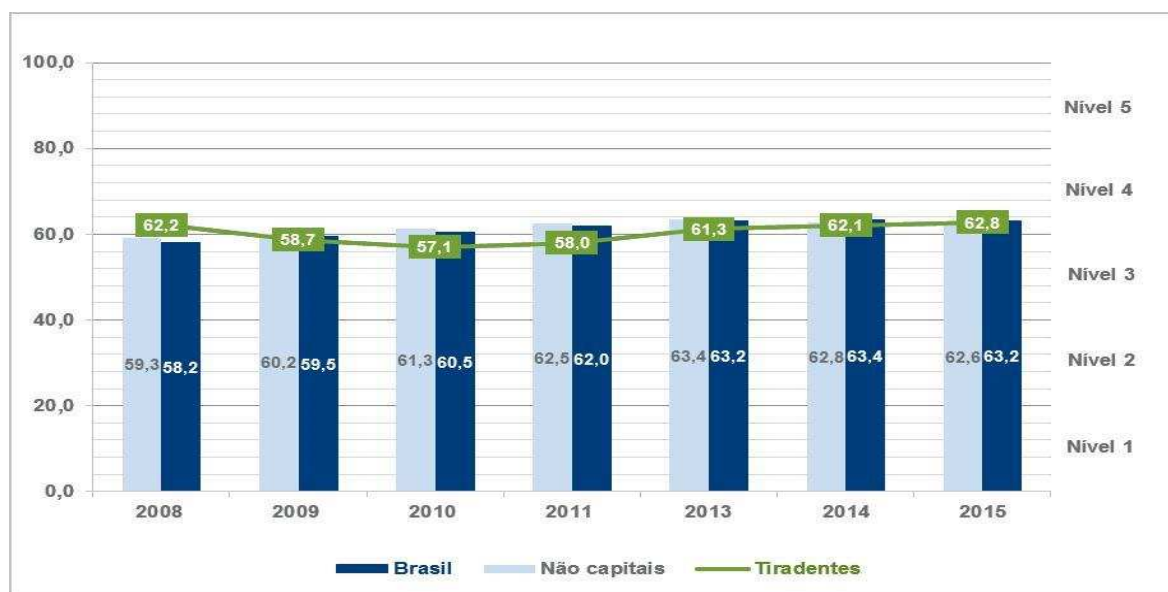
Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

órgão municipal, **Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA) ativo, com reuniões mensais; Plano Municipal de Resíduos Sólidos; Rede pública de distribuição de água, presença de Estações de Tratamento de Água (ETAs); serviços de coleta seletiva de resíduos; Correta destinação dos Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS) no destino; Unidades de Conservação no território municipal (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 42) (grifo nosso).**

Entre os desafios enfrentados pelo destino, estão:

Inexistência de um Código Ambiental Municipal; Inexistência de política municipal de meio ambiente no destino; Inexistência de Plano Municipal de Meio Ambiente para o destino; Inexistência de campanhas educativas para o uso racional da água; Inexistência de estação de tratamento de esgoto (ETE) que atende ao destino (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-OURO PRETO, 2015, p. 42) (grifo nosso).

ANEXO 57 - Figura Atrativos Turísticos – Tiradentes X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Tiradentes, 2015, p. 22.

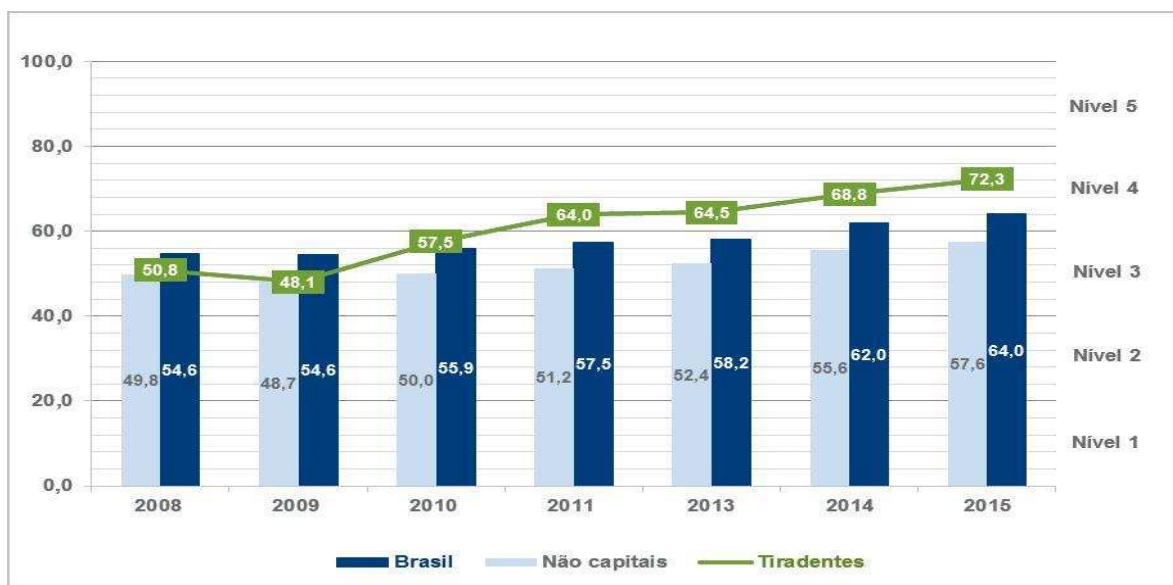
Entre os fatores positivos da cidade para que obtivesse os resultados, estão:

atrativos naturais para os quais há fluxo turístico; atrativos culturais com fluxo turístico; **conservação urbanística no entorno do Centro Histórico**. Vale destacar a **estrutura presente no atrativo**; **eventos programados** que atraem turistas; Estrutura física ótima. Vale destacar a crescente notoriedade conquistada pelo evento, sobretudo na América do Sul, tendo contado com a presença de importantes chefs de cozinha internacional; **atrativos de realização técnica e científica** (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 23) (grifo nosso).

E os aspectos que a cidade de Tiradentes tem que melhorar, estão:

Inexistência de estudo de capacidade de carga ou suporte para o principal atrativo natural para o controle de visitantes no local; Inexistência de estudo de capacidade de carga para o principal atrativo cultural indicado – Centro Histórico –; **Ausência de condições de acessibilidade** para pessoas com deficiência no principal atrativo natural, no principal cultural e para o local onde ocorre o principal evento programado do destino (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p.23-24) (grifo nosso).

ANEXO 58 - Figura Aspectos Culturais – Tiradentes X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



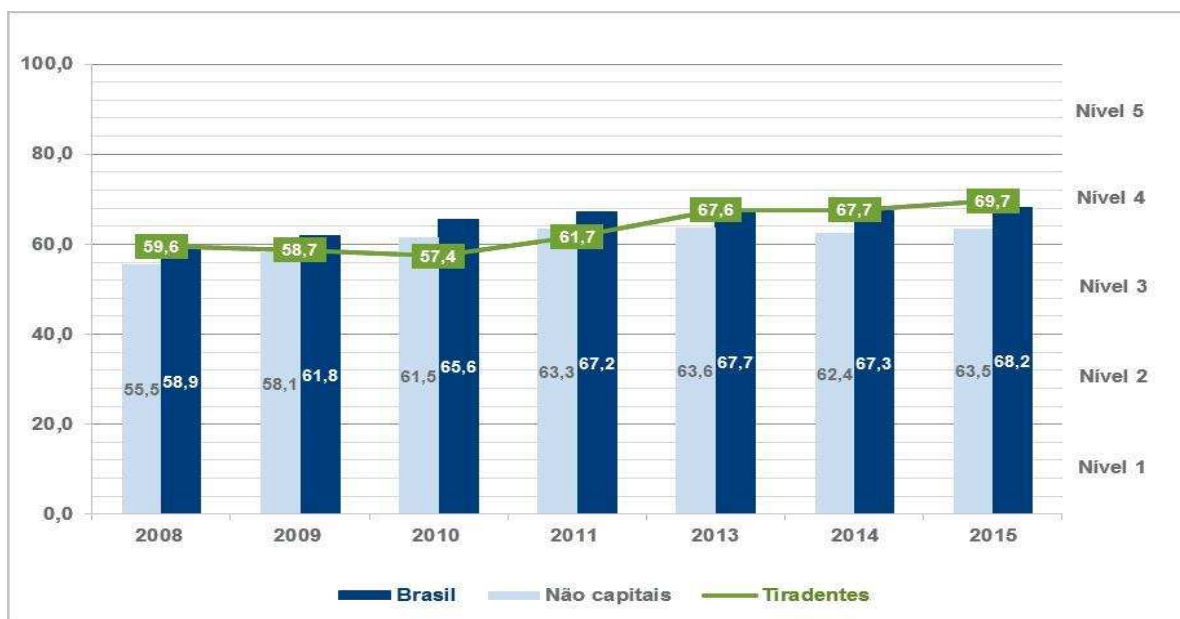
Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Tiradentes, 2015, p. 43.

Os aspectos que influenciaram para que Tiradentes obtivesse esses resultados, destacam:

associação de artesãos e atividade artesanal típica; O destino realiza **eventos típicos**; Presença de **grupos artísticos de manifestação popular tradicional**; **patrimônios artísticos e históricos** registrados pelo Iphan; **órgão da administração local responsável por incentivar o desenvolvimento da cultura, Política Municipal de Cultura** no destino; **Conselho Municipal de Políticas Culturais e Patrimônio** ativo, com reuniões bimestrais; Adesão do destino ao Sistema Nacional de Cultura (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 44) (grifo nosso).

E os aspectos que devem ser melhorados pela cidade de Tiradentes, estão: “Inexistência de bem cultural reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO; Inexistência de legislação municipal de fomento à cultura efetiva” (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 44).

ANEXO 59 - Figura Aspectos Ambientais – Tiradentes X Brasil X Não Capitais (2008-2015)



Fonte: FGV-SEBRAE, MTUR, Estudo de competitividade, Tiradentes, 2015, p. 40.

Dentre os fatores que influenciaram o resultado da dimensão, destacam-se:

órgão municipal, **Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Conselho Municipal de Meio Ambiente** ativo; **Rede pública de distribuição de água**, com a presença de uma **estação de tratamento de água (ETA)** no destino, **campanhas educativas periódicas para o uso racional da água**; sistema público de **coleta de esgoto** que atende ao destino; **serviços de coleta seletiva de resíduos**; **Correta destinação dos Resíduos dos Serviços de Saúde (RSS)** no destino (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 41) (grifo nosso).

Entre os desafios enfrentados pelo destino, estão:

Inexistência de um Código Ambiental Municipal; Inexistência de política municipal de meio ambiente no destino; **Inexistência de Plano Municipal de Meio Ambiente** para o destino; **Inexistência do Plano Municipal de Resíduos Sólidos**, em conformidade com a Política Nacional; **Inexistência de estação de tratamento de esgoto (ETE)** que atende ao destino; **Ausência de plano de manejo para a principal Unidade de Conservação** (ÍNDICE DE COMPETITIVIDADE-TIRADENTES, 2015, p. 41-42) (grifo nosso).

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro de Entrevista sob a percepção dos representantes do turismo nos Municípios Indutores

1. Atualmente, como o (a) senhor (a) percebe a atividade turística no município?
2. Quais são os esforços que o município tem feito para incentivar a atividade turística local?
3. Qual sua opinião sobre as políticas públicas atuais do governo federal para promover e incentivar o turismo?
4. Sobre o Projeto Destinos Indutores do Desenvolvimento do Turismo Regional, o (a) senhor (a) poderia comentar como foi a implementação na sua cidade?
5. Por meio deste projeto, o turismo no município contribuiu de alguma maneira, positiva ou negativa, para o desenvolvimento da cidade?
6. E das cidades vizinhas? Como?
7. Do seu ponto de vista, quais foram os possíveis motivos que levaram o governo federal a extinguir este projeto?
8. Porque o governo federal deve continuar a investir em programas e projetos de desenvolvimento do turismo?
9. O que recomendaria para aperfeiçoar as Políticas Públicas de Turismo?
10. O senhor (a) poderia me recomendar alguma pessoa que também possa contribuir nesta pesquisa?

APÊNDICE B - Coleta de dados primários

COLETA DE DADOS PRIMARIOS					
CIDADES VISITADAS	ENTIDADES/MESES	Julho	Agosto	Setembro	Novembro
BELO HORIZONTE	BELOTUR	X			
DIAMANTINA	CIRCUITO DOS DIAMANTES	X			
DIAMANTINA	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	X			
TIRADENTES	ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE TIRADENTES	X			
TIRADENTES	CIRCUITO TRILHA DOS INCONFIDENTES	X			
TIRADENTES	INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DE TIRADENTES	X			
TIRADENTES	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO	X			
OURO PRETO	SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO		X		
OURO PRETO	OURO PRETO CONVENTION E VISITORS BUREAU		X		
OURO PRETO	CAMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO			X	
BELO HORIZONTE	CONVENTION E VISITOR BUREAU			X	
BRASÍLIA	MINISTERIO DO TURISMO				X

Fonte: Elaboração própria

APÊNDICE C: Minuta do roteiro semi-estruturado de entrevista no Ministério do Turismo

- **O que motivou a criação do projeto dos destinos indutores?** (Problema público e sua relação com PRT)
- **Como o projeto entrou na agenda do governo federal?** (Ver documentos normativos-legais)
- **Como aconteceu a formulação do projeto dos destinos indutores?** (Verificar o envolvimento de outros agentes)
- **Quais foram as outras alternativas (se existiram), além do projeto dos destinos indutores para trabalhar em prol do PRT?**
- **Qual foi o orçamento investido nos destinos indutores?**
- **Quais eram os padrões de qualidade internacional que buscavam ser alcançados com a elaboração do índice de competitividade?** (Verificar os que foram alcançados)
- **Como ocorreu o acompanhamento e o monitoramento do projeto pelo MTur?**
- **Que destinos cumpriram com a elaboração e implementação de políticas focadas na melhoria da competitividade?**
- **Até que ponto os 65 destinos conseguiram induzir o desenvolvimento regional do turismo?**
- **Que tipo de informações foram inseridas no sistema de Gestão dos Destinos Indutores?**
- **Quais os motivos para o fim da política dos destinos indutores?**
- **Como foi comunicado para os municípios considerados destinos indutores o fim do projeto?**
- **Quais as principais aprendizagens obtidas para a MTur a partir da experiência vivenciada neste projeto?**